

FILOLOGIA E LINGUÍSTICA PORTUGUESA

20(2) ago./dez., 2018

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa

e-ISSN 2176-9419

FILOLOGIA E
LINGUÍSTICA
PORTUGUESA

20(2), ago./dez. 2018

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa

e-ISSN: 2176-9419

Revista Filologia e Linguística Portuguesa

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa



Editores

Sílvio de Almeida Toledo Neto, *Universidade de São Paulo*, Brasil

Maria Clara Paixão de Sousa, *Universidade de São Paulo*, Brasil

Conselho Editorial

Ana Rosa Ferreira Dias, *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, Brasil

Anthony Julius Naro, *Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Brasil

Ataliba Teixeira de Castilho, *Universidade de São Paulo*, Brasil

Esperança Cardeira, *Universidade de Lisboa*, Portugal

Evanildo Bechara, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, Brasil

Graça Maria Rio-Torto, *Universidade de Coimbra*, Portugal

Ieda Maria Alves, *Universidade de São Paulo*, Brasil

João Wanderley Geraldi, *Universidade de Campinas*, Brasil

Leda Bisol, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Brasil

Leonor Lopes Fávero, *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, Brasil

Manoel Luiz Gonçalves Correa, *Universidade de São Paulo*, Brasil

Maria Cristina Altman, *Universidade de São Paulo*, Brasil

Maria Filomena Candeias Gonçalves, *Universidade de Évora*, Portugal

Maria Helena de Moura Neves, *Universidade Estadual Paulista*, Brasil

Maria Teresa Lino, *Universidade Nova de Lisboa*, Portugal

Mary Kato, *Universidade de Campinas*, Brasil

Rodolfo Ilari, *Universidade de Campinas*, Brasil

A Revista *Filologia e Linguística Portuguesa* publica estudos em Filologia e Linguística, com atenção ao seu valor para as investigações sobre a linguagem em geral e a língua portuguesa em particular. Os trabalhos cobrem linhas diversas, como a crítica textual, a paleografia, a codicologia, a linguística histórica, os estudos gramaticais, a análise do discurso e a historiografia linguística.

Editada desde 1997, a Revista é apoiada pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

A revista é uma publicação exclusivamente digital, com acesso exclusivo pelo Portal de Periódicos da Universidade de São Paulo, em <http://www.revistas.usp.br/flp>.

e-ISSN: 2176-9419

Copyright (c) 2018 Filologia e Linguística Portuguesa



Esta obra possui uma licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License*. Os direitos autorais serão cedidos à revista para publicação on-line com livre acesso e impressa para arquivo em papel. Serão preservados, porém, para autores que queiram republicar seus trabalhos em coletâneas.

Filologia e Linguística Portuguesa,
vol. 20, número 2

Sumário

Apresentação

Sílvio de Almeida Toledo Neto, Maria Clara Paixão de Sousa
133-134

Monumenta Anchieta, latinidade e o trabalho filológico de Armando Cardoso

Leonardo Ferreira Kaltner
135-151

Leitura crítico-filológica de Resolução de 1822: revoltas, vigilância, violência e punição na Bahia do século XIX

Eliana Correia Brandão Gonçalves
153-174

Edição e análise de fenômenos linguísticos localizados em manuscrito eclesiástico setecentista de Minas Colônia

Marcus Vinícius Pereira Dores, Soélis Teixeira do Prado Mendes
175-189

O espólio epistolar de Hermes Fontes: considerações e proposta de edição

Renata Ferreira Costa, José Douglas Felix de Sá
191-210

Relações entre avaliatividade e ethos no prólogo da Compilação de todas as obras de Gil Vicente

Ana Carolina de Souza Ferreira, Paulo Roberto Gonçalves Segundo
211-231

A metátese na aquisição da escrita: simetrias e assimetrias entre fonologia e ortografia

Lissa Pachalski, Ana Ruth Moresco Miranda
233-256

A progressão em textos argumentativos escritos: uma análise da progressão referencial em produções de alunos do Ensino Básico

Paola Tassinari Groos, Gil Roberto Costa Negreiros

257-271

Grammatica philosophica: a um passo da forma

Clovis Luiz Alonso Júnior

273-291

Papiamentu: crioulo de base espanhola?

Shirley Freitas, Manuele Bandeira, Gabriel Antunes de Araujo

293-309

Apresentação

O volume 20(2) da revista *Filologia e Linguística Portuguesa* apresenta nove artigos com temática variada. Os temas tratados enquadram-se na Filologia, Análise do Discurso, Língua Histórica, Gramaticografia e Crioulística.

Abre o volume o artigo *Monumenta Anchieta, latinidade e o trabalho filológico de Armando Cardoso*, de Leonardo Ferreira Kaltner. Como explica o autor, José de Anchieta (1534-1597) legou à posteridade obras em português, espanhol, latim e tupi. Desse conjunto, analisam-se questões relativas às obras anchietanas escritas em latim e à manutenção da latinidade no contexto do Brasil quinhentista. Investiga-se também o trabalho filológico desenvolvido por seu principal editor, Armando Cardoso. O artigo conclui-se com a apresentação de um excerto do poema *De Gestis Mendi de Saa*, exemplo do trabalho filológico de Cardoso com a obra novilatina de Anchieta.

Em seguida, Eliana Correia Brandão Gonçalves apresenta o artigo *Leitura crítico-filológica de Resolução de 1822: revoltas, vigilância, violência e punição na Bahia do século XIX*. Nesse artigo apresenta-se um estudo crítico-filológico, baseado em edição semidiplomática e comentários paleográficos sobre uma resolução datada de 1822 e procedente de Cachoeira, na Bahia. Esse documento trata da necessidade de controle social da população negra no Brasil, com vistas à repressão dos movimentos de revoltas escravas. Conforme explica a autora, a atividade filológica de editar textos sobre as revoltas na Bahia requer uma pesquisa criteriosa, por meio da recuperação da memória dos grupos oprimidos, a fim de permitir a reflexão sobre essas narrativas com base em fontes primárias criteriosamente transcritas.

O terceiro artigo intitula-se *Edição e análise de fenômenos linguísticos presentes em um manuscrito eclesiástico setecentista de Minas Colônia*. Nele, Marcus Vinícius Pereira e Soélis Teixeira do Prado Mendes discutem a importância de uma transcrição feita com critérios filológicos e mostram como o respeito ao modelo permite ao leitor conhecer o uso linguístico de um estágio pretérito da língua. Para comprovar essa importância, os autores apresentam exemplos de fenômenos linguísticos extraídos do *Processo De Genere Vita et Moribus*, de Francisco de Paula Meireles (1779).

Em *O espólio epistolar de Hermes Fontes: considerações e proposta de edição*, quarto artigo deste volume, Renata Ferreira Costa e José Douglas Felix de Sá revisitam o espólio epistolar do escritor Hermes Fontes com o objetivo de proceder a uma crítica interna e externa dos documentos. Os autores, fundamentados em pressupostos teóricos e metodológicos da Filologia, apresentam considerações sobre o espólio epistolar de Hermes Fontes e propõem uma edição semidiplomática justalinear de um conjunto de 44 cartas manuscritas produzidas pelo poeta entre 1903 e 1930.

No artigo intitulado *Relações entre avaliatividade e ethos no prólogo da Compilação de todas as obras de Gil Vicente*, o quinto deste volume, Ana Carolina de Souza Ferreira e Paulo Roberto Gonçalves Segundo propõem-se a fazer uma reflexão acerca da transmissão da obra vicentina, por meio de uma análise semântico-discursiva do prólogo escrito por Gil Vicente na primeira edição da *Compilação de todas as obras de Gil Vicente*. Utiliza-se o sistema de *Avaliatividade* de Martin & White e a estrutura retórica do texto, para discutir a construção do *ethos* do autor e tentar entender por que este texto foi censurado pela Inquisição na segunda edição da mesma obra.

FLP20(2)

Em *A metátese na aquisição da escrita: simetrias e assimetrias entre fonologia e ortografia*, o sexto artigo do volume, Lissa Pachalski e Ana Ruth Moresco Miranda abordam dados de escrita infantil seguindo uma linha de investigação que se caracteriza por eleger o erro (orto)gráfico como principal objeto de análise e como uma potencial pista reveladora do conhecimento em construção pelas crianças acerca da estrutura de sua língua, sobretudo da camada fonológica. Situado neste domínio teórico, o artigo explora a grafia da metátese de consoantes em textos de crianças em período de aquisição da escrita, a fim de contribuir com a discussão sobre o fenômeno, na medida em que observa as relações simétricas e/ou assimétricas existentes entre as metáteses produzidas especialmente no período de aquisição fonológica e aquelas manifestas nas escritas iniciais.

O sétimo artigo do volume intitula-se *A progressão em textos argumentativos escritos: uma análise da progressão referencial em produções de um aluno do Ensino Básico*. Paola Tassinari Groos e Gil Roberto Costa Negreiros tratam da progressão textual em textos escritos produzidos no contexto da Educação Básica. Objetivam investigar, por meio da metodologia da pesquisa-ação, o processo de qualificação da produção textual de um aluno da Educação Básica, com foco na progressão textual, mais especificamente a progressão referencial. O corpus constitui-se de textos escritos por alunos, coletados em oficinas de língua portuguesa desenvolvidas em uma escola pública de Santa Maria - RS. A sustentação teórica está baseada na interação verbal, defendida por Bakhtin e na perspectiva da Linguística Textual. Os resultados revelam que, com o decorrer das oficinas de produção de texto, avanços significativos em relação à progressão referencial foram alcançados.

Em seu artigo *Grammatica philosophica: a um passo da forma*, o oitavo deste volume, Clóvis Luiz Alonso Júnior apresenta o esboço de teoria que vem construindo e que propõe ser a Língua composta por metáforas físico-espaciais, resultantes de procedimento mimético que a Língua tenha realizado e venha realizando sobre o espaço físico, desdobrando-se as metáforas — como lhes é próprio — em cadeias abstrativas. Postula o autor que a tradição filosófico-gramatical se tenha aproximado da possível verdade que aí pretende formular que denomina como semântica da estrutura.

O volume conclui-se com o artigo intitulado *Papiamentu: crioulo de base espanhola?* Shirley Freitas, Manuele Bandeira e Gabriel Antunes de Araujo explicam que, por a origem do papiamentu ser ainda um assunto controverso entre os estudiosos, o objetivo do artigo é discutir a possível gênese espanhola da língua caribenha. Contribui-se, dessa forma, para as discussões acerca de sua origem e de sua língua lexicadora. Após apresentação de diferentes pontos de vista sobre o tema, os autores concluem que, ainda que o espanhol tenha influenciado a formação do papiamentu, não é possível considerar que a língua caribenha derivou do espanhol, sendo necessário considerar outros elementos para explicar a gênese e o desenvolvimento da língua.

*Sílvio de Almeida Toledo Neto
Maria Clara Paixão de Sousa*

Monumenta Anchieta, latinidade e o trabalho filológico de Armando Cardoso

Monumenta Anchieta, latinitas and the philological works of Armando Cardoso

Leonardo Ferreira Kaltner*
Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

Resumo: José de Anchieta (1534-1597) foi um dos vultos da produção literária no Brasil quinhentista, tendo legado à posteridade obras em língua portuguesa, espanhola, latim e tupi, que evidenciam o multiculturalismo inicial da América portuguesa. Sua obra representa a transmissão da neolatinidade ibérica às Américas. Analisaremos, pois, no artigo, questões relativas às suas obras escritas em latim e à manutenção da latinidade no contexto do Brasil quinhentista, além de investigar o trabalho filológico desenvolvido por seu principal editor, Armando Cardoso, filólogo e linguista do século XX, que atuou no Brasil ao longo de décadas divulgando as obras de Anchieta. Por fim, apresentamos excerto do *Poema epicum De Gestis Mendi de Saa*, como exemplificação do trabalho filológico de Cardoso com a obra novilatina de Anchieta.

Palavras-chave: Filologia românica. Latinidade. Anchieta.

Abstract: José de Anchieta (1534-1597) was one of the central figures of the literary production in sixteenth-century Brazil, having left to posterity works in Portuguese, Spanish, Latin and Tupi languages, which show the initial multiculturalism of Portuguese America. His work represents the transmission of the Iberian neolatinism to the Americas. I will analyze in the article, questions related to his works written in Renaissance Latin and to the maintenance of Latinity in the context of sixteenth-century Brazil, besides investigating the philological work developed by his main editor: Armando Cardoso, philologist and linguist of the 20th century, who has worked in Brazil for decades publishing the works of Anchieta. Finally, I present an excerpt from the *Epicum poem De Gestis Mendi de Saa*, as an example of the philological work with his neo-latin work.

Keywords: Romance philology. Latinity. Anchieta.

FLP20(2)

1 INTRODUÇÃO: LATINIDADE IBÉRICA APÓS A QUEDA DE ROMA

O conceito de latinidade é complexo, remetendo, inclusive, a construções recentes da diplomacia e das relações internacionais, cujo desenvolvimento levou à fundação do acordo multilateral da União Latina (Unilat) em 1954¹, organização de países que se autodenominam latinos, que foi extinta, porém, em 2012. A UNILAT incluía 36 Estados-membros da América Latina e Central, da África, Ásia e parceiros estratégicos da Europa como Portugal, Espanha, Itália, Romênia e França, países cuja

* Professor Associado do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil; leonardokaltner@id.uff.br

¹ Cf. Franco (2002, p. 7 e seguintes).

língua oficial é neolatina, envolvidos com a origem e disseminação do conceito diplomático de latinidade, este, por sua vez, oriundo do século XIX, quando o conceito de América Latina surgiu como elemento diferenciador da América do Norte². O conceito filológico de latinidade, entretanto, é mais antigo e referendado pelo uso do termo *latinitas* pelo gramático Varrão, autor do tratado *De Lingua Latina*, e outros, em sua época, ainda no final da Roma republicana:

This period also saw the appearance of the concept of *latinitas*, inspired by the concept of *hellenismos*. On this basis, grammarians tried to establish the formal correctness of words, syntax and turns of phrase, thereby conferring greater unity upon the Latin language. Varro then presented all these debates in a work of synthesis. In his view *latinitas* meant formal correctness of the language, founded on nature (*natura*), analogy (*ratio*), usage (*consuetudo*), and *auctoritas* of authors (Moatti, 1997, p. 174).

No presente artigo, analisamos uma questão histórica relacionada à latinidade, enquanto conceito cultural, mas em contexto diverso. Nosso conceito de latinidade é referente à expansão e manutenção da língua latina pelos romanos na constituição da *Respublica* e do *Imperium Romanum*, em sua expansão para a Península Ibérica, e referente à manutenção posterior desta latinidade após a queda de Roma, no mundo românico, até o Renascimento, período em que Anchieta escreve sua obra novilatina. Dessa forma, nessa exposição está englobado o período das navegações e descobrimentos de Portugal, no século XVI, em direção às Américas, no contexto de reforma das instituições educacionais renascentistas, em que se insere a obra novilatina de Anchieta. O processo de romanização da Península Ibérica³ e o posterior desenvolvimento do reino português são parte da formação de uma identidade latina e neolatina surgida na Europa após a queda de Roma:

A história da língua latina, particularmente do latim vulgar, está intimamente ligada à do Império Romano. À medida que se expandiam as fronteiras do Império por meio de conquistas e de hábeis alianças, alargava-se o espaço territorial do latim. Crescendo com o Império, decaiu com ele, mas não morreu: em situações geográficas e em condições sociais, econômicas e culturais diferentes, do latim vulgar, falado pelas populações deixadas pelo refluxo de Roma, nasceram as línguas românicas, que o perpetuam (Bassetto, 2013, p. 99-100).

Ao buscar conceber uma sociedade com valores humanísticos de modo universal, a partir do filelenismo, a cultura latina romana encetou diálogo com outras culturas e civilizações, através do desenvolvimento das ciências, das artes e da filosofia

² Segundo Diniz (2007, p. 133-134): “Essa nova invenção da América nasceu na Europa, mais precisamente na França, sob o Segundo Império. E esse novo batismo pode ser considerado quase tão importante quanto foi o primeiro, no século XVI, em que o geógrafo Waldseemüller designou América, do nome de Américo Vespucci, ao continente descoberto por Cristóvão Colombo. Data, portanto, do início da segunda metade do século XIX, o surgimento da expressão América Latina”.

³ Sobre a romanização da Península Ibérica (Vidos, 1996, p. 161): “A ocupação da Hispânia foi uma empresa difícil e durou uns duzentos anos. Primeiramente foram ocupadas as localidades do Nordeste, na costa catalã. Depois do primeiro desembarque nas Ampúrias (218), no ângulo norte-oriental da Espanha, os romanos haviam ocupado Tarragona. Seguiu depois a ocupação de Sagunto (215) e de Cartagena (208), mais tarde a de Andaluzia no Sul. Ao Norte, Jaca foi ocupada em 197 e o território lusitano entre os anos de 191 e 185. Só em 19 antes de Cristo e depois de submetidos os cântabros, Astúrias e Galiza, ficaram estabelecidas as bases iniciais para uma definitiva romanização.”

em Roma, no que ficou conhecido como “século de ouro” da dinastia júlio-claudiana. Dessa forma, este período de desenvolvimento do mundo ocidental demonstrou que o rompimento do isolacionismo dos povos permitiria um desenvolvimento conjunto e contínuo, ainda que fosse período passageiro. Entretanto, os períodos posteriores do *Imperium Romanum* já não seriam calcados em tão boas relações entre o mundo ocidental e o Oriente Próximo, até a queda de Roma, por exemplo. Após a queda de Roma, o elemento amalgamador passaria a ser o cristianismo, no período medieval, como receptor e transmissor da latinidade pelo continente europeu.

André de Resende, em sua obra *De Antiquitatibus Lusitaniae* (Sobre as Antiguidades da Lusitânia), escrita em latim no contexto do Humanismo renascentista português e publicada em 1593 em Évora, invoca a origem dos lusitanos vinculada ao antigo mundo greco-romano. Entretanto, para que a latinidade romana, desde a queda do *Imperium Romanum* até o Renascimento chegasse a Portugal, e daí, posteriormente pelas navegações fosse irradiada às Américas, no século XVI, houve um longo trajeto, para a sua manutenção e transmissão em contexto cultural ibérico. A manutenção do uso do latim, nas províncias, após a queda de Roma, e o contínuo vínculo das comunidades românicas e cristãs da região ibérica com a Igreja de Roma permitiram a manutenção desta latinidade, mesmo em períodos de grandes transformações na antiga província romana da *Hispania*, de qual fazia parte a *Lusitania*:

Principio, ut de nomine Lusitaniae aliquid dicamus, nomen illi dedisse Lusum Liberi Patris, ac Lysam cum eo bacchantem asserit Plinius, cuius uerba nonnulli diuerso sensu intellexere. Dum aliqui Lusum atque Lysam Bacchi fuisse comites credunt, a quorum altero Lusitania uocata sit, ab altero uero Lysitania, utroque enim modo appellari solet, alii Lusum, non hominem, sed ludum potius, seu lusionem interpretantur. Qui parum aduertisse uidentur non potuisse eo tempore a latina uoce, fortassis nondum audita, prouinciam denominari. Denominata est autem Lusitania ex ipso Bacchi aeuo, si Varroni, quem Plinius citat, fidem adhibeamus.

FLP20(2)

Vamos logo dizer de início alguma coisa sobre o nome da Lusitânia. Plínio, cujas palavras se prestaram a diferentes interpretações, diz que “Luso, filho do pai Líber, e Lysa, que com ele celebrava as Bacanais, lhe tinham dado o nome”. Enquanto uns pensam que Luso e Lysa foram companheiros de Baco, tendo o nome de Lusitânia derivado do primeiro e o de Lysitânia do segundo, pois são estes dois nomes que é costume atribuir-lhe, outros vêem em Luso não o nome de um homem, mas a palavra ludus (jogo) ou lusio (brincadeira). Parece não se terem apercebido antes de que a província não podia ser denominada naquele tempo por palavra latina provavelmente nunca ali ouvida. Ora, a dar fé a Varrão, que Plínio cita, a Lusitânia é assim chamada desde o tempo do próprio Baco (Resende, 2009, p. 92-3, tradução de Sebastião Tavares Pinho).

A manutenção e a transmissão da latinidade em contexto cultural ibérico, após a queda do Império Romano, são fenômenos interculturais complexos, de cuja compreensão e análise se depende, para que se possa aquilatar como, posteriormente, na época do Renascimento, certos usos e costumes linguísticos se mantiveram, como o emprego do latim como língua de cultura, tanto na prática religiosa cristã, quanto na educação humanística subsequente. Ainda que a história do cristianismo romano nasça da conversão do imperador Constantino⁴, o cristianismo de então seria professado

⁴ Segundo Carlan (2009, p. 29-30): “A ascensão de Constantino esteve ligada à transformação do Cristianismo. Os relatos de Eusébio de Cesareia, seu biógrafo, retratam o sonho de Constantino, à tarde,

majoritariamente na língua grega, influente sobretudo pelos livros do Novo Testamento, pela versão alexandrina da Septuaginta (Oliveira, 2008, p. 115-7) em *koiné* e pela obra de Orígenes. Dessa forma, a partir do papa São Dâmaso I, nascido na *Hispania* romana, em atual território de Portugal, o cristianismo da Igreja de Roma passaria também a ser professado e difundido em latim, havendo em São Jerônimo um esforço neste sentido, ainda que apenas com o Concílio de Trento, em 1563, tivesse sido reconhecida oficialmente sua tradução:

Quando a comunidade cristã aumentou, foi necessário adequar os textos à língua que a maioria conhecia, o latim vulgar. Surgiram assim várias traduções da Bíblia, em linguagem adaptada aos destinatários, cristãos latinos incultos. As primeiras datam da segunda metade do século II, com muitos vulgarismos, induzidos até certo ponto pela 'koiné' do original grego. [...]

A *Vetus Latina* de fato abrange um conjunto de traduções anteriores a S. Jerônimo (328-420), entre as quais se destacam a *Ítala*, literalmente fiel ao texto grego, com muitos plebeísmos, e a *Afra*, literalmente melhor. A *Vulgata*, como é conhecida a tradução de S. Jerônimo, só em parte é uma nova tradução, pois mantém o caráter literal da *Ítala* (Bassetto, 2013, p. 125-6).

Foi a partir de solicitação do papa São Dâmaso I que São Jerônimo, que fora aluno do gramático Donato, iniciou sua tradução das Sagradas Escrituras para editar a Bíblia Vulgata, trabalho filológico e linguístico que influiu profundamente na manutenção da latinidade por todo o mundo ocidental cristão, inclusive na Península Ibérica. Com a queda do Império Romano do ocidente, cujo acontecimento de referência é, historicamente, a deposição do imperador romano em 476 d.C., a invasão germânica de antigas províncias romanas marca um novo período missionário na cristandade do medievo, em que o latim se mantém, enquanto língua de cultura, de contato linguístico e de conversão. O teólogo romano Boécio foi um dos expoentes desta época em relação à manutenção da latinidade, após as invasões bárbaras. A partir do estabelecimento do reino dos visigodos e dos suevos, no mundo ibérico, a manutenção da latinidade romana estaria vinculada à conversão dos povos de origem germânica ao cristianismo, vinculando-se estes reinos, por fim, à Igreja de Roma.

Santo Isidoro, que foi Bispo de Sevilha, célebre autor da enciclopédia *Etymologiae*, que trata também de assuntos linguísticos, participou do contexto de conversão da aristocracia visigótica ao cristianismo romano e o vivenciou, em uma mesma época em que surgia o islamismo no Oriente Próximo. Ambas as culturas entrariam em conflito no período subsequente, pela hegemonia no continente europeu. As obras de Santo Isidoro de Sevilha refletem o período medieval ibérico do século VII d.C., em que a adoção do cristianismo romano ainda se chocava com o arianismo visigótico dos povos germânicos. Ao mesmo tempo, a rejeição e perseguição à prática religiosa judaica se tornava patente também neste contexto, acirrando tensões

antes da batalha da ponte Mílvia. Ordenou pintar nos escudos de suas tropas o monograma cristão (☩). Assim venceu o usurpador Maxêncio. Essa passagem é citada por Lactâncio e Eusébio de Cesareia. Este último a cita duas vezes: na *História Eclesiástica* e *De Vita Constantini*. A tradição cristã diz que pouco antes de entrar em combate contra Maxêncio, o imperador “rezava e fazia frequentes súplicas”. Segundo o seu amigo e biógrafo Eusébio de Cesareia, quando surgiu um sinal divino no céu: as iniciais da palavra Cristo em grego (XP), acompanhada da inscrição *in hoc signo vinces* (“com este sinal vencerás”), Constantino teria mandado pintar o sinal nos escudos dos soldados, vencendo, assim, a batalha”.

quanto à diáspora judaica, através de uma visão assimilacionista, que futuramente redundaria na formação de comunidades de cristãos-novos, os marranos, por todo o mundo ibérico. Santo Isidoro de Sevilha foi considerado por alguns historiadores o último pensador do mundo clássico, e, em parte, sua obra foi responsável pela manutenção da latinidade no mundo visigótico:

Santo Isidoro de Sevilha (*Isidorus Hispalensis*) foi o mais produtivo escritor espanhol de seu tempo, tendo iniciado sua atividade episcopal depois do ano 600. Alguns anos antes, o rei Leovigildo (569-586) havia praticamente realizado a unidade territorial da Espanha visigótica e empreendera a crescente fusão de visigodos e hispano-romanos, autorizando a celebração de matrimônios mistos. Não conseguiu, entretanto, impor o arianismo a todo o seu reino, como desejava. Foi sucedido no trono por seu filho Recaredo (586-601), que em maio de 589, durante o terceiro concílio de Toledo, com sua esposa e juntamente com um grupo importante de nobres visigodos e bispos arianos, se converteu ao catolicismo que, a partir de então, foi proclamado como religião oficial da Espanha visigótica.

Já no exercício de seu episcopado em Sevilha, Santo Isidoro projetou a elaboração de uma vasta enciclopédia que sintetizasse todo o saber antigo, pagão e cristão, para que servisse como orientação aos estudos voltados para a Antiguidade clássica. Os visigodos estabelecidos na Espanha consideravam-se os legítimos sucessores de Roma na região, visto que o Império do Ocidente já não existia. E, para difundir a cultura latina em solo hispânico, Santo Isidoro apoiou seu trabalho no princípio de que o conhecimento do universo linguístico era a chave para a aquisição de todos os ramos do saber, através da investigação etimológica dos nomes que designavam os seres e objetos existentes em nosso universo: o conhecimento da etimologia de determinada palavra permitia conhecer o ser ou objeto por ela designado. Daí a publicação das *Etimologias*, após vários anos de estudos relacionados com as origens das palavras (Mollinari, 1998).

FLP20(2)

Com a expansão militar do islamismo, a partir de Meca, grande parte de antigas províncias romanas do norte da África foram dominadas, sobretudo com o estabelecimento de sucessivos califados, após a morte de Maomé. O califado dos omíadas invadiu o reino visigótico europeu, na Península Ibérica, em 711 d.C., dominando inclusive a população hispano-romana (Silva Neto, 1992, p. 333), e transformando os reinos ibéricos em províncias do califado. Logo a população cristã na região dominada desenvolveu a cultura moçárabe, fruto de contato linguístico e cultural. Quando os omíadas foram sucedidos pelos abássidas, Abderramão I, omíada, fugiu para Al-Andalus, estabelecendo-se em Córdoba. Grande parte do território ibérico nesta época estava sob domínio islâmico, restando apenas o reino das Astúrias ao norte, como resistência cristã e da latinidade:

O estado de crescente debilidade do Império Visigótico relacionado, sobretudo, com a sucessão dinástica no território peninsular leva os muçulmanos a acreditar no sucesso numa invasão. Esta iniciativa surge após um apelo de um dos grupos em contenda por essa sucessão. Assim, no ano de 711, tropas muçulmanas, compostas, essencialmente, por soldados berberes, vindas do Norte de África, comandadas por Tariq ibn Ziyad, dão início à conquista da *Hispania*. Com a derrota e capitulação do rei visigodo Rodrigo, na batalha de Guadalete, todos os territórios passam a ser progressivamente conquistados, à exceção de um pequeno reduto a norte da Península (Henriques, 2011, p. 4).

A figura do imperador romano-germânico Carlos Magno (742-814)⁵ é central, neste período histórico, para a manutenção da latinidade em contexto europeu, em época de dominação árabe no mundo ibérico. Desde Alcuíno e o início da Renascença carolíngia, os estudos linguísticos foram renovados no contexto das artes liberais e da escolástica, sobretudo na reorganização do *trivium*, composto pela gramática latina, a retórica e a dialética clássicas, as artes triviais relacionadas às letras, que se completavam pelo *quadrivium*, as artes relacionadas ao número: geometria, aritmética, música e astronomia.

Com a fundação do Sacro Império Romano-Germânico do ocidente no século X d.C., a latinidade europeia passa por um período de renovação que culminará com a reconquista de territórios e a libertação de Portugal em 1139. Quanto à escolástica e aos estudos sobre a linguagem na latinidade, a obra de Santo Tomás de Aquino, no século XIII, representa a renovação do espírito cristão em diálogo com a cultura clássica antiga greco-romana. Neste período histórico medieval, o comércio com o Império Bizantino permitia o contato entre os reinos europeus e o Oriente, havendo contato entre as caravanas e a navegação no mar Mediterrâneo.

Neste contexto de aprofundamento das relações Ocidente-Oriente, Portugal inicia a sua política expansionista na África, com as navegações, a partir de 1415, e descobertas de rotas marítimas. Entretanto, outro fator histórico, que contribuiria para a necessidade de expansão marítima, seria a queda de Constantinopla, capital do Império Bizantino, em 1453, dominada pelo Império Turco-Otomano em expansão. Essa nova ameaça de uma invasão islâmica, que fechou as rotas comerciais anteriores com as Índias, acaba por incentivar o papado a fomentar as navegações ocidentais no Oceano Atlântico, o que redundou na publicação da Bula *Inter Coetera* e no Tratado de Tordesilhas de 1494, que permitiram a Portugal e à Espanha colonizar as terras da América, oficialmente descoberta em 1492 por Colombo.

A ruptura dos reinos germânicos com o papado, a partir da Reforma de Lutero em 1517, propicia o surgimento de figuras como Erasmo de Roterdã e da proposta educacional do Humanismo renascentista, o que por sua vez resulta na Reforma católica, afetando sobretudo universidades, como ocorrera com a Universidade de Coimbra em 1534, e a criação de ordens como a *Societas Iesu*, a Companhia de Jesus, para a política missionária ultramarina de Portugal e Espanha. Para se aquilatar o empreendimento que foi a política cultural de Portugal na época de D. João III, veja-se a oração de sapiência de Arnaldo Fabrício, proferida em latim aos 21 de janeiro de 1548, na abertura do ano letivo do Colégio das Artes de Coimbra, em que o autor evidencia a concepção dos estudos humanísticos e as ideias linguísticas de então, no intuito de fomento à manutenção da latinidade no Renascimento português. O discurso tem por tema a defesa das artes liberais e o seu ensino em Portugal no século XVI:

Porro autem adolescentes artium, quae summis ac ueris laudibus hic ornantur, studiis deditos hoc officio demereri uolui, qui cum ad cognitionem illarum, quibus tot, tantaque, ad omnem uitae partem proposita sunt praemia, hac laudatione, cohortationeque mea sentient se fortasse non parum moueri, libenter agnoscent, quantum hoc uno litterarum nomine illustrissimo ac sapientissimo Regi debeant; qui dum acria Lusitaniae iuuentutis ingenia politissima Gallorum et Italarum

⁵ Bassetto (2013, p. 177-8).

aduenticia doctrina cultiora reddantur, nullis sibi ea in re sumptibus parcendum putat.

Além disso, quis com o meu trabalho incitar os jovens a entregarem-se ao estudo das artes que aqui se enaltecem com os mais elevados e verdadeiros argumentos. Quando eles, com este louvor e com a minha exortação, se sentirem talvez impelidos ao conhecimento das artes, que proporcionam durante toda a vida tantas e tão grandes recompensas, reconhecerão de bom grado quanto devem, no aspecto literário, a tão Ilustríssimo e Sapientíssimo Rei. De facto, entende que não se deve furtrar a despesas nesta matéria, contanto que os espíritos perspicazes da juventude lusitana se tornem mais cultos, em contacto com o saber brilhantíssimo dos Franceses e Italianos (Fabrício, 2011, p. 30-1, tradução de Sebastião Tavares Pinho).

Diversos acontecimentos históricos redundariam na ocupação territorial e fundação de colônias em diversos pontos do globo, como o Brasil, na América portuguesa, suscitando a atuação de missionários como José de Anchieta, com formação humanística, descendente de cristãos-novos e oriundo das Ilhas Canárias, um dos alunos do Colégio das Artes de Coimbra, que chegaria à cidade de São Salvador, no ano de 1553, aos dezenove anos. A política missionária iniciaria um novo momento na ocupação do território atingido pelas navegações no Atlântico.

FLP20(2)

2 *MONUMENTA ANCHIETANA* E A OBRA FILOLÓGICA DE ARMANDO CARDOSO

O conjunto de obras compostas por José de Anchieta (1534-1597) na América quinhentista portuguesa é também conhecido no século XX como *Monumenta Anchieta*, coleção ainda em elaboração pelas Edições Loyola, que inclui obras de Anchieta e também obras acerca de Anchieta, compostas por outros autores, como os padres Cardoso, Viotti e Moutinho. Este conjunto de obras é um dos mais representativos do período incipiente da colonização do Brasil, em sua integração ao vasto império ultramarino colonial português, cujo apogeu deu-se entre 1415 e 1580 e teve como marco inicial a conquista de Ceuta aos mouros em 1415 e, por marco derradeiro, a sucessão da dinastia de Avis pela União Ibérica, após o desaparecimento de D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir⁶. Anchieta é um autor do século XVI que suscitou estudos dos mais diversos ao longo de séculos, iniciados, inclusive no ano de sua morte, com seus primeiros biógrafos, como Quirício Caxa, que publicou em 1598 a *Breve Relação da vida e morte do padre Anchieta*. Há, desta forma, vasta bibliografia sobre ele, que, por ter escrito sua obra em português, espanhol, latim e tupi, representa o multiculturalismo inicial do Brasil no século XVI.

⁶ Vasconcelos, 2016: “Estabelecida a paz com Castela em 1411 os portugueses conquistaram Ceuta no norte do Marrocos (1415), com uma enorme frota de 200 navios, levando 19.000 combatentes e 1700 marinheiros (Saraiva, 1993, p. 131). Em seguida foram conquistadas Alcácer-Ceguer em 1458; Tânger e Arzila em 1471 e Aguer em 1505. O castelo de Safim foi construído em 1508 e em 1513 e 1514 foram ocupadas Azamor e Mazagão. Por outro lado, em 1513 os portugueses foram derrotados em Mamora.

A partir de 1541 o movimento se inverteu: os portugueses começam a evacuar Arguer, Azamor e Safim, devido a pressão árabe-moura. Esta última chegou a ser sede de bispado. Entre 1549 e 1550 foram também evacuadas Arzila e Alcácer-Ceguer (Saraiva, op. cit.). Em 1578 na grande batalha de Alcácer Quibir, os portugueses, que contaram com 17.000 combatentes (sendo 5.000 mercenários estrangeiros), foram derrotados (Ibid., p. 174.), com a morte do rei D. Sebastião, o que teve como consequência a União Ibérica, com a passagem da coroa de Portugal para Filipe II da Espanha”.

Ainda que o pioneirismo do processo de evangelização na América portuguesa fosse oriundo de esforços de franciscanos, como Frei Henrique de Coimbra, que celebrou as primeiras missas no Brasil, ainda na frota cabralina, e a missão franciscana *Mbiaça* em Laguna (Costa, 2011, p. 2), os jesuítas tiveram, a partir de meados do século XVI, relevantes atividades na costa do Brasil. As obras completas de Anchieta, porém, ainda não foram editadas em sua totalidade com edição definitiva, ainda que diversos esforços tenham sido empreendidos neste sentido, sobretudo pelo P. Armando Cardoso, SJ, que foi seu principal editor e pesquisador no século XX.

O trabalho filológico e linguístico do P. Armando Cardoso, na edição ainda não concluída dos *Monumenta Anchietae*, figura até os dias de hoje como a principal edição moderna do corpus anchietano, configurando-se seu trabalho de busca de fontes, crítica textual, tradução e análise das obras de um do capítulo profícuo da filologia e da linguística no Brasil do século XX, e merecendo a atenção dos historiadores da linguística no Brasil. Tendo o apoio de outros pesquisadores como Hélio Viotti e Murilo Moutinho, Armando Cardoso desenvolveu um trabalho de resgate de um autor quinhentista complexo, cuja obra vazada em latim, tupi, português e espanhol, como mencionado antes, já provoca por si só um obstáculo pela diversidade linguística, e, acrescentando-se a estas dificuldades, o fato de ser um autor que escreveu em data recuada no tempo e cujas fontes textuais se encontram em diversos contextos e lugares, necessitando-se um trabalho de reconstrução de itinerários de textos, impressos e manuscritos do autor para reagrupá-los. Armando Cardoso descreve este percurso nas obras de Anchieta que reeditou modernamente.

O plano de edição inicial dos *Monumenta Anchietae*, publicados pelas Edições Loyola, compunha-se das seguintes obras, assim numeradas, conforme consta na contracapa da edição do *Poema da Bem-Aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus (De Beata Virgine Dei Matre Maria)*, de 1988:

FLP20(2)

Quadro 1. *Monumenta Anchietae* e suas datas de publicação.

<i>Título das obras</i>	<i>Data de publicação</i>
1. De Gestis Mendi de Saa – Poema Épico	1984, 2. ^a edição
2. Poemas Eucarísticos e Outros	1975
3. Teatro de Anchieta	1977
4. Poema da Bem-Aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus (em dois volumes)	1980
5. Lírica portuguesa e tupi I e Lírica espanhola II (em dois volumes)	1984
6. Cartas de Anchieta – Correspondência ativa e passiva	1984
7. Sermões de Anchieta	1987
8. Diálogo da Fé (em Tupi)	1988
9. Textos históricos	1989
10. Doutrina cristã (em Tupi). Tomo I: Catecismo brasílico. Tomo II: Doutrina autógrafa e confessionário	1992
11. Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil	1990
12. Anchieta, o Apóstolo do Brasil	1980, 2. ^a edição
13. Primeiras biografias de José de Anchieta	1988
14. O nome de Anchieta no Brasil e no mundo	
15. Processo de canonização – testemunhos seletos	
16. Anchieta na pintura, escultura, medalhas e selos postais	
17. Bibliografia anchietana e índice com obras completas	

As obras sem data de publicação não foram concluídas, havendo alterações, como a publicação em 1989 do volume 9, com os textos históricos escritos por Anchieta, editados por Hélio Viotti. Da mesma forma ocorre com o volume 8, *Diálogo da Fé*, que fora publicado em 1988, após a edição de 1988 do poema à Virgem Maria, que usamos como referência, sendo posterior também a publicação dos volumes 9, 10 e 11. Os volumes 14, 15, 16 e 17 constam como “em preparação”, na contracapa de outros volumes da coleção.

Para se aquilatar a extensão deste trabalho filológico e linguístico, somente a obra poética, escrita em latim por Anchieta, equivale, pela quantidade de versos, às extensas obras de Virgílio e Ovídio, somando milhares de versos, metrificadas em dísticos elegíacos e hexâmetros dactílicos, além de textos com metros variados em padrão clássico e medieval. Segundo Armando Cardoso: “Mais da metade do acervo poético de Anchieta é escrito em latim: cerca de 10.200 versos, contra cerca de 9.200 em português, castelhano e tupi.”(Anchieta, 1989, v.2, p.5).

Armando Cardoso, como filólogo e linguista, é, sem sombra de dúvidas, um dos grandes vultos nos estudos anchietanos. Sua obra merece reconsideração na historiografia linguística no Brasil do século XX, ainda que não estejam publicados em sua totalidade os *Monumenta Anchieta*. A reedição contemporânea do *Poema Epicum De Gestis Mendi de Saa* pode ser analisada a partir de pressupostos da historiografia da linguística, para resgatar o processo pelo qual o poema épico de Anchieta passou até as edições recentes de Armando Cardoso no século XX:

Pe. Armando Cardoso, a maior autoridade até o presente para falar sobre as obras de Anchieta, desde jovem, ainda estudante da Companhia de Jesus, já estudava Anchieta e passou toda a vida se aprofundando na produção histórica de Anchieta. O Poema de Mem de Sá, Poema da Virgem Maria, em dois grossos tomos, a Lírica Portuguesa e Tupi e a Lírica Espanhola somam cinco volumes que fazem parte das Obras completas de Anchieta, volumes estes que incluem valiosíssimas notas, pelos estudos feitos dos manuscritos e antigos códigos. Como humanista e latinista, com capacidade para examinar a fundo os dois grandes Poemas de Anchieta, o *De Gestis Mendi de Saa* e o Poema da Virgem, Cardoso sentiu a necessidade de estudar a língua tupi. Em quatro séculos, desde a morte de Anchieta, nenhum literato se aprofundou tanto no estudo histórico e crítico da excepcional capacidade da produção poética de Anchieta em latim, português, castelhano e tupi. Basta dizer que, para este IV Centenário, o humanista e poliglota Pe. Armando Cardoso empregou mais de 70 anos mergulhado no estudo, análise e profundidade de crítica, tornando-se, sem exagero, como já o dissemos, a maior autoridade para escrever sobre a produção poética de Anchieta. Não há mais o que acrescentar a essa Bibliografia. Além dos cinco volumes sobre o acervo poético de Anchieta em quatro línguas, colaborou também na publicação da Gramática Tupi. Publicou também em opúsculos, revistas e artigos em jornais. Até o presente momento, 60 artigos, como consta deste *Ensaio de Bibliografia Anchieta* (Moutinho, 1999, p. 18).

FLP20(2)

3 FONTES DO *DE GESTIS MENDI DE SAA* E EXCERTO DO POEMA

Uma edição de 1563 é a *editio princeps* do poema *De Gestis Mendi de Saa* (Sobre os feitos de Mem de Sá), oriunda da tipografia da Universidade de Coimbra à época do apogeu do Humanismo renascentista português, movimento cultural e espiritual que teve maior relevo entre 1485 e 1596 (Tannus, 2008, p. 13), inclusive com a edição

de diversas gramáticas e dicionários relacionados ao ensino das línguas sapienciais: o latim, o grego e o hebraico. A obra novilatina de Anchieta vincula-se a esta tradição, profundamente estudada pelo filólogo e linguista Américo da Costa Ramalho, que ao longo do século XX contribuiu com suas publicações para a compreensão desta tradição em Portugal e seus reflexos na América Portuguesa quinhentista.

Ainda que polêmicas surgissem em torno do poema *De Gestis Mendi de Saa*, como a contestação de sua autoria por Serafim Leite (Ramalho, 1999, p. 248-250), e outra sobre a sua estilística, tentando vinculá-lo ao Barroco, conforme o pensamento de Leodegário de Azevedo, prevaleceram as posições de Armando Cardoso e Américo Ramalho, sobre a autoria de Anchieta e sobre tal obra ter sido fruto de sua educação humanística no Real Colégio das Artes de Coimbra entre 1548 e 1551, sobretudo a partir de larga produção bibliográfica, com a edição, tradução e análise minuciosas das obras de Anchieta (Ramalho, 1989-1990, p. 295).

A edição de 1563 do poema *De Gestis Mendi de Saa* só veio ao conhecimento público em 1954, a partir de pesquisas de Luís de Matos⁷. Entretanto, a primeira edição crítica de Armando Cardoso se baseou na outra fonte do poema: o manuscrito de Algorta. Armando Cardoso editara inicialmente o poema pelo Arquivo Nacional em 1958, contando apenas com a fonte mais tardia do manuscrito, reeditando-o em 1977, após o contato com a *editio princeps* de 1563, havendo, assim, um lapso de mais de uma década para a reedição do poema de Anchieta, a partir de suas duas fontes conhecidas.

Após a edição de 1977, o *De Gestis Mendi de Saa* estaria disponível ao leitor contemporâneo na sua íntegra, com uma tradução poética e comentários filológicos elaborados por Armando Cardoso, a que se seguiria outra edição em 1984, sendo esta a principal referência contemporânea ao poema épico de Anchieta.

A fonte principal do poema é a edição de 1563, ainda que esta seja fragmentária em relação ao manuscrito de Algorta e tenha trechos suprimidos. A edição de 1563 foi tipografada por João Álvaro, tipógrafo-régio, sendo um dos principais poemas do Humanismo renascentista português, e um dos poucos textos escritos sobre o Brasil em latim à época. O clima épico das Navegações e Descobrimentos que teria sua expressão máxima em *Os Lusíadas* de 1572, teria sido antecipado na epopeia anchietana escrita uma década antes, sobre o empreendimento da colonização do Brasil.

Em 1997, o poema foi reeditado em edição fac-similada pela Fundação Biblioteca Nacional, tornando-se a principal forma de acesso ao texto original que se encontra no Arquivo Distrital de Évora (Anchieta, 1997, p. 23). Já o manuscrito de Algorta foi perdido em incêndio, restando dele cópia fotográfica que ficou de posse de Armando Cardoso, para a reedição das obras de Anchieta.

Pela datação da edição de 1563 e pelos fatos históricos narrados no poema, como o primeiro combate contra a França Antártica, pode-se estimar que foi finalizado antes da edição entre 1561 e 1563, contando Anchieta entre 27 e 29 anos na época de sua autoria e já estando no Brasil havia quase uma década. Por narrar fatos relativos às Capitânicas do Espírito Santo, Bahia e Rio de Janeiro, o poema traça um panorama das principais concentrações de colonos na época, que incluíam ainda S. Vicente e Pernambuco, como limites da ocupação territorial da costa litorânea.

⁷ Anchieta (1997, p. 21-22).

Por se tratar de *poema epicum* do Renascimento, o tom da epopeia anchietana é militar e belicoso, enaltecendo os feitos militares da época de fundação da colônia na América portuguesa. O poema *De Gestis Mendi de Saa*, com suas fontes, é o primeiro volume dos *Monumenta Anchietana*.

O excerto selecionado para este artigo, tirado da edição de 1563 do *Poema Epicum De Gestis Mendi de Saa* e da edição de 1986, é um texto que descreve a fundação de igrejas no Brasil quinhentista. Mem de Sá, terceiro governador-geral do Brasil, como jurista, auxiliou o trabalho missionário, não tendo o intuito de resolver controvérsias com a população indígena pelo uso da força militar, antes propondo que colonos e indígenas vivessem sob as mesmas leis.

Entretanto, as partes não concordavam com essa perspectiva de organização da colônia, estando ambos os grupos distanciados e preparando-se para o confronto, iniciado desde as primeiras décadas de ocupação anteriores à chegada de Mem de Sá. Ainda que houvesse o intuito de uma guerra derradeira entre ambos os grupos, isto não ocorreu, tendo sido posteriormente criadas, de um lado, as primeiras vilas na Bahia e, de outro lado, as primeiras missões jesuíticas, como o poema narra, graças à habilidade política do governador-geral.

Mem de Sá, como jurista de formação pela Universidade de Salamanca (Ramalho, 1999, p. 242), tanto impedia o ímpeto de colonos quanto não cedia às convocações para um combate final por indígenas, estabelecendo um convívio de certo modo pacífico, mas sob o regime de tensão entre as duas comunidades distintas, com eventuais confrontos. Acrescenta-se a isso o papel fundamental que o P. Manuel da Nóbrega, SJ, também formado pela Universidade de Salamanca, teve no aconselhamento a Mem de Sá.

O excerto que apresentamos descreve a construção de igrejas na capitania da Baía de Todos os Santos. A região descoberta oficialmente em 1501, em navegação de que participara Américo Vespúcio, foi considerada como capitania hereditária pela Coroa portuguesa apenas em 1540. Nesta região se encontrava, à época de Mem de Sá no Brasil, uma das raras cidades fortificadas da América, a cidade de São Salvador:

Sucessivamente, no entanto, renunciavam, ou faliam, ou perdiam a vida os donatários no intento. A Capitania da Bahia de Todos os Santos pertencia a Francisco Pereira Coutinho, guerreiro do Oriente como Duarte Coelho, que fora seu companheiro na Índia. Na sua chegada ao Brasil, em 1536, para tomar posse da província que lhe cabia valorizar, encontrou o célebre náufrago Diogo Álvares, feito patriarca local graças à numerosa família “mameluca” a sua roda, homem pacífico, de boa índole, estimado dos índios a quem se vinculara. Infelizmente, havia nas proximidades tabas hostis sobre as quais falhava a sua ação pacificadora. O donatário velho, doente, sem recursos, não dispunha tampouco de habilidade em lidar com os poucos brancos que o cercavam. Os desmandos de um clérigo irrequieto, a perturbação que gerava, o enfraquecimento dos brancos em presença de gentio hostil, incitado por franceses, provocaram a tragédia em que o veterano perdeu a vida, na hora de retornar de Porto Seguro à Bahia, depois do assalto da indiada adversa contra os engenhos de açúcar por ele construídos em anos de trabalho e sacrifícios. Tudo se perdeu no mesmo desastre. O capitão e o seu labor. Restava apenas o núcleo do Caramuru para receber os socorros finalmente expedidos por D. João III, ao instituir o governo-geral do Brasil, que se foi estabelecer nas imediações da antiga Vila Velha mameluca (Ab’Saber, 2007, p. 116-7).

FLP20(2)

Diogo Álvares Correia, o lendário Caramuru, foi um de seus primeiros colonos, segundo relatos da época colonial, casado com a indígena convertida ao cristianismo, Catarina Paraguaçu, o que firmara o início da aliança luso-tupi na região, antes mesmo da fundação do governo-geral⁸. Em 1548, após uma sucessão de tragédias, a Coroa adquiriu as terras da capitania e lá fundou o governo-geral, com Tomé de Souza, o primeiro governador-geral, entre 1549 e 1551, tornando-se a cidade de São Salvador capital da América portuguesa. O mandato de governador-geral perduraria por um triênio inicialmente.

Com a chegada de Duarte da Costa, segundo governador-geral, de formação militar, as tensões entre colonos e indígenas não retrocederam, graças em parte à conduta de seu filho, Dom Álvaro da Costa. A chegada de D. Pero Fernandes Sardinha, primeiro bispo do Brasil, seria um elemento complicador, por ele confrontar diretamente os costumes indígenas e as atitudes de colonos, aprofundando tensões. Seu trágico naufrágio levou-o às mãos dos Caetés, que o devoraram, por fim, num ritual antropofágico.

Neste contexto, Mem de Sá encontra uma colônia com sérios problemas de organização e à beira do colapso. Com auxílio dos jesuítas, implementa uma política para pacificar a região, com “guerras justas”, de legítima defesa, e busca conter a ânsia dos colonos em escravizar a população indígena. Os dois grupos estabelecem-se separadamente em vilas e missões, e as atividades de produção de açúcar se iniciam, com uso de mão-de-obra escrava, que fomentava o tráfico humano das colônias na costa da África. Com a imigração europeia, a diáspora africana e a conversão indígena, se formam os primeiros núcleos civilizatórios do Brasil quinhentista.

FLP20(2)

4 DE GESTIS MENDI DE SAA: VERSOS 1190-1223: FUNDAÇÃO DE IGREJAS

Apresentamos um excerto do livro II do *Poema Epicum De Gestis Mendi de Saa* de Anchieta, a partir da edição de 1986 de Armando Cardoso (Anchieta, 1986, p. 142-4). O excerto apresentado refere-se à fundação de igrejas no Brasil quinhentista. Na edição de 1986 de Cardoso, há a referência às páginas 29 e 30 do manuscrito de Algorta para o excerto, não havendo indicação em relação à *editio princeps* de 1563.

O manuscrito de Algorta, sem datação, e a *editio princeps* de 1563 são as fontes textuais conhecidas do poema anchietano, utilizadas por Armando Cardoso. A tradução, que apresentamos após o original, também é de autoria de Armando Cardoso:

⁸ Sobre as fontes da lenda de Caramuru Treece (2013, p. 309) escreveu: “Uma das primeiras e mais elaboradas menções ao mito é a do colono Gabriel Soares de Sousa: em sua *Notícia do Brasil* que foi publicada em 1587. Outros detalhes aparecem nas obras de dois clérigos do século XVII: a *História do Brasil 1500-1627* de Frei Vicente do Salvador, e *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil*, de Simão de Vasconcellos. No século XIX, o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, em sua pesquisa sobre os principais expoentes do mito (*O Caramuru perante a história*), enfatiza a importância de Simão de Vasconcellos para a ordenação dos acontecimentos da história numa estrutura coerente: “É possível que Vasconcellos, recebendo a tradição já arranjada a modo de romance, a concertou como pode para narrar nas formas históricas estes sucessos”. A versão mais elaborada e altamente retórica de Sebastião da Rocha Pitta em *História da América Portuguesa* dá o tom literário para o século XVIII e para Santa Rita Durão”.

<i>Singula quid referam quae, Christi numine tactus,</i>	1190
<i>Dux pius effecit Mendus? Res praedicat ipsa:</i>	(p. 30)
<i>Templa nitent, non marmoreis fundata columnis,</i>	
<i>Non lapide aut pario, fulgenti aut iaspide pulchra,</i>	
<i>Non radiata novo argento, nitidove elephanto,</i>	
<i>Pallentive auro aut Gangetide ditia gazae;</i>	1195
<i>Sed Christi fundata fide, sanctisque Tonantis</i>	
<i>Praeceptis ornata micant, ubi caelica Flamma</i>	
<i>Divino incendit Brasillica pectora amore,</i>	
<i>Divitiisque animas variis locupletat egenas.</i>	
<i>Haec pius erexit praeses, sanctisque dicari</i>	1200
<i>Nominibus voluit: primum sibi vindicat Almus,</i>	
<i>Qui docuit gentes caelestia dogmata, Paulus,</i>	
<i>Nomine pro Domini aerumnas perpessus lesu</i>	
<i>Ingentes, multosque dolos variosque labores,</i>	
<i>Atque graves casus ponti, terraeque pericla;</i>	1205
<i>Et meruit clarum, sectus caput ense, triumphum.</i>	
<i>Altera templa tenet duodena ex plebe Iacobus,</i>	
<i>Qui intrepida nomen resonat dum voce Magistri,</i>	
<i>Primus Apostolici numeri caput obtulit ensi,</i>	
<i>Fudit et afflicta pretiosum morte cruorem.</i>	1210
<i>Tertia, Iohannes, prae cunctis carus lesu</i>	
<i>Discipulis; nivei quem gloria clara pudoris</i>	
<i>Reddidit eximium; cui tantus pectore fido</i>	
<i>Ardor amoris erat, furiosos inter ut enses</i>	
<i>Semper adusque crucis tormenta infanda, Magistro</i>	1215
<i>Haeserit; et meruit, summo cumulatus honore,</i>	
<i>Audire a Domino moriente novissima verba;</i>	
<i>“En quae me sacro, nivei sine labe pudoris,</i>	
<i>“Ventre tulit, dulci lactavit et ubere Mater!</i>	
<i>“Haec tibi mater erit; tu filius ipsius esto!”</i>	1220
<i>Ultima constructi nuper fastigia templi,</i>	
<i>Spiritus Alme, tibi sacra sunt: tu maxima Olympi</i>	
<i>Atria, tu terram et pontum numine complex;</i>	

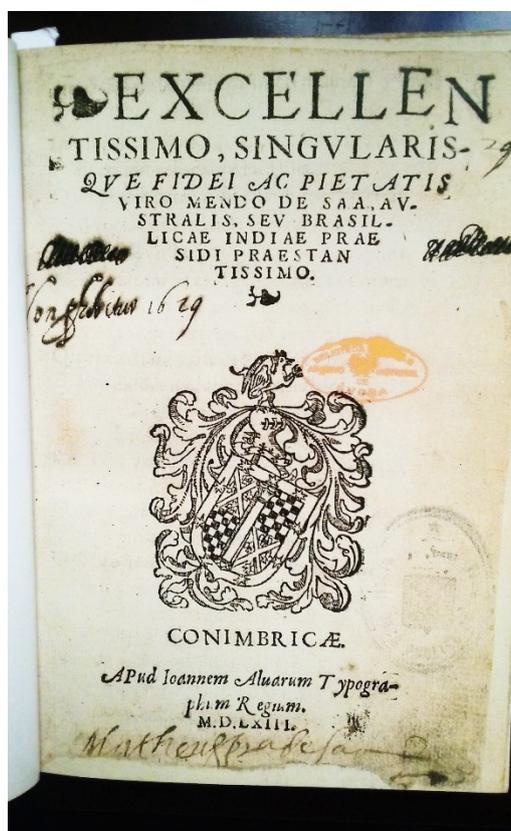
FLP20(2)

(Mas, porque narrar por miúdo quanto, inspirado por Cristo,	1190
realizou o piedoso chefe? Proclamam-no os fatos.	
Erguem-se templos: não se firmam em marmóreas colunas	
nem se talham de blocos brilhantes de Paros ou nítido jaspé	
não brilham de pratas novas, e lustrosos marfins,	
nem de áureas palhetas, ou alfaías preciosas do Ganges:	1195
firmam-se na fé de Cristo e adornam-se dos santos preceitos	
do Onipotente; é aí que a chama celeste incendeia	
de amor divino os simples corações dos Brasis,	
e lhes cobre as pobres almas de verdadeiras riquezas.	
O chefe piedoso os ergueu e quis dedicá-los	1200
a celestes patronos: a Paulo foi consagrado o primeiro,	
àquele que ensinou aos gentios a doutrina de Cristo,	
e pelo nome do Senhor Jesús sofreu dissabores,	
muitos e enormes enganos e grandes trabalhos,	
duros naufrágios no mar e mil perigos na terra,	1205
e dando a cabeça ao ferro alcançou brilhante triunfo.	
Foi a segunda igreja dedicada ao apóstolo Tiago,	
primeiro dos Doze a oferecer o pescoço à espada,	
e derramar seu precioso sangue em morte afrontosa,	
enquanto exalta com voz corajosa o nome do Mestre.	1210
Coube a terceira a João, o amigo predileto de Cristo:	
distinguiu-o entre os demais a fúlgida glória	
de sua nívea candura. Tão forte amor lhe abrasava	

o peito fiel, que entre espadas furiosas teve a coragem
de seguir o Mestre até os tormentos terríveis da cruz. 1215
Aí mereceu receber a maior honra da terra,
ouvir do Senhor moribundo as derradeiras palavras:
“Eis aquela que em seu seio de imaculada pureza
me concebeu e a seus níveos peitos me nutriu pequenino
será ela tua mãe e serás tu seu filho!” 1220
As últimas torres erguidas, foram a ti consagradas
ó Divino Espírito Santo: é teu sopro que enche
os espaços celestes, as vastidões do mar e da terra).

Na *editio princeps* de 1563, o excerto encontra-se nas páginas 22 e 23, sem numeração (Anchieta, 1997), conforme edição fac-símile. Registramos algumas variantes, em relação à leitura de Armando Cardoso. No verso 1196, conforme a edição de 1986, que segue o manuscrito de Algorta, há: *Sed Christi fundata fide, sanctisque Tonantis*, enquanto na *editio princeps* de 1563 temos: *Sed fundata Christi fide, sanctisque tonantis*. Já no verso 1199, Cardoso registra: *Divitiisque animas variis locupletat egenas*, enquanto na edição de 1563, temos: *Divitiisque animas veris locupletat egenas*.

O registro de variantes entre as fontes justificaria por si só uma necessidade de se analisar mais profundamente o corpus anchietano. O trabalho pioneiro de Armando Cardoso em buscar as fontes, estabelecer textos e traduzi-los é fundamental para termos um conhecimento contemporâneo da obra de Anchieta. Entretanto, podemos inferir que ainda há a necessidade de um trabalho filológico específico em relação às variantes nas fontes textuais do poema.



Fonte: Anchieta (1997, p. 24).

Figura 1 - Frontispício da edição de 1563 do *De Gestis Mendi de Saa*.

5 CONCLUSÃO

O *Poema Epicum De Gestis Mendi de Saa* de Anchieta foi escrito inicialmente à época de D. João III, mas publicado já durante a época de D. Sebastião, em 1563. Sua reedição moderna só veio a lume em 1958, 1970 e 1986, em três edições desenvolvidas por Armando Cardoso. Ao registrar os esforços iniciais de formação da colônia na América portuguesa, Anchieta demonstra em seu poema as dificuldades de estabelecer uma colônia, com poucos recursos e poucos colonos, em que os povos indígenas tiveram intensa participação, desde os conflitos iniciais até o estabelecimento da paz. Do momento de conflito inicial até o estabelecimento de alianças e, por fim, da paz, a colônia foi-se desenvolvendo e integrando-se ao comércio global praticado na rede de interações do extenso império colonial ultramarino português, que teve entre 1415 e 1580 seu apogeu. O poema de Anchieta registra importante momento histórico na colonização do Brasil quinhentista.

O início da colônia foi marcado por atividades militares, como se registra na obra anchietana, até que se estabelecesse uma rotina de convívio mais amplo, favorecida pela atuação de missionários e pela política de conversão. Assim como os povos germânicos, após a queda do Império Romano, foram aos poucos convertendo-se ao cristianismo, a política de conversão nas Américas possibilitou alianças entre determinados grupos indígenas e europeus, o que permitiu a ocupação do território, surgindo uma nova sociedade neolatina no Brasil quinhentista.

A navegação pelo Atlântico possibilitou a expansão de Portugal por todo o globo, na África e nas Índias, e por fim, nas Américas. O nascimento do Estado do Brasil, com o estabelecimento do governo-geral na cidade de São Salvador, marca o surgimento de um novo ator geopolítico para as Américas e para o mundo neolatino, dentro do projeto de expansão da cristandade ocidental, que buscava unificar o território costeiro sob o mesmo domínio. Como reflexo das imigrações, que criaram a colônia de além-mar, temos o desenvolvimento incipiente de práticas culturais que foram registradas, por exemplo, na obra em latim de S. José de Anchieta, SJ (1534-1597), desenvolvida no contexto do Humanismo renascentista português, e oriunda de tradição relacionada ao Colégio das Artes de Coimbra da época de D. João III. O *Poema Epicum De Gestis Mendi de Saa*, reeditado modernamente por Armando Cardoso, é um dos principais registros documentais da latinidade no Brasil quinhentista.

REFERÊNCIAS

- Ab'Saber AN. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2007.
- Anchieta J. Textos históricos. São Paulo: Loyola; 1989.
- Anchieta J. Poema da Bem-aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus. São Paulo: Loyola; 1988, 2 v.
- Anchieta J. Doutrina cristã. São Paulo: Edições Loyola; 1992, 2 v.
- Anchieta J. Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil. São Paulo: Loyola; 1990.
- Anchieta J. Cartas: correspondência ativa e passiva. São Paulo: Loyola; 1984.

- Anchieta J. De Gestis Mendi de Saa. Poema dos feitos de Mem de Sá. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; 1958.
- Anchieta J. De Gestis Mendi de Saa. São Paulo: Loyola; 1970.
- Anchieta J. De Gestis Mendi de Saa. São Paulo: Loyola; 1986.
- Anchieta J. De Gestis Mendi de Saa. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca Nacional; 1997.
- Anchieta J. Poemas eucarísticos e outros. São Paulo: Loyola; 1975.
- Anchieta J. Teatro de Anchieta. São Paulo: Loyola; 1977.
- Anchieta J. Manuscrito de Algorta. Cópia digital. [s.d.]
- Bassetto BF. Elementos de Filologia Românica: História Externa das Línguas Românicas. São Paulo: Edusp; 2013.
- Carlan CU. Constantino e as transformações do Império Romano no século IV. História da Arte e Arqueologia. 2009;11(1):27-35.
- Caxa Q. Primeiras biografias de José de Anchieta. São Paulo: Loyola; 1988.
- Costa SR. O protagonismo dos franciscanos na evangelização no Brasil antes dos jesuítas: a experiência de Laguna. Investigación en Ciencias Sociales y Humanidades. 2011;13:1-14.
- Diniz DCB. O conceito de América Latina: uma visão francesa. Caligrama: Revista de Estudos Românicos. 2007;12(2): 129-148.
- Fabrizio A. Orações de sapiência: 1548-1555. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; 2011.
- Franco AC. O Brasil e as origens da união Latina. Brasília: Funag; 2002.
- Godoy AM. Mundo helénico e ideologia no direito romano. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. 2004;45(2):75-103.
- Henriques JMN. O radicalismo islamista na península ibérica: a reconquista do Al Andalus [dissertação]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa; 2011. [citado 02 fev. 2018]. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/7039/1/joao.pdf>.
- Moatti C. The birth of critical thinking in Republican Rome. Cambridge: Cambridge University Press; 1997.
- Mollinari E. A etimologia segundo Santo Isidoro de Sevilha [homepage]. 1998. [citado 07 fev. 2018]. Disponível em: http://www.filologia.org.br/anais/anais_iicnlf02.html.
- Moutinho M. Bibliografia para o IV centenário da morte do beato José de Anchieta, 1597-1997. São Paulo: Loyola; 1999.
- Oliveira LL. A Septuaginta – uma herança alexandrina até nossos dias. Principia. 2008;16:115-122.
- Pires A, et al. Cartas avulsas 1550-1568. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; 1931.
- Ramalho AC. Os versos latinos de Francisco de Sá e a autoria do poema De Gestis Mendi de Saa. Humanitas. 1999;51:241-250.
- Ramalho AC. Resposta do Director a Leodegário de Azevedo Filho. Humanitas. 1989-1990;41-2:295-308. [citado 07 fev. 2018]. Disponível em:

https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas41-42/14.1_comentario_a_reposta.pdf.

Resende A. *Antiguidades da Lusitânia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; 2009.

Silva Neto S. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença; 1992.

Souza GS. *Notícia do Brasil*. São Paulo: Martins; 1949.

Salvador V. *História do Brasil (1500-1627)*. São Paulo: Melhoramentos; 1965.

Saraiva JH. *História de Portugal*. Lisboa: Alfa; 1993.

Tannus CAK. Um olhar sobre a literatura novilatina em Portugal. *Calíope*. 2007;16:13-31.

Trecece D. Caramuru, o mito: conquista e conciliação. *Teresa, revista de Literatura Brasileira*. 2013;12-3:307-344. [citado 07 fev. 2018]. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/99394>.

Varnhagen FA. O Caramuru perante a história. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. 1848;10(3):129-52.

Vasconcellos S. *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil*. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira; 1663.

Vasconcelos P. De redes a territórios: o Império colonial português [homepage]. 2016. [citado 7 fev. 2018]. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-12672016000200003.

Vidos BE. *Manual de Linguística Românica*. Rio de Janeiro: Eduerj; 1996.

FLP20(2)

Leitura crítico-filológica de Resolução de 1822:
revoltas, vigilância, violência e punição
na Bahia do século XIX

*Critical-philological reading of Resolution of 1822:
revolts, surveillance, violence and punishment
in 19th century Bahia*

Eliana Correia Brandão Gonçalves*
Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil

Resumo: O artigo apresenta um estudo crítico-filológico, a partir da edição semidiplomática e dos comentários paleográficos, da Resolução de 1822, procedente de Cachoeira – Bahia, que registra a necessidade de gestão do controle social da população negra no Brasil, com vistas à repressão dos movimentos de revoltas escravas. Cachoeira foi um dos núcleos urbanos mais importantes do Recôncavo Baiano no século XIX e, portanto, palco de constantes sublevações de escravos. Decerto, os nossos heróis negros deixaram, nos registros jurídicos, vestígios de luta e resistência, visto que representavam um problema de segurança, que demandava vigilância e medidas legais por parte do governo imperial e provincial. Essas medidas legais dialogam com as reivindicações sociais e políticas, por parte daqueles que executavam ações violentas e punitivas, em relação aos frequentes atos de enfrentamento e resistência promovidos pelo povo negro. Nesse viés, a atividade filológica de editar textos sobre as revoltas na Bahia requer uma pesquisa criteriosa e argumentativa. E, portanto, é preciso escavar a memória dos grupos oprimidos e lembrar os corpos dissidentes, descontentes e silenciados pelos contextos de escravatura, propondo a reflexão dessas narrativas a partir da crítica-filológica.

Palavras-chave: Filologia. Paleografia. Crítica Textual. Revoltas escravas. Vigilância e violência.

Abstract: This article presents a critical-philological study, from the semidiplomatic edition and the paleographic comments, of Resolution 1822, from Cachoeira - Bahia, which records the need for management of social control of the black population in Brazil, with a view to repression of the movements of slave revolts. Cachoeira was one of the most important urban centers of the Recôncavo Baiano in the nineteenth century and, therefore, the scene of constant uprisings of slaves. Certainly, our black heroes left vestiges of struggle and resistance in the legal records, since they represented a security problem that demanded vigilance and legal measures by the imperial and provincial government. These legal measures dialogue with the social and political demands, by those who carried out violent and punitive actions, in relation to the frequent acts of confrontation and resistance promoted by the black people. In this bias, the philological activity of editing texts about the revolts in Bahia requires careful and argumentative research. And so it is necessary to dig the memory of the oppressed groups and to remember the

* Professora Adjunta do Departamento de Fundamentos para o Estudo das Letras - Setor de Filologia do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia e Professora Permanente do PPGLinC - UFBA, Salvador, BA, Brasil; elianabrand7@gmail.com

dissident, discontented and silenced bodies by the contexts of slavery, proposing the reflection of these narratives from the critical-philological view.

Keywords: Philology. Paleography. Textual Criticism. Slave revolts. Surveillance and violence.

1 INTRODUÇÃO

A proposta do artigo é desenvolver um estudo crítico-filológico a partir da edição semidiplomática e dos comentários paleográficos da Resolução do Conselho Interino do Governo da Bahia de 28 de novembro de 1822, com datação tópica de Cachoeira – Bahia e com registro de assinatura do Oficial Maior da Secretaria do Governo da Província da Bahia, José Albino Pereira. Cachoeira foi um dos núcleos urbanos mais importantes do Recôncavo Baiano no século XIX e, por esse motivo, palco de constantes sublevações de escravos.

O manuscrito testemunha que os escravos revoltosos deixaram, nos registros jurídicos do século XIX, vestígios de sua luta e resistência. Desse modo, algumas dessas medidas preventivas são registradas nos artigos da Resolução (1822) editada. Essas medidas legais dialogam com as reivindicações sociais e políticas, por parte daqueles que executavam ações violentas e punitivas, em relação aos frequentes atos de enfrentamento e resistência promovidos pelo povo negro na Bahia. Portanto, a atividade filológica de editar textos sobre as revoltas na Bahia requer uma pesquisa criteriosa e argumentativa.

Neste contexto, o referido documento encontra-se disponível na Fundação Biblioteca Nacional, que é depositária oficial de vários manuscritos referentes à história do Brasil e da Bahia, entre os quais a Resolução (1822) aqui analisada, promovendo políticas de democratização do acesso à memória cultural, por meio de base digital de dados, como os documentos da Administração Pública localizados na Seção Bahia.

O estudo apresentado é resultante do projeto de pesquisa, por mim coordenado e intitulado *Guerras, revoltas e contextos de violência em documentos de arquivos histórico-culturais: edição e estudo linguístico*¹, que tem por objetivo a elaboração de produções editoriais e o desenvolvimento de estudos crítico-discursivos, semântico-lexicais, terminológicos e onomásticos de documentos históricos sobre a Bahia, disponibilizados em acervos de instituições arquivísticas, nacionais e estrangeiras, como a Biblioteca Nacional, o Arquivo Público do Estado da Bahia e o Arquivo Histórico Ultramarino. Portanto, em diálogo com outros projetos de pesquisa locais e nacionais, desde 2016, o projeto propõe a recuperação e reavaliação da memória baiana, por meio de edições de documentos do português escrito, datados do século XVIII ao XX, disponibilizando *corpora* de documentos que futuramente possam servir de base para o desenvolvimento de análises linguísticas.

¹ Projeto desenvolvido no Departamento de Fundamentos para o Estudo das Letras do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Coordenadora do Grupo de Estudos Filológicos e Linguísticos sobre Guerras, Revoltas e Violências e integrante do Grupo de Pesquisa Studia Philologica.

Ademais, recorrendo aos procedimentos críticos e metodológicos da Filologia, compreendemos cada produção textual como resultante da cultura, do tempo e do espaço, promovendo a mediação multidisciplinar, entre as diversas abordagens filológicas e as abordagens dos estudos históricos, políticos, culturais, paleográficos, diplomáticos e linguísticos. Desse modo, a leitura de documentos históricos, considerando a tipologia documental Resolução, pode evidenciar aspectos políticos, sociais e discursivos das sublevações de escravos na Bahia do século XIX.

Nesse viés, o conhecimento dessas narrativas históricas possibilitado pela reflexão da crítico-filológica, em nosso cenário atual, nos torna possível uma reflexão sobre os legados da violência herdados do nosso passado colonial e imperial. Portanto, é preciso escavar a memória dos grupos oprimidos e lembrar os corpos dissidentes, descontentes e silenciados pelos contextos de escravatura, vigilância e violência, paradoxalmente não intimidados nem derrotados, que resistiram à opressão por parte dos poderes instituídos.

2 A FILOLOGIA E O ESTUDO DAS FONTES DOCUMENTAIS SOBRE AS REVOLTAS NA BAHIA DO SÉCULO XIX

A leitura crítico-filológica como prática interpretativa pauta-se em um método integrativo, dialógico e híbrido, considerando atos partilhados de leitura, por meio de uma análise criteriosa de contextos sociais, históricos, políticos e linguísticos, fragmentando a percepção do senso-comum e estabelecendo outras conexões interpretativas. Nessa perspectiva, por meio da elaboração de produtos editoriais, o filólogo cumpre um papel político e histórico, à medida que partilha, com diversos públicos, leituras de aspectos da memória da opressão, violência e punição, atinentes às revoltas escravas na Bahia. Em particular, no caso da edição fac-similar e semidiplomática da Resolução de 1822 tem-se como público-alvo a priori o pesquisador da área de estudos filológicos e linguísticos. No entanto, vencido o desafio da apresentação da leitura do manuscrito, através da própria mediação estabelecida pelo texto editado, o trabalho filológico pode disponibilizar aos historiadores e interessados o conhecimento das narrativas históricas presentes nos textos.

Por outro lado, é preciso considerar que a leitura filológico-histórica está condicionada aos tipos de fontes, em que se baseiam os estudos, e à construção crítico-interpretativa que pode ser realizada desses documentos. Dessa forma, a prática preparatória de edições criteriosas leva em consideração diversos modelos editoriais, que atentam para o objetivo que norteia a produção editorial, assentando-se em sólidas reflexões sobre os modos de produção, circulação e recepção dos textos (Pons Rodríguez, 2006).

Contemporaneamente, a Filologia tem atentado cada vez mais para as condições sociais e culturais de produção das fontes escritas, para o papel social que os sujeitos ocupam e para os usos linguísticos por eles adotados. Desta maneira, para Guzmán Guerra, Tejada Caller (2000), a Filologia estuda tudo o que se refere ao humano, logo todos os produtos e atividades derivados da língua. Assim, para que uma produção editorial seja organizada para fins linguísticos, é preciso pensar no resgate e na interpretação de diversos registros escritos produzidos pelos grupos, ao

FLP20(2)

longo de sua história, na pluralidade de usos da língua na escrita e nos papéis sociais daqueles que produziram o texto.

Ainda nesse prisma da prática interpretativa da Filologia, que percebe o texto como produto da cultura e da língua, o filólogo compreende que a mediação crítica promove mudanças, por exemplo, no suporte, e retomadas, reavaliações e reconfigurações das narrativas históricas, que se constituem, por si só, novos dados interpretativos para o texto.

Mas é preciso lembrar que, no contexto arqueológico da Filologia, desde as suas origens, a atividade filológica [...] consider[ou] as diversas materialidades e inscrições [do texto], sua relação visceral com a cultura e sua vinculação com a língua, a história e o tempo. O texto é objeto de estudo do filólogo, que articula, através do seu labor crítico, as atividades de reconfiguração dos fragmentos das histórias sociais, linguísticas e discursivas e de composição de produções editoriais que resgatem parte do patrimônio linguístico-cultural. [...] Desse modo, a reconstrução da historicidade dos textos e das línguas, por meio da diversidade de produções editoriais, vai articular uma mediação crítica (Gonçalves, 2017, p. 199).

Destarte, a Filologia é uma disciplina com enfoque teórico e histórico que promove múltiplos diálogos com outras áreas incluindo a Paleografia, a História e Linguística, utilizando-se da língua como um meio para desenvolver o estudo, a análise, a interpretação e a restauração de seu objeto de estudo, o texto, quer literário ou não-literário (Cano Aguilar, 2000), em suas múltiplas faces.

Said (2007, p. 82) afirma que “uma verdadeira leitura filológica é ativa; implica adentrar no processo da linguagem já em funcionamento nas palavras e fazer com que revele o que pode estar oculto, incompleto, mascarado ou distorcido em qualquer texto.” Nesse viés, compreendo que ser filólogo é reinterpretar e reavaliar, sem cessar, os procedimentos adotados no decorrer de suas leituras, é desconfiar e destronar as verdades que se insinuam no texto (Gonçalves, 2018a; 2018b) e, certamente, portanto, o filólogo pode ser esse mediador de debates advindos de leituras críticas, alternativas, pouco conhecidas ou divulgadas dos contextos políticos, sociais e discursivos sobre as revoltas escravas na Bahia.

FLP20(2)

3 BREVES CONSIDERAÇÕES INTERPRETATIVAS SOBRE OS CONTEXTOS DE REVOLTAS ESCRAVAS NA BAHIA E A RESOLUÇÃO DE 1822

Várias rebeliões escravas ocorreram na Bahia do início do século XIX. Esse período foi marcado pela prosperidade dos engenhos de cana-de-açúcar do Recôncavo e pela exportação e importação de escravos da África. Para Reis (1992, p. 100), “o crescimento da agricultura de exportação, por outro lado, foi feito às custas de uma intensificação do trabalho escravo e também às custas da produção de alimentos. O escravo do Recôncavo agora trabalhava mais e comia menos.”

As rebeliões eram encabeçadas por escravos insurgentes, como forma de enfrentamento das condições aterrorizantes da escravidão. Após ataques sucessivos, ocorreram algumas rebeliões, no interior do Recôncavo Baiano, em 1807, em São Francisco do Conde, e em 1809, nas proximidades de Nazaré das Farinhas, com a presença de rebeldes, no geral escravos hauçás, alguns dos quais adeptos do

islamismo e fugidos de Salvador e dos engenhos do Recôncavo (Reis, 1992). Assim, diante das conspirações e rebeliões, que ainda estavam em curso, como as ocorridas em várias cidades do Recôncavo Baiano (Dantas, 2011), o governo redobrava a vigilância e adotava medidas repressivas e punitivas, em especial em Cachoeira, enviando tropas de Salvador, na tentativa de manter a ordem e conter os movimentos insurgentes, promovendo também perseguições e punições extremas por parte das milícias locais.

As autoridades do Brasil e, em particular, da Bahia se encontravam com algumas questões relevantes a serem resolvidas, entre as quais a necessidade da gestão do controle social da população negra no Brasil, com vistas à repressão às revoltas. Esses acontecimentos motivam ações administrativas - de ordem, registradas na Resolução de 1822 - que se traduzem por ações interventivas para a ameaça que se configurava com os movimentos de revoltas escravas. Com o crescente temor generalizado, diante dos riscos de revoltas, já tinham sido tomadas várias providências, no início de 1822, na província da Bahia, visando ao controle dos ataques da população negra e, conseqüentemente, tentando reprimir os movimentos conspiratórios na Bahia oitocentista (Brito, 2008). A propósito, Reis (1992) destaca algumas medidas adotadas em cidades baianas:

[...] o controle da população escrava aumentou após o ataque [da cidade de] Nazaré. O conde da Ponte adotou uma série de medidas para fazer frente ao que considerava excessiva liberalidade dos senhores com seus escravos. Providências típicas nesse sentido foram adotadas por um juiz de Maragogipe. A 31 de janeiro, o juiz de direito Joaquim Inácio da Costa ordenou que os escravos vivendo longe dos senhores no ganho retornassem a suas casas em 24 horas, sob pena de serem presos e açoitados. Os donos de casas e hospedarias que alugassem quartos a escravos seriam multados em 6 mil réis por cada inquilino ilegal. Foi estabelecido um toque de recolher para escravos circulando nas ruas sem passes assinados pelos senhores. Os batuques e danças, feitos de dia ou de noite, foram terminantemente proibidos. Finalmente, o juiz pediu autorização para que seus agentes atirassem para matar contra qualquer escravo suspeito que resistisse à ordem de prisão (Reis, 1992, p. 104).

FLP20(2)

A Resolução (1822) em estudo reitera essa prática do toque de recolher para escravos, além da repressão à manifestação negra por meio de reuniões religiosas, que eram tratadas como caso de polícia. Assim, observa-se que o próprio crescimento das notícias de sublevação dos escravos fez com que a Polícia redobrasse a vigilância, com o fim de conter movimentos de revolta, antes que os mesmos acontecessem. Esse fato é atestado ainda em 1822 com a vigência de medidas preventivas registradas em alguns artigos da Resolução (1822) editada:

1º Que os Capitaens Mores das Villas ordenem mui positivamente aos Capitaens e Officiaes dos Terços, que comandão, que fação rondar por escoltas de Ordenanças armadas todos os districtos onde houver quantidade de escravos, prohibindo severamente, que estes se reunão apretexo de funçoens, autabaques, evigiando muito escrupulosamente sobre a conducta dos mesmos.

5º Que as Patrulhas erondas de Policia dentro das Villas e Povoaçãoz|prendaõ atodos os escravos pretos, que andarem sem bilhete dos senho=|res pelas ruas depois do toque de nove horas danoite, eas remettaõ pré=|zos ao Juis para osfazer punir comcincoenta açoutes não sendo em=|contrados com alguma das armas referidas no

Artigo segundo, elcom duzentos achandose com ellas; depois do que serão entregue aos=|seus senhores damesma forma determinadano Artigo terceiro (Resolução 28.10.1822, f. 1 r, L. 10 – 15; f. 1v, L. 2 -8 – excerto do texto com base na edição elaborada pela própria autora deste artigo).

Nesse contexto, são presenciados vários movimentos revolucionários que ocorreram em 1822. Portanto, nesse período o governo provisório baiano, instalado no Recôncavo, promoveu ataques físicos e simbólicos, usando da violência e de estratégias de controle repressivo nessa região, proibindo a livre circulação do povo negro e reprimindo atividades suspeitas como reuniões, festas religiosas e porte de arma por parte dos escravos.

Essa postura é motivada por denúncias e indícios de sublevação de escravos, apoiada pelos portugueses e “hamuito dezejada e fomentada no interior | do Reconcavo pelo danninho partido Europeo Portuguez advindo do | mesmo Conselho prevenir energicamente qualquer irupção parcial/” (Resolução 28.11.1822, f. 1r, p. 3-5 - excerto do texto com base na edição elaborada pela própria autora deste artigo.)

Vale ainda acrescentar que a legislação vigente no século XIX não assegurava os direitos civis aos escravos, mas, por outro lado, em contextos de crimes, atribuía responsabilidade aos seus atos, julgando-os de acordo com as leis vigentes, “situação esdrúxula, que inseria o escravo na cidadania apenas quando criminoso” (Aras, 2012, p. 167). Posteriormente, foram tomadas medidas para a construção de um plano repressivo para a região, por meio de policiamento do Recôncavo, com a finalidade de combater e julgar os escravos rebeldes. Mas vale ressaltar que nem mesmo o aumento da presença militar e o reforço das tropas inibiram os escravos a continuarem a se rebelar.

FLP20(2)

4 O MANUSCRITO *RESOLUÇÃO DO CONSELHO INTERINO DO GOVERNO DA BAHIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 1822*

Com a abertura de vários arquivos e com a organização de acervos sobre a historiografia baiana, em séries documentais, são propostas novas linhas de investigação que, a exemplo da pesquisa desenvolvida por Aras (2012), trouxeram contextos das revoltas, pouco conhecidos pela sociedade, destacando inclusive “aqueles que se envolveram nos movimentos de contestação à ordem, de disputa do poder e por alterações na estrutura do Estado”, mas também o movimento de “setores da sociedade reunidos em torno de pautas gerais e específicas para os distintos setores da população (Aras, 2012, p. 152, 153).”

Desse modo, é importante avaliar como a legislação provincial da Bahia demandava atos e ações de controle social e político sobre os escravos revoltosos, no início do século XIX, por meio dos presidentes e dos chefes de polícia da província (Brito, 2008), através da edição e do estudo de Resoluções expedidas nesse período. E, para isso, é preciso compreender a Resolução (1822) como uma decisão de ordem jurídica e normativa, como um ato administrativo normalmente expedido pelas autoridades do executivo ou pelos presidentes de tribunais, órgãos legislativos e colegiados administrativos, com o objetivo de disciplinar assunto ou matéria de sua

competência específica, pautando uma decisão ou ordem derivada de um contexto ou de determinadas demandas sociais. Segundo Bellotto (2002):

RESOLUÇÃO - documento dispositivo normativo, descendente. Ato emanado de órgão colegiado registrando uma decisão ou uma ordem no âmbito de sua área de atuação. O ato está fundado na própria atribuição conferida ao órgão ou representante. Diz-se que a resolução é conjunta quando o seu dispositivo é do interesse e da área da competência de mais de um órgão público. Protocolo inicial: título - Resolução. Sigla do órgão e numeração. Ementa. Denominação completa do cargo do responsável. Texto: "Resolve ...". Texto dividido ou não em parágrafos. Protocolo final: datas tópica e cronológica. Assinatura do emitente, presidente ou diretor do órgão colegiado (Bellotto, 2002, p. 87).

A *Gazeta do Rio de Janeiro* de 31 de Janeiro de 1821², uma publicação da Imprensa Régia, propagadora de atos oficiais, registra o nome do Oficial José Albino Ferreira, em uma relação dos despachos publicados na Corte pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino de 22 de janeiro de 1821, na qual consta, entre os Cavaleiros da Ordem de Cristo, em remuneração de serviços, o nome do referido Oficial. Vale lembrar que José Albino Ferreira era o Oficial Maior da Secretaria de Governo da Província da Bahia, designado para realizar a produção documental da província, apresentando, portanto, habilidade de escrita e conhecimento de diretrizes diplomáticas na elaboração de documentos oficiais, por ter escrito outros documentos, fato que provavelmente interfere na uniformidade das grafias observadas no manuscrito.

Aras (2012, p. 158-162) propõe, embasada no estudo das fontes históricas, uma divisão triádica entre os grupos de rebeldes, como os líderes, normalmente brancos, que faziam parte do grupo de rebeldes permanentes; os envolvidos, que aparecem citados nos registros de processo-crime, composto de negros, pardos, em sua maioria, e brancos; e os escravos, que estavam presentes nas conspirações e enfrentamentos políticos, no início do século XIX, contra a ordem Imperial. Portanto, o estudo das espécies documentais pode sugerir novos dados e pistas de revoltas de escravos. Nesse viés, em busca dessas pistas sobre as narrativas históricas de revoltas na Bahia, é preciso pensar não apenas na pluralidade de fontes, mas nos sujeitos que compõem essas cenas.

Nesse contexto, a história política das revoltas de escravos na Bahia perde seu conceito clássico e tradicional de história das narrativas de um povo, de um lugar, (Falcon, 1997) passando a se constituir como espaço de memória da vigilância, da opressão e da violência, mas também de gestos e ações de resistência e de sobrevivência, perpetuados em nosso passado-presente, passando a discutir a política e a sociedade na sua complexidade.

² A *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal redigido e publicado totalmente no Brasil pela Imprensa Régia, foi lançada a 10 de setembro de 1808, no Rio de Janeiro, como órgão oficial do governo português durante a permanência de D. João VI no Brasil. Todavia sua última publicação data de 31 de dezembro de 1822 – edição n. 157, devido à Independência. Cf. <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/gazeta-do-rio-de-janeiro-2/>.

4.1 Edição semidiplomática da Resolução (1822)

A Resolução (1822) registra a ordem de uma série de providências a serem tomadas para evitar uma possível sublevação de escravos, fomentada, segundo representações de algumas autoridades, pelos portugueses, no interior do Recôncavo.

Optou-se pela edição semidiplomática da Resolução de 1822. A edição semidiplomática é um produto editorial que conserva as características linguísticas do texto, como a ortografia e a pontuação, além de sua constituição gramatical e lexical, desdobrando as abreviaturas que se configuram como obstáculos para a leitura dos textos do passado. Normalmente, é utilizada como corpus pelo público especializado, a exemplo de linguistas e outros especialistas, para fins de análise e interpretação. Marcada por uma mediação editorial intermediária, a edição semidiplomática normalmente vem antecedida da edição fac-similar, reprodução mecânica do documento, podendo ainda ser seguida de outro produto editorial, a exemplo da edição interpretativa, que viabiliza uma leitura modernizada de documento de testemunho único, dando, segundo Marquilhas (2004), maior legibilidade ao discurso do texto.

Andrade, Santiago-Almeida, Baronas (2014) afirmam que

a edição semidiplomática [...] sinaliza a deliberada intenção de, tendo por público-alvo o especialista, linguista ou filólogo, promover um grau baixo de mediação entre a edição e o manuscrito, procurando-se preservar o máximo possível as características do documento, dado que poderão constituir-se em *corpus* para análises feitas por linguistas, historiadores, geógrafos, antropólogos e cientistas sociais, dentre outros (Andrade, Santiago-Almeida, Baronas, 2014, p. 38).

FLP20(2)

Desse modo, vale lembrar que o acesso aos fragmentos da memória por meio dos textos é realizado por meio de aparato teórico-metodológico mobilizado pelo editor para leitura do documento, norteando os conceitos de texto e tipo de edição. Ao assumir o tipo de edição, o editor também assumirá objetivos específicos, em nosso caso, edições de documentos históricos que não apaguem as marcas linguísticas do tempo no texto. É assim que a práxis filológica opera no tempo, entre a distância e a proximidade, mobiliza elos textuais que se vinculam a sujeitos que são constituídos pela história; portanto o editor precisa compreender os significados que circundam os documentos históricos.

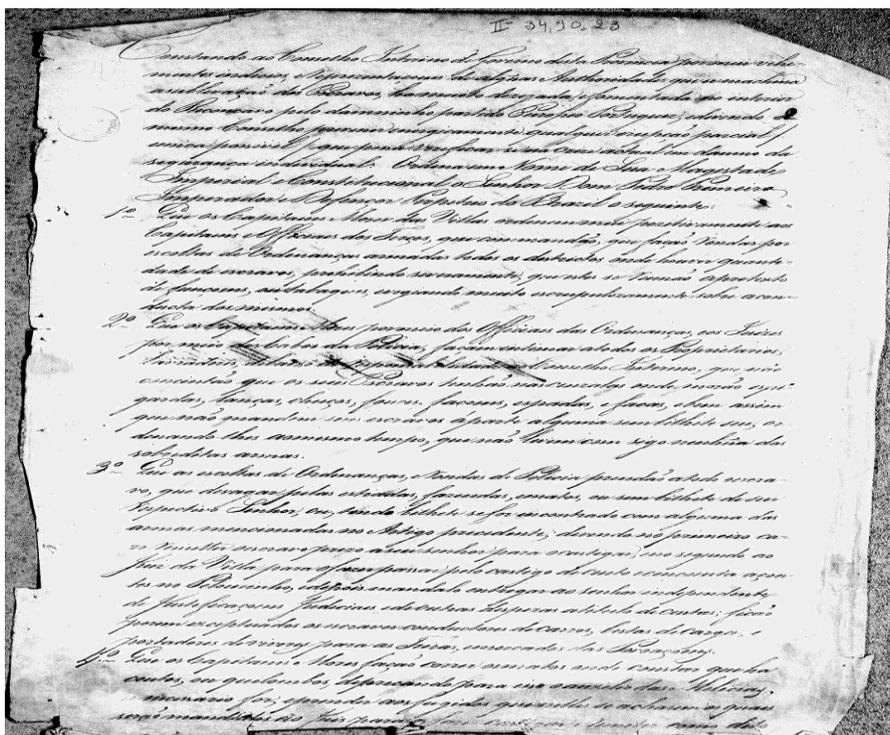
É importante também que o editor esteja comprometido com a adoção de critérios que atentem para as “peculiaridades do manuscrito” (Román Blanco, 1987, p. 19), mantendo todos os caracteres como sinais, letras e nexos, que possuam valor linguístico e histórico. Dessa forma, na relação entre crítica filológica e inferências, é necessária a explicitação dos critérios de edição que uniformizem as práticas e produções de grupos de trabalho, fixando e unificando diretrizes e convenções de transcrição e edição de documentos, por parte de pesquisadores que dependem de *corpora* editados para atestar fatos de língua, podendo se acrescentar registros e notas editoriais, para auxiliar o leitor na interpretação do texto, e trazendo também outros dados que esclarecem os contextos de produção do texto.

O manuscrito apresenta escrita cursiva, com algumas ligaduras e traçado seguro, com uma escrita que revela um escriba com mãos hábeis, familiarizado com a escrita (Marquilhas, 2010) e com caligrafia regular. O texto é apresentado em um fôlio escrito no recto e no verso, contendo 37 linhas, no recto, e 17 linhas no verso, perfazendo um total de 54 linhas. Na margem superior direita, há o registro da seguinte anotação tardia: II – 34, 10, 23. Apresenta também marcas de dobradura, rasgaduras, manchas e rasuras e a presença de marca redonda de dois carimbos, o primeiro carimbo da Biblioteca Nacional, pouco visível, no ângulo superior esquerdo do fôlio 1 recto, na altura das linhas 4 a 5; e o segundo carimbo da Bibliotheca Nacional, Secção de Manuscritos, Rio de Janeiro, no ângulo inferior central do fôlio 1 verso. Por fim, o manuscrito não apresenta abreviaturas, por se tratar de uma Resolução, documento oficial da administração pública que expressa decisão jurídica e, portanto, requer certos cuidados na sua composição.

Ademais, a edição semidiplomática do documento foi elaborada a partir de normas estabelecidas pelo Grupo de Estudos Filológicos e Linguísticos sobre Guerras, Revoltas e Violências, com base nas normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil (Cambráia, Cunha, Megale, 1999, p. 23-26)³, com algumas adaptações que se fizeram necessárias. A seguir apresentam-se a edição fac-similar seguida da edição semidiplomática da Resolução do Conselho Interino do Governo da Bahia (1822).

FLP20(2)

³ Critérios de edição: 1. A transcrição será conservadora; 2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura, obedecendo aos seguintes critérios: a) respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiosincrasias ortográficas do escriba; 3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: “mandalo”; “evigiando”; “atodos”; “demil”; 4. A pontuação original será rigorosamente mantida; 5. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração; 6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original; 7. Inserções do escriba ou do copista na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior entram na edição entre os sinais < >, na localização indicada; 8. Intervenções de terceiros no documento original, devem aparecer em nota de pé de página, informando-se a localização; 9. Intervenções do editor hão de ser raríssimas; 10. Letra ou palavra não legível justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [ilegível]; 11. A divisão das linhas do documento original será preservada na edição. A mudança de fôlio receberá a marcação com o respectivo número na sequência de duas barras verticais: ||1r.||1v.||; 12. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. 13. As assinaturas simples ou as rubricas serão sublinhadas. Os sinais públicos serão indicados em nota de pé de página. Exemplo: assinatura simples: O oficial Maior José Albino Pereira; 14. Trecho não legível por deterioração receberá a indicação [corroídas ± quantidade de linhas]. Se for o caso de trecho riscado ou inteiramente anulado por borrão, mancha de tinta ou rasura, será registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada; 15. As palavras transcritas por conjectura serão marcadas por chaves; 16. Supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original serão tachadas; 17. Serão apresentadas no aparato crítico, ao lado esquerdo da mancha escrita e à direita do leitor, apenas as abreviaturas.



Fonte: Biblioteca Nacional - Coleção Bahia - Texto de domínio público.
Disponível em: <http://bdigital.bn.gov.br/acervodigital>.

Figura 1 – Fac-símile da Resolução do Conselho Interino do Governo da Bahia
28 de novembro de 1822 -Cachoeira – Bahia - f. 1r.

FLP20(2)

||1r.||

Constando ao Conselho Interino de Governo desta Provincia por mui vihe⁴
muitos indícios, erepresentaçõens de algũas Authoridades que se machina
asublevaçãõ dos Escravos, hamuito dezejada, efomentada no interior
do Reconcavo pelo danninho partido Europeo Portuguez, edivindo {do⁵},⁶
5 mesmo Conselho previnir energicamente qualquer irupçaõ parcial/
unica possível/ que possa verificar se na crize actual em danno da
segurança individual: Ordena em Nome deSua Magestade
Imperial e Constitucional o Senhor Dom Pedro Primeiro
Imperador eDefençor Perpetuo do Brazil⁷ o seguinte⁸:
10 1º Que osCapitaens Mores das Villas ordenem mui pozitivamente aos

⁴ Na margem superior à direita, acima da L. 1, observa-se o seguinte registro tardio possivelmente da Biblioteca Nacional: II – 34, 10, 23.

⁵ Presença de borrão que atinge as letras do vocábulo {de}, devido à tinta, inviabilizando uma leitura segura do mesmo.

⁶ Na altura das linhas 4-5, ângulo superior esquerdo, marcas redondas de carimbo da Biblioteca Nacional.

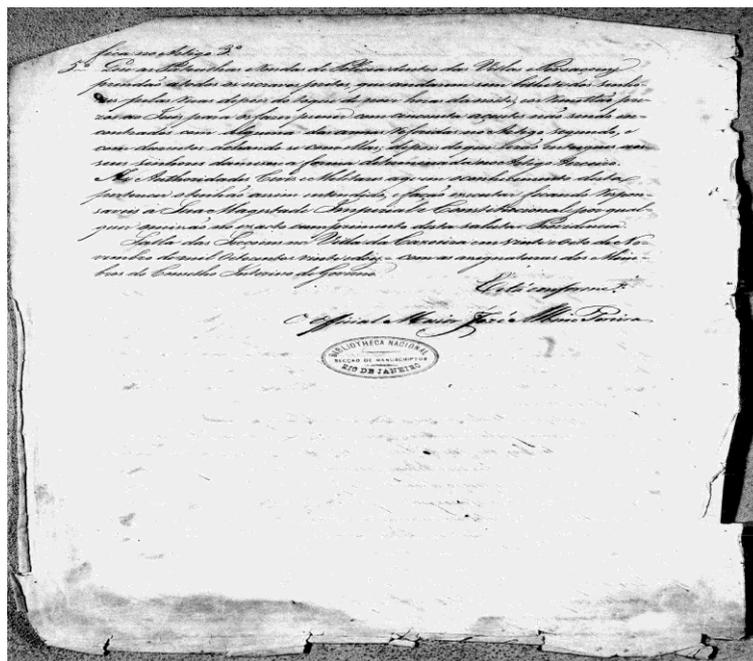
⁷ Lembramos que em 07 de setembro de 1822, o príncipe regente D. Pedro de Alcântara proclama a separação do Brasil do Reino de Portugal, no Sítio do Ipiranga, província de São Paulo e, posteriormente, em 12 de outubro de 1822 ocorreu, em sessão solene, no Senado da Câmara da cidade do Rio de Janeiro, a aclamação do “Senhor D. Pedro Imperador Constitucional do Brasil e seu Perpétuo Defensor”.

⁸ Presença de borrão no ângulo direito, ao final da linha 9.

- Capitaens e Officiaes dos Terços, que comandaõ, que façaõ rondar por escoltas de Ordenanças armadas todos os districtos onde houver quantidade de escravos, proibindo severamente, que estes se reunaõ a pretexto de funções, autabaques, evigiando muito escrupulozamente sobre a condução dos mesmos.
- 15 2º Que os Capitaens Mores por meio dos Officiaes das Ordenanças, eos Juizes⁹ por meio dos Cabos da Policia, façam intimar a todos os Proprietarios, lavradores, debaixo da responsabilidade do Conselho Interino, que não concintaõ que os seus Escravos tenhaõ nas cenzalas onde moraõ espõ
- 20 gardas, lanças, chuças, fources, facoes, espadas, e facas, e bem assim que não mandem seus escravos á parte alguma sem bilhete seu, ordenandolhes aomesmo tempo, que não levem com sigo nenhũa das sobreditas armas.
- 25 3º Que as escoltas de Ordenanças erondas de Policia prendaõ a todo o escravo, que devagar pelas estradas, fazendas, ematas, ou sem bilhete de seu respectivo Senhor, ou, tendo bilhete sefor encontrado com alguma das armas mencionadas no Artigo precedente; devendo no primeiro caso
- 30 zometter o escravo a seu senhor para o castigar, e no segundo ao Juiz da Villa para o fazer passar pelo castigo de cento e cincoenta açoutes no Pelourinho, e depois mandalo entregar ao senhor independente de Justificações Judiciais e de outras despesas a titulo de custos; ficaõ porem exceptuados os escravos conductores de carros, bestas de carga, e portadores de viverez para as Feiras, e mercados das Povoações.
- 35 4º Que os Capitaens Mores façaõ correr armados onde constar que ha coutos, ou quilombos, deprecando para isso o auxilio das Milicias, se necessario for, e prender aos fugidos quenelles se acharem os quaes seraõ mandados ao Juis para o fazer castigar, e remeter como dito

FLP20(2)

⁹ Riscos transversais aproximadamente entre as linhas 16 a 19.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital - Coleção Bahia – Texto de domínio público.
Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>.

Figura 2 – Fac-símile da Resolução do Conselho Interino do Governo da Bahia
28 de novembro de 1822 – Cachoeira – Bahia - f. 1v.

||1v.||

fica no Artigo 3.º

5º Que as Patrulhas erondas de Policia dentro das Villas ePovoaçãoenz
prendaõ atodos os escravos pretos, que andarem sem bilhete dos senho=
res¹⁰ pelas ruas depois do toque de nove horas danoite, eos remettaõ pre=
5 zos ao Juis para osfazer punir comcincoenta açoutes não sendo en=
contrados com alguma das armas referidas no Artigo segundo, e
com duzentos achandose com ellas; depois do que serão entregues aos=
seus senhores damesma forma determinadano Artigo terceiro.

As Authoridades Civis eMilitares a quem o conhecimento desta
10 pertencer o tinhaõ assim entendido, efaçaõ executar ficando respon=
saveis aSuaMagestade Imperial eConstitucional por qual=
quer omissaõ no exacto cumprimento desta salutar Providencia.

Salla das Secçoens na Villa daCaxoeira emvinte eoitode No=
vembro demil oitocentosvinte edoiz.= com as assignaturas dos Mem=
15 bros do Conselho Interino deGoverno.

Está conforme

O official Maior José Albino Pereira¹¹

¹⁰ Presença de borrão, que atinge a letra *r* na sílaba *res*.

¹¹ Abaixo da linha 17, carimbo redondo da Biblioteca Nacional, centralizado, Secção de Manuscritos do Rio de Janeiro.

5 PALEOGRAFIA E A LEITURA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS

A história mostra que a escrita vai passando por metamorfoses, no tempo e no espaço, a fim de “responder as necessidades precisas de ordem material ou espiritual,” e assim os papéis da escrita vão mudando, de acordo com as necessidades sociais (Mandel, 2006, p. 65). Nesse contexto, a escrita, registrada em suportes variados, ocupa diversas funções que a vinculam aos seus produtores e leitores e as funções sociais e políticas por eles assumidas.

Considerando suas finalidades e a pluralidade dos seus usos, das técnicas, dos tipos de produções, das suas materialidades e de suas formas de transmissão e de circulação, a produção das fontes documentais passa a ser então objeto de análise para aqueles que se interessam pela história dos documentos, nos seus variados aspectos, a saber, a cultura, a língua e, porque não falar, a história da própria escrita. E a partir da leitura que brota da escrita, começamos então a pensar nas fontes documentais e nos caminhos que motivaram e trouxeram a sua existência e permitiram sua circulação e, por vezes, a sua multiplicação em várias versões, em diversas épocas.

Partindo da materialidade da escrita (Chartier, 2002; 2007), não poderíamos deixar de tratar da contribuição dos estudos desenvolvidos pela ciência que trata da reconstrução da história da humanidade, por meio do desenvolvimento da escrita: a Paleografia. Berwanger e Leal (1995) ampliam essas intervenções, ao afirmarem que a Paleografia estabelece relação direta com as gerações passadas, auxiliando na compreensão das antigas instituições, seus costumes, literaturas, crenças, modos de ser, subsidiando as relações internacionais, pois serve nas questões de limites, fornecendo informações para elucidar, por exemplo, divergências judiciais.

Nesse viés, a Paleografia também é ciência imprescindível na leitura e interpretação dos documentos históricos. Se o documento registra as marcas, as narrativas do acontecimento, é preciso atentar para a “existência de diversas concepções de história e a diversidade de fins (Andrade, 2010, p. 12),” que indicam metodologias variadas na leitura de documentação histórica. Essa afirmativa nos leva, para além de uma Paleografia de leitura, nos convidando a compreender os contextos de produção e circulação dos textos.

Nesse caminho da escrita, articulando com Petrucci (2003) e outros paleógrafos italianos, a Paleografia segue em seu contexto analítico, propondo um método de abordagem global, no qual se reinvidincam estudos de variados testemunhos escritos. Nessa busca, por uma Paleografia social e política, ou melhor, por uma nova história das práticas de produção e uso da cultura escrita, é necessário atentar aos contextos sócio-culturais, as formas e condições de produção do texto, os usos sociais da escrita de forma mais ampla e reflexiva, visto que os textos registram variados modos de confrontos pelos diversos segmentos sociais.

Atualmente, as práticas de pesquisa paleográfica têm sido compreendidas como a ciência da escrita, resultante das atividades humanas e da nossa expressão social e cultural, estudando, nesse sentido, os seus registros gráficos em geral, a finalidade ideológica e os modos de escrever e suas inscrições em variados suportes, tipos caligráficos e materiais, nos diversos momentos da história. Assim, com vistas aos comentários analíticos de cunho paleográfico que compõem a edição da

FLP20(2)

Resolução (1822), seguindo a leitura de Acioli (1994, p. 6), são propostas três ações indispensáveis, com suas subdivisões: “conhecer as letras, seus valores e todas as formas gráficas antigas”, considerando as abreviaturas, a pontuação, a acentuação, o alfabeto, os numerais e a escrita cifrada; “determinar o tempo e o lugar onde foi redigido o documento”; e “anotar os erros e adulterações que possam conter o manuscrito.”

Por fim, é muito importante saber quem produziu/redigiu o documento e sua forma de transmissão, revelando o tipo de letra e, conseqüentemente, o *usus scribendi*, que revelam a profissão, o domínio linguístico e as mãos hábeis ou inábeis, por parte de quem escreve. Dessa forma, com a finalidade de compor a edição de um texto, é necessário que o filólogo-editor se familiarize com o tipo de escrita, compondo, por exemplo, o alfabeto utilizado no texto, com a finalidade de facilitar a interpretação do manuscrito.

A seguir, serão considerados alguns aspectos do estudo da edição do manuscrito, levando-se em conta os limites de um artigo.

6 ASPECTOS PALEOGRÁFICOS E LINGUÍSTICOS DO MANUSCRITO

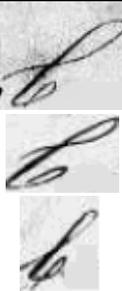
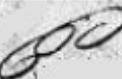
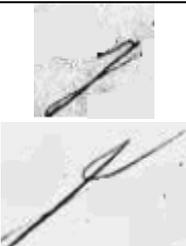
6.1 O alfabeto do manuscrito

O alfabeto latino foi utilizado na composição da Resolução (1822) assinada por José Albino Ferreira, Oficial Maior da Secretaria de Governo da Província da Bahia. Nesse contexto, é importante lembrar que o conhecimento da forma, do nexos e do traçado das letras, maiúsculas e minúsculas (Fachin, 2006), utilizadas no documento, é um recurso importante para o trabalho interpretativo desenvolvido pelo editor de texto.

Não foram localizadas, no manuscrito, as letras maiúsculas nem as minúsculas K, Y e W. Além disso, não foram encontradas as letras maiúsculas B, H, L, U, X e Z, e, nesses casos, é apresentado, no quadro abaixo, o registro *não encontrado*. Dessa forma, são apresentadas algumas ocorrências de traçado de letras localizadas no manuscrito, visto que, no campo da linha de ocorrência, a título de ilustração, foram registradas algumas ocorrências. No entanto, é preciso salientar que as letras aparecem mais vezes em todo o texto.

Quadro 1 – Alfabeto utilizado por José Albino Ferreira na Resolução (1822).

LETRAS	MAIÚSCULA	LINHA	MINÚSCULA	LINHA
A		1r. L.2, 1 v. L1		1r. L.1, 2
B	Não encontrado			1r. L. 3, 20

C		1r. L.1, 11, 17		1r. L.2, 8
D		1r. L.8, 9		1v. L.2, 4
E		1r. L. 3, 4		1r. L.2, 7
F		1r. L.33		1r. L.3, 14
G		1r. L.1, 1v. L.15		1r. L.2, 4, 5, 7, 9, 14
H	Não encontrado			1r. L.2, 3
I		1r. L.1, 8, 9		1r. L.3, 7
J		1r. L. 16, 29, 31, 37 1v. L. 5		1r. L.3, 5, 16, 29
L	Não encontrado			1r. L.3, 5
M		1r. L.7, 10 1v. L. 17		1r. L. 3, 8

FLP20(2)

N		1r. L. 7 1v. L.13-14		1r. L.1, 4, 8, 30
O	 	1r. L.7, 16 1v. L. 17		1r. L.1, 8 1v. L. 14
P	 	1r. L. 1, 4, 8, 9 1v. L. 17	 	1r. L. 4 13 1v. L. 10
Q		1r. L.10, 16, 24, 34		1r. L.5, 12
R		1r. L.4	  	1r. L.3, 5, 13, 24
S		1r. L.7, f 1v. L.13	 	1r. L.1, 9. 1v. L. 8
T		1r. L.11	 	1r. L.3, 7, 8, 13 1v. L. 4
U	Não encontrado			1r. L.10, 14, 20
V		1r. L.10, 29	 	1r. L.1, 4, f. 1v L. 4
X		Não encontrado		1v. L.10, 12, 13
Z	Z	Não encontrado		1r. L.4, 6, 9

FLP20(2)

6.2 Os números no manuscrito

Na sequência, serão apresentadas algumas ocorrências de números constantes no manuscrito, destacando-se, previamente, que os números 0, 6, 7, 8 e 9 não foram encontrados no manuscrito.

Quadro 2 – Números utilizados por José Albino Ferreira na Resolução (1822).

NÚMERO	IMAGEM	LINHA
1		1r. L.10
2		1r. L.16
3		1r. L.24, 1v. L.1

4		1r. L.34
5		1v. L.2

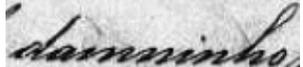
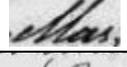
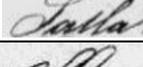
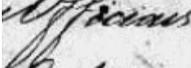
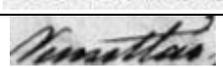
6.3 Aspectos ortográficos do manuscrito

O documento foi escrito em um período em que a ortografia vigente era a pseudoetimologizante (Coutinho, 1976). Este período tem suas origens no século XVI e vai até 1904, ano em que se publica a *Ortografia Nacional* de Gonçalves Viana, “obra que estabeleceu dois sistemas ortográficos simplificados: o português e o luso-brasileiro”. O período pseudoetimologizante “leva a escrita a submeter-se à influência etimológica capitaneada pelos pseudoetimologistas que, retornando a origem do vocábulo em latim, restabeleceram letras há muito em desuso” (Andrade, Santiago-Almeida, Baronas, 2014, p. 361).

Desse modo, são verificados, na análise da Resolução (1822), registros ortográficos que testemunham esse período da ortografia, entre os quais:

1. Consoantes dobradas, duplas ou geminadas - são observadas, no documento, as utilizações das consoantes *-mm-*, *-ll-*, *-ff-*, *-tt-*, que reafirmam o período pseudo-etimológico da história da língua portuguesa:

Quadro 3 – Alguns exemplos de vocábulos com consoantes dobradas, duplas ou geminadas.

IMAGEM	VOCÁBULO	LINHA
	<danninho>	1r. L. 4
	<danno>	1r. L. 6
	<Villas>	1r. L. 10; 1v. L. 2
	<Villa>	1r. L. 29; 1v. L. 13
	<nelles>	1r. L. 36
	<ellas>	1v. L. 7
	<salla>	1v. L. 13
	<Officiaes>	1r. L. 11, 16
	<official>	1v. L. 17
	<remetter>	1r. L. 28
	<remettaõ>	1v. L. 4

FLP20(2)

2. Grupos consonantais pseudo-etimologizantes, “impropriamente chamados gregos” (Coutinho, 1976, p. 107), como em *-ct-*, a exemplo de *exacto*; *-pt-*, muito usuais, no geral, nos derivados dos vocábulos gregos e latinos, a exemplo de *exceptuados*; *-çç-*, como pode ser visto em *Secçoens*; e *-gn-*, a exemplo de *assignaturas* (1v. L.14):

Quadro 4 – Vocábulos com grupos consonantais pseudo-etimologizantes.

GRUPO CONSONANTAL	IMAGEM	VOCÁBULO	LINHA
-CT-		com= ducta	1r. L. 14-15
		Actual	1r. L. 6
		Respectivo	1r. L. 26
		Conductores	1r. L. 32
		Exacto	1v. L. 12
- PT-		Exceptuados	1r. L. 32
- CC -		Secçoens	1v. L. 13
- GN -		Assignaturas	1v. L. 14

FLP20(2)

3. Usos diferenciados do *b*: em início de palavra, como pode ser observado em *be* (1r. L. 1); *b* em hiato – *probibindo* (1r. L. 13), nesse caso, o uso do *b* advém de uma explicação etimológica, visto possivelmente origina-se do latim, na passagem para o português; e a utilização de *th*, como pode ser observado em *Authorities* (1r. L. 2; 1v. L. 9).

4. Emprego do *ch*, como pode ser observado em *machina* (1r. L. 2).

5. Utilização de formas verbais, homógrafas e homófonas, de terceira pessoa do plural para o presente, o pretérito perfeito e o futuro do presente, através da terminação nasal *-ão* (Andrade, Santiago-Almeida, Baronas, 2014), conforme os exemplos: *comandão* (f. 1r, L. 11); *facão* (f. 1r, L. 11); *reunão* (f. 1r, L. 13); *consintaão* (f. 1r, L. 19); *tenbaão* (f. 1r, L. 19); *moraão* (f. 1r, L. 19); *prendaão* (f. 1r, L. 24); *ficaão* (f. 1r, L. 31); *façaão* (f. 1r, L. 34); *prendaão* (f. 1v, L. 3); *remettaão* (f. 1v, L. 4); *tinbaão* (f. 1v, L. 10); e *façaão* (f. 1v, L. 10). A única exceção apresentada no texto é *façam* (f. 1r, L. 17), apresentando terminação com os grafemas *-am* (f. 1r, L. 17). Vale lembrar que Catach (1996, p. 144) define grafema como “menor unidade distintiva e/ou significativa da cadeia escrita, composta de uma letra, de um grupo de letras (diagrama, trigrama), de uma letra acentuada ou provida de um sinal auxiliar [...]”

6. Utilização de *z* por *s* como podem ser verificado em *dezejada* (f. 1r, L. 3), *Portuguez* (f. 1r, L. 4), *crize* (f. 1r, L. 6), *Brazil* (f. 1r, L. 9), *pozitivamente* (f. 1r, L. 10), *cazo* (f. 1r, L. 27-28), *prezo* (f. 1r, L. 28), *despezas* (f. 1r, L. 31), *viveres* (f. 1r, L. 33), *Miliciaz* (f. 1r, L. 35) e *doiz* (f. 1v, L. 14).

7. Uso de *ç* por *s*, conforme o uso atual, conforme o exemplo de *Defençor* (1r. L. 9).

8. Utilização de *c* por *s*, conforme o uso atual, de acordo com o exemplo de *cençala* (1r. L. 19).

9. Ditongo em *ae*, como pode ser observado em *quaes* (f. 1r, L. 2).

10. Uso do ditongo *ou*, conforme os exemplos de *fouces* (f. 1r, L. 20) e *açoutes* (f. 1r, L. 29-30; f 1v, L. 5).

11. Utilização de *oens* ou *oenz*, como pode ser visto em *Representaçoens* (f. 1r, L. 2), *funçoens* (f. 1r, L. 14), *facoens* (f. 1r, L. 20), *justifíçoens* (f. 1r, L. 31), *Povoaçoenz* (f. 1r, L. 33) e *Secçoens* (f. 1v, L. 13).

12. Uso de *aens*, como pode ser verificado em *Capitaens* (f. 1r, L. 10, 16 e 34).

No mais destaca-se a ausência de fronteira entre as palavras. Essa ocorrência pode ser explicada por vezes pela influência da oralidade no registro escrito de conjunto de palavras ou palavras, que se pronunciava sem pausa, pela economia de tempo na elaboração do documento ou pela economia de material escritural. Vale lembrar que essa ocorrência pode ser justificada pelo fato de ser possível acelerar o processo de composição de certas letras cursivas, visto que se gasta mais tempo ao se levantar a pena do suporte da escrita, como pode ser observado nos casos de: *apretexto* (1r. L. 13), *evigiando* (1r. L. 14), *áparte* (1r. L. 21), etc. Em outros casos, podem ser verificadas palavras separadas como *com sigo* (1r. L. 22).

Além disso, há a presença de borrões em grafemas do fólio 1r, na linha 4, no grafema *o* do vocábulo *do*; e na linha 18, na qual se registram vários vocábulos com borrões: o grafema *d* do vocábulo *debaixo*; os grafemas do vocábulo *da*; os grafemas *il* do vocábulo *responsabilidade*; e o grafema *a* do vocábulo *da*. Há também a presença de borrões decorrentes da tinta, no fólio 1v, na linha 4, no grafema *r* da sílaba *res* do vocábulo *senhores* que se inicia na linha 3; e na linha 9, no grafema inicial *A* do vocábulo *As*.

FLP20(2)

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A edição da Resolução de 28 de novembro de 1822 registra que nossos heróis negros deixaram, nos registros jurídicos do século XIX, por meio de leis, ações e debates políticos, os vestígios da sua luta e resistência, visto que eles representavam, no contexto jurídico dos senhores de escravos, um problema de segurança que demandava medidas legais específicas por parte do governo do Império e da Província, como forma de repressão. Portanto, ao se analisar o documento, observa-se que os segmentos sociais de prestígio temiam os riscos ao seu modo de vida, fato que fragiliza a estrutura social escravista. Nesse viés, a edição de fontes documentais sobre a Bahia testemunha os modos de vida, os valores, os vestígios linguísticos e os resíduos da história das revoltas na Bahia, contribuindo também para a constituição de *corpora* para o estudo do português escrito do século XIX.

Convém, portanto, uma reflexão sobre os legados da violência e do medo herdados do nosso passado colonial e imperial. Essas lembranças do passado nos

fazem perceber que, se por um lado, o peso dessa herança nos conduz a cenas de exclusão e violência, na contemporaneidade, por outro lado, se o povo negro sobrevive é porque resistiu de forma heroica à opressão histórica do colonialismo, da escravidão e do racismo e às políticas do esquecimento instauradas em nosso país, por meio de lutas, gestos e ações de resistências que ainda se perpetuam em nossa história. Portanto, partilhar as leituras de textos históricos por meio de produtos editoriais é propor novas interpretações sobre a história de escravidão, luta e discriminação vivida no passado-presente pelo nosso povo negro.

Além disso, os estudos filológicos são imprescindíveis na leitura dos diversos documentos históricos, com os quais o filólogo se depara na sua reflexão crítica sobre as práticas e usos sociais da língua no escrito, por meio da composição de produções editoriais. Desse modo, vale lembrar que em diversos momentos da composição dos documentos há intervenções e técnicas aqui refletidas que interferem na sua produção, transmissão e circulação, fazendo-nos ponderar que as narrativas, presentes nas fontes históricas, decorrem de ações coletivas que são passíveis de leituras críticas e interpretação.

REFERÊNCIAS

- Acioli VLC. A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos. Recife: EDUFPE/FUNDAJ/Massangana; 1994.
- Andrade EA, Santiago-Almeida MM, Baronas RL. Plano de guerra da Capitania de Matto Grosso: janeiro de 1800. 2 ed. reimpr. e revisada Cuiabá: EDUFMT; 2014.
- Andrade MCJ de. Paleografia. In: Samara EM, organizador. Paleografia, documentação e metodologia histórica. São Paulo: Humanitas; 2010. p. 9-27.
- Aras LMB de. Escravos nos movimentos federalistas. Bahia, 1832 – 1833. Politeia: História e Sociedade. 2012;2(1):151-172. [citado 1 mar. 2018]. Disponível em: [http://www.shh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299165598_ARQUIVO_AsideiasfederalistasnaBahiaoitocentista\(LinaAras\).pdf](http://www.shh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299165598_ARQUIVO_AsideiasfederalistasnaBahiaoitocentista(LinaAras).pdf)
- Bellotto HL. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado; 2002. (Série Como Fazer, Vol. 8).
- Berwanger AR, Leal JEF. Noções de Paleografia e de Diplomática. 2ª. ed. Santa Maria: EDUFSM; 1995. (Série Livros Didáticos)
- Brito LC. Só o rigor da lei: os africanos e a legislação baiana do século XIX. Sankofa, Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. 2008;1(2):30-57.
- Cambráia CN, Cunha AG, Megale H. Normas para a transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil. In: A carta de Pero Vaz de Caminha. São Paulo: Humanitas; 1999. p. 23-26. (Série Série Diachronica, Vol. 1)
- Cano Aguilar R. Introducción al análisis filológico. [S.l.]: Castalia; 2000.
- Castillo Gómez A. Historia de la cultura escrita: ideais para el debate. Revista Brasileira de História da Educação. 2003;5:94-124.
- Catach N. Para uma teoria da língua escrita. São Paulo: Ática; 1996.

FLP20(2)

- Chartier R. Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura (séc. XI-XVII). Trad. Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: EDUNESP; 2007.
- Chartier R. Os desafios da escrita. Trad. Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: EDUNESP; 2002.
- Coutinho IL. Gramática Histórica. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico; 1976.
- Dantas MD. Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda; 2011.
- Fachin PRM. Estudo paleográfico e edição semidiplomática de manuscritos do Conselho Ultramarino (1705-1719) [dissertação]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2006.
- Falcon F. História e Poder. In: Cardoso CF, Vainfas R, organizadores. Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus; 1997. p. 61-90.
- Gazeta do Rio de Janeiro. 31.01.1821; 9:[1]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta_rj_1821/gazeta_rj_1821_009.pdf. Acesso em 20.04.2018.
- Gonçalves ECB. Léxico e história: lutas e contextos de violência em documentos da Capitania da Bahia. Revista da Associação Brasileira de Linguística – ABRALIN; 2017;16(2):191-218.
- Gonçalves ECB. A Filologia e o estudo histórico das línguas românicas. In: Cadernos do CNLF, vol. XXII, n. 4. Rio de Janeiro: CiFEFiL; 2018a. Tomo II. (Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos).
- Gonçalves ECB. A Paleografia na leitura da documentação histórica sobre a Bahia. In: Lose AD, Souza AS. Paleografia e suas interfaces, organizadores. Salvador: Memória & Arte; 2018b. p. 125-142.
- Guzmán Guerra A, Tejada Caller P. ¿Cómo estudiar filología? Madrid: Alianza; 2000.
- Mandel L. Escritas, espelho dos homens e das sociedades. Trad. Constância Egrejas. São Paulo: Rosari; 2006.
- Marquilhas RA. Filologia oitocentista e crítica textual. Fernanda Mota Alves et al., organizadores. In: Filologia, Memória e Esquecimento. Act. 20. Lisboa: Húmus; 2010. p. 355-367.
- Marquilhas RA. ‘O preço da ilegibilidade’. Nota em defesa das edições interpretativas, seguida da edição de cartas privadas e de cartas testemunhais portuguesas (séc. XVII). In: Boullón AI, editor. Novi te ex nomine. Estudos filológicos oferecidos ao Prof. Dr. Dieter Kremer. A Corunha: Fundación Pedro Barrié de la Maza; 2004. p. 721-747. Disponível em: <http://www.clul.ulisboa.pt/en/researchers-en/79-marquilhas-rita>. Acesso em 15.03.2017.
- Petrucchi A. La ciencia de la escritura: primera lección de Paleografía. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica; 2003.
- Pons Rodríguez L. Introducción: la historia de la lengua y la historia de las transmisiones textuales. In: Pons Rodríguez L, editor. Historia de la lengua y crítica textual. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert; 2006. p. 9-17.
- Reis JJ. Recôncavo rebelde: revoltas de escravos nos engenhos bahianos. Afroásia. 1992;15:100-126.
- Ricoeur P. Memória, história e esquecimento. Trad. Alain François et al. Campinas: EDUNICAMP; 2007.
- Román Blanco R. Estudos paleográficos. São Paulo: Laserprint; 1987.

FLP20(2)

Said EW. O regresso à Filologia. Humanismo e crítica democrática. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras; 2007.

FLP20(2)

Edição e análise de fenômenos linguísticos presentes em um manuscrito eclesiástico setecentista de Minas Colônia

Editing and analysis of linguistic phenomena present in an 18th-century ecclesiastic manuscript from colonial Minas Gerais period

Marcus Vinícius Pereira Dores *

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Soélis Teixeira do Prado Mendes **

Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil

Resumo: Neste artigo temos duplo objetivo: discutir a importância de transcrição feita com critérios filológicos e mostrar como o respeito ao texto original possibilita ao pesquisador diacronista, e ao público em geral, conhecer o uso linguístico, manifesto no manuscrito sob análise, de um estágio pretérito da língua. Na segunda parte do texto, é feita uma apresentação não exaustiva de fenômenos linguísticos extraídos de parte de um manuscrito do século XVIII, intitulado *Processo De Genere Vita et Moribus de Francisco de Paula Meireles* (1779).

Palavras-chave: Documento manuscrito. Edição filológica. Fenômenos linguísticos.

Abstract: This study addresses two main issues: first, the importance of philological criteria in a transcription. Second, how the faithfulness to the original text allows the researcher to be acquainted with the language usage from a previous language stage; the language usage is manifest in the analysed manuscript. In the second part of the text, linguistic phenomena extracted from an 18th-century manuscript are briefly presented. The manuscript is entitled *Processo de Genere Vita et Moribus de Francisco de Paula Meireles* (1779).

Keywords: Manuscript document. Philological edition. Linguistic phenomena.

FLP20(2)

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo temos duplo objetivo: discutir a importância de transcrição feita com critérios filológicos e mostrar como o respeito ao texto original possibilita ao pesquisador diacronista, e ao público em geral, conhecer o uso linguístico, manifesto no manuscrito sob análise, de um estágio pretérito da língua. O corpus utilizado faz parte do manuscrito *Processo De Genere Vita et Moribus de Francisco de Paula Meireles* (1779), que é parte constituinte do projeto de pesquisa, já concluído, intitulado *O estudo da*

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais, bolsista do CNPq, Belo Horizonte, MG, Brasil; marcusdores@hotmail.com

** Professora Adjunta do Departamento de Letras do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil; soelisufop@gmail.com

*concordância variável (nominal e verbal) em manuscritos setecentistas e oitocentistas de Minas Colônia*¹.

O presente texto está dividido em três partes: primeiramente, discutimos sobre a contribuição dos estudos filológicos para a transcrição de documentos manuscritos, perpassando pelos tipos de edição e as normas de transcrição adotadas. Posteriormente, trataremos do gênero *Processo De Genere Vita et Moribus*, apontando, sobretudo, as funções social, histórica e religiosa imbricadas em Processos de Ordenação Eclesiástica. Na sequência, dada a extensão máxima deste artigo, serão apresentadas a transcrição total e o fac-símile do primeiro fólio de um dos autos (Auto de Sequestro de bens) que está contido no Processo *De Genere Vita et Moribus* de Francisco de Paula Meireles, de 1779. Por fim, na terceira parte, apresentaremos os fenômenos linguísticos – fônicos e morfossintáticos – sem, entretanto, apresentarmos uma análise exaustiva.

2 A IMPORTÂNCIA DOS CRITÉRIOS FILOLÓGICOS

De acordo com Mattos e Silva (1991, p. 15), em qualquer pesquisa de manifestações da língua em uso, o corpus sob análise deverá ser, “necessariamente, um corte intencional sobre a totalidade de uma língua; a sua data, o seu lugar e os seus informantes serão identificados e definidos”. Entretanto, prossegue a autora, quando a análise se refere a um estado da língua já passado, o corpus no qual a pesquisa se apoiará já está constituído. Assim, caberá ao linguista-pesquisador que deseja estudar um uso linguístico anterior ao presente, determinar “os limites do seu campo de observação sobre documentação preexistente”, já que, conforme Mendes (2008, p. 14), “não existe outra forma de se pesquisar uma língua pretérita que não seja através de textos escritos”. Assim, no caso da pesquisa desenvolvida, o limite do campo de atuação circunscreve-se ao período da língua portuguesa escrita no Brasil cujos documentos datam da segunda metade do século XVIII, como é o caso deste que será tratado no presente artigo, à primeira metade do século XIX.

Uma vez determinada a época a que se referem os documentos, deve ser estabelecida, por meio da Crítica Textual, a gênese dos textos. Conforme Spina (1994, p. 94), tendo em vista a especificidade dos textos pertencentes à cultura ocidental, “cuja tradição tem como baliza a aparição da imprensa no século XV”, a Edótica (ou Crítica Textual) pode ser periodizada em quatro momentos: *clássica* – aplicada aos textos clássicos, gregos e latinos, até o fim do período helenístico e da baixa latinidade; *medieval* – aplicada aos códices pertencentes à Alta e Baixa Idade Média; *moderna* – aplicada ao texto impresso, desde os primeiros até os textos do século XIX; e a *contemporânea*. Muito embora o corpus da presente pesquisa refira-se ao período moderno da nossa história e, portanto, pertencente à época pós-imprensa, como aponta o autor ora citado, o documento sob análise é manuscrito e foi exarado por um escrivão da vara eclesiástica do Arraial do Tejuco, Antonio Dias Braga, em 1779.

Mas, em que pese a época em que foi escrito o texto, precisamos levar em conta que o objetivo da Edótica é o mesmo: “estabelecer um texto que se avizinha o mais possível do original, tendo em vista a sua publicação”. (Spina, 1994, p. 94).

¹ Pesquisa desenvolvida pelos autores com apoio financeiro do CNPq (processo 129043/2016-8).

O diacronista que pretende levantar e transcrever manuscritos para compor seu corpus de pesquisa deve possuir conhecimentos de Filologia, uma vez que o resultado de seu trabalho deve refletir fielmente o testemunho transcrito. Para que isso ocorra, conforme Fachin (2008, p. 19), deve fazer uso de “normas de transcrição e critérios de leitura elaborados, com o intuito de editar os documentos de forma fidedigna, ou seja, sem oscilações”. Para além dessas questões, prossegue o autor, “para que o resultado de sua edição possa ser examinado por outros pesquisadores, todos os critérios utilizados devem ser divulgados” (Fachin, 2008, p. 19).

Uma vez estabelecida uma edição que seja a mais fiel possível ao texto original, o levantamento e a análise propostos para os fenômenos linguísticos encontrados no corpus selecionado terão maior credibilidade. Isso porque há que se considerar que, na pesquisa diacrônica, diferentemente da sincrônica atual, não possuímos falantes que possam servir de contraponto aos dados levantados; daí a importância do rigor filológico no momento da transcrição de testemunhos de um estágio pretérito da língua. A seguir, trataremos dos tipos existentes de edição.

3 TIPOS DE EDIÇÃO

A edição de textos antigos tem um papel histórico-cultural diretamente ligado à propagação da memória de certos grupos entre distintos públicos – dos mais leigos aos mais versados – dependendo da modalidade de edição adotada. O processo de edição assume também o papel de perpetuação, contribuindo para a preservação do suporte material que contém o texto manuscrito, ou seja, à medida que a circulação do texto editado se dá de forma mais abrangente e acessível, pode-se abrir mão da consulta ao original. Por isso, a necessidade de se fazer um trabalho reto, embasado em normas claras que sejam seguidas fielmente.

Segundo Spina (1994, p. 77-79), existem diversas maneiras de se editar um texto: a edição fac-similar ou mecânica, a diplomática, a semidiplomática ou paleográfica e a edição crítica. A opção por uma ou mais de uma dessas edições recairá sobre qual o público almejado, pois dificilmente uma mesma edição pode ser adequada a públicos distintos. (cf. Cambraia, 2005)

No presente artigo, vamos apresentar a edição fac-similar e a diplomática do manuscrito sob análise. No primeiro tipo há um grau zero de mediação, já que apenas ocorre a reprodução mecânica de um testemunho através de meios mecânicos, fotografia, xerografia, escaneamento, microfilmagem etc. Vale destacar que essa afirmação não leva em consideração as alterações que os instrumentos de reprodução de imagem – escâner, câmera fotográfica, etc. – podem conferir à cópia. Já o segundo tipo de edição tem por objetivo principal transcrever em caracteres da imprensa moderna as escritas antigas, procurando interferir o mínimo possível no documento. Embora seja destinada ao público científico, é um tipo de edição bastante adotado, pois possui baixo grau de mediação e a transcrição é rigorosamente conservadora justamente porque são mantidos os sinais abreviativos, de pontuação, paragrafação, translineação, além de não serem desfeitas as fronteiras de palavras. Nesse tipo de edição, o leitor é poupado da árdua tarefa de decifrar as formas gráficas da escrita original, o que é uma vantagem, sobretudo para aqueles com menor prática de leitura de manuscritos antigos. Para o estudo da história da língua, a edição diplomática mostra-se bastante eficiente; isso porque é possível, por meio de fontes de programas

FLP20(2)

de textos, fazer uma reprodução bastante rigorosa do passado. No entanto, não se pode perder de vista que, não obstante todo o cuidado por parte do editor, “uma edição diplomática já constitui uma interpretação subjetiva, pois deriva da leitura que um especialista faz do modelo”. (Cabraia, 2005, p. 94)

Conforme se discutiu anteriormente, é necessário que sejam adotados critérios bem elaborados para o reconhecimento e identificação de caracteres, de forma que o texto original seja respeitado, dentre outros aspectos filológicos de edição. Para tanto, normas devem ser propostas e seguidas à medida que o trabalho de transcrição é realizado. A seguir, apresentaremos as normas adotadas para a transcrição do manuscrito sob análise.

4 NORMAS DE TRANSCRIÇÃO

As normas adotadas para a transcrição do documento tiveram como base o modelo adotado por Mendes (2008) que, por sua vez, baseou-se em Cabraia et al. (2001).

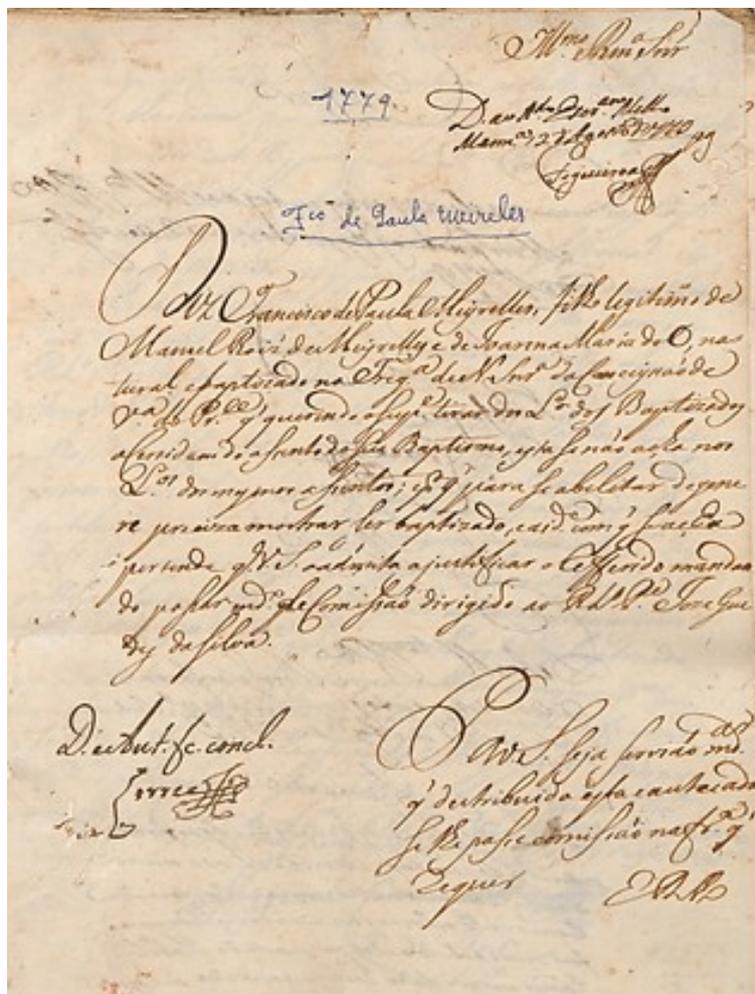
- a) A transcrição procurará ser fiel ao texto original;
- b) Não serão desdobradas as abreviaturas²;
- c) Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver; Ex: “deNosso”; “deJulho”; “emvirtude”;
- d) Serão mantidas a pontuação e acentuação originais;
- e) Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original;
- f) Quando a leitura paleográfica de uma palavra for duvidosa, a sua transcrição será feita entre parênteses: ();
- g) São transcritos na sua forma original os numerais, tanto indo-arábicos como romanos;
- h) Serão apontadas antes da transcrição as intervenções de terceiros no documento original, bem como o seu estado de conservação;
- i) Serão informadas em nota as anotações de outro punho, as alterações e os borrões de tinta;
- j) Serão transcritos *como pontos dentro de colchetes precedidos pela cruz* † (sendo que o número de pontos é o de caracteres não legíveis) (cf. Cabraia, 2005, p. 128) os caracteres cuja leitura for impossível. Entretanto, quando não for possível identificar esse número, apenas será registrada a cruz;
- k) Palavra(s) danificada(s) por corrosão de tinta, umidade, rasgaduras ou corroídas por insetos ou outros será(ão) indicada(s) entre colchetes, assim: [corroída] ou [corroídas]. Em se tratando de um trecho de maior extensão danificado pelo mesmo motivo será indicada entre colchetes a expressão [corroída + de 1 linha];
- l) A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical: | entre as linhas. A mudança de fôlio será indicada com duas barras verticais: ||;
- m) As páginas serão numeradas de acordo com o documento original, indicadas, nesse caso, entre duas barras verticais, além de apresentar o estado do fôlio. Exemplos: || fl.1r. ||; || fl.1 v. ||;

FLP20(2)

² Fizemos a opção pelo não desdobramento das abreviaturas, por reconhecer que se trata de registros linguísticos que necessitam de uma atenção especial, a qual não será tratada neste trabalho.

- n) Se o original não for numerado ou estiver ilegível sua numeração, os números acrescentados serão impressos entre colchetes, indicando-lhes o estado do fôlio. Exemplos: [fl.1 r.]; [fl.1v.];
- o) Na edição, as linhas serão numeradas de 5 em 5 a partir da quinta, considerando, inclusive, o título. Essa numeração será colocada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.
- p) As assinaturas simples ou as rubricas do punho de quem assina serão sublinhadas. Já aquelas marcadas com um X, além de se apresentarem sublinhadas, serão marcadas pelo tipo itálico. Exemplos: “Joaquim Pinto” e *De Fructuoso + Pra. de Souza* |;
- q) Os espaços em branco deixados pelo escrivão serão assim identificados: [espaço];
- r) Os fragmentos de frases ou palavras que foram suprimidos pelo escrivão serão indicados em nota.

5 A HABILITAÇÃO *DE GENERE VITA ET MORIBUS*



FLP20(2)

Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.

Figura 1 - Edição fac-similar do primeiro fôlio do manuscrito.

Pela tradição, que se manifesta principalmente pelos ritos litúrgicos e pelo costume da Igreja Católica, tanto Oriental como Ocidental, sabe-se que o sacramento

da ordem – dividido em três graus: o episcopado, o presbiterado e o diaconato – é destinado àquelas pessoas que desejam ingressar na vida sacerdotal.

O Catecismo da Igreja Católica (1998, p. 1549, apud *Lumen Gentium*, 1964) define que “[p]elo ministério ordenado [...] a presença de Cristo como chefe da Igreja se torna visível no meio da comunidade dos fiéis”. Por toda essa importância religiosa, o sacramento da ordem só pode ser recebido, ao que se pressupõe pelo documento, por aqueles escolhidos por Deus e ratificados pela Igreja.

Conforme se sabe, a Inquisição forçou judeus e mouros a professarem a fé no cristianismo e, ao mesmo tempo, criou-lhes uma barreira intransponível, pois os novos cristãos³ estavam marcados pelo pecado da sua origem. Em muitas ocasiões, era exigida limpeza de sangue, sobretudo para assumir encargos religiosos. Justamente para evitar a atribuição de cargos aos novos cristãos, todos os candidatos às ordens sacras eram submetidos à investigação genealógica.

A partir do século XVI, com a promulgação do Breve *De puritate sanguinis*, do papa Urbano VIII, para assumir qualquer grau religioso, todos os candidatos deveriam submeter-se aos processos de habilitação *De Genere, vita et moribus* (genealogia, vida e costumes), por meio dos quais comprovavam-se a “pureza de sangue e costumes” e a existência de uma renda mínima. (cf. Villalta, 2007).

[Os] processos de ordenações, mais conhecidos em linguagem eclesiástica como ‘De Genere et Moribus’, reúnem investigações com relação à procedência, idoneidade e conduta moral do pretendente às ordens sacras e ao presbiterado. Comportam três autos: ‘de genere’, em que são levantados dados referentes à identidade, filiação, naturalidade, fé católica do candidato; ‘de vita et moribus’, em que se fazem diligências, com a tomada de depoimentos juramentados, sobre os costumes e condição moral do futuro clérigo; ‘de patrimônio’, que recolhe provas e títulos de ordem financeiro-econômica, assegurando que o ordinando não era pessoa desvalida – uma norma de prudência bem conveniente a uma época em que clérigos percebiam uma cônica dos cofres públicos, devendo, então, serem impedidos os oportunistas e interesseiros⁴.

FLP20(2)

Os processos para ingresso à vida sacerdotal eram demorados, justamente porque exigiam testemunhos e comprovações de diversas pessoas. Ao final, os candidatos que passavam por esse rigoroso processo eclesiástico dividiam as honras com os seus familiares. “As famílias, durante o Período Colonial, mantiveram a prática de encaminhar ao menos um de seus filhos ao sacerdócio, que se apresentava como uma carreira almejada [...] para os que provinham das ‘boas famílias’” (Villalta apud Wernet, 2007, p. 28). Ter entre os seus familiares pelo menos um sacerdote com a declaração de boas origens era um glorioso status social. Segundo Carneiro (2005), a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos persistiu até 1773, quando o marquês de Pombal a aboliu, por decreto. Mesmo assim, por muitos anos continuou o temor de que alguma pessoa de sangue “impuro” se habilitasse ao sacerdócio.

Conforme mencionado anteriormente, o manuscrito que é objeto de análise, neste artigo, denominado *Auto de Sucreto*, é parte integrante do processo de ordenação

³ Novos cristãos, cristãos novos, ou marranos: termos utilizados para designar pessoas recém-convertidas ao cristianismo ou pessoas descendentes de judeus ou de outra estirpe.

⁴ Nota Explicativa do Catálogo de Processos de Ordenações, Apresentação e Oposição. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – AEAM. Mariana, MG, 2012, s/p.

De Genere Vita et Moribus, do candidato Francisco de Paula Meireles. O processo, em sua totalidade, possui 195 fólios organizados em 4 maços; a parte que aqui analisamos está contida no último maço e possui 5 fólios (fólios 9 a 11, do maço 4), entre recto e verso. A seguir apresentaremos a edição fac-símile do primeiro fólio do manuscrito sob análise, seguida de sua edição diplomática.

6 APRESENTAÇÃO DO CORPUS: EDIÇÃO FAC-SÍMILE E DIPLOMÁTICA

Metodologicamente, todos os fólios de que é composto o processo foram digitalizados e, para facilitar a leitura, uma vez que alguns trechos estão ilegíveis, foi utilizado o software *Photoshop* para o tratamento das imagens. Já para a edição diplomática, após várias leituras do testemunho, foi proposto o alfabeto do documento, que, conforme Fachin (2008, p. 45), “representa etapa essencial para a leitura e transcrição satisfatórias de qualquer manuscrito, principalmente quando se trata de grafia de difícil decifração.” Em seguida, com base nas normas já estabelecidas, procedeu-se à transcrição.

A seguir apresentamos a ficha codicológica que contém informações referentes à localização do documento, de que material é feito e como é composto, além de informações sobre a escrita.

Quadro 1 - Ficha codicológica

Cota	Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM) – Cúria Metropolitana; Armário 04; Pasta N° 604, 4° maço, fl. 9 v.
Documento	Processo de <i>Genere Vita et Moribus</i> de Francisco de Paula Meireles.
Assunto	Análise da vida, da genealogia e do comportamento do candidato ao sacerdócio, Francisco de Paula Meireles.
Datação	1779.
Local	Arraial do Tejuco (atual Diamantina - MG).
Suporte material	Cartáceo, sem pauta e sem marca d'água.
Composição	195 fólios com dimensão de 350 mm x 230 mm, aproximadamente. A dimensão é imprecisa, em função da deterioração das margens.
Organização da página	Nem todos os fólios encontram-se numerados. Conforme a contagem dos fólios que compõem o documento, o “Auto de Sequestro”, composto de 5 fólios, encontra-se no 4.º maço do processo.
Intervenção de terceiros	Há algumas pequenas marcações feitas a lápis na margem direita do documento.
Estado do documento	Bordas parcialmente deterioradas pela ação de papirófagos, o que impossibilita a identificação de alguns grafemas; ocorrência de opistografia, que, por sua vez, não inviabiliza a leitura do documento; presença de corrosão causada por compostos químicos presentes na tinta utilizada para escrita.

FLP20(2)

Transcrição dos fólhos 9v. a 11v. do *Auto de Sucreto*
presente no *Processo De Genere Vita et Moribus de Francisco de Paula Meireles*.

- || fl.9v. || Ato do S[.].creto | Anno do Nascimento deNoso Senhor Jezus Cri |
sto demil sete centos enoventa annos aosdo | ze dias domes deJulho (dod^o) anno
emvirtude | domd.^o es (se) des pachos vito esendo nes tacid^eMnn.^a 5 | foi vindo ornci
r[.].]ho GeralDomingos deSo | uza Bitencor Junto Comigo escrevam da | mesma vara
5 aodiante no miado elogio ad.^o | meirinho fez sucretro em hus tras tes seg | intes asaber
vinte duas cadeiras de(e)ncostar | piquena eduas crebradas easim mais tr | es mezas
piquenas easim mais vinte duas | laminas easim mais dois espelhos deparede | easim
mais hũ cravo easim mais huã Cax | xa com seis castesais depau doirado com huã |
em[.].]magem com osanto Cristo easim m | ais coatro centos edazanove velumes deli |
10 vros easim mais hũ colxão deriscado com | seus trabiseiros easim mais huã espada |
velha easim mais hũ bacamarte curto | hũ catre torniado easim mais duas duas | duzias
depratos piquenos easim mais sete | maiores easim mais huã basia ejarodeb= | aro easim
mais hua⁶ tarina de baro com seu p | rato easim mais dezanove xi cras piquena | etrezes
pires easim mais hũ bule e huã | tilgela com tampa e seus pires emais hũ | açucareiro
15 eseu pires easim mais huãs | galhetas com seus pires emais tres copos | devidro piqueno
easim mais seis catesais | de estanho easim mais huã garafa devidro br^{co} | ehotra d.^a
preta ehua bandeja emais huã | caxa comseus Roquete easim mais huma | bolsa
develudo verde con suas Borloas ea | sim mais huã caxa piquena contrates cegintes | hũ
20 novelo dealgodaõ huã toalha demeza com ho | nze coardanapos emais catorze pr(at)os
deestan | hos ehufundo ||
- || fl.10r. || ehua panelinha debaro piquena ehua fronha | depano liza epiquena com seus
papeis tres | xicras edois pires ehua tigela com seu prato | emais dous pires emais hua
faca decabo de | prata antiga emais hum(a) colher egarfo de | prata huma bandeija
pequena emais huã | (f)olha detabaco emais huã balança demeia | livra co(m) seu marco
25 easim mais huã navalha | com folha deobreia easim mais hũ fexo dees | pingarda easim
mais huma Justificação | deBautismo easim mais humas fivellas | delCas tinha de sapato
ehuma chave convarios | papeis emais hũ catisal devidro deparede | edois baretes velho s
emais huã lamina toda | doirada emais coatro camizas finas easim mais | d[.].]jes
(Pe)ntiadores emais hũs corteanados depano | delinho aberto emais dois lançoies e huã
30 Colxa de | xita emais duas toalhas demam humadepano delinho hotra deAlgudaõ e mais
dois fraques | dexas curtos com os Jalecos hũ Calçaõ de | xita ehũ lenco dexita easim
mais hũ vestido | inteiro deseda Roxa easim mais huã Batinha | ecapa degala preta
easim mais hũ tinteiro de | pedra easim mais hua Batinha ecapa de seti | n emais hũ
vestido evestia develudo Roxo emais | hotro vestido de setin preto emais hũ Calçaõ
35 develudo cor decanela emais hũ fraque curto | de(dasrante) Branco com seus Jaleco do
mesmo | emais hũ par demeias pretas desedas com | pes rotas ema(i)s humas tiras
depano ||
- || fl.10v. || (escarlate) reco[.].]ta[.].]as easim mais hũma | vestia ecalçaõ de setin preto
lavrado ehufu | ma vestia degala preta ehotra dita depano | roxo easim mais huã tigela com
40 remedio | deButica emais tres pares desapatosvelho | easim mais hũ Bodoque ehũ par
decape | ladas sem xarel emais tres estantes e huã | escova devestido emais duas p⁷etas
huã | velha ehotra nova emais hũ Baul emais huã | colxa desarafina emais hũ traviseiro
velho emais | dozes livros ehũ carderno ehua escova ecoatro | laminas emais digo velha
equebradas emais hũ | espriguseiro e hũ esxarga[.].] emais huã me | za e mais hũ Balaio
45 corberto decezero emais | hũ Baril degoa emais huma xecoladeira ehua | Banca emais hũ
maxadinho emais duas gamelas | e hũ Moleque por nomeDavi nasam Mina | emais huã
meza comsua Gaveta com varios | papeis emais hũ pratro Grande deestanho mais | dois

⁵ Não há separação de fronteira entre as duas abreviaturas que, por sua vez, adentram a margem direita do documento.

⁶ No documento, esta palavra está escrita acima da anterior, a saber, 'mais'.

⁷ No manuscrito há uma sobreposição de grafemas: 'p' e 'b'.

piquenosdeestanho mais (outro) pratro Gra | nde delouça emais hua Basia deestanho hũ |
 (zada) emais hua Supera comtanpa emais | dois pires ehũa (cor)besa desipo emais hũ |
 50 candeeiro delataõ emais hũ catre lizo dep | au emais sete tamboretas emais hua farda |
 depano azul ecamizas ehua Gravata dexita | Branca ehũ par defivela amarela deseu |
 muleque emais coatro tanborete emais acadera | aonde ensinav^{8a} os seus estudos emais
 hũ Bu | neco vestido desetin verde emais huã B^{9o}oseta deta | tarubo duas pedras lapidadas
 Emais huãCamiza | deMulher emais sete Chaves dea Br[.]. portas | emais huã sinta
 55 detafeta Cramezim velha emais | huma sela hũ freio est[.]depicaria deferro | |

| | fl. 11r. | | emais huma Reide ao [corroido] sederme emais hũ | (par) decanba digo
 decasamba emais hũ par | desapato com fivelas deprata piquenas emais | huã trempe
 deduas panelas emais huã can | deia deferro emais hũ (tan)burete emais huã | lamina
 piquena deSam Fran^{co} emais varios p | apeis que a Charo dentro dagaveta emais huma |
 60 Com mada Comsuas Gavetas elogio ad.^e meirin | ho depuzitou osd.^{os} bens so cres atados
 emmão | epoder doCap.^{am} Manoel Bras Fr.^a q̃ deles seodeo | porentregue eseo bregoce
 asleis defiel depuzita | raõ eeu escrivam digo q Renunciava Juizo | doseu foro [corroido]
 tevese eu escrivam o noti | fiquei p.^a [corroido] bens socrestado naõ despuzese | couza
 65 (A)lguma sem especial ordem deste Juizo | penna dalei edetudo Como seobregou fis este
 | auto desucrostos enq̃ asignou aqui Junto | Com omeirinho Geral eeu escrivamda |
 mesma vara q̃ escreves An.^{to}Dias Braga | Manoel Bras Pereira daS^aLeal¹⁰ | O meirinho
 Geral | Domingos deSousa Bitancor | Auto deabertura | Anno doNascimento deNosso
 Senhor Jezus | Christo demil esete centos enoventa annos aos | doze dias domes deJulho
 70 dad.^o anno emvirtude | dad.^o mand.^o eseu despacho retro do M^{to} Rd^o | D^{or} Vegario Geral
 esendo nestaCid^e fomos | as cazas donde morava oP.^e Mestre Fra | n^{co}dePaula oCal não
 achemos encaza ep | edindo as chaves dad.^a cazas apesoa q̃ (nela) | estava m(o)rando nos
 deo chaves de algumas | |

| | fl.11v. | | dealgumas port[.] edas [.]tras dese q̃ não | sa(bi)a ep(or) senaõ acharem
 75 ch¹¹aves da(s) | portes egavetas eabriram co achaves de | conselho como nos mandava
 omd.^o Junto | acol abrimto [.]d.^a portas egavetas | eabreram avesta das testemunhas
 aBa | [.]o asignadas que perzensiava d¹²ego que per | zensiam ad.^a ebertura deportas
 egavetas q̃ perzensiam ad.^a abrimtos deporta | esucrostos q̃ fes nasd^{os} bem seu
 pastado | fis este termo deabrimtos enq̃ asig^{na} | ram asd^{as} testemunha Junto com omei
 80 | rinho Geral eeu An.^{to} (Dias) Braga escrivam damesma vara q̃ [corroido] | M.^{cl}
[corroido] | NarcizoGomis Jaxm^o13 | Joaquim Pinto Pr^{ass} |
 Escrevaõ

Aut eVara	- - - - -	2\$223	} 4\$813
Aceintadas	- - - - -	\$150	
Mandado afl	- - - - -	2\$120	
Citaçoenes	- - - - -	\$000	
Certidaõ afl	- - - - -	\$150	
Concl. ePubl. ^{ano}	- - - - -	\$ 170	

Marianna 6 de Julho de 1794 na
BotelE¹⁴

⁸ No manuscrito há uma sobreposição de grafemas: ‘d’ e ‘v’.

⁹ No manuscrito há uma sobreposição de grafemas: ‘p’ e ‘b’.

¹⁰ Há um sinal público que acompanha a assinatura.

¹¹ Há uma sobreposição de grafemas (*x* e *cb*) no original. O escrivão grafou a palavra *chave* com *x* ou *cb* e depois fez uma rasura. Optou-se em transcrever a palavra com *cb* devido a ocorrências prévias desse registro neste mesmo documento.

¹² No manuscrito há uma sobreposição de grafemas: ‘d’ e ‘q’.

¹³ Há um sinal público que acompanha a assinatura.

¹⁴ Há um sinal público que acompanha a assinatura.

7 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

A seleção desses dados baseou-se, nesse primeiro momento, no “estranhamento” que estruturas de um estágio passado da língua causam em falantes/leitores contemporâneos. Conforme Tarallo (1990, p. 21, grifos nossos), “alguns segmentos [...] podem parecer à primeira vista, totalmente estranhos e irreconhecíveis de tal forma que um leitor contemporâneo poderia atribuir a eles valores *estranhos*”. Em seguida, fizemos um levantamento de fenômenos fônicos que possuem características em comum e o mesmo foi feito com os fenômenos morfossintáticos. Há que se considerar, no entanto, que, em função de espaço, fizemos uma análise atomística dos dados, sem nos basearmos em algum modelo teórico para explicar cada ocorrência.

7.1 Fenômenos fônicos

Reunimos nesta subseção palavras que apresentam características comuns conforme o metaplasmo correspondente. Metaplasmos, segundo Coutinho (1962, p. 166), “são modificações fonéticas que sofrem as palavras na sua evolução”, ou seja, é o nome dado à mudança ocorrida na estrutura da palavra, seja ela em função de acréscimo, subtração ou deslocamento de segmentos sonoros, representada por grafemas, de que a palavra é composta.

No quadro a seguir, apresentamos os metaplasmos localizados no manuscrito¹⁵ sob análise. As definições apresentadas são baseadas em Bisol (1981), Carvalho & Nascimento (1969), Coutinho (1962) e Williams (1994).

FLP20(2)

¹⁵ Embora uma mesma palavra possa ter sofrido mais de um processo de mudança, apenas apresentaremos um deles.

Quadro 2 - Fenômenos fônicos.

<i>Metaplasmos</i>	<i>Número de ocorrências</i> ¹⁶	<i>Localização</i>	<i>Observações</i>
<i>Vocalização</i> : transformação de som consonantal em som vocálico.	<i>Bautismo</i>	Linha 26	De: <i>baptismo</i>
<i>Epetêense</i> : acréscimo de um segmento sonoro no meio da palavra.	<i>corberto</i>	Linha 50	Ditongação
	<i>crebradas</i>	Linha 6	
	<i>pratro</i> (2)	Linha 47	
	<i>lançoigs</i>	Linha 29	
	<i>Reide</i>	Linha 56	
	<i>sucetro</i>	Linha 5	
	<i>tilgela</i>	Linha 14	Variação única: <i>tilgela / tigela</i>
<i>Paragoge</i> : acréscimo de um segmento sonoro no final da palavra.	<i>Bauł</i>	Linha 42	
<i>Metátese</i> : transposição de um segmento sonoro na mesma sílaba.	<i>perzensiava</i> (2)	Linha 77	
<i>Hipértese</i> : transposição de um segmento sonoro de uma sílaba para outra.	<i>socrestado</i> (3)	Linha 64	
<i>Síncope</i> : supressão de um segmento sonoro no meio da palavra	<i>xi cras</i> (2)	Linha 13	Variação única: <i>castesais/ catesais/ catisal</i> Monotongação.
	<i>catesais</i> (1)	Linha 16	
	<i>caxa</i> (2)	Linha 17	
	<i>botro</i> (3)	Linha 34	
<i>Ensurdecimento (fortalecimento)</i> : transformação de uma consoante sonora numa consoante surda homorgânica.	<i>coardanapos</i>	Linha 19	
<i>Enfraquecimento</i> : nos casos, transformação de uma consoante oclusiva numa fricativa.	<i>trabizeiros</i> ¹⁷	Linha 10	Variação única: <i>trabiseiros/ traviseiro</i>
<i>Alçamento ou abaixamento</i> : mudança de uma vogal em determinada altura para uma vogal em mesma posição (anterior ou posterior) em uma altura mais alta ou mais baixa, respectivamente.	<i>no miado</i>	Linha 5	Alçamento
	<i>piquena</i> (10) ¹⁸	Linha 6	
	<i>torniado</i>	Linha 11	
	<i>Buneco</i>	Linha 53	
	<i>muleque</i>	Linha 52	
	<i>enteiro</i>	Linha 32	
	<i>Butica</i>	Linha 40	
	<i>depuzítou</i> (x 1)*	Linha 60	Abaixamento

¹⁶ O número entre parênteses refere-se ao número de ocorrências da palavra no testemunho.

¹⁷ Nesse caso houve um abrandamento, classificado como *degeneração* (/b/ > /v/).

¹⁸ Segundo Bisol (1981, p. 259), nesses casos ocorre uma harmonização vocálica, que é “um processo de assimilação regressiva desencadeado pela vogal alta da sílaba imediatamente subsequente, independentemente de sua tonicidade – que pode se estender a uma ou mais vogais médias do ambiente.” O mesmo vale para o exemplo da linha 60, *depuzítou*.

7.2 Fenômenos morfossintáticos

Quadro 3 - Fenômenos morfossintáticos.

<i>Tipo</i>	<i>Ocorrência</i>	<i>Localização</i>	<i>Observações</i>
<i>Cliticização de pronomes:</i> é a aglutinação do pronome, que é fonicamente menos saliente, a uma palavra base.	... ã deles seodeo porentregue...	Linha 61	
	... eseo bregou asleis ...	Linhas 61-62	
	... eu <i>escrivam</i> o <i>noti</i> <i>fiquei</i> ...	Linha 64	
<i>Colocação pronominal (próclise):</i> pronome anteposto ao verbo	... <i>Como</i> seobregou <i>fis</i> <i>este</i> ...	Linha 65	
	... <i>estava m(o)rando</i> nos <i>deo</i> <i>chaves de</i> <i>algumas</i> ...	Linhas 72-73	
	... <i>easim</i> <i>mais</i> <i>dezanove xi</i> <i>craS</i> <i>piquena</i> Ø...	Linha 13	
	... <i>emais</i> <i>tres</i> <i>copoS</i> <i>devidro</i> <i>piqueno</i> Ø...	Linha 15	
	... <i>eamais</i> <i>huã</i> <i>caxa</i> <i>comseuS</i> <i>Roquete</i> Ø...	Linha 17	
<i>Concordância nominal variável:</i> a marca do plural, nos dados do documento analisado encontra-se em diferentes elementos e posições do SN.	... <i>hũ</i> <i>fraque</i> <i>curto</i> <i>de(dasrante)</i> <i>Branco</i> <i>com seuS</i> <i>Jaleco</i> Ø...	Linha 35	
	... <i>p.^a</i> [<i>corroído</i>] <i>benS</i> <i>socrestado</i> Ø <i>naõ</i> <i>despuze</i> ese...	Linha 64	O sinal Ø indica a ausência de marca de plural.
	... <i>asig^a</i> <i>ram</i> <i>ascl^s</i> <i>testemunha</i> Ø...	Linha 79	
	... <i>emais</i> <i>tres</i> <i>pares</i> <i>desapatoS</i> <i>velbo</i> Ø...	Linha 40	
	... eu <i>escrivam</i> <i>o</i> <i>noti</i> <i>fiquei</i> <i>p.^a</i> [<i>corroído</i>] <i>benS</i> <i>socrestado</i> Ø...	Linha 64	
... <i>emais</i> <i>coatro</i> <i>tanborete</i> Ø...	Linha 52		

FLP20(2)

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Martins (2001), o uso de documentos não-literários como fonte de informação linguística pode produzir resultados tão relevantes no domínio da sintaxe quanto nos da fonologia, da morfologia ou do léxico.

O documento apresentado neste artigo apenas ratifica essa afirmação de que documentos manuscritos não-literários são fontes riquíssimas e inesgotáveis para pesquisa diacrônica. Eles são significativos para história da língua por serem datados e por trazerem registrado o local em que foram exarados. No que diz respeito aos aspectos linguísticos, esses documentos exprimem uma vasta fonte para que se desenvolvam diversas pesquisas no âmbito da Filologia, da Linguística Histórica e da Crítica Textual.

Por evidenciar um uso pretérito da língua portuguesa, contribuindo para o avanço do conhecimento desses estados de língua, os textos antigos assumem também uma grande importância para os estudos diacrônicos. Tendo em vista essa riqueza, a maior parte dos pesquisadores que utilizam documentos manuscritos como *corpora* de pesquisa devem dar preferência aos textos fidedignos, criteriosamente armazenados segundo normas da edição crítica de textos, conforme se discutiu aqui.

Certamente, os dados aqui apresentados, mesmo que de forma atomística, revelam apenas uma pequena parte do valioso objeto de pesquisa que ora temos em mãos, e muitos outros que ainda se encontram nos arquivos à espera de um estudo.

REFERÊNCIAS

Bisol L. Harmonização vocálica, uma regra variável [tese]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1981.

Cambraia CN, et al. (2001). Cinco breves tratados religiosos alcobacenses: edição semidiplomática (cód. alc. 461). Caligrama – Revista de Estudos Românicos. 2001; 6:7-28. [citado 10 ago. 2018]. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/290/240>.

Cambraia CN. Introdução à crítica textual. São Paulo: Martins Fontes; 2005.

Carneiro MLT. Preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia: os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue. São Paulo: Perspectiva; 2005.

Carvalho DG, Nascimento M. Gramática histórica. 3ª ed., São Paulo: Ática; 1969.

Catecismo da Igreja Católica. São Paulo: Loyola/Vozes; 1993.

Constituição Dogmática Lumen Gentium. Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II. São Paulo: Paulus; 1997.

Coutinho I de L. Pontos de gramática histórica. 5ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica; 1962.

Fachin PRM. Descaminhos e dificuldades: leitura de manuscritos do século XVIII. Goiânia: Trilhas Urbanas; 2008.

Mattos e Silva RV. O Português arcaico: Fonologia. São Paulo: Contexto; 1991.

FLP20(2)

Martins AM. Emergência e generalização do português escrito: de D. Afonso Henriques a D. Dinis. In: Mira-Mateus MH, organizadora. Caminhos do português. Lisboa: Biblioteca Nacional; 2001. p. 23-71.

Mendes ST do P. Combinações lexicais restritas em manuscritos setecentistas de dupla concepção discursiva: escrita e oral [tese]. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais; 2008. [citado 10 ago. 2018]. Disponível em: <http://poslin.letras.ufmg.br/defesas/479D.pdf>.

Spina S. Introdução à edótica. 2ª ed. São Paulo: Edusp/Ars poética; 1994.

Tarallo F. Tempos linguísticos. São Paulo: Ática; 1990.

Villalta LC. A Igreja, a sociedade e o clero. In: Resende MEL de, Villalta LC, organizadores. História de Minas: As Minas setecentistas. Vol. II. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo; 2007. p. 25-57.

Wernet A. A Igreja paulista no século XIX. São Paulo: Ática; 1987.

Williams EB. Do latim ao português. 6ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; 1994.

Fonte Manuscrita

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM), Minas Gerais. Processo De Genere Vita et Moribus de Francisco de Paula Meireles. Armário 04, pasta 604; 1779.

FLP20(2)

O espólio epistolar de Hermes Fontes: considerações e proposta de edição

Hermes Fontes's collection of private correspondences: considerations and editing proposal

Renata Ferreira Costa*

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil

José Douglas Felix de Sá**

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil

Resumo: Hermes Fontes nasceu em Boquim (SE), em 1888, e foi considerado, desde a publicação de sua primeira obra – *Apoteoses* (1908), um dos mais importantes poetas brasileiros de sua geração. Em seu espólio, salvaguardado no museu Raimundo Fernandes da Fonseca, localizado em sua cidade natal, encontra-se um conjunto significativo de correspondências enviadas a parentes e amigos, as quais já foram objeto de pesquisa. Revisitar seu espólio epistolar, considerando as condições materiais de produção e de salvaguarda, a circulação e o acesso aos seus escritos, além do conteúdo dos textos, torna possível proceder à crítica interna e externa dos documentos e lançar questionamentos que contribuirão para a chamada crítica genética, que visa interpretar e sistematizar os sucessivos estágios de construção de uma obra, ressignificando, assim, a importância da obra de Hermes Fontes e o seu lugar na literatura brasileira. Desta forma, este trabalho, fundamentado nos pressupostos teóricos e metodológicos da Filologia, visa apresentar considerações sobre o espólio epistolar de Hermes Fontes e propor uma edição semidiplomática justalinear de um conjunto de 44 cartas manuscritas produzidas pelo poeta entre 1903 e 1930.

FLP20(2)

Palavras-chave: Filologia. Espólio. Cartas particulares. Hermes Fontes. Edição semidiplomática.

Abstract: Hermes Fontes was born in *Boquim (SE)* in 1888, and he was considered one of the most important Brazilian poets of his generation since the publication of his first work - *Apoteoses* (1908). In his private collection, which is safeguarded at *Museu Raimundo Fernandes da Fonseca*, a museum that is placed in his hometown, there is a significant set of correspondences that were sent to relatives and friends, which has already been object of research. Revisiting his epistolary material, taking into consideration the material conditions of its production and its safeguarding process, circulation and access to its writings, besides the content of the texts, it is possible to proceed to internal and external criticism of the documents and also to launch questions that will contribute to the so-called genetic criticism, which aims to interpret and systematize successive construction stages of a work, thus restating the importance of the work of Hermes

* Professora do Departamento de Letras Vernáculas e do Mestrado Profissional em Letras, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil; renataferreiracosta@yahoo.com.br

** Graduando do curso de Letras Português-Inglês, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil; felixdesa@hotmail.com

Fontes and its place in Brazilian literature. In this way, based on the theoretical and methodological assumptions of Philology, this work aims to present considerations upon Hermes Fontes' epistolary collection and also to propose a line-by-line semidiplomatic edition of a set of 44 handwritten letters produced by the poet between 1903 and 1930.

Keywords: Philology. Private papers collection. Personal letters. Hermes Fontes. Semidiplomatic edition.

1 INTRODUÇÃO

Uma das mais importantes invenções humanas, a escrita nasceu da necessidade de registro e perpetuação da memória individual e coletiva, ou, como bem destaca Chartier (2007, p. 9), do “medo do esquecimento” e da “fatalidade da perda”, e passou a ocupar lugar de destaque dentro da produção e difusão do conhecimento e das relações sociais entre os homens.

A escrita demanda uma habilidade técnica, mas configura-se também como uma prática sociocultural, sujeita a variações no tempo e no espaço, que permite ao homem registrar suas ações cotidianas e sua visão de mundo, construir e transmitir significações, estabelecer relações de poder e alcançar o progresso social.

No contexto das sociedades modernas, a escrita está circunscrita à esfera pública e desempenha papel de suma importância não só como um modo de comunicação em si, mas também como prática social, que, segundo Coulmas (2014, p. 35), “tanto individualiza quanto socializa” os sujeitos. Assim, numa sociedade que se organiza e se consolida na escrita, evidenciam-se diversas práticas sociais de uso da língua escrita em contextos específicos, para alcançar objetivos também específicos. Nesse viés, destaca-se a comunicação epistolar como “modo de realização da cultura escrita; prática de um tempo (uma época)” (Gastaud, 2009, p. 12).

Corresponder-se através de cartas, tornando possível a comunicação com um destinatário ausente e encurtando distâncias, é uma das práticas culturais de escrita mais antigas, que se adaptou aos espaços de circulação, ao tempo, aos destinatários e à tecnologia presente em cada época.

A carta configura-se como uma conversação à distância, ou, como declara Muhana (2000, p. 331), um diálogo *per absentiam*, em que “tudo se passa na escrita. Fala ausente, para ausentes, de ausentes”. Além disso, outra característica do gênero epistolar é sua reciprocidade, uma espécie de acordo entre os interlocutores que prevê uma resposta, no que Haroche-Bouzinac (2016, p. 126) denomina como “contrato epistolar”.

Em sua modalidade de circulação privada, a carta, também denominada particular, pessoal ou familiar, é, conforme Leite (2009, p. 120), “[...] uma unidade comunicativa que existe para que sujeitos conhecidos entre si possam trocar mensagens de caráter privado/pessoal, por meio da modalidade escrita da língua”. Nesse tipo de discurso privado, para além da troca de informações e notícias e da manutenção de relações pessoais, revelam-se aspectos da personalidade de seus autores, confidências, sentimentos, seus projetos profissionais, o andamento de trabalhos intelectuais, questões sociais, culturais, políticas e

econômicas contemporâneas à escrita, estabelecendo, muitas vezes, uma linha tênue entre o individual e o coletivo. Desse modo, identifica-se o texto epistolar como o espaço das sociabilidades, “testemunho ímpar da autenticidade das relações pessoais, culturais e sociais de uma época ou de um autor” (Seara, 2006, p. 19).

A importância da publicação de cartas, especialmente de escritores, reside no fato de dar ao leitor comum acesso à intimidade do autor, de oferecer-lhe a oportunidade do contato com o indivíduo que é o seu escritor favorito. Por outro lado, para o estudioso, a epistolografia abre espaço para múltiplas pesquisas em diversas áreas do conhecimento, uma vez que testemunha uma realidade histórica, social, política, linguística ou literária. Assim, como aponta Haroche-Bouzinac (2016, p. 24), por seu caráter documental, que abre espaço para que seja “usada para finalidades históricas e biográficas”, a carta torna-se um objeto precioso.

Destacam-se algumas especificidades das cartas particulares que marcam significativamente a relevância dos estudos epistolográficos. A primeira diz respeito à escassez de cartas particulares em arquivos públicos e privados, principalmente de tempos mais recuados, o que as torna um objeto cobiçado. Em segundo lugar, o gênero epistolar normalmente apresenta explicitamente informações que permitem identificar *quem* escreveu os textos e *onde* e *quando* eles foram escritos: “O discurso epistolar exhibe constantemente a sua própria situação de enunciação através de referências explícitas às categorias de pessoa, tempo e lugar” (Violi, 1988¹, apud Seara, 2008, p. 124). Aqui cabe o questionamento se a mão que escreveu o texto pertence à mesma pessoa que o idealizou, ou seja, se há coincidência entre o autor material e o autor intelectual. A publicação de uma carta requer que o editor forneça, conforme Marquilhas (2013, p. 370), “o máximo de contextualização possível e que estabeleça, com o maior grau de certeza, se quem escreveu determinadas linhas foi mesmo o falante de carne e osso que as concebeu”.

Outra especificidade a se levar em conta é que a produção e leitura de cartas particulares são atividades realizadas no espaço privado, sem a intenção, pelo menos inicial, de publicação, de modo que pode haver um menor cuidado na escrita do texto, revelando marcas de correção, traços de oralidade, desvios da norma linguística vigente, informalidade, entre outros aspectos interessantes para os estudos filológicos e histórico-linguísticos.

Ademais, documento de natureza híbrida, a carta pessoal situa-se na fronteira entre oralidade e escrita, porque sua tendência é para a conversação, entre o íntimo e o confessional, entre o gênero discursivo e o gênero literário, estando muito próxima, segundo Cabral (2015, p. 101), “do discurso memorialista, da autobiografia e dos diários”. Nesse sentido, reconhece-se no texto epistolar uma espécie de “antecâmara da criação” de um autor, nas palavras de Haroche-Bouzinac (2016, p. 17), ou, como afirma Moraes (2007, p. 72), paratexto de uma obra, arquivo da criação,

¹ Violi, P. *Présence et absence. Stratégies d'énonciation dans la lettre*. In: Greimas, AJ, et al. (dir). *La Lettre, approches sémiotiques. Actes du VIe Colloque Interdisciplinaire*. Fribourg: Éditions Universitaires; 1998. p. 28.

[...] laboratório de criação, capaz de documentar a gênese e as diversas etapas de elaboração de um texto literário, desde o embrião do projeto até o debate sobre a recepção crítica da obra, favorecendo, muitas vezes, uma reelaboração desse texto.

Essa característica da carta pessoal enquanto testemunho de uma pessoa individual e de um processo individual de escrita de uma obra torna possível associá-la ao ensaio e situá-la na esfera literária, para além da esfera do discurso (Harouche-Bouzinac, 2016, p. 26), contribuindo, assim, para os estudos da gênese da obra de um autor.

Desta forma, este trabalho, fundamentado nos pressupostos teóricos e metodológicos da Filologia e com atenção às possibilidades de pesquisa no âmbito da Crítica Genética, visa apresentar uma descrição do espólio epistolar de Hermes Fontes (1888-1930), sob a guarda do museu Raimundo Fernandes da Fonseca, em Boquim (SE), e propor uma edição semidiplomática justalinear de um conjunto de 44 cartas manuscritas produzidas pelo poeta entre 1903 e 1930.

Muitos de seus escritos ficaram por muitos anos sob a guarda de sua família, até ser doado a uma de suas principais pesquisadoras, Ana Medina, que, então, teve a iniciativa de entregá-los ao museu Raimundo Fernandes da Fonseca, localizado em sua cidade natal. No espólio do poeta, encontra-se um conjunto significativo de correspondências (cartas e telegramas) enviadas a parentes e amigos. Suas epístolas já foram objeto de pesquisa e, inclusive, foram publicadas em 2006, por Medina, no livro intitulado *Cartas de Hermes Fontes: Angústia e Ternura*.

Revisitar seu espólio epistolar, considerando as condições materiais de produção e de salvaguarda, a circulação e o acesso aos seus escritos, além do conteúdo dos textos, torna possível proceder à crítica interna e externa dos documentos e lançar questionamentos que contribuirão para a chamada crítica genética, que visa interpretar e sistematizar os sucessivos estágios de construção de uma obra, ressignificando, assim, a importância da obra de Hermes Fontes e o seu lugar na literatura brasileira. Ademais, reeditar ou editar sob outros critérios ou objetivos as cartas manuscritas ativas do poeta sergipano não é um trabalho redundante, como se poderia pensar, já que, em sua publicação, Ana Medina procedeu a uma modernização linguística e ortográfica do original, de modo que esse trabalho não pode ser fonte para pesquisas linguísticas.

FLP20(2)

2 HERMES FONTES: O GÊNIO MELANCÓLICO

Hermes Floro Bartolomeu Martins de Araújo Fontes, mais conhecido como Hermes Fontes, nasceu em Boquim, cidade do litoral sul do estado de Sergipe, em 28 de agosto de 1888. Desde cedo demonstrou aptidão para os estudos, sendo considerado um menino talentosíssimo, que, conforme Medina (2006, p. 26), “aos oito anos já era uma revelação, um prodígio de memória, lia jornais como se fosse um adulto e possuía grande talento para a música e o desenho”.

Tendo iniciado seus estudos na pequena cidade em que nasceu, logo foi transferido para colégios na capital sergipana, passando a viver com seu irmão mais velho. No entanto, sua família possuía poucos recursos financeiros para continuar mantendo o menino em

Aracaju, obrigando o seu retorno a Boquim, não fosse a intervenção de duas grandes personalidades políticas – o deputado Laudelino Freire e Martinho Garcez, então governador da província. Assim, sob a responsabilidade deste último, Hermes Fontes mudou-se aos 10 anos de idade para o Rio de Janeiro, em uma tentativa de obter melhores oportunidades para o desenvolvimento de seu gênio criativo.



Fonte: <https://goo.gl/3Edi1c>.

Figura 1 - Fotografia de Hermes Fontes (década de 1920).

Viver no Rio de Janeiro permitiu-lhe se formar em direito na Faculdade Nacional de Direito, apesar de nunca ter exercido a profissão, preferindo dedicar-se à carreira burocrática no Serviço de Correios e Telégrafos (sendo aprovado em primeiro lugar nesse concurso) e, anos mais tarde, no Ministério da Viação do Rio de Janeiro. Ademais, frequentar ambientes cultos e relacionar-se com grandes intelectuais da época contribuiu para o desenvolvimento, demonstração e reconhecimento nacional de seu talento.

De 1903 ao final da década de 1930, Hermes produziu artigos, ensaios e colunas em periódicos, como os jornais *Fluminense*, *Rua do Ovidor*, *Imparcial*, *Folha do Dia*, *Correio Paulistano* e *Diário de Notícias*, e as revistas *Careta*, *Fon-Fon*, *Tribuna*, *Tagarela* e *Atlântida*, enviando, a propósito, algumas cópias desses textos anexadas às correspondências aos seus familiares.

Foi nessa época de produção ativa de conhecimento que também produziu onze livros, entre eles sua obra poética de estreia *Apoteoses*, publicada em 1908, que o consagrou como um dos melhores poetas brasileiros de sua geração, como se evidencia na homenagem lírica do poeta parnasiano Olavo Bilac no jornal *A Notícia* (1908², apud Barreto, 2007, p. 140):

[...] Pois assim acaba de aparecer para consolo dos homens, um verdadeiro poeta: é Hermes Fontes, um moço, quase um menino, cujo livro *Apoteoses* é uma revelação de força lírica. Força brilhante que se revela no calor da inspiração, na beleza dos versos, riqueza dos vocábulos e das rimas, e até nos exageros da idéia e de forma – porque o exagero, que na idade madura é

² Bilac O. A propósito da 1ª edição do livro *Apoteoses*, de Hermes Fontes. In: *A Notícia*; 1908.

charlatanice ou desequilíbrio mental, é na mocidade virtude, vibração natural e graça espontânea. O livro de Hermes Fontes justifica o título que traz. É uma vasta série de apoteoses – da luz, da noite, da vida, da morte, do céu, do inferno, do som, da cor, das asas e do amor.

Além de *Apoteoses*, Hermes Fontes publicou em vida *Gênese* (1913), *Ciclo da Perfeição* (1914), *O Mundo em Chamas* (1914), *Miragem do Deserto* (1917), *Epopeia da Vida* (1917), *Microcosmo* (1919), *A Lâmpada Velada* (1922), *Despertar* (1922), *Juíço Efêmero* (1916) e *A Fonte da Mata* (1930).

Sua obra possui influências parnasianas, simbolistas e modernistas, não sendo possível classificá-la em uma única escola literária. De acordo com Bueno (2017, p. 11), “sua teoria formal anunciada no prefácio de *Apoteoses*, apontá-lo-ia sem dúvida como um parnasiano tardio, mas a sua poesia em si mesma nega isso”.

Tendo em vista a sua produção ativa de capital cultural, Fontes é constantemente associado ao termo intelectual, que, como salienta Sirinelli (1997³, apud Silva, 2004), refere-se aos criadores e aos mediadores culturais, ou seja, àqueles que participam da criação artística ou do progresso do saber e os que contribuem para difundir os conhecimentos dos criadores; como também tal termo se baseia em uma noção de engajamento, levando em conta a participação do intelectual na vida de sua cidade, envolvido nos problemas cotidianos. Nesse sentido, Hermes Fontes pode ser relacionado à primeira concepção apontada, que remete à ideia do intelectual como dirigente e organizador da cultura (Gramsci, 1977) e como produtor de capital simbólico (Bourdieu, 1988), haja vista a sua produção literária expressiva supracitada.

Hermes Fontes é, portanto, um intelectual sergipano que, como muitos de seus conterrâneos, emigraram, no seu caso, por motivos intelectuais, para nos “grandes centros educacionais da época cursarem escolas secundárias e principalmente as superiores”, como aponta Silva (2004, p. 103).

Constantemente o gênio é associado à loucura ou a outro tipo de patologia psíquica. Talvez se possa fazer essa associação a Hermes Fontes, cuja genialidade, reconhecida e propagada nacionalmente, o envaidecia ao mesmo tempo em que o colocava em um lugar de inadequação: “O gênio, o crime e a loucura, provêm, por igual, de uma anormalidade; representam, de diferentes maneiras, uma inadaptabilidade ao meio.” (Pessoa, 1966, p. 133). Seu aspecto físico – “feio, cabeçudo e media pouco mais de um metro e meio”, conforme Barreto (2007, p. 138), meio surdo e gago, era compensado por seu talento, mas não conseguiu afastar seus complexos, as desilusões amorosas e políticas e as traições. Por isso, o poeta, distante da terra natal, do amor da família, rejeitado cinco vezes para ocupar uma cadeira entre os imortais da Academia Brasileira de Letras, criticado pelo Modernismo e cuja vida conjugal foi marcada pelo drama de uma gravidez interrompida e pela traição da esposa Alice, tornou-se um tipo esquisito, introvertido, de difícil temperamento, infeliz e recluso.

³ Sirinelli JF. Elites culturais. In: Rioux JP, Sirinelli JF. Por uma história cultural. Lisboa: Editora Estampa; 1997.

A melancolia que envolve a vida pessoal de Hermes Fontes e que acarretou em seu suicídio com um tiro na cabeça no dia 26 de dezembro de 1930, no Rio de Janeiro, é a marca característica de sua obra poética, que invoca a morte e a iguala à vida.

3 VISITA AO ESPÓLIO EPISTOLAR DE HERMES FONTES

Nos últimos anos, vêm sendo realizados diversos estudos sobre práticas e usos da escrita epistolar, com especial atenção às correspondências (cartas, cartões, bilhetes, telegramas, ofícios) de escritores célebres, objetivando compreender seu perfil biográfico, seu processo criativo, sua obra e o panorama histórico, sociocultural e político a que pertenciam. Nesse sentido, os espólios⁴ epistolares constituem-se como espaços privilegiados de investigação de fontes primárias que podem, conforme Peterle (2018), “documentar a gênese, as idas e vindas, o início e o fim, os passos da criação e construção literária. [...] sem contar toda a rede de relações que pode ser mapeada a partir da correspondência”.

No caso de Hermes Fontes, foi conservado um conjunto significativo de cartas enviadas a familiares, especialmente às suas irmãs Laura e Lucinda, cuja distância geográfica, que aumentava significativamente a dor da saudade desde sua tenra idade, só podia ser encurtada pela palavra escrita. Como o texto epistolar é o espaço de sociabilidades, “testemunho ímpar da autenticidade das relações pessoais, culturais e sociais de uma época ou de um autor”, como observa Seara (2006, p. 19), é em sua correspondência familiar que Hermes mostra sua verdadeira identidade, conta seus dramas, reclama de sua dor existencial, demonstra amor e afeto, revela-se enquanto homem de carne e osso, separado de sua genialidade enquanto escritor.

O estudo de sua correspondência é de extrema relevância na historiografia moderna, porque, para além de muitas outras finalidades, permite ligar fatos da vida do autor, revelados por ele mesmo, ao entendimento de sua obra. Assim, pode-se considerar que a escrita epistolar de circulação privada está relacionada também, de algum modo, à esfera pública, uma vez que projeta o sujeito no ambiente social em que está inserido.

O espólio epistolar de Hermes Fontes passou por um longo percurso arquivístico até que fosse salvaguardado definitivamente no Museu Raimundo Fernandes da Fonseca, em Boquim (SE), sua terra natal.

Inicialmente, todas as suas correspondências estavam sob a custódia de alguns de seus familiares em Aracaju, até serem doadas, entre os anos de 2005 e 2006, à pesquisadora e sócia do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Ana Maria Medina, que realizava, naquele momento, pesquisas em torno da vida do poeta. Tais pesquisas resultaram em um livro de sua autoria intitulado *Cartas de Hermes Fontes: Angústia e Ternura*, publicado em 2006,

⁴ O termo espólio, do latim *spolium*, é, em sua segunda acepção no Dicionário Houaiss (2012), o “conjunto de bens deixados por alguém ao morrer”. Assim, neste trabalho, espólio se refere ao conjunto de bens que um escritor ou qualquer outro artista deixa à sua morte, daí as denominações “espólio pessoal, literário, documental, epistolar, científico, musical, bibliográfico” de alguém.

que contém aspectos da vida privada e pública do poeta sergipano, apresentando também a edição fac-similar de suas cartas pessoais ativas (consta apenas uma carta passiva, do pai de Hermes), com as suas respectivas transcrições em ortografia atualizada.

Após análise do corpus epistolográfico, Medina direcionou as correspondências ao Museu Raimundo Fernandes da Fonseca, que se responsabilizou em guardá-las⁵.

O Museu divide-se em duas seções: uma destinada à exposição de artefatos diversos relacionados à cidade de Boquim (Museu Raimundo Fernandes da Fonseca) e outra que compreende memórias sobre Hermes Fontes e livros de literatura brasileira (Biblioteca Hermes Fontes).



Fonte: Fotografia de Douglas Felix de Sá.

Figura 2 - Fotografia da fachada do Museu Raimundo Fernandes da Fonseca/
Biblioteca Hermes Fontes (2016).

FLP20(2)

Assim como qualquer instituição pública de guarda de documentos, o Museu dispõe de políticas arquivísticas e de acesso ao seu acervo. No que tange às correspondências de Hermes Fontes, entretanto, as políticas de acesso não estão expressas em nenhum documento oficial ou website da referida instituição, reservando à sua diretora, que é graduada em biblioteconomia, o dever de estabelecer as seguintes normas: seu acesso integral é limitado a pesquisadores que disponham de, no mínimo, algumas noções de conservação de manuscritos antigos e que possuam, preferencialmente, cartas de recomendação das instituições ou das agências de fomento de sua pesquisa.

O conjunto de correspondências do poeta está depositado em uma caixa de papelão da loja de roupas e acessórios Brookfield, que mede 37 cm de altura por 28 cm de largura, com 5,4 cm de espessura:

⁵ Não se pode afirmar que o referido museu realizou a guarda do acervo de Hermes Fontes com base nos pressupostos metodológicos da Arquivística, já que não se vislumbra higienização e acondicionamento adequados nem catalogação dessa documentação.



Fonte: Fotografia de Douglas Felix de Sá.

Figura 3 - Caixa em que as cartas de Hermes Fontes estão armazenadas.

Seu espólio epistolar remanescente é constituído por, aproximadamente, 50 cartas ativas. O número aproximado se dá por conta dos fragmentos de cartas que podem ser encontrados em meio aos outros escritos, mas que impossibilitam o pesquisador de realizar sua transcrição integral. O quadro abaixo apresenta apenas a sistematização de dados de 44 cartas, que puderam ser transcritas em sua integridade:

Quadro 1 - Informações sobre as 44 cartas ativas editadas de Hermes Fontes.

<i>Destinatário</i>	<i>Data Tópica</i>	<i>Data cronológica</i>	<i>Assunto</i>
Pais	Rio de Janeiro	02 de junho de 1903	Carta em que Hermes descreve aos seus pais a sua situação no Rio de Janeiro depois de muito tempo sem enviar correspondências.
Lucinda e Pai	Rio de Janeiro	26 de junho de 1906	Esclarecimentos sobre sua vida pessoal no Rio de Janeiro e busca por informações de familiares e pessoas próximas que vivem em Boquim e em Aracaju.
Pai	Rio de Janeiro	01 de setembro de 1912	Resposta à carta que o seu pai lhe enviou. Nela Hermes se redime diante do pai e lhe informa sobre os acontecimentos recentes de sua vida no Rio de Janeiro.
Laura e Lú	Rio de Janeiro	12 de dezembro de 1920	Hermes se desculpa por não dispor de tempo para se corresponder com seus familiares e acusa envio da mesada. Além disso, comunica que está fazendo grande esforço para que haja a promoção de Honorino.
Laurinha	Rio de Janeiro	19 de outubro de 1922	Resposta à carta de “Laurinha” em que Hermes comunica a enfermidade e o tratamento médico de sua esposa, do mesmo modo que o auxílio financeiro que ele concede à Dina e a transferência de cargo de Chiquinho.
Laurinha	Rio de Janeiro	16 de maio de 1923	Hermes notifica o envio de dinheiro para o tratamento de Laura, da mesma forma que o recebimento de correspondência de seus sobrinhos. Além disso, pede notícias sobre os familiares e amigos de Boquim.

FLP20(2)

Pai	Rio de Janeiro	02 de maio de 1924	Hermes manda notícias para o pai e família.
Pai	Rio de Janeiro	15 de outubro de 1924	Hermes confirma o envio da mesada da família e anuncia o envio de uma nova fotografia sua.
Laura	Rio de Janeiro	10 de novembro de 1924	Hermes saúda os seus familiares e pede notícias suas.
Laura e Lucinda	Rio de Janeiro	09 de fevereiro de 1925	Comentários sobre a viagem recente a Boquim e informações sobre a mesada de seu pai e uma providência financeira deixada por ele para que fosse entregue ao seu sobrinho Franca.
Laura e Lú	Rio de Janeiro	31 de março de 1925	Hermes lamenta o falecimento de Franca.
Laura	Rio de Janeiro	03 de abril de 1925	Resposta à carta de Laura na qual Hermes lamenta a morte de seu sobrinho Franca, da mesma forma que contesta a ideia de Costa de levar consigo sua esposa para morar no Rio de Janeiro.
Laura e Lú	Rio de Janeiro	02 de julho de 1925	Hermes comunica aos familiares a presença de Chiquinho no Rio de Janeiro, da mesma forma que dá alguns conselhos sobre a viagem de suas irmãs e seu pai à cidade de Aracaju e questiona o paradeiro de uma carteira que ele deixou para seu pai na última vez em que esteve em Boquim.
Laurinha e Lú	Rio de Janeiro	28 de dezembro de 1925	Hermes comunica aos familiares o recebimento de suas correspondências e lhes informa de sua viagem ao Paraná e Santa Catarina, motivo pelo qual ele decidiu adiantar a mesada.
Laura e Lú	Rio de Janeiro	02 de fevereiro de 1926	Hermes informa aos familiares sua viagem ao Paraná e a Santa Catarina, bem como seu pesar diante da morte de João. Além disso, Hermes faz alguns elogios a Chiquinho.
Laurinha e Lú	Rio de Janeiro	04 de maio de 1926	Resposta à carta de Laura e Lú em que Hermes lhes comunica o seu estado e questiona algumas informações da carta passada endereçada a ele.
Laura e Lú	Rio de Janeiro	01 de julho de 1926	Hermes pede informações sobre os familiares e amigos de Boquim.
Laura e Lú	Rio de Janeiro	03 de novembro de 1926	Hermes reporta o seu estado aos seus familiares, comenta a falta de correspondência de Chiquinho e indica uma possível viagem a Boquim.

FLP20(2)

Laura e Lú	Rio de Janeiro	05 de maio de 1927	Resposta à carta de Laura e Lú em que ele comenta o retorno do senhor Romualdo, a ausência de Chiquinho e a sua jornada estressante de trabalho.
Laura e Lú	Rio de Janeiro	02 de agosto de 1927	Em resposta à carta de Laura e Lucinda, Hermes comenta a posição de Romualdo em relação ao desejo de Laura de ser taxadora dos telégrafos. Além disso, Hermes também trata da futura nomeação de Honorino.
Laurinha e Lú	Rio de Janeiro	11 de setembro de 1927	Hermes se desculpa e se justifica pelo atraso da mesada, pede informações sobre Chiquinho e comenta a saída de Romualdo de Boquim.
Laura e Lú	Rio de Janeiro	08 de novembro de 1927	Hermes reporta aos familiares que Chiquinho enviou correspondência a ele, da mesma forma que comenta o envio de uma revista em que saiu uma foto sua e de uma possível viagem a Boquim no final do ano.
Laura e Lú	Rio de Janeiro	12 de janeiro de 1928	Hermes felicita a família pelo ano novo corrente, comenta a promoção de Honorino, trata da mesada do mês e da fotografia dele que será enviada em breve.
Laura e Lú	Rio de Janeiro	14 de fevereiro de 1928	Hermes retoma o assunto da mesada atrasada, comenta sobre sua viagem e recomendação de Honorino ao chefe de Telégrafo de Aracaju, do mesmo modo que indica o envio de um jornal e de uma revista que contém uma foto sua, e, por fim, relata, brevemente, sobre um banquete que ofereceram ao deputado Humberto Dantas.
Laura e Lú	Rio de Janeiro	12 de março de 1928	Hermes notifica o recebimento da carta de Laura e Lucinda, assim como o envio da mesada do mês corrente. Deseja que Lucinda melhore de saúde e aconselha Honorino a ser paciente diante do atraso de seu pagamento. Ainda nesta carta ele comenta a ida de Antidia ao Rio de Janeiro e manda lembranças a todos os familiares.
Laura e Lú	Rio de Janeiro	09 de abril de 1928	Hermes comenta a situação de Honorino e as devidas providências que estão sendo viabilizadas. Além disso, notifica o envio da mesada de abril e pede que justifiquem sua falta de contato com outras pessoas mais próximas.
Laura e Lú	Rio de Janeiro	07 de maio de 1928	Hermes saúda os familiares, comenta a falta de contato de Chiquinho e as notícias que obteve de Franca e Mariquinhas. Além disso, notifica a ida da mesada do mês corrente e relata alguns planos para o futuro de Laura e Lucinda.
Laurinha e Lú	Rio de Janeiro	09 de julho de 1928	Hermes saúda os familiares, comenta o contato mais regular com Chiquinho e o contato de Manoel. Além do mais, trata da troca de cargo de Gidasio e anuncia uma ida futura a Boquim. No final, Hermes informa que a edição de janeiro de “A Lâmpada Velada” está esgotada.

FLP20(2)

Laura e Lú	Rio de Janeiro	09 de agosto de 1928	Hermes comenta o falecimento de seu pai e anuncia um aumento da mesada.
Laura e Lú	Rio de Janeiro	20 de setembro de 1928	Hermes dá e pergunta por algumas notícias sobre a família. Trata das despesas com o funeral do pai, das futuras despesas com as irmãs e, também, expõe sua tristeza diante do triste acontecimento.
Laura e Lú	Rio de Janeiro	15 de outubro de 1928	Hermes notifica o recebimento da resposta à sua carta de setembro, bem como o recebimento da carta de José Maria Mello. Ele também comenta a situação de Chiquinho e expõe suas angústias e pensamentos decorrentes da morte de seu pai.
Laura e Lú	Rio de Janeiro	15 de dezembro de 1928	Hermes expõe o seu estado atual e comenta sobre algumas correspondências trocadas entre o doutor Mello e Floro.
Laurinha e Lú	Rio de Janeiro	08 de janeiro de 1929	Hermes agradece as felicitações de Ano Novo e saúda todos os familiares e amigos. Além disso, justifica sua falta de correspondência para pessoas próximas, como José Maria Mello, por exemplo.
Laura e Lú	Rio de Janeiro	03 de junho de 1929	Hermes trata de assuntos relacionados a Chiquinho, doutor Mello e Mariquinhas.
Laurinha e Lú	Rio de Janeiro	05 de julho de 1929	Hermes expõe algumas de suas preocupações, trata de questões referentes a Chiquinho, Nemesia, doutor Mello, como também de sua futura viagem a Boquim e de seus prováveis acompanhantes: Gildasio e Betinha.
Laurinha e Lú	Rio de Janeiro	05 de agosto de 1929	Hermes relembra a morte do pai, que já faz um ano, e notifica o envio de alguns jornais e de dinheiro para sustentar suas assinaturas. Além disso, faz menção a Nemesia e ao seu estado de saúde, da mesma forma que a Raymundo Fonseca, o telegrafista.
Laura e Lú	Rio de Janeiro	08 de setembro de 1929	Carta incompleta em que Hermes agradece aos familiares e amigos próximos o contato frequente e anuncia que gostaria de tratar de assuntos sobre Sergipe.
Laura e Lú	Rio de Janeiro	10 de outubro de 1929	Hermes lamenta o falecimento de Araújo Góes, menciona David e comunica o adiamento de sua viagem a Boquim. Ao final, ele cumprimenta todos e se despede.
Laura e Lú	Rio de Janeiro	25 de fevereiro de 1930	Hermes comunica o envio da mesada, um passeio com Floro e a saudade de Boquim e de seus habitantes próximos a ele. Comenta, também, o nascimento da filha de Raymundo e pede notícias de todos.
Laura e Lú	Rio de Janeiro	09 de junho de 1930	Hermes pede informações sobre todos os conhecidos de Boquim e se queixa de problemas internos.

FLP20(2)

Raymundo	Rio de Janeiro	24 de junho de 1930	Hermes saúda Raymundo e sua família e busca manter vínculo de proximidade.
Laura e Lú	Rio de Janeiro	10 de agosto de 1930	Hermes relata as suas viagens recentes, menciona Chiquinho e sua família, bem como o aumento de Honorino e a doença e batizado da filha de Raymundo. Ao final, relembra o falecimento do pai e onde estava em tal ocasião.
Raymundo	Rio de Janeiro	18 de outubro de 1930	Hermes explica um problema que houve no envio da carta anterior, saúda a sua afilhada e notifica o envio de um exemplar de seu novo livro.
Laura e Lú	Rio de Janeiro	08 de novembro de 1930	Hermes comenta um acontecimento grave, envia a mesada para as irmãs e pede notícias do pessoal de Boquim.
<i>Total</i>			<i>44 cartas</i>

O Museu não estabeleceu nenhuma sequência numérica ou alfanumérica (cota) para identificar os manuscritos, já que, de acordo com a sua coordenação, não há espólio epistolar de outra autoria que não seja a de Hermes Fontes, não havendo a necessidade, portanto, de diferenciação.

O período de envio das missivas vai de 2 de junho de 1903 a 8 de novembro de 1930, iniciando com uma carta endereçada aos seus pais, em que Hermes explica o afastamento e a demora ao contatá-los, como também pede notícias de seus familiares; e finalizando com uma carta em que lamenta a morte de um ente próximo, anuncia a mudança de cargo no serviço de Correios e Telégrafos e demonstra interesse em saber mais notícias sobre seus familiares de Boquim.

FLP20(2)

3.1 A materialidade das cartas

O conjunto de correspondências de Hermes Fontes possui graus variados de conservação, apresentando desde cartas com aspectos bem preservados até cartas muito deterioradas, seja pela ação do tempo ou de agentes internos, como o tipo de tinta utilizado e a qualidade do papel, e externos, como, por exemplo, o constante manuseio, dobraduras, o uso de grampos, de fitas adesivas e a ação de papirófagos, o que, em alguns casos, chega a impossibilitar a sua leitura e transcrição, como se observa nos exemplos a seguir:



Figura 4 - Perda de material linguístico provocado pelo uso de tinta ferrogálica.

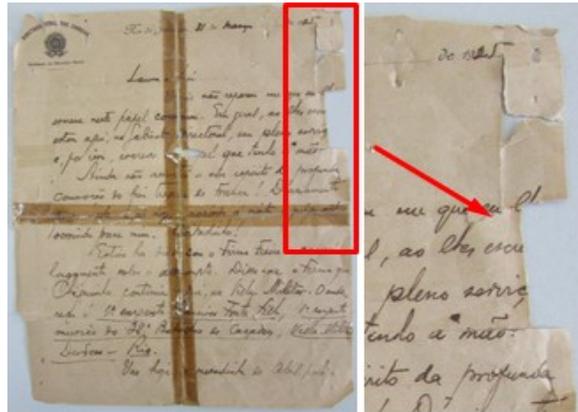


Figura 5 - Carta com mau estado de conservação.



Figura 6 - Ação de papirófagos (insetos que comem papel).

FLP20(2)

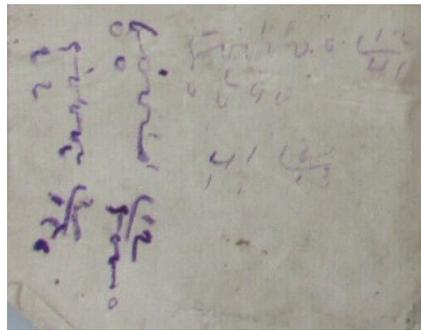


Figura 7 - Intervenção de terceiros.



Figura 8 - Rasura a fim de omitir informação.

Algumas noções gerais sobre tais manuscritos: todos apresentam furos em seus cantos superiores e inferiores (às vezes, na própria mancha do texto), decorrentes das

exposições que o Museu costumava promover; na maioria dos manuscritos, os instrumentos de escrita e a tinta utilizados foram caneta tinteiro e tinta ferrogálica; a maioria deles apresenta filigranas, que são marcas d'água visíveis quando o papel é colocado contra a luz (Acioli, 1994, p. 10).

Identificam-se nas cartas manuscritas inscrições impressas, como os distintivos da “Directoria Geral dos Correios - Gabinete do Director Geral” ou “Directoria Geral dos Correios - Gabinete do Sub-Director do Expediente”, e do “Gabinete do Ministro e Obras Públicas”, representativos das administrações públicas onde Hermes Fontes trabalhou. Também há cartas que identificam papéis da revista “Frou-Frou”, que recebeu diversas colaborações de Hermes. Algumas dessas inscrições impressas foram riscadas por Hermes Fontes, em uma tentativa de desconsiderar sua presença no documento.

Ainda em relação à identificação do papel usado na escrita das missivas de Hermes Fontes, foram identificados diferentes qualidades, tipos e origens, estas comprovadas pelo exame de oito diferentes filigranas.

4 PROPOSTA DE EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DE CARTAS DE HERMES FONTES

Pesquisadores que lidam com o texto escrito, especialmente com fontes manuscritas, para além das dificuldades de acesso à documentação antiga, constantemente deparam-se com problemas atinentes a cada texto, como, por exemplo, sua inteira legibilidade, o que evidencia a importância da recuperação, preservação e difusão desse tipo de documento. No entanto, nesse anseio de permitir e facilitar o acesso a textos antigos, muitas vezes são realizadas edições que não atendem aos propósitos de todo e qualquer pesquisador, especialmente daqueles interessados na sócio-história da língua, para quem é indispensável o acesso a edições fidedignas, com respeito à integridade do texto original nos seus mais variados aspectos.

Desta forma, para dar conta também, mas não só, da dimensão histórica da língua do texto, faz-se necessário realizar edições conservadoras, adequadas aos estudos filológicos e linguísticos, caso da edição semidiplomática, que

[...] apresenta uma dose mediana de intervenções editoriais, a exemplo da modernização grafemática ou tipográfica e o desenvolvimento das abreviaturas, resultando em um texto muito pouco afastado do que se acha no original, especialmente quanto às suas características linguísticas (lexicais, morfológicas e sintáticas), garantindo, portanto, sua fidedignidade, e facilmente legível a leitores especializados. (Costa, 2016, p. 138-139)

Ademais, é interessante que a edição de um texto manuscrito se faça acompanhar da descrição de sua materialidade, que inclui características da escrita, do papel, as intervenções do próprio autor ou de terceiros no texto original, a presença de ilustrações etc.

No caso de edições de textos pertencentes ao gênero epistolar, Moraes (2007, p. 69-70) recomenda que se incluam ainda explicações ou elucidações de expressões de época

e se forneçam “dados sobre pessoas citadas, obras discutidas, dados culturais mencionados”.

Desta forma, considerando uma edição das cartas ativas de circulação privada de Hermes Fontes, salvaguardadas no Museu Raimundo Fernandes da Fonseca, que atenda aos interesses científicos de uma gama de pesquisadores, com especial atenção ao estudo do estado de língua em que se encontram os textos, apresenta-se neste trabalho uma proposta de edição semidiplomática justilinear (a linha da edição corresponde à linha do manuscrito), com a presença do fac-símile (reprodução fotográfica ou digitalizada do original). Essa edição será acompanhada por um estudo biobibliográfico de Hermes Fontes e do contexto sócio-histórico em que viveu e pelas descrições intrínseca e extrínseca de cada carta.

Considerando que o arquivo depositário das missivas selecionadas não procedeu a uma catalogação desses documentos, dando conta de contextualizar os aspectos de sua produção, será realizada no âmbito da edição proposta o levantamento e sistematização das informações referentes a cada texto editado, isto é, seus metadados, como: entidade de custódia, cota (indicada pelo editor), suporte, tipologia (gênero textual), data de emissão, local de emissão, emissor, ofício, destinatário e conteúdo.

As normas de transcrição adotadas são baseadas nas *Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do Português Brasileiro*, propostas por Cambraia et al. no Segundo Seminário para a História do Português do Brasil, realizado em Campos do Jordão, entre 10 a 16 de maio de 1998, disponíveis às páginas 147 e 148 do livro *Por Minha Letra e Sinal: Documentos do Ouro do Século XVII*, organizado em 2005 por Heitor Megale e Sílvia de Almeida Toledo Neto. Tais normas editoriais foram escolhidas por se adequarem ao tipo de edição que se pretende realizar, a semidiplomática, cujo objetivo principal é a reprodução de um texto antigo com a preservação das “características do corte sincrônico representado pela língua em que o texto foi vazado” (Telles e Lose, 2017, p. 278), fornecendo ao leitor moderno um texto pouco afastado de sua versão original, para que seja possível proceder ao estudo de seu estado de língua, mas que permita também uma leitura fluente.

Embora os critérios de transcrição utilizados sejam rigorosos e permitam ao leitor acompanhar as intervenções operadas no texto original, nem todos atendem às características específicas das cartas pessoais do século XX, como as escritas por Hermes Fontes, por isso houve a necessidade de adaptar alguns critérios (cf. itens 4, 8 e 10 das normas originais) e inserir outros:

- No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escriba, será marcado também com espaço padronizado de quatro toques.
- Inserções do escriba ou do copista obedecem aos seguintes critérios:
- Se na entrelinha do documento original, entram na edição em alinhamento normal e entre os sinais: < >; <↑>, se na entrelinha superior; <↓>, se na entrelinha inferior.
- Se nas margens superior, laterais ou inferior, entram na edição entre os sinais < >, na localização indicada.
- Intervenções de terceiros no documento original devem aparecer em nota de rodapé informando-se a localização.

Entidade de Custódia: Museu Raimundo Fernandes da Fonseca.

Cota: -

Suporte: papel.

Tipologia: carta pessoal.

Data de emissão: 2 de maio de 1924.

Local de emissão: Rio de Janeiro.

Emissor: Hermes Floro Bartolomeu Martins de Araújo Fontes.

Título ou função: Bacharel em Direito/ Poeta.

Destinatário: Pai.

Conteúdo: Hermes manda notícias ao seu pai e família.

Transcrição – lição semidiplomática justalinear da carta enviada por Hermes Fontes a seu pai,
2 de maio de 1924

Rio de Janeiro, 2 de Maio de 1924⁶

Meu querido velho

Com a presente cartinha, um

5 tanto apressada para ver si ainda alcança a mala de
hoje, mando-lhe noticias minhas, saude e paz, graças a
Deus e respondo á sua carta de ha dias, com a
qual fiquei satisfeito, pedindo a Deus que vele pela
tranquillidade e bem-estar de *Seu Francisco* Fontes⁷.

Para o mez talvez lhe envie um retrato meu.

10 Em pensamento, tenho sempre perto de mim, a sua vida
e o seu destino.

Vae tambem aqui a sua mesada. É uma
ninharia, mas é abençoada pelo céu.

Dê saudades ás meninas⁸ e accite o coração

15 do seu filho.

Hermes

FLP20(2)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado, recorte de um trabalho de edição e estudo filológico e linguístico de cartas de intelectuais sergipanos, em andamento, buscou revisitar uma parte do espólio documental do poeta Hermes Fontes, reconhecido em vida como um dos maiores escritores brasileiros de seu tempo, mas, infelizmente, esquecido das novas gerações. A proposta de edição conservadora de suas missivas abre espaço para um

⁶ Ao lado do vocativo, à esquerda, há, em formato impresso, o indicativo da Revista Frou-Frou, com os seguintes escritos: “FROU-FROU... MAGAZINE MENSAL PROPRIEDADE DE S. SANTOS & C. AVENIDA RIO BRANCO, 110 RIO DE JANEIRO Correspondencia a S. SANTOS & C. CAIXA POSTAL 572 END. TELEGRAPHICO: FROUFROU”. Tal inscrição foi riscada duas vezes ao meio por Hermes Fontes. Ademais, por se tratar de um papel cuja finalidade principal é a correspondência, apresenta, em formato impresso uma estrutura de datação em que há a seguinte inscrição: “Rio de Janeiro, de de 192..”.

⁷ Francisco Martins Fontes, pai de Hermes Fontes.

⁸ Hermes utiliza o termo “meninas” para se referir às suas irmãs Laura e Lucinda.

conjunto de possibilidades de pesquisas científicas, especialmente no âmbito dos estudos linguísticos e literários.

Cartas manuscritas autógrafas, como as de Hermes Fontes, permitem identificar o perfil sociolinguístico dos escreventes, o que contribui sobremaneira para a análise das habilidades de escrita do missivista, do seu nível de cultura letrada, da existência de certo padrão linguístico à época, das condições de produção do texto, das redes de sociabilidade que sustentam o contrato epistolar e das práticas e usos sociais de escrita e leitura desse gênero. Ademais, a descrição da materialidade das cartas contribuiu para a compreensão das suas condições de produção, transmissão e recepção.

Na investigação da gênese da obra de um autor, suas correspondências constituem-se como fontes importantíssimas para o entendimento de seu processo criativo e também de nuances da história de sua época. Ao corresponder-se com seus familiares, principalmente suas irmãs, o poeta sergipano transbordou-se, revelando sua verdadeira essência num misto de ternura e angústia, como postulou Medina (2006). É então em suas cartas particulares que se apresenta uma outra faceta do escritor, a escrita ou literatura de si, a qual revela a subjetividade de um indivíduo atormentado entre a genialidade e sua inadequação social. Desta forma, o gênero epistolar é também um gênero literário.

REFERÊNCIAS

Acioli VLC. A escrita no Brasil colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos. Recife: UFPE, Fundação Joaquim Nabuco, Massangana; 1994.

Barreto LA. Hermes Fontes. Personalidades sergipanas. Aracaju: Typografia Editorial; 2007. p. 134-142.

Bourdieu P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil; 1988.

Bueno A. A poesia pré-modernista brasileira: uma crítica da crítica. *A palo seco*. 2017;9(10):7-26.

Cabral SGE. Correspondências poéticas. *Revista do Museu dos Correios*. 2015, jan./jun.; 3(4):97-121.

Cambraia CN, et al. Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português brasileiro. In: Megale H, Toledo Neto SA, organizadores. *Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII*. Cotia, SP: Ateliê Editorial; 2005. p. 147-148.

Chartier R. Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII. Luzmara Curcino Ferreira, tradutora. São Paulo: Editora UNESP; 2007.

Costa RF. Elaboração do banco de dados digital corpus diacrônico do português sergipano. *Anais do I International Conference on Convergence in Information Science, Technology and Education*. São Cristóvão: UFS; 2016. p. 135-146.

Coulmas F. Escrita e sociedade. Marcos Bagno, tradutor. São Paulo: Parábola; 2014.

Dicionário Houaiss da língua portuguesa. 4. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Objetiva; 2012.

Fontes H. Antologia poética. Seleção, atualização ortográfica e estudos introdutórios de José Costa Almeida. Aracaju: Impressão Gráfica e Editora Ltda; Secretaria do Estado da Cultura; 2004.

Gastaud CR. De correspondências e correspondentes: cultura escrita e práticas epistolares no Brasil entre 1880 e 1950 [tese]. Porto Alegre: Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2009. [citado 04 ago. 2018]. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/21852>.

Gramsci A. Quaderni del carcere. Torino: Einaudi; 1977.

Harouche-Bouzinac G. Escritas epistolares. Lígia Fonseca Ferreira, tradutora. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2016.

Leite MQ. A carta pessoal: metodologia e análise. In: Gil BD, Cardoso EA, Condé VG, organizadoras. Modelos de análise linguística. São Paulo: Contexto; 2009. p. 115-134.

Marquilhas R. Lacunas naturais: a edição do texto não visível. In: Álvarez R, et al, organizadores. Ao sabor do texto: estudos dedicados a Ivo Castro. Santiago de Compostela: Universidade Santiago de Compostela; 2013. p. 369-381.

Medina AMF. Cartas de Hermes Fontes: angústia e ternura. Aracaju: Gráfica Editora J Andrade; 2006.

Moraes MA. Ligações perigosas. In: Pino CA. Criação em debate. São Paulo: Humanitas; 2007. p. 65-76.

Muhana AF. O gênero epistolar: diálogo per absentiam. Discurso. 2000;(31):329-345.

Pessoa F. A imoralidade das biografias. In: Lind GR, Coelho JP. Páginas de estética e de teoria literárias. Lisboa: Ática; 1966. p. 133. [citado 06 ago. 2018]. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/3748>.

Peterle P. A palavra compartilhada. [citado 02 set. 2018]. Disponível em: <http://rascunho.com.br/a-palavra-compartilhada>.

Seara IR. Da epístola à mensagem electrónica: metamorfoses das rotinas verbais. [tese]. Lisboa: Departamento de Língua e Cultura Portuguesa, Universidade Aberta; 2006. [citado 02 ago. 2018]. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2411>.

Seara IR. A palavra nómada: contributos para o estudo do gênero epistolar. Estudos linguísticos. 2008;1:121-144.

Silva EAV. A formação intelectual da elite sergipana (1822-1889). [dissertação]. São Cristóvão, SE: Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe; 2004. [citado 20 ago. 2018]. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4859>.

Telles CM, Lose AD. Qual edição e o que editar. A Cor das Letras. 2017;18(2):271-293. [citado 28 jan. 2019]. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/1863/pdf>.

FLP20(2)

Relações entre avaliatividade e *ethos* no prólogo da *Compilação de todas as obras de Gil Vicente.*

Relations between appraisal and ethos in Compilação de todas as obras de Gil Vicente's prologue.

Ana Carolina de Souza Ferreira*

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Paulo Roberto Gonçalves Segundo**

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Resumo: O dramaturgo português Gil Vicente escreveu suas peças entre 1502 e 1536, possível ano de sua morte. Durante a vida, esteve a serviço do rei sem ter sua liberdade como artista comprometida por qualquer formalidade. Porém, a partir do ano de 1536, estabeleceu-se em Portugal o Tribunal do Santo Ofício, que teve como uma de suas funções a censura de livros. Desta forma, este artigo propõe-se a fazer uma reflexão acerca da transmissão da obra vicentina, por meio de uma análise semântico-discursiva do prólogo escrito por Gil Vicente na primeira edição da *Compilação de todas as obras de Gil Vicente*, em que se buscou utilizar o sistema de *Avaliatividade* de Martin & White (2005) e a estrutura retórica do texto, para discutir a construção do *ethos* do autor e tentar entender por que este texto foi censurado pela Inquisição na segunda edição da mesma obra.

Palavras-chave: Crítica textual. Gil Vicente. Avaliatividade. *Ethos*.

Abstract: The Portuguese playwright Gil Vicente wrote his plays between 1502 and 1536, possible year of his death. During his life, he served the king without having his liberty as an artist compromised by any formality. However, from 1536 on, Tribunal do Santo Ofício, whose function, among others, was censoring books, is established in Portugal. This paper aims to discuss the transmission of Gil Vicente's works, through a discourse-semantic analysis of the prologue to the first edition of *Compilação de todas as obras de Gil Vicente*, written by the author himself. For this purpose, the analysis will draw upon the *Appraisal* system, developed by Martin & White (2005) and also upon the text's rhetorical structure, to highlight the composition of the author's *ethos* and to understand why the aforementioned text was censored by the Inquisition in its second edition.

Keywords: Textual criticism. Gil Vicente. Appraisal. *Ethos*.

* Doutoranda em Filologia e Língua Portuguesa na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, bolsista Fapesp (Processo 2016/22932-0), São Paulo, SP, Brasil; ana.carol1314@gmail.com

** Professor doutor no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil; paulosegundo@usp.br

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: A INTERDISCIPLINARIDADE INTRÍNSECA À CRÍTICA TEXTUAL

Pensar a transmissão de qualquer texto literário, seu processo de produção e publicação, o autor e o contexto em que este se insere faz parte de qualquer trabalho da disciplina da Filologia, ou, mais precisamente, da Crítica Textual. Apesar de ainda haver uma discussão sobre a diferença (ou não) entre o objeto de estudo e a prática da Filologia em relação à Crítica Textual, pode-se afirmar que ambas dialogam em vários aspectos.

Atualmente a diferença básica entre Filologia e Crítica Textual está em seus respectivos sentidos e objetivos: a primeira é mais abrangente, ao passo que a segunda é mais restrita. Segundo Santiago-Almeida (2011, p. 1-2),

No sentido mais amplo (*lato sensu*), a filologia se dedica ao estudo da língua em toda a sua plenitude - linguístico, literário, crítico-textual, sócio-histórico etc. - no tempo e no espaço, tendo como objeto o texto escrito, literário e não literário. [...] No sentido mais estreito (*stricto sensu*), a filologia se concentra no texto escrito, primordialmente literário, para estabelecê-lo, fixá-lo, restituindo-lhe à sua genuinidade, e prepará-lo para publicação. [...] É aqui também que se configura o conceito de Crítica Textual, Ecdótica ou Edótica.

O objeto fundamental da Crítica Textual, portanto, é o texto literário, e seu intento principal é o estabelecimento legítimo deste texto, isto é, de acordo com a última vontade registrada de seu autor em vida. Para chegar-se ao texto fidedigno, é necessário que todos os aspectos que rodeiam o texto escolhido sejam estudados, desde seu autor à sua publicação. O método mais divulgado para isso é o atribuído ao filólogo alemão Karl Lachmann (1793-1851), que estipula as seguintes etapas para o fazer filológico, de acordo com Blecua (2001): 1. *Recensio* (recolha bibliográfica acerca do autor e da obra e arrolamento de testemunhos); 2. *Collatio* (cotejo entre os testemunhos elencados); 3. *Examinatio e selectio* (exame e classificação das variantes encontradas no cotejo); 4. *Constitutio stemmatis* (formação do estema, demonstrando a relação de parentesco entre os testemunhos); 5. *Constitutio textus* (estabelecimento da edição crítica).

Entretanto, nem todos os trabalhos de Crítica Textual têm por objetivo o estabelecimento crítico de um texto, pois, por exemplo, há autores cuja obra já foi completamente editada segundo as etapas acima. Mesmo assim, o trabalho do editor crítico não precisa, nem deve, limitar-se ao estabelecimento do texto, pois apenas as etapas 1, 2 e 3 do método lachmanniano já permitem estudos ricos de outra ordem que podem ou não dialogar com outras áreas de estudo; afinal, as próprias etapas desse método exigem um estudo interdisciplinar.

Para o cumprimento da *recensio*, é preciso largo estudo histórico e literário sobre os meios de publicação e, às vezes, até mesmo sobre algumas idiossincrasias do autor. O levantamento de testemunhos só pode partir da pesquisa acerca da quantidade de edições existentes de uma dada obra, bem como da quantidade de edições publicadas ou ratificadas pelo autor em vida, e, ainda, da existência de manuscritos ou de provas de edição anteriores à publicação. Após o cotejo entre os testemunhos escolhidos, a análise das variantes encontradas pode permitir estudos sobre léxico, gramática, estilística, história ou discurso. Fica claro, portanto, que a Crítica Textual é uma área interdisciplinar em sua essência e que, por isso, permite diálogo com outras disciplinas.

Neste artigo, propõe-se, então, uma articulação entre a Crítica Textual e a Linguística Sistemática-Funcional (Halliday & Matthiessen, 2004), para a realização de uma análise semântico-discursiva da transmissão da obra de Gil Vicente, dramaturgo português do século XVI, baseada no prólogo escrito pelo autor na primeira edição da *Compilação de todas as obras de Gil Vicente*, um texto completamente censurado pela Inquisição.

2 RECENSIO, COLLATIO E EXAMINATIO: GIL VICENTE, O AUTOR E A TRANSMISSÃO DA SUA OBRA

Por se tratar de um autor português do século XVI, os dados identitários acerca de Gil Vicente são bastante nebulosos. A maior tentativa de se traçar uma biografia sobre o dramaturgo foi a do filólogo português Anselmo Braamcamp Freire (1944), em seu livro *Gil Vicente, trovador mestre da balança*.

Gil Vicente iniciou sua arte teatral em 1502 com o chamado *Auto da Visitação* ou *Monólogo do Vaqueiro*, peça em que o autor canta o nascimento do príncipe recém-nascido, o futuro rei Dom João III. A partir desta apresentação é que Gil Vicente foi ‘amadrinhado’ pela rainha Dona Leonor de Lencastre, mulher de D. João II e irmã de D. Manuel.

O autor português escreveu em torno de cinquenta peças até o possível ano de sua morte, todas relacionadas a eventos na corte, como nascimentos, casamentos e datas religiosas, de maneira que eram representadas em locais específicos como capelas, castelos ou outras cidades. Segundo Bernardes (2008, p. 24),

A condição de ‘artista da corte’ é, sem dúvida, a que melhor se adequa à figura de Gil Vicente. Isso significa essencialmente que o escritor desenvolveu a sua arte tendo em vista o público cortesão, vivendo nos palácios acompanhando o rei nas suas deslocações, procurando corresponder aos seus gostos e expectativas, sinalizando os principais acontecimentos que pautavam a vida cortesanesca, recobrando as festividades do calendário ou as celebrações que envolviam a família real.

Embora fosse funcionário real, Gil Vicente não era controlado em suas criações, como comprovam alguns de seus autos bastante críticos em relação à sociedade portuguesa de quinhentos. Gil Vicente assume, portanto, a função de “desvelador das realidades escondidas” (Bernardes, 2008, p. 25), ao expor de maneira cômica uma série de tipos sociais. Entretanto, deve-se desmistificar que o autor tenha sido um reformista, ainda que suas sátiras atingissem, dentre outros, figuras pertencentes à Igreja. Como diz Costa (1947, p. 85 e 131),

O problema religioso é em Gil Vicente mais de caráter histórico e estético do que doutrinário. Quer dizer que não se discute nele a sua ortodoxia católica mas se interpreta apenas, dentro do clima moral da época e das intenções artísticas de cada auto, a posição crítica do dramaturgo em face dos desregramentos de certo clero. [...] Nunca Gil Vicente atacou as instituições mas apenas os homens que as mal serviam. Na própria censura ao procedimento dos Papas, jamais pôs em questão um só princípio fundamental da Igreja. Atacou os homens, sim, nos seus vícios, ridicularizando-os, satirizando-os.

Além das críticas pelas quais é vastamente conhecida, a obra de Gil Vicente também apresenta indiretamente dados sobre a formação intelectual do autor. Pela análise de seu latim, Carolina Michaëlis (1923) atesta que se trata de um latim eclesiástico e não o de um humanista, o que remete a outra problemática em torno da sua obra: a de classificá-la como pertencente ao Humanismo, quando, na verdade, ela se enquadra em um período de transição de difícil classificação. Assim, como aponta Pimpão (1947, p. 145), o autor foi “um representante do outono da Idade Média”, o que se reflete nas referências, em suas peças, aos grandes textos litúrgicos, bastante conhecidos por Gil Vicente (Teyssier 1982, p. 14).

Em relação à transmissão da obra, as peças vicentinas eram representadas em função de eventos da corte (casamentos, nascimentos, dentre outros), porém elas acabaram se popularizando também por meio da circulação de seus textos em folhetos avulsos. Tais folhetos, impressos e vendidos durante a vida de Gil Vicente, inserem-se na chamada Literatura de Cordel, nome referente ao meio como eram vendidos: pendurados em cordas, presos em paredes ou pendendo pelo corpo de vendedores ambulantes. Também chamados de folhas volantes, eram ilustrados com xilogravuras e publicados em material simples, que era dobrado.

Dos autos de Gil Vicente, chegaram até nós sete folhas volantes com os seguintes textos: *Barca do Inferno*; *Inês Pereira*; *Maria Parda*; *História de Deos e Ressurreição de Cristo* (duas); *Fé*; e *Festa*. Destes, o *Auto da Barca do Inferno* (1517) e a *Farsa de Inês Pereira* (1523) são contemporâneos à vida do autor, sendo que o primeiro foi visto e emendado por ele, como está escrito em seu colofão.

Nos últimos anos de vida de Gil Vicente, o rei Dom João III pede ao dramaturgo que reúna toda sua obra para publicação, trabalho iniciado pelo autor, porém interrompido por sua morte. Seu filho, Luís Vicente, terminou a tarefa do pai e, com ajuda de sua irmã, Paula Vicente, o livro intitulado *Compilação de todas as obras de Gil Vicente* sai impresso em 1562. Neste livro, a obra de Gil Vicente foi dividida em cinco partes: Obras de devoção, Comédias, Tragicomédias, Farsas e Obras miúdas.

Sabe-se tanto da encomenda do rei quanto da problemática em torno do trabalho de reunir as obras de Gil Vicente graças a dois textos preliminares presentes na *Compilação*: o prólogo escrito por Luís Vicente, no qual ele assume ter terminado o trabalho iniciado pelo pai, porém sem informar onde necessariamente começou; e o prólogo escrito por Gil Vicente, dirigido ao próprio rei, no qual agradece pelo pedido (Teyssier, 1982).

Embora Gil Vicente não tenha sido censurado durante sua vida, o mesmo não se pode dizer da publicação de sua obra completa. Justamente no ano de 1536, ano de sua última peça, instituiu-se a Inquisição em Portugal a pedido do rei e, com ela, a censura formal de textos, que parece ter se iniciado em 1539 com o livro *Insino christão*, o qual apresenta os dizeres ‘aprovado pela Santa Inquisição’. Contudo, “os termos de aprovação mostram que ainda não havia pessoa ou pessoas especialmente encarregadas do exame de livros” (Almeida, 1971, p. 420).

O primeiro rol de livros proibidos em Portugal data de 1547 e consiste em uma lista que quase não alude a obras portuguesas, pois foi baseado em uma lista estrangeira. Já no segundo rol, concebido e publicado em Portugal, datado de 1551, aparecem pela primeira vez os nomes de sete peças de Gil Vicente da seguinte maneira, segundo Vasconcelos (1949, p. 22):

1. O auto de Dom Duardos que nom tiuer cesura como foy emendado.
2. O auto de Lusitania, com os diabos – sem eles poderse ha emprimir.
3. O auto de Pedreanes, por causa das matinas.
4. O auto do Jubileu de Amores.
5. O auto da aderencia do paço.
6. O auto da vida do paço.
7. O auto dos Phisicos.

Após esse rol, ainda publicou-se outro em 1561, que basicamente estipulava o mesmo que o anterior, porém neste caso fazendo referência direta à *Compilação*, em curso de impressão na época. Quanto aos autos elencados, até hoje não foram encontrados quaisquer testemunhos do *Auto do Jubileu de amores*, do *Auto da vida do paço* e do *Auto da aderência do paço*; enquanto que os outros saíram publicados na *Compilação*, sem seguir nenhuma das indicações dos dois índices censórios¹.

Todavia, com o passar do tempo a Inquisição se estrutura de maneira mais organizada em Portugal, principalmente a partir da nomeação do Cardeal D. Henrique, irmão de D. João III, para o cargo de Inquisidor-mor². Com efeito, a censura torna-se tríplice, de maneira que cada livro publicado teria que passar por três instâncias, a Inquisição, o Ordinário e o Paço.

Em 1581, publica-se o *Catálogo dos livros que se proibem nestes reinos e senhorios de Portugal*, no qual se diz expressamente que a obra de Gil Vicente precisa ser emendada, refletindo a conjuntura censória do período. Segundo Spaggiari (2004, p. 316):

É só verificar as datas para se perceber como este ano de 1581, em que aparece o quarto Índice português, marca uma separação bem nítida entre a primeira fase da censura, que enfocava nomeadamente os aspectos não ortodoxos da doutrina religiosa, e a segunda fase, que impõe a prática mais austera do rigor moral.

Provável consequência deste índice, a segunda edição da *Compilação de todas as obras de Gil Vicente* é publicada em 1586, repleta de modificações e cortes, como mostra um cotejo feito por Braacamp Freire (1944). Na primeira classe do estudo referido, totalizam-se onze textos completamente censurados³, dentre eles o prólogo escrito por Gil Vicente ao rei Dom João III. Cabe, então, a pergunta: por que este texto teria sido excluído pela Inquisição na segunda edição da obra completa de Gil Vicente?

¹ Para além da questão da organização da Inquisição em Portugal, há ainda a hipótese, defendida por Vasconcelos e Freire, de que a primeira edição da *Compilação* tenha sido favorecida pela influência do rei, ‘encomendador’ da obra, e de D. Catarina, sua irmã, que concedera o privilégio de impressão à filha de Gil Vicente. Por isso, tais textos não teriam sido censurados como esperado.

² Nomeação legitimada pelo Papa apenas em 1547, o que não impediu D. Henrique de assumir esta função previamente.

³ Três deles são aqueles excluídos desde a primeira edição da *Compilação* e que estão perdidos até hoje.

3 O PRÓLOGO⁴ DA *COMPILAÇÃO* ESCRITO POR GIL VICENTE

3.1 A estrutura do prólogo e suas relações com o gênero carta no século XVI e o conceito de *ethos*

A edição de 1562 da *Compilação de todas as obras de Gil Vicente* apresenta três textos preliminares: o privilégio de impressão da obra, o prólogo do próprio autor e o prólogo do filho do autor, respectivamente. O primeiro pode ser equiparado a um documento que atesta os direitos autorais de publicação da obra; o segundo, como já mencionado, apresenta um texto escrito por Gil Vicente endereçado ao rei Dom João III; e o terceiro, como também já indicamos, consiste em um texto de Luís Vicente, explicando sua função de “finalizador” da obra.

As exclusões do privilégio e do prólogo de Luís Vicente na edição de 1586 são coerentes, na medida em que, por um lado, o privilégio apenas valia por dez anos, tempo decorrido de uma edição para outra, e por outro, tratava-se da obra completa de Gil Vicente, de forma que se poderia prescindir de um prólogo não elaborado pelo autor das peças do livro. Porém, é intrigante que o prólogo do próprio dramaturgo tenha sido suprimido nesta segunda edição: primeiro, por não haver aparecido em nenhum índice censório até então e, segundo, por se tratar de um texto endereçado ao rei, no qual não há, aparentemente, nenhuma referência que pudesse ser considerada herege.

Apesar do título (*Prologo em que o autor deregia esta copia de suas obras ao muyto alto e excelso Príncipe el Rey dom Ioam o terceyro deste nome em Portugal.*), quanto à forma, este texto lembra as cartas que circulavam desde a Idade Média, cuja estrutura se liga à tradição da *ars dictaminis*, tradição influenciada pela retórica ciceroniana.

Diz Pécora (2001, p. 20)⁵ a respeito da estruturação das cartas na Idade Média:

Em qualquer caso, as composições admitem cinco partes fundamentais: *salutatio* (que é expressão de cortesia, manifestação de um sentimento amistoso em relação ao destinatário, independentemente do nível social); *benevolentiae captatio* (que é “uma certa ordenação das palavras para influir com eficácia na mente do receptor”); *narratio* (que é o “informe da matéria em discussão”, podendo ser simples (assunto único) ou complexa (várias matérias); referir o passado, o presente ou o futuro); *petitio* (que é o discurso pelo qual “tratamos de pedir algo”; sendo que as petições são de nove espécies: suplicatória, didática, cominativa, exortativa, iniciativa, admonitória, de conselho autorizado, reprovativa e direta); e finalmente, *conclusio* (que é a parte onde se resumem as “vantagens e desvantagens dos temas tratados” para que “fiquem impressos na memória do destinatário”). O conjunto dessas partes certamente tem ainda como referência de disposição as seis partes da *oratio* de Cícero, submetidas

⁴ Na seção 3.3, encontra-se uma edição diplomática do prólogo, cujo texto de base foi a edição da *Compilação* de 1562.

⁵ Apesar de, neste artigo, Pécora se debruçar sobre as cartas jesuíticas do século XVI e XVII, antes de iniciar sua análise, traça o percurso histórico da tradição epistolar que subjaz à escrita das cartas em questão. Assim, esta parte de seu estudo pautou-se basicamente no livro de James J. Murphy, *La Retórica em La Edad Media, Historia de la Teoria de la Retorica desde San Agustín hasta el Renacimiento*, fonte das citações presentes no trecho a seguir.

contudo ao crivo do que se supôs ser conveniente ao discurso escrito informal.

De acordo ainda com o mesmo autor, no período humanista (século XVI), marcado por ideais clássicos, acontece o chamado ciceronianismo, presente principalmente na Itália, o que contribui para a manutenção desta estrutura nas cartas. Além disso, a partir deste momento, propõe-se que a carta seja escrita de maneira simples e se aproxime do diálogo, “devendo ser breve, mas deixando entrever o caráter daquele que a escreve” (Pécora, 2001, p. 23).

É importante esclarecer que o uso do termo ‘caráter’ está vinculado à retórica, por meio do conceito de *ethos*. O *ethos* (ou caráter) se liga à imagem do orador e é decisivo para o processo de persuasão do outro no discurso.

Elisa Guimarães, em seu artigo *O ethos na argumentação*, traz a distinção entre o conceito de *ethos* aristotélico e *ethos* ciceroniano. O primeiro é definido como a “‘imagem de si’ construída no discurso”, de forma que “a ponderação, a simplicidade, a sinceridade são predicados capazes de tecer a confiança no exercício oratório”, enquanto o segundo é concebido “como um dado preexistente que se apoia na autoridade individual e institucional do orador” (Guimarães, 2010, p. 4).

Segundo Borges (2010, p. 12), baseada no trabalho *Ethos and pathos from Aristotle to Cicero* de J. Wisse, essa distinção demonstra que:

o conceito de *ethos* aristotélico pode ser visto como “*ethos* racional”, ou seja: persuade fazendo com que o orador se mostre competente e confiável por meio do discurso. Neste caso, as emoções ficam restritas ao *pathos*. Já Cícero estaria mais interessado no “*ethos* da simpatia”, o que significa o estabelecimento de um elo emocional entre o orador e a audiência. O *ethos* ciceroniano, portanto, estaria de algum modo conectado a um tipo de emoção mais branda, resultante da descrição do caráter.

FLP20(2)

Os Estudos Discursivos ampliam a abrangência do conceito de *ethos*, aplicando-o a “situações discursivas diversas que se estendem aos enunciados orais, escritos, na modalidade verbal, visual, ou verbo-visual, representando uma pessoa ou até mesmo uma ou várias instituições” (Fiorindo, 2012, p. 4). Assim, Maingueneau (2008, p. 17) propõe uma perspectiva que vá para além do objetivo de persuasão, intrínseco à retórica, ao entender *ethos* como uma ferramenta de “adesão dos sujeitos a certo discurso”. Desta forma, o *ethos* assume uma concepção “encarnada” que envolve várias instâncias:

O *ethos* de um discurso resulta da interação de diversos fatores: *ethos* pré-discursivo, *ethos* discursivo (*ethos mostrado*), mas também os fragmentos do texto nos quais o enunciador evoca sua própria enunciação (*ethos dito*) – diretamente (“é um amigo que lhes fala”) ou indiretamente, por meio de metáforas ou de alusões a outras cenas de fala, por exemplo. A distinção entre *ethos dito* e *mostrado* se inscreve nos extremos de uma linha contínua, uma vez que é impossível definir uma fronteira nítida entre o “dito” sugerido e o puramente “mostrado” pela enunciação. O *ethos efetivo*, construído por tal ou qual destinatário, resulta da interação dessas diversas instâncias. (Maingueneau, 2008, p.18-19)

Em relação ao prólogo de Gil Vicente, são reconhecíveis tanto as estruturas elencadas por Pécora, quanto a construção de um *ethos* predominantemente humilde e

servil em relação ao seu leitor, neste caso, o rei Dom João III. A análise do prólogo pretende demonstrar, portanto, como se constrói o *ethos* efetivo do autor, considerando tanto a divisão estrutural do gênero carta no século XVI, quanto a inscrição de recursos linguísticos dos subsistemas de ATTITUDE e de GRADAÇÃO, ligados ao sistema de AVALIATIVIDADE, proposto por Martin & White (2005). Passasse, então, à discussão dos parâmetros linguísticos.

3.2 O sistema de AVALIATIVIDADE⁶: atitude, engajamento e gradação

O sistema de AVALIATIVIDADE (Martin & White, 2005), ligado ao estrato semântico-discursivo da metafunção interpessoal da linguagem, segundo a perspectiva sistêmico-funcional (Halliday & Matthiessen, 2004), constitui-se em instrumento refinado para a análise da construção da (inter)subjetividade no discurso, na medida em que está associado “à construção da perspectiva e à orientação negociativa do ator social no texto, de forma a estabelecer relações de poder e solidariedade com a instância leitora/ouvinte” (Gonçalves-Segundo, 2018, p. 160). O sistema é dividido em três domínios semântico-discursivos que, apesar de distintos, se complementam na construção de posicionamentos e de estilos: ATTITUDE, ENGAJAMENTO e GRADAÇÃO. De acordo com Gonçalves-Segundo (2011, p. 169, versalete e colchetes nossos):

[...] a VALORAÇÃO [ou AVALIATIVIDADE] encontra-se diretamente associada aos Significados Identificacionais (tanto individual quanto social/coletivo), tendo em vista que a identidade se manifesta discursivamente por estilos, que, por sua vez, relacionam-se, intimamente, à rede de recursos interpessoais, na medida em que as avaliações instanciadas, o grau de comprometimento do ator social em relação ao que enuncia e as suas estratégias de construção de poder e solidariedade constituem-se em aspectos centrais de seu modo de ser na sociedade.

FLP20(2)

O sistema de significação que mapeia os significados associados a posicionamentos (inter)subjetivos sobre a realidade é referido como ATTITUDE e se subdivide em três regiões semânticas⁷: 1. *Afeto* (registra reações emotivas positivas e negativas⁸ sobre dado objeto); 2. *Julgamento* (lida com comportamentos admiráveis ou criticáveis relativos ao comportamento humano); 3. *Apreciação* (determina o valor estético e/ou social de um dado objeto ou prática).

O *Afeto* envolve um participante consciente, que experiencia a emoção, e um fenômeno (nem sempre presente), chamado Gatilho, responsável por disparar essa emoção. O Afeto pode manifestar-se por modificadores e predicadores adjetivais, por

⁶ Nomes de sistema são grafados em versalete (*small caps*) no âmbito da teoria sistêmico-funcional (Halliday & Matthiessen, 2004).

⁷ Estas três instâncias semânticas apresentam elementos graduáveis, ou seja, que podem ser intensificados ou amenizados, e, por isso, relacionam-se com o domínio da GRADAÇÃO, a ser detalhado ainda neste tópico.

⁸ O que define se o sentimento é positivo ou não é a construção cultural e discursiva de cada um. Por exemplo, estar feliz é considerado positivo em oposição a estar triste, que é considerado negativo. É claro que esta tipificação, provinda de um senso comum, pode mudar de acordo com o contexto em que o sentimento se insere ou ainda em como o autor do texto o descreve. O mesmo vale para as outras regiões em questão.

adjuntos circunstanciais e modais, nominalizações e verbos – basicamente, Processos Mentais (Martin & White, 2005; Gonçalves-Segundo, 2011, p. 170-171).

Martin & White (2005, p. 48-50) elencam quatro eixos de categorização dos *Afetos*: inclinação (sentimento de desejabilidade); (in)felicidade (sentimentos de felicidade/prazer ou tristeza diante dos acontecimentos); (in)segurança (sentimentos de paz e de ansiedade em relação ao ambiente); (in)satisfação (sentimentos de conquista e de frustração em relação às atividades nas quais o participante está engajado). Para análise dos *Afetos* também pode-se considerar os participantes envolvidos ou não (presença ou não do gatilho), se o sentimento se manifesta corporalmente/extralinguisticamente ou se é experienciado internamente como um estado emotivo, ou ainda a sua escala de gradação.

Os *Julgamentos* – usualmente realizados por adjuntos circunstanciais, modificadores e predicadores adjetivos, bem como substantivos/modalizações (as instâncias verbais são raras) – se dirigem aos comportamentos ou caracteres das pessoas e podem ser divididos em:

1. *Julgamentos de estima social*, que envolvem a *normalidade* (quão especial), a *capacidade* (quão competente) e a *tenacidade* (quão determinado) de um ator social e, por isso, expõem traços ou características que a voz autoral admira ou critica, baseados em valores que tendem a ser compartilhados oralmente pelas redes de integração social em que o ator social se encontra inserido; e
2. *Julgamentos de sanção social*, que abarcam a *veracidade* (quão honesto) e a *propriedade* (quão ético) de um ator social, o que sinaliza os comportamentos que a voz autoral louva ou condena. Tais avaliações ancoram-se em valores que são compartilhados civilmente, sendo, em geral, passíveis de penalidades ou punições por serem regularizados por alguma instituição (como o Estado ou a Igreja) de forma escrita (Martin & White, 2005, p. 52).

FLP20(2)

A *Apreciação* constrói valoração sobre objetos e/ou performances, considerando as *reações* provocadas⁹ (impacto causado) na voz autoral, a *composição* do elemento em questão (valor/equilíbrio estrutural) e seu *valor social ou estético* (é inovador ou autêntico, é útil, essencial, relevante, perigoso, etc.). De forma análoga aos *Julgamentos*, não tendem a ser realizadas por verbos, manifestando-se por modificadores e predicadores adjetivos, adjuntos circunstanciais, além de substantivos/nominalizações.

O ENGAJAMENTO se liga ao modo pelo qual a voz autoral se posiciona diante das alternativas dialógicas que atravessam seu discurso e subdivide-se em duas categorias: MONOGLOSSIA (simula a anulação das alternativas dialógicas por meio de recursos que constroem máximo comprometimento em relação ao enunciado, o que supõe a solidariedade de seu leitor como dada, já que cria o efeito de poder e autoridade) e HETEROGLOSSIA (constrói alinhamento ou desalinhamento com outras vozes, sinalizando aceitabilidade ou rejeição diante de outras visões). A

⁹ É preciso saber distinguir esta reação de uma instância de afeto, pois ambas podem ser bastante parecidas. No caso da reação, não há gatilho emocional, e esta pode ser dividida em apreciações de impacto e de qualidade. (Gonçalves-Segundo, 2011 p. 174).

HETEROGLOSSIA subdivide-se em *expansão dialógica*, em que há reconhecimento ou aceitação de outras vozes e perspectivas, e *contração dialógica*, em que há o desafio ou a rejeição de alternativas dialógicas. Este trabalho não se deterá na análise do engajamento, enfocando os sistemas de ATTITUDE e GRADAÇÃO.

Como já enunciado, todas as opções do sistema de ATTITUDE são graduáveis. A GRADAÇÃO é basicamente um sistema escalar com patamares altos e baixos que opera por meio de dois eixos: *foco*, que marca escala de prototipicidade, e *força*, que marca intensidade ou quantidade de algum elemento escalar.

Em relação ao *foco*, os elementos podem ser realçados quanto à sua prototipicidade, quando há maior investimento da voz autoral; ou podem ser abrandados quanto à sua prototipicidade, quando há menor investimento da voz autoral e a linguagem tende a ser mais vaga e conciliatória. Já em relação à *força*, a intensificação é em geral aplicável a propriedades e eventos, enquanto a quantificação costuma ser aplicável a entidades.

3.3 Análise do prólogo

O prólogo escrito por Gil Vicente se assemelha ao gênero carta do período em que foi publicado, ao mesmo tempo em que esta similaridade não implica total compatibilidade entre ambos. Destarte, é possível dividir o texto em: 1. *salutatio* (o título do texto); 2. *Benevolentiae captatio* e *narratio* (linhas 1-19); 3. *petitio* (linhas 19-33); 4. *conclusio* (linhas 33-41), conforme se pode acompanhar a partir da transcrição abaixo¹⁰:

FLP20(2)

Prologo em que o autor deregia esta copia de suas obras ao muyto alto & excelso Principe el Rey dom Ioam o terceyro deste nome em Portugal.

- 1 Hos liuros das obras que escritas vi serenissimo senhor, assi em metro
- 2 como em prosa, sam tam florecidas de sciêtes materias, de graciosas
- 3 inuênções, de doces eloquencias & elegancias, que temendo a probreza
- 4 de meu engenho, porque nasceo e viue sem possuir nenhũa destas:
- 5 Determinaua leyxar minhas miserrimas obras por empremir, porque os
- 6 antigos & modernos nam leyxaram cousa boa por dizer, nem inuênçam
- 7 linda por achar, nem graça por descobrir. Assi que pera passar seguro da
- 8 pena que minha ignorancia padecer nam escusa, me fora fermosa guarida
- 9 nam dizer senam o que elles dixeram, ainda que eu ficasse como eco nos
- 10 vales que fala o que dizem, sem saber o que diz. Porem querendo eu no
- 11 presente preambulo ajudar me do seu costumado estilo, em querer
- 12 louuar as excelencias de V.A. como elles fazem aos senhores a quem suas
- 13 obras endereçam. Que farey? sendo certo que ainda q fosse em mi soo a
- 14 sua horatorea, tam facunda como em todos elles, & me fosse traspassado
- 15 o spirito de Dauid, nam presumiria escreuer de V.A. a minima parte de
- 16 sua magnifica bondade, de sua nobilissima condiçam, de sua discreta
- 17 mansidade, do perfeyto zelo de sua justiça, da sua paz, da sua guerra, da
- 18 sua graça, grauidade, conselho, sabedoria, liberalidade, prudencia, &

¹⁰ Normas de transcrição do texto: 1. Reproduz-se diplomaticamente o texto do prólogo presente na edição de 1562 da *Compilação de todas as obras de Gil Vicente*, sem desenvolver suas abreviaturas, ou seja, copiamo-lo literalmente letra por letra, palavra por palavra. 2. Não reproduzimos, contudo, a exatidão das linhas em que aparecem no testemunho referido, nem marcamos com qualquer diacrítico o momento de quebra entre elas na edição de base.

19 finalmente do seu Christianissimo firmamento. Outro si querendo
 20 nauegar pola rota do seu exordio delles, pedindo a V.A. fauor & emparo,
 21 pera que minha enferma escretura nam seja ferida de lingoas danosas.
 22 Pareceme injusta oração pedir tam alto esteo pera tam bayxo edeficio,
 23 quanto mais que ainda dmo fora de tam nobre emparo, tenho confirado
 24 que Christo filho de Deos sob emparo de poderio eternal do Padre &
 25 todos seus bem auenturados sanctos nam passaram por esta vida tam
 26 liures, que dos malditos detratores nam fossem julgadas suas diuinias
 27 obras, por humanas liuiandades: sua sancta doctrina, por maxima
 28 ignorancia: sua manifesta bondade, por falsa malicia: sua sactissima
 29 graça, por sorreticio engano: sua excelsa abstinência, por vil hipocresia:
 30 sua celeste pobreza, por terreno vicio. Pois rustico peregrino de mim,
 31 que espero eu? liuro meu que esperas tu? Porem te rogo que quando o
 32 ignorante malicioso te reprender, que lhe digas, se meu mestre aqui
 33 estiuera, tu calaras. Finalmente que por escusar estas batalhas & por
 34 outros respeytos, estaua sem proposito de emprimir minhas obras se
 35 V.A. mo nam mandara, nam por serem dinas de tam esclarecida
 36 lembrança, mas V.A. aueria respeyto a serē muytas dellas de deuaçam, &
 37 seruiço de Deos enderençadas, & nam quis que se perdessem, como quer
 38 que cousa virtuosa por pequena que seja nam lhe fica por fazer: por cujo
 39 seruiço trabalhey a copilaçam dellas com muyta pena de minha velhice &
 40 gloria de minha vontade, que foy sempre mais desejosa de seruir a V.A.
 41 que cobiçosa de outro nenhum descanso.

FLP20(2)

O título ‘Prologo em que o autor deregia esta copia de suas obras ao muyto alto & excelso Principe el Rey dom Ioam o terceyro deste nome em Portugal.’ executa função análoga à da *salutatio* nas cartas, pois não apenas apresenta remetente e destinatário, como também segue as predisposições esperadas deste componente retórico do gênero. Segundo Pécora (2001, p. 19-20), a saudação aparece sempre em terceira pessoa e mostra se o destinatário é alguém superior, igual ou inferior, de maneira que “se se escreve a superior, a carta não pode ser jocosa”, pois aqui já se começa a obter a boa vontade do leitor. De fato, o título apresenta o “eu que escreve” em terceira pessoa, por meio do termo ‘autor’, uma categorização que identifica Gil Vicente pela atividade que ele exerce na corte; além de deixar clara a hierarquia entre interlocutores, pois há marcas de honorificação, ou seja, dos títulos de poder (‘Principe El Rei’) que marcam socialmente a posição de D. João III.

É interessante notar que, antes dos títulos de príncipe e rei, há dois termos avaliativos que contribuem tanto para novamente determinar a hierarquia, quanto para obter a boa vontade do leitor, ainda que sejam resultantes de fórmulas típicas do gênero que acabam cristalizando determinados sentidos¹¹. Os termos ‘muito alto e excelso’ demonstram *Julgamentos de sanção social* do autor em relação à *propriedade* do rei, pois, ao valorá-lo como ‘alto e excelso’, a voz autoral inscreve seu posicionamento em discursos

¹¹ Conforme explica Munhoz (2015, p. 703), é preciso diferenciar o que faz parte da “fórmula” do texto – sua estrutura protocolar (conjunto de regras que o regem) – do “texto livre/móvel” – o qual não se adequa necessariamente a esses padrões, apresentando “marcas de posicionamento subjetivo”. Assim, destacamos que, no trecho em questão, as características da sanção exposta estão também ligadas ao caráter formulaico do texto, tornando os valores postos necessários ou preferíveis em dadas etapas retóricas do prólogo.

que destacam a honra dos reis; no caso, de D. João¹², o que fica mais claro ainda pelo uso do intensificador ‘muito’, que constrói um caráter exemplar. Assim, por meio desta instância de ATTITUDE, o autor já começa a delinear o *ethos* que permeará o resto do prólogo: o de subserviência (posto que se coloca como servo humilde que admira o rei) quanto de competência (na medida em que demonstra conhecer as fórmulas que regem a construção do gênero).

O início da carta tem como função realizar “a introdução ao relato dos fatos e [...] de tornar o destinatário receptivo, favoravelmente disposto e atento” (Pécora, 2001, p. 22). Isto pode ser verificado no início do prólogo, no qual a voz autoral dispõe primeiramente sobre sua falta de engenho na oratória para então chegar à indagação metalinguística sobre qual assunto deveria estar presente ali. Entretanto, mesmo que se proponha aqui uma divisão entre *benevolentiae captatio* e *narratio*, fica claro pela leitura do próprio prólogo que ambos se mesclam em um fluxo contínuo.

No caso das primeiras dez linhas, pode-se dizer que há predominantemente a estrutura retórica do *benevolentiae captatio*, na qual se mostra um *ethos* extremamente modesto em relação à própria obra. Nas primeiras quatro linhas, há uma forte *Apreciação* positiva da voz autoral em relação aos livros escritos em prosa e em metro que viu¹³. Esta *Apreciação* se demonstra, principalmente, por meio da valoração da composição de tais livros, iniciada pelo uso do verbo ‘florescer’, que significa metaforicamente ‘ter fama’ ou ainda ‘florescer em alguma cousa’ (Bluteau, 1728, p. 143), mas que é de fato evidenciada por meio da sequência ‘sciētes materias, de graciosas inuencões, de doces eloquencias & elegancias’.

Esta *Apreciação* estética dos livros lidos pelo autor, intensificada pelo ‘tam’ que precede o verbo ‘florescer’, exhibe, na sequência em questão, valorações positivas acerca do equilíbrio da *composição* dos livros (‘sciētes materias’) e também sobre sua *complexidade* (‘graciosas inuencões, de doces eloquencias & elegancias’), que criam uma oposição com a avaliação do autor sobre sua própria escrita, presente nas três linhas seguintes. Esta avaliação negativa do autor sobre si mesmo parte do uso do verbo *afetivo* ‘temer’, que demonstra a *insegurança* da voz autoral sobre a ‘pobreza de seu engenho’, *insegurança* disparada pela ausência, em sua obra, das características presentes nos livros que a voz autoral, no início do prólogo, alega ter visto. Este trecho, portanto, exprime um *Julgamento* negativo de *estima social* da voz autoral sobre a *capacidade* e *normalidade* de seu próprio entendimento, já que o termo ‘pobreza’ dá a entender que seu engenho não possui nenhuma habilidade, além de o período ‘porque nasceo e viue sem possuir

¹² Em Bluteau (1728, p. 200 e 372), ‘alto’ se define como ‘ilustre’, assim como excelso é ‘alto. Sublime’, por isso, entendeu-se que ambos os qualificadores evocam a ideia de honra. O uso do *Vocabulario Portuguez e Latino*, de Rafael Bluteau, assim como o *Diccionario da lingua portugueza*, de Antonio de Moraes Silva, justifica-se por serem os dicionários existentes que mais se aproximam temporalmente do texto de Gil Vicente, sendo, por este motivo, essenciais para entender como alguns termos se colocam no prólogo.

¹³ Neste começo, Gil Vicente dirige-se ao rei por meio do vocativo ‘serenissimo senhor’, pelo qual poderia se pensar que, no âmbito do *Afeto*, o rei seria uma pessoa bastante tranquila/calma (sentimento de paz); porém, segundo Cunha (2010, p. 591), “o superlativo serenissimo ‘título dado, outrora, aos reis e às altas personalidades’ já ocorre no século XV”, indicando que, na verdade, este tipo de vocativo era comum para se remeter, principalmente, a príncipes, sem necessariamente apontar uma instância afetiva do rei.

nenhã destas' marcar a naturalidade desta ausência de características apreciáveis em sua obra¹⁴.

Seguindo o texto, aparece uma *Apreciação* negativa da voz autoral sobre a *complexidade* de suas obras ('miserrimas obras'), intensificada pelo uso do superlativo, reafirmando até então este *ethos* de um autor praticamente desprovido de qualquer valor positivo que não vê razão em imprimir tais obras, já que 'os antigos & modernos nam leyxaram cousa boa por dizer, nem inuençam linda por achar, nem graça por descobrir'. Novamente, a voz autoral expressa uma sequência de *apreciações* positivas acerca das composições das obras de autores antigos e modernos, mas desta vez como uma espécie de justificativa para a própria obra, afinal não há como sua obra se destacar quando todas as possibilidades dignas foram esgotadas. A solução para este problema o próprio autor anuncia: se não há habilidade, como demonstra o *Julgamento* negativo de *estima* sobre a própria *capacidade* ('minha ignorância'), para superá-lo, só lhe resta ecoar suas falas.

A partir da linha 10, pode-se dizer que se inicia de fato o assunto do prólogo; afinal, até então, apenas se enunciou quão indigno de publicação é o autor da obra, embora ele tenha, por meio do livro em questão, sua obra impressa. Como a voz autoral reconhece, o prólogo costuma ser o lugar de louvar a pessoa a quem se dirige a publicação da obra, neste caso, ao rei. Porém, como tal autor de tão 'pobre engenho' poderia escrever sobre tão excelente rei? O problema é resolvido, mantendo-se o *ethos* mostrado até então, por meio de duas hipóteses, como visto em: 'sendo certo que ainda q fosse em mi soo a sua horatorea, tam facunda como em todos elles, & me fosse traspasado o spirito de Daudid, nam presumiria escreuer de V.A. a minima parte[...]'. Na primeira, há novamente uma *Apreciação* positiva, intensificada pelo 'tam', acerca do *equilíbrio* da composição alheia ('horatorea tam fecunda') e na segunda invoca-se a figura bíblica de Davi. Sobre o personagem bíblico Davi, diz Vieira (2011, p. 34):

A suposta datação de alguns salmos remetentes ao tempo de Davi e as referências feitas a ele, no texto bíblico, como "o favorito dos cantores de Israel" (2Sm 23,2) elevam-no à categoria de patrono dos salmistas, levando, conseqüentemente, a uma "davidização" da tradição salmíca. Repetidas vezes, Davi é apresentado como músico, hábil tocador de cítara (1Sm 16, 16.23; 18,10; 19,9).

O termo quantificador 'mínima', atrelado à negativa anterior, revela que nem mesmo a inspiração divina, figurada em Davi ('patrono dos salmistas'), seria suficiente para poder falar sobre D. João III, ou seja, ainda que o autor dispusesse da *capacidade* que aprecia em outros livros ou do dom divino da escrita de salmos, não estaria apto a falar de tão 'alto e excelso' rei, o que implicitamente coloca os salmos, 'hynnos á honra do verdadeiro Deus' (Moraes e Silva, 1789, p. 660), como diminutos para se referirem a D. João III.

Em seguida à proposição 'nam presumiria escreuer de V.A. a minima parte', aparece uma sucessão de atributos do rei ('de sua magnifica bondade, de sua

¹⁴ Há aqui também a ideia de que estas características se configuram como uma espécie de dom, já que o uso do verbo 'nascer' dá a entender que existe a possibilidade de fazer parte da essência de alguém ter estas qualidades. De qualquer forma, novamente a voz autoral estaria se depreciando ou se justificando em relação à 'pobreza de seu engenho' ou ainda em relação à sua falta de *capacidade* de escrever como os autores dos livros que leu.

nobilíssima condiçam, de sua discreta mansidade, do perfeitto zelo de sua justiça, da sua paz, da sua guerra, da sua graça, grauidade, conselho, sabedoria, liberalidade, prudencia, & finalmente do seu Christianissimo firmamento”), justamente o que a voz autoral se declarou incapaz de fazer.

Primeiro, nesta sucessão, há um *Julgamento de sanção social* positivo em relação à *propriedade* do rei (‘bondade’), *graduado* pelo quantificador ‘magnífica’¹⁵; seguido pelo *Julgamento de estima social* (‘nobilíssima condição’)¹⁶, acerca da *habilidade* do rei, pois ‘nobre’ pode significar ‘notável por excellencia, ou primor’ (Moraes Silva, 1789, p. 344), acepção mais razoável neste contexto do que a mais comum de ‘aquele que por sangue, ou por alvará do príncipe, se diferencia em honras’ (Bluteau, 1728, p. 730).

Há também neste excerto um *Julgamento de estima social*, marcado pela palavra ‘mansidade’, o que daria a entender talvez que o rei fosse pouco resoluto (*Julgamento de tenacidade*) por ser calmo/brando, porém o qualificador ‘discreta’ torna claro que aqui se trata de uma mansidade engenhosa/aguda¹⁷, causando certa ambiguidade sobre o sentido desta mansidade e possibilitando esta ser entendida como uma habilidade positiva do rei (*Julgamento de capacidade*), ou ainda como uma instância *afetiva* do rei, revelando um sentimento de *segurança*. Em seguida, marca-se a forte resolução (*tenacidade*) do rei em ser justo (*propriedade*), já que ‘zelo’ significa ‘afetuoso *empenho* em defender’ (Bluteau, 1728, p. 635. Grifo nosso) e que o termo ‘perfeito’ pode ser entendido como um indicador de *foco*, marcando, assim, a prototipicidade do empenho em defender a justiça.

Posteriormente, percebe-se uma sequência de palavras que podem ser entendidas como pares opostos que se complementam (‘paz e guerra’; ‘graça e gravidade’; ‘conselho e sabedoria’; e ‘liberalidade e prudência’), apesar de não estarem explicitamente colocadas no texto desta forma. O primeiro par cria uma oposição entre instâncias *afetivas* do rei (quietação x discórdia¹⁸) ligadas a sentimentos de *segurança*, ou ainda estabelece *Julgamentos de sanção social*, nos quais a voz autoral se refere à *propriedade* do rei em manter a segurança do reino. O segundo par marca *Julgamentos de sanção social* de *propriedade* se entendermos que benevolência¹⁹ (‘graça’) e seriedade²⁰ (‘gravidade’) estão concentrados no campo da ética civil do rei, ou ainda, marca *Julgamentos de estima social*, nos quais a voz autoral elenca duas *capacidades* do rei (‘graça’ como ‘dom Divino,

¹⁵ ‘Magnífico’ foi entendido conforme o significado apontado por Moraes Silva (1789, p. 248), isto é, ‘em que há grandeza’.

¹⁶ ‘Nobilíssima condição’, também pode marcar um julgamento de propriedade, pois era uma obrigação (praticamente ética), que todo rei tivesse sangue/linhagem nobre, de forma que o uso do superlativo seria um marcador de diferenciação entre D. João III (e sua família, hereditariedade deste sangue nobre) e outros reis (e suas dinastias) que seriam apenas nobres e não ‘nobilíssimos’.

¹⁷ Discreta foi entendida conforme o significado apontado por Bluteau (1728, p. 243), isto é, ‘que tem muito engenho, muita agudeza’.

¹⁸ ‘Quietação’ é um dos significados para ‘paz’ e ‘discórdia’ é um dos significados para ‘guerra’ em Bluteau (1728, p. 330 e p. 153).

¹⁹ ‘Benevolência’ é um dos significados para ‘graça’ em Moraes e Silva (1789, p. 94) e em Bluteau (1728, p. 108).

²⁰ ‘Sério’ é um dos significados para ‘gravidade’ em Bluteau (1728, p. 129) e em Moraes e Silva (1789, p. 100).

gratuitamente dado à criatura intellectual’ ou ‘auxílio que Deos dá para obrar o bem’²¹, e ‘gravidade’ como ‘ser decoroso com as palavras’²²).

Os dois últimos pares são menos opostos que os primeiros. ‘Conselho’ e ‘sabedoria’ refletem dois *Julgamentos de sanção social de capacidade*, se ‘conselho’ for entendido como a *habilidade* de transmitir pareceres²³, e ‘sabedoria’ for entendida como uma virtude intelectual ou mesmo como um dom divino. Já ‘liberalidade’ e ‘prudência’ marcam duas virtudes, complementares idealmente (generosidade²⁴ é uma virtude positiva desde que acompanhada pelo discernimento), de forma que expõem dois *Julgamentos*, primeiro de *sanção social de propriedade* (generosidade como uma virtude ética) e segundo de *estima social de capacidade* (prudência como uma virtude intelectual)²⁵.

Este trecho é encerrado por um *Julgamento de sanção social de propriedade* maximizado pelo superlativo (“Christianissimo”), pois indica a ética religiosa do rei, seguido pelo termo ‘firmamento’²⁶ que assinala a estabilidade (*Julgamento de estima social de normalidade*) deste comportamento cristão de D. João III. O segmento em questão, finalizado pelo sintagma ‘Christianissimo firmamento’, também parece dialogar, quase explicitamente, com a ideia dos sete dons concedidos pelo Espírito Santo (Fortaleza, Sabedoria, Ciência, Conselho, Entendimento, Piedade e Temor de Deus), segundo a tradição bíblica (I Coríntios 12, Romanos 12 e Efésios 4). Esta referência ambígua ilustra de certa forma o conhecimento de Gil Vicente sobre o texto bíblico, ao mesmo tempo em que declara que D. João III, por possuir estes dons, é escolhido e querido por Deus, para exercer a função de rei.

Como pode ser observado, portanto, Gil Vicente aposta em valorações que recaem principalmente sobre a *capacidade* e *propriedade* de D. João III, demonstrando forte admiração pelo rei, principalmente sobre sua exímia competência e singular ética em sua função. Esta sucessão de avaliações contribuem em grande proporção para o *benevolentiae captatio*, pois ao mostrar ao rei que este é reconhecido por toda sua excelência (de certa forma, indicando implicitamente que não haveria pessoa melhor para tal função), torna-o mais propenso a atender ao pedido que se coloca em seguida, além de contribuir-se também para a constituição da imagem servil da voz autoral.

Das linhas 19 a 33, há a parte designada por *petitio* (pedido), explicitada pelo trecho: ‘Outro si querendo nauegar pola rota do seu exordio delles, *pedindo* a V.A. fauor & emparo, pera que minha *enferma escretura* nam seja ferida de *lingoas damosas*.’ (grifo nosso). A partir desta fala, percebe-se um retorno à autodepreciação da voz autoral, em que ‘enferma escretura’ expõe uma *Apreciação* negativa acerca do conteúdo da própria obra, ao mesmo tempo em que se pede ‘favor e amparo’ para que esta não seja

²¹ Bluteau (1728, p.107) e Moraes e Silva (1789, p. 94), respectivamente.

²² Moraes e Silva (1789, p. 100).

²³ ‘Parecer que se dá’ é um dos significados apresentados por Bluteau (1728, p. 472) e Moraes Silva (1789, p. 450) para ‘conselho’.

²⁴ ‘Generosidade’ é o significado apresentado por Moraes Silva (1789, p. 221) para ‘liberalidade’.

²⁵ A prudência também poderia ser entendida neste contexto como reflexo de um *judgamento de sanção social de propriedade* se entendida como ‘praticar o que convém’, como aponta Moraes Silva (1789, p. 523), indicando, portanto que o rei segue suas obrigações eticamente.

²⁶ Firmamento foi entendido como ‘a pessoa ou coisa que assegura e faz estável’ (Moraes Silva, 1789, p. 36) já que o conceito de ‘céu’ não parece fazer muito sentido neste contexto.

atacada por outras pessoas. É interessante notar que este momento assinala um ponto de mudança no texto, no qual, apesar de o *ethos* se manter humilde em relação ao rei, há uma crítica ríspida, dirigida a quem quer que faça dano à obra do autor, por meio de um *Julgamento* negativo de *sanção social* sobre a falta de ética (*propriedade*) ou de honestidade (*veracidade*) de certas línguas, provavelmente, referindo-se a ou antecipando a atividade de censores em relação à sua obra.

A voz autoral, a fim de manter seu tom servil, continua a utilizar o mesmo recurso de exibir valorações negativas ou desdenhosas sobre si. Em ‘Parece-me injusta oração pedir tam alto esteo pera tam bayxo edeficio, quanto mais que ainda dmo fora de tam nobre emparo[...]’, classifica como ‘injusta’ (*Julgamento* negativo de *sanção social* de *propriedade*) a ‘oração’ que dirige ao rei²⁷ por proteção de sua obra, além de, por meio de uma metáfora (em que a proteção do rei seria ‘tam alto esteo’ e sua obra ‘tam bayxo edeficio’), valer-se novamente de tal recurso, aqui intensificado pelo uso do advérbio ‘tam’ e pelos quantificadores de tamanho ‘alto e bayxo’. Esta metáfora que opõe Gil Vicente e o rei é arrematada pelo sintagma ‘tam nobre emparo’ (*Julgamento* de *sanção social* de *propriedade*, intensificado pelo ‘tam’), frisando a hierarquia de posições sociais entre estes atores.

A justificativa para o pedido de proteção se faz por meio de uma comparação com a situação de Jesus Cristo e dos santos. Esta comparação parte de uma construção verbal *afetiva* (‘tenho confrirado’) do âmbito da *segurança* e se sustenta pelo pareamento entre os feitos de Cristo e dos santos e os *Julgamentos* que sofreram em vida. O sintagma ‘malditos detratores’, em que há uma valoração *afetiva* negativa (‘malditos’ como detestáveis²⁸) e um *Julgamento* negativo de *sanção social* de *propriedade* (‘detrator’ como maldizente/invejoso²⁹) se equipara no texto a ‘línguas danosas’, destoando sutilmente do tom utilizado pelo autor até o momento do *petitio*.

Podem ser elencados seis pares nesta comparação (‘suas diuinas obras, por humanas liuiandades;; sua sancta doctrina, por maxima ignorancia;; sua manifesta bondade, por falsa malicia;; sua sactissima graça, por sorreticio engano;; sua excelsa abstinēcia, por vil hipocresia;; sua celeste pobreza, por terreno vicio’), de forma que, como esperado, cada par assinala uma oposição entre um feito valorado positivamente (relacionado a Cristo e aos santos) e um juízo valorado negativamente (relacionado aos detratores).

O primeiro par é composto por um *Julgamento* positivo de *sanção social* (‘divinas obras’) de *propriedade*, e um *Julgamento* negativo de *sanção social* de *propriedade* (‘humanas liuiandades’). O segundo par é formado por um *Julgamento* positivo de *sanção social* de *propriedade* (‘sancta doctrina’) e um *Julgamento* negativo de *estima social* de (in)capacidade (‘ignorancia’), maximizado pelo termo ‘maxima’. O terceiro par é constituído por um *Julgamento* positivo de *sanção social* de *propriedade* (‘bondade’), prototipificado (*foco*) pelo

²⁷ É curioso o uso da palavra ‘oração’ já que o autor se remete ao rei e não a Deus. Novamente há aqui uma ambiguidade que insinua o caráter (quase) divino do rei.

²⁸ ‘Detestável’ é um dos significados para ‘maldito’ em Moraes Silva (1789, p.251) e em Bluteau (1728, p. 205).

²⁹ ‘Invejoso’ e ‘maldizente’ são os significados para ‘detrator’ em Bluteau (1728, p. 187) e em Moraes Silva (1789, p. 608), respectivamente.

termo ‘manifesta’³⁰, e de dois *Julgamentos* negativos de *sanção social*, um de *veracidade* (‘falsa’) e um de *propriedade* (‘malícia’). O quarto par contém dois *Julgamentos*, um de *sanção social de propriedade* (‘sactissima’), intensificado pelo uso do superlativo, e um de *estima social de capacidade* (‘graça’); e um *Julgamento* negativo de *sanção social de propriedade* ou de *veracidade*³¹ (‘sorretício engano’). O quinto par é composto por dois *Julgamentos* positivos de *sanção social de propriedade* (‘excelsa’ e ‘abstinência’) e dois *Julgamentos* negativos de *sanção social*, um de *propriedade* (‘vil’) e um de *veracidade* (‘hipocresia’). Por fim, o sexto par apresenta um *Julgamento* positivo de *sanção social de propriedade*³² (‘celestes pobreza’) e um *Julgamento* negativo de *sanção social de propriedade* (‘terreno vício’).

Por meio destes pares, o autor faz um jogo em que recai sobre os ‘malditos detratores’, *Julgamentos* negativos de *estima social* e principalmente de *sanção social*, demonstrando sua falta de competência, de ética e de honestidade ao fazerem juízos errôneos a respeito de Cristo e dos santos, que, diferentemente de seus algozes, mantiveram ao longo de sua trajetória feitos reconhecidos pela voz autoral, como extremamente³³ éticos. Assim, esta comparação sutilmente equipara a situação do autor com a de Cristo e a dos santos, exprimindo uma imagem autoral menos modesta da que a vista até agora, além do fato de esta postura indicar que Gil Vicente esperava que sua obra fosse alvo futuramente de ‘linguas danosas’/ ‘malditos detratores’.

O *petitio* se finaliza por meio de dois questionamentos (‘Pois rustico peregrino de mim, que espero eu? liuro meu que esperas tu?’): um em que o autor dirige-se a si mesmo, novamente se rebaixando, e outro em que ele se dirige ao próprio livro, personificando-o. Após as perguntas, o pedido é feito também ao livro, para que este cale qualquer repreensão feita por algum ‘ignorante malicioso’. Nota-se que aquele que cometer tal abuso é classificado pelo autor como incapaz (‘ignorante’ reflete um *Julgamento* negativo de *estima social de capacidade*) e antiético (‘malicioso’ ilustra um *Julgamento* negativo de *sanção social de propriedade*), isto é, aquele que causar dano a obra de Gil Vicente, além de inábil, é imoral.

As linhas 33 a 41 marcam o *conclusio* do prólogo, que, como foi dito, tem a função de síntese do texto e de deixá-lo marcado na memória do leitor. A rispidez presente na proposição anterior se esvai e há a volta do *ethos* modesto e servil, que agradece ao rei pela impressão da obra. É neste trecho que se sabe, de fato, que o encomendador da impressão das obras de Gil Vicente foi D. João III, não por serem ‘dinas de tam esclarecida lembrança’, mas porque ‘V.A. aueria respeyto a serẽ muytas dellas de deuaçam, & seruiço de Deos enderençadas, & nam quis que se perdessem, como quer que cousa virtuosa por pequena que seja nam lhe fica por fazer.’

Como pode ser observado, a voz autoral simula menosprezar novamente suas obras, por meio de uma *Apreciação* negativa, intensificada pelo advérbio ‘tam’, acerca

³⁰ ‘Manifesta’ também pode refletir um *juulgamento* de *estima social de normalidade*, pois pode ser entendido como um indicativo da frequência da bondade de Cristo e dos santos.

³¹ Neste caso, ‘engano’ é um termo bastante ambíguo que pode tanto se relacionar a falta de honestidade quanto à falta de transparência ética.

³² Entendeu-se que, como o ponto de vista é religioso, ‘celestes pobreza’ marca um comportamento ético esperado/obrigatório por parte destas figuras bíblicas, pois o desaparecimento material condiz com o que a doutrina católica prega como ideal.

³³ É possível notar que, além dos *juulgamentos* de *propriedade* serem positivos, alguns apresentam intensificadores que hiperbolizam tais valorações.

de seu impacto; afinal, não são dignas de lembrança, ao mesmo tempo em que destaca que a publicação destas se deve ao conteúdo de muitas delas³⁴. O texto encerra-se com a declaração do autor de ter atendido ao pedido do rei, ‘com muyta pena de minha velhice & gloria de minha vontade, que foy sempre mais desejosa de seruir a V.A. que cobiçosa de outro nenhum descanso’, indicando por meio de duas instâncias de *Afeto* no âmbito da inclinação (‘desejosa’ e ‘cobiçosa’) que o trabalho feito por Gil Vicente de compilar sua obra foi mais do que uma tarefa encomendada pelo rei, mas também um processo de satisfação pessoal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da transmissão da obra de Gil Vicente, assim como a de qualquer outra obra literária, leva em consideração tanto os dados biográficos quanto os dados históricos que envolvem a publicação de seus textos. O dramaturgo, que estreou em 1502 e foi apadrinhado pela Rainha Dona Leonor, teve sua obra publicada de três maneiras: por meio de folhas volantes, que se inserem na chamada Literatura de Cordel, e em duas edições da intitulada *Compilação de todas as obras de Gil Vicente*, ambas vistas pela censura inquisitorial, ainda que apenas a segunda tenha sido sensivelmente censurada.

Apesar de muitos considerarem Gil Vicente um reformista ou humanista, tanto sua formação intelectual quanto o conteúdo de suas obras, quando bem analisadas, comprovam que, na verdade, o autor foi um representante do ‘outono da Idade Média’, além de ser devoto da doutrina católica e conhecedor dos textos litúrgicos. O que realmente acontece em sua obra é a crítica aos vícios e às imoralidades cometidas pelas pessoas, incluindo membros da Igreja, provável motivo pelo qual a segunda edição de sua obra não tenha mantido os privilégios da primeira quanto à revisão dos textos.

A análise do prólogo da *Compilação*, suprimido em sua segunda edição pela Inquisição, corrobora o que foi mencionado, já que a voz autoral utiliza referências ao texto bíblico como positivas e desejáveis em oposição a comportamentos antiéticos e desonestos. Por meio de sua estrutura, similar à do gênero carta no mesmo período, confirma-se também a erudição retórica de Gil Vicente, uma vez que predomina, no texto, a *benevolentiae captatio*, no qual se visa a obter a boa vontade do rei, seu leitor, por meio da construção de uma imagem (*ethos*) humilde e servil de si mesmo e de uma imagem quase divina de seu destinatário. Assim, acaba também se construindo um *ethos* de competência, de alguém que conhece o gênero discursivo e as ferramentas linguísticas requisitadas para se dirigir ao rei.

O *ethos efetivo* da voz autoral no prólogo, portanto, se constitui majoritariamente pelo *ethos dito*, ou seja, aquele em que o autor fala sobre si mesmo ou sobre a própria obra com moderação e recato ou mesmo quando deprecia a própria escrita, por meio de *Julgamentos* negativos de *capacidade* e *apreciações* negativas, favorecendo outros

³⁴ Poder-se-ia pensar que, ao enunciar que o rei respeita parte das obras por serem de devoção e endereçadas a Deus, o autor estaria sutilmente demonstrando uma *Apreciação* positiva pelo conteúdo destas, o que seria confirmado pela proposição final, na qual se assume haver alguma virtude, mesmo que pequena na obra de Gil Vicente. Além disso, o uso do termo ‘respeito’ também desperta certa ambiguidade, pois pode ser que esteja insinuando uma instância de *afeto* do rei pela obra de Gil Vicente.

escritores, por meio de *Julgamentos* e *apreciações* positivas das obras alheias³⁵. Entretanto, pode ser notado um certo contraste entre o *ethos dito* e o *ethos mostrado* da voz autoral, por exemplo, na parte destinada ao *petitio*, em que se percebe um tom mais ríspido e crítico em relação aos outros e uma certa valoração, mesmo que implícita, de si mesmo a ponto de Gil Vicente equiparar a situação de sua obra à de Cristo e à dos santos ao sofrerem falsos e maliciosos juízos em vida.

Já do ponto de vista aristotélico, o *ethos* se faz no e pelo discurso, sem refletir de fato quem foi Gil Vicente. Neste sentido, mantém-se o *ethos* do escritor desprovido de qualidades, mas extremamente grato ao rei, a quem serve com prazer e admira pelas suas qualidades e pelo seu comportamento ético e religioso, como evidenciado pelos vários *Julgamentos* positivos em relação à *propriedade* e *capacidade* do rei, evocando a ideia de que não haveria pessoa mais competente ou ética para ocupar tal posição. Do ponto de vista ciceroniano, o leitor, no caso o rei, teria que manter uma relação afetiva com Gil Vicente, ou então o dramaturgo deveria de fato, durante sua vida, ter sido este funcionário humilde que admira o comportamento ético e habilidoso de seu rei para que a imagem construída no texto fosse verossimilhante, o que não é possível ser comprovado.

Em relação à imagem construída do rei ao longo do prólogo destaca-se, assim, além do comportamento ético (*propriedade* positiva), as habilidades de caráter divino. Esta construção se dá basicamente por meio do diálogo, em geral sutil, com o texto bíblico, em que se insinua semelhanças entre D. João III e Deus, como quando se diz que o espírito de Davi não seria suficiente para falar-se da mínima parte do rei, pelo uso do termo ‘oração’ para referir um pedido ao rei ou ainda quando se sugere que o rei tenha sido abençoado com os sete dons do Espírito Santo.

Por fim, entre as partes do prólogo, a que parece justificar a censura deste texto é a do *petitio*, em que, além de implicitamente se equiparar a Cristo e aos santos, Gil Vicente classifica os seus ‘juízes’ como ‘línguas danosas’, ‘malditos detratores’ e ‘ignorante malicioso’, isto é, os *Julgamentos* negativos empregados denotam que, no caso, os censores, além de serem inábeis do ponto de vista do saber, são antiéticos e desonestos. Isto indica que talvez o autor já tivesse previsto que seria alvo de censura inquisitorial e, por isso, faz tal pedido de proteção ao rei. Porém, após a morte de D. João III, este não foi respeitado pela Inquisição, principalmente pela ironia da situação, gerada pela valoração dada por Gil Vicente a quem interferisse ou maldissesse sua obra. Além disso, na *conclusio* do prólogo, há a informação explícita de que a *Compilação* foi publicada a pedido do rei, o que também não era conveniente para a imagem monárquica do período, afinal, como D. João III poderia ter encomendado a impressão de peças repletas de matéria duvidosa? Portanto, censurou-se, provavelmente, tal prólogo para evitar a crítica de Gil Vicente, talvez dirigida especificamente à Inquisição, e qualquer ideia de que o antigo rei tivesse interesse em uma obra com alguns conteúdos considerados hereges.

³⁵ O mesmo se confirma pelo uso de intensificadores e quantificadores no prólogo: o uso de ambos faz com que se exagere ou marque-se a extensão de algo, mas para que se mantenha essa relação de Apreciação de outrem e depreciação de si mesmo.

REFERÊNCIAS

- Almeida F. A inquisição. In: Almeida F. História da igreja em Portugal. Porto: Portucalense Editora; 1967.
- Bernardes JAC. Gil Vicente. Lisboa: Edições 70; 2008.
- Blecuca, A. Manual de Crítica Textual. Madrid: Editora Castalia, 2001.
- Borges MLV. A construção do ethos do orador no Pro Milone de Cícero. In: Codex, v. 2, n. 1; 2010, p. 7-21.
- Fiorindo PP. Ethos: um percurso da retórica à análise do discurso. Revista Pandora Brasil. 2012; 47.
- Freire AB. Vida e obras de Gil Vicente: trovador, mestre da balança. Lisboa: Ocidente; 1944.
- Gonçalves-Segundo, PR. Estrutura retórico-teleológica e negociação intersubjetiva em editoriais da imprensa de bairro. In: Andrade MLCVO, Gomes, VS, organizadores. História do Português Brasileiro: tradições discursivas do português brasileiro: constituição e mudança dos gêneros discursivos. São Paulo: Contexto; 2018, p. 156-195.
- Gonçalves Segundo, PR. Tradição, dinamicidade e estabilidade nas práticas discursivas: um estudo da negociação intersubjetiva na imprensa paulistana [tese]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; 2011 [citado 2018-11-04]. doi:10.11606/T.8.2011.tde-25042012-161141.
- Guimarães E. O ethos na argumentação. Filologia e linguística portuguesa. 2010; 42.
- Halliday M, Matthiessen, C. Introduction to Functional Grammar. 3ª ed. London: Hodder Arnold; 2004.
- Maingueneau D. A propósito do ethos. In: Motta AR, Salgado IS, organizadores. Ethos discursivo. São Paulo: Contexto; 2008. p. 11-29.
- Martin J, White P. Attitude: ways of feeling. In: Martin J. & White P. The language of evaluation: appraisal in English. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan; 2005.
- Martin J, White P. Engagement and graduation: alignment, solidarity and the construed reader. In: Martin J, White P. The language of evaluation: appraisal in English. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan; 2005.
- Munhoz R. F. Filologia e discurso na correspondência oficial do Morgado de Mateus: edição de documentos administrativos e estudo das marcas de avaliatividade. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; 2015.
- Nogueira C. A literatura de cordel portuguesa. Ehumanista. 2012; 21; 195-222.
- Novinsky A. A inquisição. São Paulo: Editora Brasiliense; 1986.
- Pécora A. A arte das cartas jesuíticas do Brasil. In: Pécora A. Máquina de gêneros. São Paulo: Edusp; 2001.
- Pimpão C. As correntes dramáticas na literatura portuguesa no século XVI. In: A evolução e o espírito do teatro em Portugal. Lisboa: Sociedade Nacional da Tipografia; 1947.
- Rebello LF. Breve história do teatro português. Lisboa: Publicações Europa- América; 2000.
- Rodrigues GA. Breve história da censura literária em Portugal. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; 1980 (Biblioteca breve, Vol. 54).

Santiago-Almeida MM. Para que filologia/crítica textual?. Revista Acta. 2011; 1.

Spaggiari B. A censura na transmissão da obra de Luís de Camões. In: Spaggiari B, Perugi, E. Fundamento da crítica textual. Rio de Janeiro: Editora Lucerna; 2004.

Teyssier P. Gil Vicente – O autor e a obra. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; 1982.

Vasconcelos CM. Notas vicentinas: preliminares de uma edição crítica das obras de Gil Vicente. I a V. Lisboa: Edição da Revista Ocidente; 1949. p. 9-123 e 509-531.

Vieira LC. O livro dos salmos. In: Vieira LC. A performance nos salmos dança dos corpos nos textos. [dissertação]. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais; 2011.

FLP20(2)

A metátese na aquisição da escrita: simetrias e assimetrias entre fonologia e ortografia

Metathesis on writing acquisition: symmetries and asymmetries between phonology and orthography

Lissa Pachalski*

Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil

Ana Ruth Moresco Miranda**

Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil

Resumo: Este estudo aborda dados de escrita infantil seguindo uma linha de investigação que se caracteriza por eleger o erro (orto)gráfico como principal objeto de análise, tratando-o como uma potencial pista reveladora do conhecimento em construção pelas crianças acerca da estrutura de sua língua, sobretudo da camada fonológica. Situado neste domínio teórico, o artigo explora a grafia da metátese de consoantes em textos de crianças em período de aquisição da escrita, a fim de contribuir para a discussão sobre o fenômeno, observando as relações simétricas e/ou assimétricas existentes entre as metáteses produzidas especialmente no período de aquisição fonológica e aquelas manifestas nas escritas iniciais. A análise dos dados reforça aspectos influentes já salientados por outros pesquisadores com relação à metátese, como a natureza dos segmentos envolvidos, a estrutura silábica e seu grau de complexidade, e a incerteza representacional ligada à nasalidade em coda medial e à segmentação de palavras gráficas. Fatores externos à fonologia da língua também foram observados enquanto possibilidades para a motivação do fenômeno na escrita, particularmente traçado de letra e hipersegmentação de palavras, aspectos que dizem respeito a conhecimentos notacionais, também constitutivos da aprendizagem do sistema de escrita, e que parecem interagir com as variáveis de natureza fonológica, apontando para as assimetrias entre fonologia e ortografia.

Palavras-chave: Metátese. Aquisição da Escrita. Fonologia e Ortografia. Erro (orto)gráfico.

Abstract: This study approaches children's writing data following a research line which is distinguished by electing the (ortho)graphic error as its main analysis object, treating it as a potential revealing clue of the knowledge in construction by children concerning the structure of their mother tongue, mainly on the phonological layer. In this theoretical domain, the article explores consonant metathesis' spelling in texts of children in their writing acquisition phase, seeking to contribute to the discussion about the phenomenon, observing existing symmetrical and/or asymmetrical relations between the metathesis produced especially in the phonological acquisition period and those manifested on early writings. The data analysis reinforces influential aspects already highlighted by other researchers regarding metathesis, such as the nature of the segments

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil; pachalskil@gmail.com

** Professora adjunta, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil; anaruthmmiranda@gmail.com

involved, the syllabic structure and its degree of complexity, and the representational uncertainty associated within nasality on the medial coda and word segmentation. External factors to language phonology were likewise observed as possibilities for the motivation of the phenomenon on writing, particularly calligraphy and word hypersegmentation, aspects that relates to notational knowledge, also constitutive of the writing system learning and which seems to interact with variables of phonological nature, pointing to asymmetries between phonology and orthography.

Keywords: Metathesis. Writing Acquisition. Phonology and Orthography. (Ortho)graphic error.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo aborda dados de escrita infantil seguindo uma linha de investigação que se caracteriza por eleger o erro (orto)gráfico¹ como principal objeto de análise, tratando-o como uma potencial pista reveladora do conhecimento em construção pelas crianças acerca da estrutura de sua língua, sobretudo da camada fonológica (cf. Abaurre, 1988, 1991b, 2001; Cunha, 2004, 2010; Adamoli, 2012; Ney, 2012; Miranda, 2010, 2014).

Ideias implicadas nestes estudos, tais como as de que a escrita inicial incide sobre a gramática do aprendiz e os erros (orto)gráficos revelam aspectos do funcionamento fonológico da língua, sustentam-se em alguns pressupostos, tais como apresentados em Miranda (2014): (i) a aquisição da escrita como integrante do processo mais amplo de aquisição da linguagem (Abaurre, 1991a), o qual é regulado pela capacidade inata que as crianças possuem para a construção de gramáticas (Chomsky, 1965); (ii) a concepção de erro sob uma interpretação psicogenética – neste âmbito, o erro (orto)gráfico –, entendido como uma forma capaz de revelar as hipóteses do sujeito que interage com um novo objeto de conhecimento, a saber, o sistema de escrita alfabética (Piaget, 1971; Ferreiro; Teberosky, 1999); e (iii) a ideia de que a compreensão dos princípios da escrita alfabética cria condições para a atualização do conhecimento fonológico adquirido (Miranda, 2012).

Situado neste domínio teórico, este artigo explora a grafia da metátese de consoantes em textos de crianças em período de aquisição da escrita, a fim de contribuir para a discussão em torno do fenômeno, observando as relações, simétricas ou assimétricas, entre as metáteses produzidas especialmente no período de aquisição fonológica e aquelas manifestas nas escritas iniciais.

A hipótese de partida é a de que a motivação dos erros relacionados à metátese na escrita seja predominantemente fonológica, de forma que as variáveis selecionadas para a análise, de natureza linguística, mostrem-se pertinentes para sua descrição e exploração. A hipótese é sustentada, em grande medida, por aquilo que vários estudos

¹ “O uso de parênteses tem como objetivo demarcar a diferença existente entre erros relacionados às regras do sistema ortográfico propriamente dito, os quais envolvem as relações múltiplas entre fonemas e grafemas, definidas contextual ou arbitrariamente, e aqueles produzidos na fase inicial do desenvolvimento da escrita, muitas vezes motivados por questões representacionais ou ainda por influência da fala, isto é, referentes ao funcionamento fonológico da língua” (Miranda, 2014, p. 47).

realizados pelo GEALE² vêm apresentando ao analisarem dados de escrita vinculados a textos que compõem o BATALE³, ou seja, de que os erros de natureza fonológica são sempre mais numerosos em relação àqueles de natureza ortográfica⁴ (cf. Miranda, 2013 e Pachalski et al., 2015a, que analisam diferentes estratos do BATALE e chegam a resultados similares).

O artigo está estruturado da seguinte forma: primeiro, é realizada uma caracterização do fenômeno, à luz de estudos que se dedicaram a analisá-lo sob a perspectiva fonológica (Hume 2001; 2004; Hora; Telles; Monaretto, 2007; Zitzke, 1998, 2001; Lamprecht, 2002; Redmer, 2007) e da aquisição da escrita (Coelho, 2016; Pachalski et al., 2015b; Pachalski; Miranda, 2016, 2017); depois, os procedimentos metodológicos são descritos, seguidos da apresentação e discussão das grafias com metátese extraídas de escritas iniciais; por fim, são expostas as considerações finais.

2 CARACTERIZAÇÃO DO FENÔMENO

A metátese, que é caracterizada, nos termos de Hume (2001, p. 1, tradução nossa), como um “processo no qual, em certas línguas e sob certas condições, a ordem linear de sons esperada é invertida”⁵, é um fenômeno pouco estudado, ainda que recorrente nas línguas em geral, tanto sincrônica quanto diacronicamente (Hume, 2001, 2004; Hora; Telles; Monaretto, 2007), e na aquisição da fala (Zitzke, 1998, 2001; Lamprecht, 2002; Redmer, 2007). Para Hume (2001), a escassez de estudos sobre a metátese pode ser decorrente de uma percepção errônea da comunidade científica, que o encara como fenômeno “esporádico e irregular, restrito a erros de performance, à linguagem infantil ou à troca de sons”⁶ (Hume, 2001, p. 1, tradução nossa). Com relação ao estudo da metátese no processo de aquisição da escrita, a escassez é ainda maior. À exceção do estudo de Coelho (2016), uma dissertação sobre transposições na

FLP20(2)

² O GEALE (Grupo de Estudos sobre Aquisição da Linguagem Escrita) é um Grupo de Pesquisa vinculado ao CNPq, criado em 2001 e ligado ao programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFPel.

³ O BATALE (Banco de Textos de Aquisição da Linguagem Escrita) atualmente possui em seu acervo cerca de 7 mil textos produzidos por crianças dos anos iniciais do ensino fundamental. Esse conjunto de textos está dividido em 8 estratos, resultantes de coletas realizadas de 2001 a 2015 em diversas escolas da rede pública de ensino e uma da rede particular. Desses textos, é extraído o principal objeto de estudo e análise do GEALE: o erro (orto)gráfico.

⁴ Os erros de natureza ortográfica são aqueles que estão ligados sobretudo às relações múltiplas entre fonemas e grafemas (Lemle, 1987), as quais regem boa parte do sistema ortográfico do português. Eles podem estar relacionados ou à arbitrariedade do sistema ou à presença de contextos que restringem a utilização de certos grafemas. Assim, uma forma como ‘xata’ para ‘chata’ está vinculada à primeira tipologia, visto que a representação de [ʃ] na escrita não é previsível pelo contexto (é *arbitrária*), podendo ser grafada com uso de ‘x’ ou ‘ch’. Já uma grafia como ‘tera’ para ‘terra’ está relacionada à segunda tipologia, pois a representação de [ʒ] é passível de inferência através da observação de uma regra contextual básica, qual seja, a de que [ʒ] deve ser grafado com ‘tr’ quando estiver em posição intervocálica.

⁵ “[...] [Metathesis is the] process whereby in certain languages, under certain conditions, sounds appear to switch positions with one another” (Hume, 2001, p. 1).

⁶ “[...] [the view of] metathesis as sporadic and irregular, restricted to performance errors, child language or sound change” (Hume, 2001, p. 1).

escrita de crianças dos anos iniciais de escolarização, não foram encontradas outras fontes⁷.

De todo modo, nos estudos existentes, sejam de aquisição, sincronia ou diacronia, a metátese é assumida, de forma geral, como um processo caracterizado pelo reordenamento de sons ou traços dentro de uma sequência fonológica, conforme a definição de Hume (2001) apresentada anteriormente. A alteração sequencial poderá envolver *sílabas* ou *segmentos*, dando origem a dois grupos de metáteses: (i) silábicas, menos frequentes, nas quais sílabas inteiras podem trocar de lugar com outras e o resultado são formas tais como [ka.se.'pa.tʃi] para o item lexical 'capacete', por exemplo, e (ii) segmentais, as quais podem ser subgrupadas em segmentais simples, quando envolvem o deslocamento de um segmento apenas, como em ['per.to] para 'preto', e segmentais duplas, nas quais dois segmentos trocam de posição mutuamente, como em ['ma.ni.ka] para 'máquina'. No presente estudo, foram computados apenas dados de metáteses segmentais (simples e duplas). Ainda no subgrupo das metáteses segmentais simples, é relevante observar o domínio dos deslocamentos dentro da palavra fonológica, o que leva a dois tipos de agrupamentos, ambos observados neste estudo: intrasilábicas, quando o segmento permanece na sílaba de origem, como em ['con.fro.tu] para 'conforto', e intersilábicas, quando o segmento é movido para outra sílaba dentro da palavra, como em ['pros.te.tu] para 'protesto'.

Algumas diferenças, no entanto, devem ser observadas nos diferentes domínios em que a metátese ocorre. Assim sendo, nas seções que seguem, a metátese será caracterizada com mais detalhes em sua ocorrência na sincronia, na diacronia, na aquisição da fala e na aquisição da escrita.

FLP20(2)

2.1 Na sincronia

Hume (2001), que em seus estudos busca observar padrões de metátese em diferentes línguas, afirma que “enquanto a metátese é menos comum que processos como assimilação e omissão de sons, ela pode, ainda assim, ocorrer como um processo fonológico sincrônico e regular, em uma ampla gama de línguas”⁸ (Hume, 2001, p. 2). Segundo a autora, para compreender os padrões de ocorrência da metátese encontrados em línguas distintas, é necessário considerar dois fatores que atuam conjuntamente: a natureza fonética dos sons envolvidos e o conhecimento que o falante/ouvinte tem a respeito dos padrões de sons da sua língua nativa, bem como a frequência com que eles ocorrem. Isso quer dizer que uma sequência de sons não-familiar para um falante/ouvinte de uma língua é uma candidata potencial a alvo do processo da metátese, ou seja, poderá sofrer um reordenamento conforme os padrões linguísticos mais comuns ao falante.

Nesse sentido, Hume (2004) faz duas afirmações interessantes: i) aprendemos a prestar atenção nas pistas fonéticas importantes para distinguir os elementos relevantes para a língua, e, ao mesmo tempo, ignorar aqueles que não o são; ii) processamos a palavra afetados por fatores como a frequência de sua ocorrência na língua, o número de palavras vizinhas foneticamente similares, a previsibilidade da

⁷ Busca realizada no portal de periódicos e teses da CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br>).

⁸ “[...] while metathesis is less common than processes such as assimilation and sound deletion, it can nonetheless occur as a regular synchronic phonological process in a wide range of languages” (Hume, 2001, p. 2).

sequência de sons da palavra e o grau de familiaridade que temos com ela. Soma-se a isso, uma variável muito importante: a *indeterminância do sinal*, ou seja, um estado em que há informação insuficiente a respeito do *input* recebido, o que irá fazer com que o ouvinte acione – para dar conta do processamento – a sua experiência com as unidades incluídas na sequência sonora. Entrará em jogo também a natureza dos segmentos envolvidos (se são familiares ou não e se fornecem boas pistas acústicas ou encobrem informações relevantes).

Hora, Telles e Monaretto (2007), assumindo o modelo proposto por Hume (2001, 2004) para analisar a metátese na sincronia e na diacronia do Português Brasileiro (PB), sustentam a hipótese de que no PB a metátese é um fenômeno de status marcado sincronicamente, ocorrendo de forma majoritária nas variedades não-padrão da língua ou em itens lexicais cuja mudança linguística já foi implementada. Além disso, também é regulada por variáveis linguísticas, como direcionalidade, posição de sílaba, restrições fonotáticas e contexto segmental, como ilustram os exemplos em (1), extraídos de Hora, Telles e Monaretto (2007):

- (1)
- | | |
|-----------------------|---|
| la.gar.to → lar.ga.to | (preferência do movimento à esquerda, em metáteses intersilábicas) |
| for.mi.ga → fro.mi.ga | (preferência do movimento na primeira sílaba da palavra, em metáteses intra e intersilábicas) |
| lar.va → *lra.va | (movimento restringido pela fonotática da língua, em metáteses intra e intersilábicas) |
| for.ça → fro.ça | (preferência do movimento quando a consoante seguinte à rótica for [+contínua], em metáteses intrassilábicas) |

FLP20(2)

2.2 Na diacronia

Hora, Telles e Monaretto (2007) fazem uma descrição da metátese na diacronia do PB a partir de uma revisão bibliográfica sobre a história da língua e de uma análise de manuscritos oficiais desde o século XVII. A análise é sustentada pela Fonologia Evolucionária de Blevins e Garret (2004), cuja premissa é a de que regularidades diacrônicas exercem papel decisivo em padrões fonológicos atuais, o que, segundo os autores, auxilia na simplificação de modelos sincrônicos. Dessa maneira, mudanças sonoras, lexicalizadas sincronicamente, seriam causadas sobretudo por reinterpretações assentadas no sistema perceptual do ouvinte (Hora; Telles; Monaretto, 2007). Com relação à metátese, especificamente, Blevins e Garret (2004), em sua Fonologia Evolucionária, propõem uma tipologia como pode ser visualizada no quadro 1:

Quadro 1 – Quadro dos tipos de metáteses, adaptado de Blevins e Garret (2004).

<i>Tipo de metátese</i>	<i>Exemplo</i>
Perceptual	per.gun.ta → pre.gun.ta
Compensatória	tá.bua → tau.ba
Coarticulatória	drik-pa- → driпка- grego
Auditiva	ask → aks - inglês

A análise de Hora, Telles e Monaretto (2007) sobre a metátese na história da língua portuguesa baseada na tipologia apresentada leva os pesquisadores a considerar que o fenômeno, diacronicamente, não estaria ligado a fatores sociais, pois é possível observar com frequência sua presença oscilante em textos oficiais, desde o século XVII, os quais são representativos da variedade padrão. Assim, a metátese mostra-se como regra variável e não como vinculada a uma variedade linguística mais estigmatizada. Além disso, tipologicamente são observadas metáteses de tipo perceptual e compensatória, isto é, ou envolve “traços de longa duração em cadeias multissegmentais que se espraiam sobre uma sequência inteira” como em [tru'se] para ‘torcer’ ou “é prosodicamente condicionada, o que significa que traços em uma sílaba fraca migram para uma sílaba forte” como em [‘tawba] para ‘tábua’ (Hora; Telles; Monaretto, 2007, p. 180).

2.3 Na aquisição da fonologia

Com relação à ocorrência da metátese na aquisição da fonologia do PB, três importantes estudos devem ser mencionados: Zitzke (1998, 2001), pioneiro no Brasil no que tange à descrição da metátese na aquisição; Lamprecht (2002), cuja abordagem está ancorada na Teoria da Otimidade (McCarthy; Prince, 1993), tomando como base os resultados de Zitzke (1998); e Redmer (2007), um estudo mais completo sobre o fenômeno, integrando aspectos descritivos e explicativos, à luz da Fonologia Autossegmental (Clements; Hume, 1995) e da Teoria da Otimidade, levando em consideração, também, contribuições de outros pesquisadores neste artigo citados.

Em comum entre as três autoras está a hipótese de que a metátese seria um processo particularmente motivado por estruturas silábicas complexas, de aquisição mais tardia, em especial CCV e CVC. Entretanto não necessariamente ocorre simplificação das estruturas, indicando a busca de uma estrutura menos marcada que a original, como inicialmente seria esperado. Há, por exemplo, manutenção de padrões silábicos complexos (como CCV para CCV, em [da'grāw] para ‘dragão’) ou mesmo complexificação desses padrões (como CVC para CCV, em [‘vredzi] para ‘verde’). Assim, Redmer (2007), motivada por observações de Lamprecht (2002) sobre a relevância do pé métrico para a ocorrência da metátese, procura verificar o que poderia estar motivando metáteses que fogem à tendência esperada. O que a autora observa é a atuação da variável tonicidade, uma vez que os segmentos são deslocados na ou para a sílaba proeminente dentro da palavra fonológica, ou seja, para aquela que porta o acento primário. Isso é observável nos casos recém exemplificados, [da'grāw] e [‘vredzi], nos quais a líquida não-lateral é deslocada da posição átona para a tônica ou permanece na própria sílaba tônica.

Além do efeito de variáveis como a estrutura silábica e a tonicidade, Redmer (2007) constata que a natureza dos segmentos envolvidos pode ser relevante em casos de metáteses segmentais duplas, com estruturas silábicas não marcadas, onde dois segmentos trocam de posição entre si dentro da palavra (como CV para CV, em [‘namu] para ‘mano’). Nesses casos, em particular, o traço [coronal] parece desempenhar um papel relevante, pois foi observada a tendência de pelo menos um dos *onsets* envolvidos serem preenchidos por uma consoante [coronal] “e, quando esse *onset* [coronal] migra para a direita, o *onset* seguinte, à direita, é também [coronal]” (Redmer, 2007, p. 45), como em [koʃo'latʃi] para ‘chocolate’.

FLP20(2)

Com relação à faixa etária em que o fenômeno ocorre no percurso de aquisição da fala em desenvolvimento típico, Zitzke (2001) e Redmer (2007) constatam que a metátese passa a ser observável a partir de 2 anos de idade estendendo-se até os 7 anos, em média. Para Redmer (2007, p. 51) “a ausência do processo de metátese, nas fases mais iniciais da aquisição da fonologia, ocorre porque os sistemas das crianças ainda não incluem as estruturas complexas”. Com relação à frequência de ocorrência, Zitzke (2001) observa que a distribuição do processo se dá de forma heterogênea, isto é, sem uma concentração notável de ocorrência em alguma faixa etária específica, embora Redmer (2007) verifique em seus dados uma taxa de incidência mais alta entre 3 anos e 6 meses e 3 anos e 8 meses.

2.4 Na aquisição da escrita

Como mencionado na introdução (seção 1), se há pouca produção a respeito da metátese na literatura fonológica, na aquisição da escrita o quadro é ainda mais diminuto. Coelho (2016) é um dos raros estudos que analisa os dados de metátese na escrita inicial de crianças brasileiras. A autora, no entanto, o faz sem conectar os dados de escrita com a metátese encontrada na fala, o que a leva a designar o fenômeno como uma *transposição ortográfica*⁹.

De forma geral, Coelho (2016) verifica um predomínio de estruturas CVC e CV como resultado das metáteses, o que parece reforçar a ideia de as metáteses estarem ligadas, em boa medida, à busca pela redução de complexidade de estruturas silábicas. Em relação à tonicidade, a autora não encontra diferença estatisticamente significativa entre metáteses ocorridas em sílabas não-acentuadas e em sílabas acentuadas.

Além do estudo de Coelho (2016), uma série de pequenos estudos têm sido conduzidos no GEALE (cf. Pachalski et al., 2015b; Pachalski; Miranda, 2016, 2017) abordando a metátese nas escritas iniciais sob a perspectiva da interface entre fonologia e ortografia, os quais formam o substrato deste artigo. Neles, algumas pistas são apresentadas, as quais auxiliam a formular hipóteses iniciais sobre possíveis motivações para a metátese na aquisição da escrita. Os indícios apontados dizem respeito, sobretudo, à incidência das variáveis relacionadas à complexidade das estruturas silábicas e aos traços distintivos constitutivos dos segmentos envolvidos na metátese. Tonicidade e direcionalidade também foram fatores observados, mas apresentaram importância secundária.

Em um contexto mais amplo, cuja ênfase não se dá exclusivamente sobre o processo de metátese, Abaurre (2001) apresenta pistas importantes para se pensar processos que tenham a sílaba como domínio principal, tais como apagamento de líquida, apagamento de coda nasal e, claro, metátese. A autora sugere que tais fenômenos, na escrita, revelariam indícios de um processo de construção da hierarquia de constituintes silábicos pelas crianças, ou seja, um processo de aprendizagem e decisão, via *análise* da estrutura silábica, “sobre o *número* de segmentos que devem ser representados, bem como a *posição* que devem ocupar na estrutura das sílabas” (Abaurre, 2001, p. 75, grifos nossos). Deste modo, o desafio da criança durante a aquisição da escrita não diz respeito à incorporação de novas estruturas ao inventário fonológico, mas sim à análise daquelas já existentes, só que a partir de outro ponto de

⁹ A partir daqui, mesmo quando se fizer referência a considerações de Coelho (2016), será utilizado o termo metátese para designar o fenômeno em foco.

vista, isto é, do ponto de vista gráfico. Assim, ao voltar-se para a forma gráfica, a criança tem acesso mais direto à constituição interna das sílabas e de seus constituintes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os dados de escrita inicial, a partir dos quais é explorado o fenômeno da metátese, foram extraídos de 2024 textos que integram o primeiro estrato do Banco de Textos de Aquisição da Linguagem Escrita – BATALE (Miranda, 2001) –, compreendendo um universo de 157 grafias de palavras fonológicas nas quais foi verificada a ocorrência de alteração na ordem dos grafemas. Desse conjunto de dados, foram efetivamente analisados 116, sendo descartadas 41 grafias que continham metáteses de vogais e semivogais. A justificativa para o descarte é o tratamento diferenciado que os tipos de segmento, consonantais e vocálicos, exigem, o que acabaria excedendo o escopo deste artigo.

Os dados foram distribuídos de acordo a unidade fonológica atingida (no caso, apenas segmento), resultando em dois grandes grupos: metáteses segmentais simples e segmentais duplas¹⁰. Para o primeiro grupo, a variável de análise que se mostrou mais relevante foi *estrutura silábica*, com relação ao grau de complexidade, o que resultou em um subagrupamento: metáteses intrassilábicas e intersilábicas. Já para o segundo grupo, a variável mais relevante foi *estrutura segmental*, relativa a traços de ponto de articulação (dorsal, coronal e labial), além de fatores secundários como segmentação gráfica, nasalidade, acento/pé métrico e traçado de letra.

O parâmetro para a definição de grau de complexidade de estruturas silábicas aqui utilizado está ancorado em Lamprecht et al. (2004), que propõem uma escala para a aquisição das estruturas silábicas no PB: CV, V < CVV < CVC, VC < CCV < CCVC(C). Segundo as autoras, o padrão silábico adquirido mais precocemente é também aquele mais simples, constituído apenas de vogal ou consoante + vogal. O mais complexo, em contrapartida, é aquele que apresenta mais variações na composição silábica e que é, conseqüentemente, adquirido mais tardiamente, constituído tanto de *onset* quanto de rima que podem ser ramificados, com 3 ou mais constituintes.

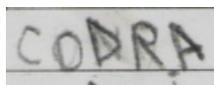
Os 116 dados foram organizados em planilhas de *Excel* de acordo com as variáveis recém explicitadas, o que permitiu não somente a estocagem dos dados mas também sua análise parcial, através de funcionalidades disponibilizadas pelo *software*, tais como aplicação de fórmulas, filtros e classificações.

4 A METÁTESE NA AQUISIÇÃO DA ESCRITA: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Inicialmente, os 116 dados de escrita foram distribuídos e organizados em duas grandes categorias: metáteses segmentais simples e segmentais duplas. A primeira diz respeito a metáteses que envolvem o deslocamento de um segmento apenas, como em ‘codra’ para ‘corda’ (figura 1); a segunda se refere àquelas que envolvem dois segmentos os quais realizam uma permuta posicional, isto é, trocas segmentais onde

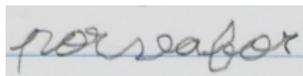
¹⁰ Lembrando, conforme referido na seção 1, que casos de metáteses silábicas não foram encontradas na amostra aqui analisada.

um segmento ocupa a posição que o outro antes ocupava e vice-versa, como em ‘porvafor’ para ‘por favor’ (figura 2).



Fonte: BATALE (Miranda, 2001).

Figura 1 - Exemplo de metátese segmental simples: *codra* para ‘corda’.
Grafia produzida por aluno de 1ª série.



Fonte: BATALE (Miranda, 2001).

Figura 2 - Exemplo de metátese segmental dupla: *porvafor* (‘por favor’).
Grafia produzida por aluno de 4ª série.

Essa subdivisão inicial dos dados levou em conta especialmente considerações de Redmer (2007) que demonstram haver comportamentos e, conseqüentemente, motivações distintas dentro desses dois grupos de metáteses, especialmente ligadas à alteração ou não das estruturas silábicas envolvidas. A autora verificou que as metáteses segmentais simples em geral modificam a qualidade da estrutura silábica de destino, i. e., aquela que recebe o segmento deslocado. As segmentais duplas, por outro lado, não apresentam essa característica, uma vez que envolvem a permuta de dois segmentos que trocam mutuamente de posição silábica (ambos sempre ocupam ataque simples). Tais aspectos também puderam ser observados nos dados de escrita e serão explorados, em detalhe, na continuidade do artigo.

FLP20(2)

A tabela 1 apresenta como os dados distribuem-se quando considerados esses agrupamentos:

Tabela 1 – Distribuição dos dados nas categorias “segmental simples” e “segmental dupla”.

<i>Tipo de metátese</i>	<i>Frequência de ocorrência</i>	
	<i>N.º absolutos</i>	<i>Percentual</i>
Segmental simples	102	87,17%
Segmental dupla	14	12,82%
Total	116	100,00%

Os dados apresentados pela tabela 1 permitem observar que o número de metáteses segmentais simples na amostra é maior que o de segmentais duplas (87,2% e 12,8%, respectivamente). Esse percentual é bastante semelhante àquele encontrado por Zitzke (1998, 2001) e Redmer (2007), que verificam 85% para segmentais simples e 15% para segmentais duplas (valores em média).

Nas seções que seguem, 4.1 e 4.2, os dois grupos serão explorados em detalhe, levando em consideração, respectivamente, as variáveis estrutura silábica e estrutura segmental.

4.1 Metáteses segmentais simples

É necessário ter em vista que a análise da variável *estrutura silábica* é possível somente em metáteses segmentais simples, isto é, aquelas que envolvem o deslocamento de um segmento apenas. Metáteses que envolvem dois segmentos (segmentais duplas), não têm condições, pela sua própria natureza, de alterar a qualidade de estrutura silábica, como se verá na seção seguinte (4.2).

A primeira consideração a se fazer sobre este grupo é que são observáveis dois tipos de comportamentos regulares relativamente ao movimento dos segmentos, os quais também são atestados na literatura de aquisição fonológica (Zitzke, 2001; Lamprecht, 2002; Redmer, 2007), conforme apresenta a tabela 2, a seguir:

Tabela 2 – Distribuição dos dados de metáteses segmentais simples conforme as sílabas envolvidas no deslocamento dos segmentos.

<i>Tipo de metátese segmental simples</i>	<i>Frequência de ocorrência</i>		<i>Exemplo</i>
	<i>Nº. absolutos</i>	<i>Percentual</i>	
Intrassilábica	72	70,6%	lugar → lugra
Intersilábica	30	29,4%	trago → tagro
Total	102	100,00%	

Em um subgrupo, observa-se que o segmento deslocado no processo de metátese permanece na sílaba da qual originalmente faz parte, alterando apenas a estrutura interna local (*metátese intrassilábica*); em outro, o segmento deslocado migra em direção a outra sílaba dentro da palavra, gerando alteração na estrutura tanto da sílaba da qual originalmente fazia parte, quanto daquela à qual se destina (*metátese intersilábica*).

A tabela evidencia uma tendência de as metáteses segmentais simples envolverem apenas uma sílaba, alterando o ordenamento de seus constituintes internos, isto é, de serem intrassilábicas. Zitzke (2001), Lamprecht (2002) e Redmer (2007) são unânimes em apontar maior frequência de metáteses intersilábicas nos *corpora* com que trabalharam, o que torna o resultado apresentado na tabela 2 contrário ao que é atestado nos estudos de aquisição da fonologia, revelando, neste ponto, uma *assimetria* entre dados de fala e de escrita.

Entretanto, para entender o que esse tipo de caracterização pode implicar, é necessário olhar com maior detalhe o que ocorre em cada um dos subgrupos. Quais os tipos de estruturas silábicas envolvidas? Qual o resultado em termos de ordenamento dos constituintes silábicos gerado pela metátese? Quais as implicações de tais resultados?

4.1.1 Metáteses intrassilábicas

Nesta seção, a fim de buscar respostas às perguntas recém formuladas, são examinados os dados relativos às metáteses intrassilábicas, aquelas que mobilizam apenas uma sílaba da palavra fonológica, e que necessariamente geram um rearranjo dos constituintes silábicos locais. A tabela 3 apresenta resultados relativos à qualidade das estruturas silábicas envolvidas nos casos de metáteses desse grupo específico:

FLP20(2)

Tabela 3 – Distribuição dos dados de metáteses intrassilábicas conforme a modificação gerada na sílaba portadora do segmento deslocado.

<i>Estrutura original da sílaba alvo da metátese</i>	<i>Estrutura da sílaba após a metátese</i>	<i>Frequência de ocorrência</i>		<i>Exemplo</i>
		<i>N.º absolutos</i>	<i>Percentual</i>	
CCV	CVC	27	37,5%	brabo → barbo
CVC	CCV	19	26,4%	adormecida → dromesida
CCVC	CVC	9	12,5%	grande → gerde
	CVCC	8	11,1%	triste → tirste
VC	CV	6	8,3%	espada → sepada
CV	VC	2	2,8%	se perdeu → espedeu
	CVC	1	1,4%	segurança → siguramas
Total		72	100,00%	

FLP20(2)

Dos dados apresentados na tabela 3, depreende-se que, na maior parte dos casos, a metátese intrassilábica se origina de uma sílaba considerada complexa, tendo em vista o parâmetro utilizado (ver seção 3), com *onset* ou rima ramificados, isto é, com 3 ou mais segmentos. Exceções a essa tendência são muito poucas: 3 metáteses são originárias de sílaba CV. Note-se que as sílabas resultantes são também complexas. Nesse sentido, de fato, ambientes em que estruturas silábicas complexas estejam presentes parecem ser favoráveis à ocorrência da metátese na escrita, indo ao encontro daquilo que é verificado na aquisição da fonologia (Zitzke, 1998, 2001; Lamprecht, 2002; Redmer, 2007) e também ao que Coelho (2016) aponta para a escrita, constatando incidência maior do processo em sílabas CVC e CCV.

Os resultados obtidos para a metátese intrassilábica suscitam ainda outra pergunta, qual seja: as sílabas resultantes seriam *menos* complexas que as originais, ao ser considerada a escala de complexidade silábica apresentada na seção 3? A metátese intrassilábica tem a tendência de desencadear processos de perda ou aumento de complexidade silábica?

A hipótese de partida nos estudos fonológicos é a de que as metáteses, de forma geral, apresentariam preferencialmente tendência à formação de estruturas silábicas mais simples¹¹ que as originais, o que é atestado nos estudos de Zitzke (1998, 2001), Lamprecht (2002) e Redmer (2007). Casos que contrariam essa expectativa, cuja frequência de ocorrência seria bastante reduzida, seriam aqueles que geram aumento ou manutenção de complexidade. Coelho (2016), para a escrita, também aponta para

¹¹ A noção de simplicidade está relacionada à ordem de aquisição, conforme explicitada na seção 3 deste artigo.

uma tendência de redução de complexidade estrutural promovida pela metátese, assim como Abaurre (2001). A fim de melhor verificar essa hipótese, os dados de escrita, considerando o que foi apresentado na tabela 3, foram redistribuídos conforme a tabela 4:

Tabela 4 – Distribuição dos dados de escrita conforme tipo de resultado das metáteses intrassilábicas em termos de complexidade da estrutura silábica (perda ou aumento de complexidade).

<i>Tipo de processo (complexidade silábica)</i>	<i>Frequência de ocorrência</i>		<i>Exemplo</i>
	<i>N.º absolutos</i>	<i>Percentual</i>	
Perda de complexidade	50	69%	livre → liver
Aumento de complexidade	22	31%	persegui-lo → precigilo
Total	72	100%	

A tabela 4 mostra que há uma preferência por deslocamentos segmentais que desencadeiem perda de complexidade de estruturas silábicas, os quais totalizam 69% de ocorrência. Casos de aumento da complexidade apresentam 31% de ocorrência. Este resultado sugere uma *simetria* com relação à hipótese sustentada nos estudos de aquisição da fala, indicando que, ao menos no que se refere às metáteses intrassilábicas, a tendência é de fato uma busca por estruturas relativamente menos marcadas que as originais. Além disso, vai ao encontro daquilo que sugere Abaurre (2001), isto é, de que fenômenos como a metátese “representam casos em que as crianças parecem não conseguir resolver, na escrita, o problema da correta representação dos segmentos que ocupam posições em sílabas com estrutura mais complexa do que CV” (Abaurre, 2001, p. 68).

4.1.2 Metáteses intersilábicas

Tendo em vista os resultados referentes à metátese intrassilábica nos dados de escrita, recém apresentados, pode-se perguntar se o mesmo seria verificável em se considerando a metátese intersilábica, cuja característica é a mobilidade de um segmento que transpassa a sílaba de origem.

Na tabela 5 estão os resultados relativos às metáteses intersilábicas com ênfase na qualidade das estruturas silábicas originais (sílaba-gatilho) e no resultado da ocorrência da metátese na estrutura resultante (sílaba-alvo), a fim de que se possa comparar a modificação gerada na estrutura da sílaba-gatilho, portadora do segmento que é deslocado, e a estrutura da sílaba-alvo, aquela que recebe o segmento deslocado e que é efetivamente grafada pelas crianças.

FLP20(2)

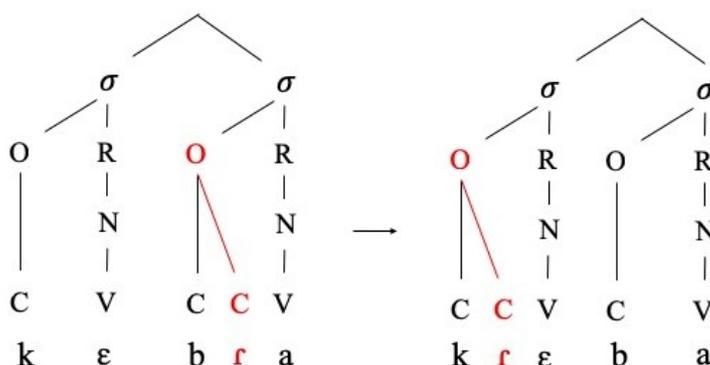
Tabela 5 – Distribuição dos dados de metáteses intersilábicas comparando a modificação gerada na sílaba-gatilho com a modificação gerada na sílaba-alvo, a partir do deslocamento do segmento de uma sílaba à outra.

<i>Estrutura da sílaba-gatilho</i>	<i>Estrutura da sílaba-alvo</i>	<i>Frequência de ocorrência</i>		<i>Exemplo</i>
		<i>Nº. absolutos</i>	<i>Perventual</i>	
CVC → CV	V → VC	4	13,3%	enorme → ernome
	CV → CCV	3	10%	corda → codra
	CV → CVC	3	10%	floresta → floletas
	CVC → CCVC	3	10%	pintar → printa
CCV → CV	CV → CCV	5	16,7%	quebra → creba
	o → CV	2	6,7%	zebra → zereba
CCVC → CV(C)	CVC → CCV	3	10%	tão grandes → trãgades
	CV → CVC	2	6,7%	triste → tritis
	CVC → CCVC	1	3,3%	padrastos → padastros
CCVCC → CCVC	V → VC	1	3,3%	e transformar → estram for mar
VCC → V	CV → CVC	1	3,3%	inspetor → ipestor
CVCC → CVC	CV → CVC	1	3,3%	patins → pantis
Total		30	100,00%	

Os resultados na tabela 5 reforçam uma tendência já observada para as metáteses intrassilábicas (ver tabela 3): as sílabas-gatilho, portadoras dos segmentos deslocados, ou seja, aquelas que parecem *provocar* a ocorrência do fenômeno, são, em algum nível, todas complexas, uma vez que têm em sua estrutura *onset* e/ou rima ramificados. Isso indica que os contextos favorecedores da metátese (independente se inter ou intrassilábica) parecem ser aqueles que apresentam estruturas silábicas complexas, além de sugerir uma preferência da língua por formas canônicas.

Ademais, os dados apresentados na tabela mostram que a ocorrência da metátese gera um esvaziamento de constituintes na sílaba-gatilho, simplificando sua estrutura, e, ao mesmo tempo, aumentando o grau de complexidade das sílabas-alvo, como mostram os exemplos em itálico e em negrito na tabela 5 e como pode ser observado na representação na figura 3:

FLP20(2)



Fonte: Elaboração das autoras.

Figura 3 - Representação da metátese intersilábica ‘creba’ para ‘quebra’, com base no modelo autossegmental de Selkirk (1982).

Interessante é notar que esse processo de preenchimento é feito, majoritariamente, preservando a característica original da sílaba-gatilho, isto é, conservando sua estrutura sobretudo no que diz respeito à presença de *onset* ou rima ramificados, como no exemplo em ‘**creba**’ para ‘**quebra**’. A tabela 6 ilustra a distribuição deste tipo de comportamento nos dados analisados:

Tabela 6 – Distribuição dos dados de escrita conforme tipo de resultado das metáteses intersilábicas em termos de complexidade da estrutura silábica (perda, manutenção ou aumento de complexidade).

Tipo de processo (complexidade silábica)	Frequência de ocorrência		Exemplo
	N.º absolutos	Percentual	
Manutenção de complexidade	21	70%	trabalha → tabralha
Perda de complexidade	5	16,7%	frio → firo
Aumento de complexidade	4	13,3%	alargou → alacro
Total	30	100%	

Os dados da tabela 6 ilustram o que foi recém mencionado: os casos de metátese intersilábica, de forma preponderante, procuram preservar a estrutura-gatilho, posicionando o segmento em outra sílaba da palavra no constituinte adequado (como no exemplo dado, ‘**tabralha**’ para ‘**trabalha**’, no qual a segunda posição do *onset* complexo é conservada). Interpretamos esse comportamento como um indício de uma sensibilidade das crianças a respeito da configuração estrutural das sílabas, no nível representacional. Assim, a grafia realizada parece estar associada mais a uma incerteza sobre *qual das sílabas* deve portar o segmento, considerando-se que ambas as oclusivas da palavra poderiam compor um *onset* complexo com a líquida não-lateral, e menos a uma incerteza sobre onde posicionar determinado segmento *na estrutura interna das sílabas*.

FLP20(2)

Com isso, é possível finalmente responder a questão que iniciou esta seção: o resultado da metátese intersilábica seria semelhante àquele encontrado para as metáteses intrassilábicas, no que se refere a processos de perda ou aumento de complexidade silábica?

A resposta depende do critério adotado. Isto é, se for observada a modificação gerada na sílaba-gatilho e na sílaba-alvo de forma isolada, a conclusão será ambígua: existe, por um lado, um processo de *simplificação* da estrutura da sílaba-gatilho, em virtude de um esvaziamento segmental ocasionado pela metátese; por outro, existe um processo de *aumento de complexidade* da estrutura da sílaba-alvo, uma vez que há um preenchimento segmental também ocasionado pela metátese. Nesse sentido, portanto, o resultado da metátese intersilábica seria, em parte, semelhante àquele verificado nas metáteses intrassilábicas.

Porém, se for comparada a modificação gerada na sílaba-alvo, a partir do preenchimento segmental, com a estrutura original da sílaba-gatilho, o desfecho será apenas um: ocorre preferencialmente um processo de *manutenção* da estrutura da sílaba-gatilho, de forma a preservar características silábicas importantes como ordem e posicionamento dos segmentos. Assim, o resultado da metátese intersilábica seria claramente distinto daquele verificado para as metáteses intrassilábicas, evidenciando que os dois grupos diferem, na escrita, não somente em termos quantitativos mas também qualitativamente.

FLP20(2)

4.1.3 Variáveis secundárias

Embora a metátese segmental simples, tanto intra quanto intersilábica, mostre-se fortemente ligada a aspectos de complexidade silábica, no sentido de tentar solucionar a correta representação dos segmentos em posições de sílaba ramificadas, seria possível verificar a incidência de variáveis de natureza distinta, ainda que tenham importância secundária? Esse aspecto as subseções que seguem procuram contemplar.

4.1.3.1 Segmentação gráfica e nasalidade

Ao revisitar o grupo das metáteses segmentais simples, uma outra característica interessante para a discussão proposta pode ser observada: nele estão palavras que apresentam uma espécie de “concentração de desafios representacionais”¹² às crianças, que se estendem para além da complexidade silábica, tais como a segmentação gráfica e a nasalidade.

Em um dado como ‘espedeu’ para ‘se perdeu’, produzido por um aluno de 2ª série, a metátese ocorre em meio a um típico caso de hipossegmentação¹³ envolvendo

¹² Por esta expressão fazemos referência aos diferentes níveis de complexidade que determinadas sequências gráficas podem apresentar ao aprendiz. Tal complexidade pode ser definida pelo grau de opacidade, isto é, pelas assimetrias existentes entre o plano fonológico e o plano gráfico de determinada sequência.

¹³ A hipossegmentação, caracterizada pela não-observação dos espaços em branco entre as palavras, é um dos mais frequentes tipos de erro ortográfico nos primeiros anos da escolarização (Cunha, 2004; Miranda, 2013). No Brasil, Abaurre (1991b) é pioneira na abordagem fonológica das segmentações não-convencionais em dados de aquisição da escrita. Estudos mais recentes têm produzido análises das hipo e hipersegmentações em dados de alunos do Ensino Fundamental I (Cunha, 2004; Chacon, 2004; Capristano, 2004) e do Ensino Fundamental II (Tenani, 2004).

um grupo clítico, de modo que o segmento deslocado parece atuar como elemento de juntura entre o clítico e a palavra fonológica.

A ideia é a de que a metátese pode emergir como uma estratégia auxiliar na resolução de uma demanda que, no momento, é prioritária para a criança, não necessariamente ligada à estrutura silábica, uma vez que a estrutura da sílaba-gatilho, no caso, é CV, bastante simples em termos de representação fonológica e gráfica. Assim, a prioridade parece ser oferecer uma solução para a segmentação das palavras.

Em ‘esvitiu’ para ‘se vestiu’, grafia produzida por aluna de 1ª série, o raciocínio é o mesmo, embora se observe a preservação da ramificação da estrutura-gatilho na estrutura-alvo (CVC → VC), ou seja, a criança procura resolver simultaneamente o desafio da segmentação e da adequada representação da complexidade silábica. Ainda assim, a metátese parece continuar à serviço da tarefa de segmentação, visto que o segmento deslocado ocupa justamente o espaço entre o clítico e a palavra fonológica.

Esse é um aspecto que difere qualitativamente a ocorrência da metátese na aquisição da escrita em relação à aquisição da fala ou mesmo à fala adulta, uma vez que, nesta modalidade da língua, a segmentação de palavras não é um desafio cognitivo a ser conscientemente resolvido, pois faz parte do processo de aquisição espontânea da língua.

Outro aspecto que deve ser observado é a presença de nasalidade medial. A referência à nasalidade aqui é feita especificamente a um grupo de metáteses (26 ocorrências no total) no qual se verifica a presença de uma consoante nasal pós-vocálica dentro da palavra onde ocorre o fenômeno. No entanto, a metátese nesses casos não é observada atuando necessariamente sobre a consoante nasal, mas sim, de forma majoritária, sobre outros segmentos dentro da palavra. A questão aqui, portanto, é pensar na possibilidade de que a nasalidade possa contribuir como *gatilho* para a ocorrência da metátese de segmentos vizinhos. Exemplos desse tipo de dado são ‘gerde’ para ‘grande’ (1ª série) e ‘palntando’ para ‘plantando’ (3ª série).

Para compreender a relevância desta variável, é necessário evocar os expressivos estudos e discussões feitos em torno da nasalidade na escrita, dentre os quais destacam-se os de Abaurre (1988), Miranda (2009, 2012, 2018) e Miranda e Cunha (ano), cujas contribuições estão, especialmente, em apontar a existência de uma incerteza notável por parte das crianças no que tange à grafia da nasal pós-vocálica em posição medial, o que pode remeter a questões relacionadas ao caráter representacional da nasalidade no sistema do português, isto é, se seria mono ou bifonêmica.

No primeiro exemplo mencionado, ‘gerde’, o dado faz referência a um item lexical específico que dentro do BATALE (Miranda, 2001) apresenta mais de 10 possibilidades de grafia: a palavra ‘grande’ (Miranda, 2009). É importante notar que, nessa palavra, a complexidade parece derivar de aspectos tipicamente fonológicos, uma vez que ortograficamente a palavra é simples, “sem casos importantes de relação múltipla, que é o tipo de relação que oferece mais problemas ao aprendiz” (Miranda, 2009, p. 420; cf. Lemle, 1987, para relações fonema/grafema na escrita). Ao que se deve atentar, portanto, é à estrutura fonológica, constituída de uma sílaba com consoante nasal na posição de coda, além do *onset* complexo, do que decorre a formação da estrutura silábica supercomplexa CCVC. Segundo Miranda (2009), a tentativa de resolução a respeito da forma gráfica mais adequada à representação da supercomplexidade pode ser a causa das diferentes estratégias utilizadas pelas crianças,

FLP20(2)

nas quais está inclusa a metátese como opção, o que auxilia a sustentar a ideia da complexidade do registro da nasalidade como gatilho para a metátese.

O segundo exemplo, ‘palntando’, ilustra um grupo característico de casos cujo resultado da metátese termina por ferir restrições tanto fono quanto grafotáticas¹⁴. A nasalidade parece atuar como aspecto relevante nesse conjunto, em virtude de serem apenas os dados que apresentam tal característica na sua constituição aqueles que, dentro de toda amostra analisada, ferem as mencionadas restrições, com exceção de somente dois itens que não possuem consoante nasal no seu contexto (‘fazre’ para ‘fazer’ e ‘vremelo’ para ‘vermelho’). Assim, é possível interpretar que, neste conjunto de dados, a metátese pode estar sendo motivada pela (super)complexidade local, sobretudo pela rima ramificada preenchida pela consoante nasal.

Tal como assinalado nos casos de segmentação gráfica, os dados envolvendo a nasalidade medial são bastante importantes no sentido de apontar para mais uma *assimetria* nas relações entre fala e escrita. Primeiro, porque a nasalidade não é apontada como um fator contributivo para a ocorrência da metátese na aquisição da fala e na fala adulta. Além disso, as formas derivadas das metáteses como ilustradas pelo dado ‘palntando’ são impossíveis de ocorrência na fala, justamente porque ferem restrições fonotáticas da língua.

Assim, a conclusão desta subseção pode ser sintetizada da seguinte maneira: nas metáteses segmentais simples, existe um grupo considerável de dados que indicam influências de outra natureza, que não necessariamente incluem a complexidade silábica, para atrair a atenção da criança no momento da escrita, fazendo com que seja secundário, por vezes, o desafio de posicionar e ordenar corretamente os segmentos nos constituintes silábicos. Este fato indica uma assimetria importante entre a metátese verificada na escrita e na fala.

FLP20(2)

4.1.3.2 Pé métrico

O pé métrico, unidade prosódica definida pela Fonologia Métrica (Halle; Vergnaud, 1987; Hayes, 1995) como a associação de duas ou mais sílabas entre as quais se fixa uma relação de dominância, é tomado como variável relevante para análise da metátese na aquisição fonológica por Lamprecht (2002) e Redmer (2007)¹⁵. Seria esta uma variável também pertinente para abordar os dados de escrita?

Na tabela 7, os dados de escrita estão distribuídos considerando a ocorrência da metátese segmental simples em relação à presença do pé troqueu, desconsiderando, no entanto, se os segmentos se deslocam na ou em direção à sílaba portadora do acento primário na palavra:

¹⁴ A grafotática é o estudo das sequências de grafemas licenciadas por um determinado sistema de escrita.

¹⁵ É imprescindível referir aqui o estudo de Magalhães (2003), que procura identificar o sistema de pé que as crianças adquirem durante o desenvolvimento fonológico por meio da análise de dados de metátese envolvendo a líquida não-lateral /r/. Como seu foco não é a metátese propriamente dita, mas sim o pé troqueu, optou-se por discutir os dados de escrita fazendo referência direta apenas ao estudo de Lamprecht (2002) e Redmer (2007).

Tabela 7 – Distribuição dos dados considerando a ocorrência da metátese segmental simples em relação à presença do pé troqueu portador do acento primário.

<i>Tipo de processo (pé métrico)</i>	<i>Frequência de ocorrência</i>		<i>Exemplo</i>
	<i>N.º absolutos</i>	<i>Percentual</i>	
Dentro do pé do acento	60	58,8%	lu.gar → lu.gra
Em direção ao pé do acento	2	2%	a.lar.gou → a.la.cro
Fora do pé do acento	35	34,3%	a.cro.ba.ci.a → a.co.bra.si.a
Para fora do pé do acento	5	4,9%	pin.tar → prin.ta
Total	102	100%	

Os resultados apresentados na tabela mostram que há uma tendência de as metáteses ocorrerem dentro do pé do acento primário (58,8% de ocorrências) ou, em raros casos, direcionarem o segmento deslocado ao pé, caso estejam fora (2% de ocorrências). A soma dos percentuais nesses casos totaliza 61%, um valor que permite considerar a tendência de a metátese segmental simples ocorrer com mais frequência quando os segmentos ocupam o pé portador do acento primário da palavra, o que se alinha aos resultados de Redmer (2007).

Redmer (2007), no entanto, analisa esta variável de forma mais específica, observando que toda vez que a metátese gera estruturas mais complexas que as originais, a sílaba gerada está em posição proeminente na palavra fonológica, ou seja, no pé portador do acento primário, como em [‘vredzi], por exemplo.

Lamprecht (2002) também realiza um exercício de análise mais pontual, observando qual sílaba do pé troqueu (forte ou fraca) porta ou recebe o segmento deslocado. A autora chega à conclusão de que a sílaba acentuada do pé métrico funciona como unidade atratora da consoante deslocada no processo de metátese, especialmente nos casos das intersilábicas.

No conjunto de dados de escrita analisados, não foram verificadas regularidades tais como a observadas por Lamprecht (2002) e Redmer (2007), isto é, de as metáteses intersilábicas (em casos de aumento de complexidade, para Redmer), buscarem preferencialmente a borda esquerda do pé trocaico.

Assim, do ponto de vista mais amplo, como aquele apresentado pela tabela 7, constata-se uma simetria entre a ocorrência da metátese na aquisição da fala e da escrita, no que se refere à presença do pé métrico como contexto favorecedor do processo. Entretanto, do ponto de vista mais estrito, ao se levar em consideração fatores como direção do movimento e sílaba proeminente, especificamente em relação a metáteses intersilábicas, o resultado é diferente nas duas modalidades da língua.

4.2 Metáteses segmentais duplas

Até este ponto do texto, foram amplamente exploradas as metáteses segmentais simples, considerando seus efeitos e particularidades. A partir desta

FLP20(2)

subseção, o foco incide sobre as metáteses segmentais duplas, que apresentam uma característica bastante distinta das simples: elas não resultam em alteração da estrutura silábica, visto que envolvem dois segmentos cuja posição na sílaba é sempre a primeira em um *onset* simples (CV → CV). A metátese transcorrida nesse contexto consiste, assim, na inversão mútua das posições desses segmentos dentro da palavra, como em ‘**tolen**adas’ para ‘**tonel**adas’.

Tendo em vista sua caracterização, este grupo de metáteses demanda, para a sua análise, a consideração de outro tipo de variável que não a estrutura silábica. Para Redmer (2007), é a estrutura dos segmentos, especificamente no tocante a traços de ponto (Clements; Hume, 1995), que pode fornecer uma alternativa explicativa para as metáteses segmentais duplas. O que a pesquisadora observa é que em todos os contextos onde atua esse tipo de metátese, há pelo menos uma consoante [coronal] e há tendência à transposição, do segmento portador do traço [coronal], para a posição de *onsets* à esquerda (Redmer, 2007). Seria possível atestar algo semelhante nos dados de escrita?

Para responder a pergunta, os dados foram organizados a partir do critério *traços de ponto*, considerando a caracterização proposta na Teoria Autossegmental (Clements; Hume, 1995). Por essa perspectiva, existe uma camada na estrutura interna dos segmentos caracterizada pelo ponto de articulação das consoantes (nó Pontos de C), que pode ser economicamente formalizada em três traços principais, os quais atestadamente atuam de forma solidária em diversos processos nas línguas em geral: [labial], [coronal] e [dorsal]. A partir deles, foram gerados alguns agrupamentos nos dados da amostra, os quais podem ser observados na tabela 8:

Tabela 8 – Distribuição das metáteses segmentais duplas a partir dos traços de ponto portados pelos segmentos envolvidos.

<i>Traços de ponto dos segmentos</i>	<i>Erro</i>	<i>Palavra Alvo</i>	<i>Frequência de ocorrência (n.ºs absolutos)</i>
labial e coronal	1. mun	num	10
	2. nomte	monte	
	3. aminal	animal	
	4. mornal	normal	
	5. mornau	normal	
	6. ele tefinho	elefantinho	
	7. bolo (4x)	lobo	
coronal e coronal	8. tende	dente	3
	9. tolen adas	toneladas	
	10. plo brel ma	problema	
labial e labial	11. porvafor	por favor	1
Total			14

FLP20(2)

Os dados apresentados na tabela 8 evidenciam uma tendência à presença dos traços [labial] e [coronal] e uma aparente rejeição à transposição de segmentos portadores do traço [dorsal], uma vez que não há sequer um dado que registre a presença desse traço. À semelhança de Redmer (2007), é possível observar, assim, a presença praticamente categórica de segmentos coronais nas metáteses segmentais duplas. Por outro lado, não é possível afirmar uma tendência à transposição desses segmentos em direção à borda esquerda, visto que segmentos labiais e coronais se alternam equitativamente no que diz respeito à direção do movimento.

Com relação aos subgrupos [coronal] e [coronal] e [labial] e [labial], nos quais as consoantes envolvidas compartilham traços de ponto, é plausível supor que haja uma motivação para a ocorrência da metátese advinda da natureza segmental ao ser considerado o fato de que se trata de pares de consoantes distintas apenas pelo traço [sonoro] e que atuam associadamente em outros processos fonológicos nas línguas em geral (cf. Matzenauer, 2005).

Contudo, é o grupo que se destaca numericamente em relação aos demais, formado pelas consoantes labiais e coronais, que oportuniza maiores discussões. Dentro dele, é possível realizar ainda alguns outros subagrupamentos.

Dos itens 1 a 5 destacam-se as metáteses envolvendo consoantes nasais. Essa subdivisão pode ser elucidativa no seguinte sentido: /m/ e /n/ são fonemas representados por pares de grafemas muito semelhantes em termos de traçado ('m'/'M' e 'n'/'N', respectivamente), propriedade importante constitutiva dos sistemas notacionais (Landsmann, 1995) e potencialmente confundidas pelas crianças em um período inicial de aquisição da escrita (Miranda, 2018), o que implicaria na possibilidade de que esse tipo de erro talvez esteja muito mais vinculado a aspectos notacionais do que fonológicos propriamente ditos. Essa hipótese vai ao encontro daquilo que aponta Miranda (2018), em estudo sobre a grafia da nasalidade na escrita inicial. A pesquisadora encontra um percentual de 15% de erros envolvendo a grafia de consoantes nasais em posição de ataque (como 'sobrenesa' para 'sobremesa'), aos quais atribui, como motivação, *traçado de letra*. Segundo ela, o sujeito que está aprendendo a escrever

tem de lidar com diferentes fontes de informação, sejam derivadas do universo gráfico (nomes de letras, tipos de letras, formas das letras, seqüências de letras etc) sejam oriundas do seu conhecimento linguístico internalizado (Miranda, 2018, p. 19).

Já com relação ao segundo subgrupo, formado pelos itens lexicais "elefantinho" e "lobo", é plausível pensar que algum aspecto de natureza segmental pode efetivamente estar atuando como gatilho para o fenômeno, se for considerado que há uma preferência geral para a ocupação da borda esquerda da palavra por determinados tipos de segmentos, a saber [-soante, -contínuo] (Miranda, 2005). Tal condição /t/ e /b/ satisfazem melhor que /f/ e /l/, ao observarmos os pares de consoantes envolvidas nas metáteses dos itens lexicais indicados. Nesse sentido, é interessante notar que para a grafia de 'ele tefinho' para 'elefantinho', além da metátese é realizada uma hipersegmentação, isto é, a inserção de um espaço em branco em lugar não previsto pela norma ortográfica, criando, por assim dizer, uma borda esquerda absoluta, para onde /t/, a consoante [-soante, -contínua], se desloca.

FLP20(2)

Essa observação, ao mesmo tempo que corrobora a possibilidade explicativa advinda da teoria fonológica, também auxilia a pensar mais uma vez sobre a particularidade do dado de escrita em relação ao dado de fala. Tipicamente, a hipersegmentação é uma variedade de erro que aparece mais tardiamente na escrita de crianças em período de aquisição da escrita, visto que parece depender de sua inserção em práticas escolares de leitura e escrita, a partir das quais começa a se distanciar da percepção da fala como cadeia contínua, a reconhecer palavras gramaticais e a identificar sílabas como elementos funcionais (Cunha, 2010). Assim, trata-se de um recurso não motivado fonologicamente e que, portanto, jamais ocorreria espontaneamente na fala, seja adulta ou infantil. Entretanto, no caso analisado em ‘ele tefinho’ para ‘elefantinho’, a hipersegmentação parece se inserir de modo estratégico, de modo que licencia, ou ao menos facilita, a ocorrência da metátese, pois produz um contexto fonológico mais favorável à ordem de fonemas resultante (/t/ seguido de /f/) que a de origem (/f/ seguido de /t/). Dessa maneira, observam-se as sutis assimetrias e simetrias entre fala e escrita, bem como o jogo de permutas e entrelaçamento que realizam entre si a fim de possibilitar uma escolha gráfica, o que ajuda a distinguir os dois sistemas. Coelho (2016) também indica essa característica como constitutiva das relações entre fala e escrita, salientando que elas não são necessariamente “de espelhamento” e que “aquisição da escrita, embora fortemente ancorada, sobretudo em seu início, em características da fala, não se reduz esse tipo de ancoragem” (Coelho, 2016, p. 80).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo explorar, em diálogo com estudos fonológicos, a grafia da metátese encontrada em textos produzidos por crianças no período de aquisição da escrita. Os resultados apresentados trazem contribuições para a discussão do fenômeno em foco, bem como ressaltam aspectos de convergência entre as escritas iniciais e o conhecimento fonológico das crianças, sem descuidar daquilo que diz respeito especificamente ao sistema de escrita.

O estudo aborda dois tipos de metátese encontrados na escrita, os quais apresentam características e comportamentos distintos entre si: as metáteses segmentais simples e as segmentais duplas, em paralelo ao que é verificado na aquisição da fala.

Os dados analisados mostram que, do ponto de vista fonológico, traços de ponto, estrutura silábica e nasalidade medial apresentam-se como variáveis relevantes para a ocorrência da metátese, combinando-se e alternando-se em grau de influência a depender do tipo de metátese (simples ou duplas) e do contexto fonológico do item lexical atingido. Dessa maneira, é reforçada a influência de determinados aspectos já salientados por outros pesquisadores com relação à metátese, como a natureza dos segmentos envolvidos (Hume, 2001, 2004; Redmer, 2007), a estrutura silábica e seu grau de complexidade (Zitzke, 1998, 2001; Redmer, 2007; Lamprecht, 2002; Coelho, 2016) e a incerteza representacional ligada à grafia da nasalidade em coda medial (Abaurre, 1988; Miranda, 2009, 2012, 2018; Miranda; Cunha, 2013) e à segmentação gráfica em casos de hipossegmentação (Abaurre, 1991b; Miranda; Cunha, 2013; Tenani, 2012).

FLP20(2)

Algumas assimetrias foram observadas entre o processo de metátese na fala e na escrita, ressaltando a especificidade de cada modalidade da língua e a interferência de fatores externos à fonologia, como traçado de letra e segmentação gráfica (em casos de hipersegmentação), variáveis que dizem respeito a conhecimentos notacionais, também constitutivos da aprendizagem do sistema de escrita e que interagem com aquelas de natureza fonológica.

Assim, com os dados apresentados, procura-se contribuir não apenas para a descrição do fenômeno analisado, que conta com poucas pesquisas relativamente à sua ocorrência na aquisição da escrita, mas também para evidenciar o seu caráter complexo e multifacetado, bem como os cuidados teórico-metodológicos que exige em sua análise. Com isso, também deseja-se contribuir para o fortalecimento da ideia de uma complexa relação, nem sempre simétrica, entre fonologia e ortografia.

REFERÊNCIAS

- Abaurre MBM. The interplay between spontaneous writing and underlying linguistic representation. *European Journal of Psychology Education*. 1988;40(3):415-430.
- Abaurre MBM. Os estudos linguísticos e a aquisição da escrita. II Encontro sobre Aquisição de Linguagem; 1991a; Porto Alegre, Brasil.
- Abaurre MBM. A relevância dos critérios prosódicos e semânticos na elaboração de hipóteses sobre segmentação na escrita inicial. *Boletim da ABRALIN*. 1991b;11:203-217.
- Abaurre MBM. Dados da escrita inicial: indícios da construção da hierarquia de constituintes silábicos? In: Matzenauer CLB, organizador. *Aquisição de língua materna e de língua estrangeira*. Pelotas: EDUCAT; 2001. p. 63-86.
- Adamoli MA. Um estudo sobre o estatuto fonológico dos ditongos variáveis [aj] e [ej] do PB a partir de dados orais e ortográficos produzidos por crianças de séries iniciais [tese]. Pelotas: Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas; 2012.
- Blevins J, Garret A. The evolution of metathesis. In: Hayes B, Kirschner R, Steriade D, editores. *Phonetically based phonology*. Cambridge: Cambridge University Press; 2004.
- Capristano CC. A propósito da escrita infantil: uma reflexão sobre as segmentações não-convencionais. *Letras de Hoje*. 2004;39(3):245-260.
- Chacon L. Constituintes prosódicos e letramento em segmentações não-convencionais. *Letras de Hoje*. 2004;39(3):223-232.
- Chomsky N. *Aspectos da teoria da sintaxe*. 2ª ed. Coimbra: Editor-Sucessor; [1965] 1978.
- Clements NG, Hume E. The internal organization of speech sounds. In: Goldsmith, JA, editor. *The handbook of phonological theory*. Cambridge: Blackwell Publishers; 1995.
- Coelho BC. *Transposições ortográficas e estrutura da sílaba na escrita infantil [dissertação]*. São José do Rio Preto: Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; 2016.
- Cunha APN. A hipo e a hipersegmentação nos dados de aquisição da escrita: um estudo sobre a influência da prosódia [dissertação]. Pelotas: Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas; 2004.
- Cunha APN. *As segmentações não-convencionais da escrita inicial: uma discussão sobre o ritmo linguístico do português brasileiro e europeu [tese]*. Pelotas: Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas; 2010.
- Ferreiro E, Teberosky A. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: ArtMed; 1999.
- Halle M, Vergnaud JR. *An essay on stress*. Cambridge: MIT Press; 1987.

FLP20(2)

- Hayes B. *Metrical stress theory: principles and case studies*. Chicago: University of Chicago Press; 1995.
- Hora D, Telles S, Monaretto VNO. Português brasileiro: uma língua de metátese?. *Letras de Hoje*. 2007;42 (2):178-196.
- Hume E. Metathesis: formal and functional considerations. In: Hume E, Smith N, Weijer J van de, editores. *Surface syllable structure and segment sequencing*. Leiden: HIL; 2001. p. 1-25.
- Hume E. The indeterminacy/attestation model of metathesis. *Language*. 2004;80(2):203-237.
- Lamprecht RR. Metathesis in phonological acquisition: a window to constraint ranking in the child's system. *GALA-Generative Approaches to Language Acquisition*; 2002; Palmela, Portugal.
- Lamprecht RR et al., organizadores. *Aquisição fonológica do português: perfil de desenvolvimento e subsídios para terapia*. Porto Alegre: ArtMed; 2004.
- Landsmann LT. *Aprendizagem da linguagem escrita: processos evolutivos e implicações didáticas*. São Paulo: Ática; 1995.
- Lemle M. *Guia teórico do alfabetizador*. São Paulo: Ática; 1987.
- Magalhães JS. A metátese da líquida não-lateral na aquisição: evidência para o pé troqueou. *Letras de Hoje*. 2003;38(2): 83-95.
- Matzenauer CLB. Introdução à teoria fonológica. In: Bisol L, organizador. *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 4ª ed. rev. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, [1996] 2005.
- Matzenauer-Hernandorena CLB. *Aquisição da fonologia do português: estabelecimento de padrões com base em traços distintivos [tese]*. Porto Alegre: Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre; 1990.
- Matzenauer-Hernandorena CLB. A aquisição de segmentos do português e o pé métrico. *Letras de Hoje*. 2001;36(3):85-99.
- McCarthy J, Prince AS. *Prosodic morphology I: constraint interaction and satisfaction*. New Brunswick: Rutgers University Center for Cognitive Science; 1993.
- Miranda ARM. *A aquisição do 'r': uma contribuição à discussão sobre seu status fonológico [dissertação]*. Porto Alegre: Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre; 1996.
- Miranda ARM. BATALE: Banco de textos de aquisição da linguagem escrita [internet]. Pelotas: Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas; 2001. Disponível em: <https://sistemavestigios.org>.
- Miranda ARM. As formas harmônicas da linguagem infantil e a atuação das restrições [SPREAD] e [AGREE]. In: *Cadernos de pesquisa em Linguística*. 2005;1(1).
- Miranda ARM. A grafia de estruturas silábicas complexas na escrita de crianças das séries iniciais. In: Pinho SZ, organizador. *Formação de Educadores: o papel do educador e sua formação*. São Paulo: Unesp; 2009. p. 409-426.
- Miranda ARM. Reflexões sobre a fonologia e a aquisição da linguagem oral e escrita. *Veredas online*. 2012;16:118-135.
- Miranda ARM. Informação fonológica na aquisição da escrita. In: Ré, A, Komesu F, Tenani L, Vieira AJ, organizadores. *Estudos linguísticos contemporâneos: diferentes olhares*. São Paulo: Cultura Acadêmica; 2013. p. 11-35.
- Miranda ARM. A fonologia em dados de escrita inicial de crianças brasileiras. *Linguistica (Madrid)*. 2014;30:45-80.
- Miranda ARM. Aquisição da escrita: as pesquisas do GEALE. In: Miranda ARM, Cunha APN, Donicht G, organizadores. *Estudos sobre Aquisição da Linguagem Escrita*. Pelotas: Editora UFPel; 2017. p. 15-50.

FLP20(2)

- Miranda ARM. Aquisição da linguagem: escrita e fonologia. In: Lazzarotto-Volcão C, Freitas MJ, organizadores. Estudos em Fonética e Fonologia: coletânea em homenagem a Carmen Matzenauer. Curitiba: CRV; 2018. p. 335-364.
- Miranda ARM, Cunha APN. Índícios de reestruturação do conhecimento fonológico da criança em dados de reparo na escrita inicial. *Letras de Hoje*. 2013;48(3):343-354.
- Miranda ARM, Silva MR, Medina SZ. O sistema ortográfico do português brasileiro e sua aquisição. *Revista Linguagens e Cidadania*. 2005;14(1):1-15.
- Ney LAG. Acentuação gráfica na escrita de crianças de séries iniciais [dissertação]. Pelotas: Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas; 2012.
- Pachalski L, Rodrigues JC, Vieira IF, Miranda ARM. A produção de encontros consonantais tautosilábicos em dados de escrita inicial. XXIII Congresso de Iniciação Científica da UFPel; 2014; Pelotas, RS, Brasil. Disponível em: http://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2014/LA_03222.pdf.
- Pachalski L, Rodrigues JC, Vieira IF, Miranda ARM. Os erros (orto)gráficos em textos de crianças do ciclo de alfabetização. II Congresso Brasileiro de Alfabetização; 2015a; Recife, PE, Brasil.
- Pachalski L, Rodrigues JC, Vieira IF, Miranda ARM. Simetrias e assimetrias entre a aquisição da fala e da escrita: o uso da metátese como estratégia para a grafia do *onset* complexo. XXIV Congresso de Iniciação Científica da UFPel; 2015b; Pelotas, RS, Brasil. Disponível em: http://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2015/LA_04474.pdf.
- Pachalski L, Miranda ARM. A metátese na aquisição da escrita: regularidades e possíveis motivações. XXV Congresso de Iniciação Científica da UFPel; 2016; Pelotas, RS, Brasil. Disponível em: http://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2016/LA_04230.pdf.
- Piaget JA. *Epistemologia Genética*. Petrópolis: Vozes; 1971.
- Redmer CDS. Metátese e epêntese na aquisição da fonologia do PB: uma análise com base na teoria da otimidade [dissertação]. Pelotas: Escola de Educação, Universidade Católica de Pelotas; 2007.
- Selkirk E. The syllable. In: Hulst H, Smith N, editores. *The structure of phonological representations*. Vol. 2. Dordrecht: Foris; 1982. p. 337-379.
- Tenani LE. Segmentações não-convencionais e teorias fonológicas. *Letras de Hoje*. 2004;39(3):233-244.
- Zitzke BC. Uma análise da ocorrência de metáteses na fala de crianças em fase de aquisição de linguagem Porto Alegre: Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre; 1998.
- Zitzke BC. Um levantamento de metáteses na fala de crianças em fase de aquisição da linguagem. *Letras de Hoje*. 2001;36(3):219-227.

A progressão em textos argumentativos escritos: uma análise da progressão referencial em produções de um aluno do Ensino Básico

*The progression in written argumentative texts: an analysis of the referential progression in productions of a student in Basic Education**

Paola Tassinari Groos**

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil

Gil Roberto Costa Negreiros***

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil

Resumo: O tema deste artigo é a progressão textual em textos escritos produzidos no contexto da Educação Básica. Objetiva-se investigar, por meio da metodologia da pesquisa-ação, o processo de qualificação da produção textual de um aluno da Educação Básica, com foco na progressão textual, mais especificamente a progressão referencial. O corpus constitui-se de textos escritos por alunos, coletados em oficinas de língua portuguesa desenvolvidas em uma escola pública de Santa Maria - RS. A sustentação teórica está baseada na interação verbal, defendida por Bakhtin (1997; 2014); e na perspectiva da Linguística Textual. Serão analisadas três redações que compõem o corpus da dissertação *A qualificação da progressão textual em oficinas de produção de texto*. Os resultados revelam que, com o decorrer das oficinas de produção de texto, avanços significativos em relação à progressão referencial foram alcançados.

Palavras-chave: Linguística textual. Progressão textual. Progressão referencial. Pesquisa-ação. Interação.

Abstract: The theme of this paper is the textual progression in written texts produced in the context of Basic Education. The aim in this study is to investigate, under the action-research methodology, the process of qualification in textual production of a Basic Education student, focusing on textual progression, more specifically, on the referential progression. The *corpus* consists of texts written by students, collected in Portuguese language workshops developed in a public school in Santa Maria - RS. The theoretical support is based on the verbal interaction, defended by Bakhtin (1997; 2014); and from the perspective of Textual Linguistics. Three written texts will be analyzed as the *corpus* in the dissertation *A qualificação da progressão textual em oficinas de produção de texto*. The results show that, in the course

* Este artigo é um recorte teórico, metodológico e analítico da dissertação de mestrado intitulada *A qualificação da progressão textual em oficinas de produção de texto*, de autoria de Paola Tassinari Groos, desenvolvida sob orientação do Prof. Dr. Gil Roberto Costa Negreiros, e defendida em 2017, no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. Ademais, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

** Doutoranda em Estudos linguísticos no Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil; paola_groos@yahoo.com.br

*** Professor adjunto do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil; gil.negreiros@ufsm.br

of the text production workshops, significant advances regarding referential progression were achieved.

Keywords: Textual linguistics. Textual progression. Referential progression. Action research. Interaction.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Um dos maiores desafios para os estudos do texto e do discurso, segundo Bentes, Ramos e Alves Filho (2010, p. 390), está relacionado à visibilidade das relações entre as pequeninas partes (os ‘dados’ locais) e o todo no qual essas partes se inserem. Este trabalho se insere nessa relação, ao propor, como objetivo, investigar, por meio da metodologia da pesquisa-ação, o processo de qualificação da produção textual de um aluno da Educação Básica, com foco na progressão textual, mais especificamente a progressão referencial. Para isso, três redações que compõem o corpus serão analisadas - referentes à produção de tal aluno: o primeiro, o terceiro e o último texto produzidos nas oficinas. A hipótese de nossa pesquisa é a de que, ao qualificarmos a progressão textual, conseguimos alcançar um processo maior: a relação entre a produção interacional do texto e os arranjos locais da escrita.

O que justificou o desenvolvimento do estudo citado foi o interesse em amenizar dificuldades relacionadas à progressão textual, percebidas durante nossa atuação acadêmica, em projetos de extensão que possuíam atividades que envolviam a produção de textos. Além disso, é fundamental pesquisar sobre os avanços que podemos realizar para o ensino de produção textual não só para a formação de futuros profissionais da área de Letras, como também para a aprendizagem dos discentes da Educação Básica.

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa foi a pesquisa-ação, embasada em Thiollent (1996) e Tripp (2005), visto que possibilita a interação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa. Além disso, através da pesquisa-ação, o pesquisador pode desempenhar papel ativo na realidade observada, o que se enquadra com a perspectiva do professor como profissional reflexivo, proposta por Perrenoud (2002), e mediador do conhecimento. A pesquisa foi desenvolvida em diferentes momentos: oficinas de produção textual para investigação do processo de escrita dos alunos e, depois da escolha do sujeito de pesquisa, com base no desenvolvimento de seus textos, análise desses textos conforme critérios de investigação¹.

Ministramos treze oficinas de produção textual, realizadas uma vez por semana em uma Escola Estadual do município de Santa Maria (RS, Brasil), entre os meses de setembro e dezembro de 2016. Os 12 alunos envolvidos na pesquisa frequentavam o 2º ano do Ensino Médio e participaram de maneira voluntária, no turno vespertino, inverso ao das disciplinas obrigatórias².

¹ A pesquisa está registrada no *Comitê de Ética em Pesquisa* (CEP) sob o número 1.544.460, com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) número 55495616.0.0000.5346. Por questões éticas, não serão mencionados os nomes do sujeito da pesquisa e da escola de Educação Básica em que as oficinas de produção de texto foram realizadas.

² Para a escolha do sujeito de pesquisa, foram adotados dois critérios: o número de presenças do estudante nas oficinas, pois, assim, o número de textos pertencentes ao corpus seria maior, assim como o desempenho qualitativo nas produções textuais.

O aporte teórico primordial da referida pesquisa ancorou-se: na interação verbal, proposta por Bakhtin (1997; 2014); no interacionismo social, defendido por Vygotsky (1984; 1991); e na perspectiva da Linguística Textual, cujos representantes são, por exemplo, Charolles (1978), Beaugrande e Dressler (1983), Koch (2014; 2015) e Koch e Elias (2016). Na próxima seção, discutiremos parte de tal referencial teórico, relevante para a análise do corpus citado.

2 ALGUNS ASPECTOS SOBRE A PERSPECTIVA INTERACIONISTA DE LINGUAGEM E O CONCEITO DE TEXTO

Em relação à perspectiva interacionista de linguagem adotada na pesquisa, ressalta-se que Bakhtin (2014, p. 117) defende que a palavra é composta por duas faces, “ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente *o produto da interação do locutor e do ouvinte*” (grifos do autor). Para nós, que na pesquisa trabalhamos com o ensino de Língua Portuguesa, mais especificamente com leitura e produção textual, foi primordial considerar a interação entre professora/pesquisadora e alunos como parte constituinte do processo de aprendizagem.

Já que estamos tratando de interação, é fundamental destacarmos a percepção que temos dos sujeitos interactantes, visto que “a língua existe porque os sujeitos a produzem” (Micarello; Magalhães, 2014, p. 156). Ademais, o trabalho com leitura e escrita na escola também exige que demonstremos que, nas atividades que envolvem linguagem, devemos considerar os indivíduos envolvidos. Bakhtin (1993) considera que cada sujeito é único. Para o teórico, “aquilo que pode ser feito por mim não pode nunca ser feito por ninguém mais. A unicidade ou singularidade do Ser presente é forçadamente obrigatória” (Bakhtin, 1993, p. 58).

Essa noção de sujeito único foi extremamente importante para a pesquisa, pois, durante a realização das oficinas, cada aluno apresentou desenvolvimento de escrita singular. Com isso, coube à professora/pesquisadora perceber e acompanhar tal desenvolvimento.

Isso posto, já que utilizamos a concepção interacionista da língua, concordamos com Koch (2014, p. 173), ao afirmar que “o texto passa a ser considerado o próprio *lugar* da interação e os interlocutores, como sujeitos ativos que dialogicamente – nele se constroem e são construídos” (grifos da autora). Ademais, como defende a linguista,

é preciso pensar o texto como lugar de constituição e de interação de sujeitos sociais, como um evento, portanto, em que, conforme Beaugrande (1981), convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais, ações por meio das quais se constroem interativamente os objetos de discurso e as múltiplas propostas de sentidos, como função de escolhas operadas pelos coenunciadores, entre as inumeráveis possibilidades de organização textual que cada língua lhes oferece [...] (Ibid., p. 173).

Então, é através do texto que há interação e mobilização de diferentes estratégias, sejam elas de ordem sociocognitiva, interacional ou textual, a fim de que o sentido seja produzido. Dessa forma, o texto é o resultado de atividades verbais de indivíduos atuantes em sociedade.

3 A PROGRESSÃO TEXTUAL: COESÃO E COERÊNCIA EM FOCO

Como estamos interessados no material conceitual e linguístico que faz o texto progredir, deter-nos-emos nos estudos relativos à coesão e à coerência e, em seguida, trataremos da progressão referencial.

A coesão, segundo Koch (1997, p. 35), é “o fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos linguísticos presentes na superfície textual encontram-se interligados, por meio de recursos também linguísticos, formando sequências veiculadoras de sentido”. Dentre as grandes modalidades desse critério de textualidade, estão a coesão referencial, em que um componente da superfície textual faz remissão a outro elemento do texto, e a coesão sequencial. Esta última também pode ser chamada de progressão textual e é o foco de nossa pesquisa. Para Koch (2006),

a progressão textual (sequenciação) diz respeito aos procedimentos linguísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos, do texto (enunciados, partes de enunciados, parágrafos e mesmo sequências textuais), diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmático-discursivas, à medida que se faz o texto progredir (Koch, 2006, p. 121).

Assim, é através da progressão textual que o texto avança nas ideias e nos argumentos, por exemplo. Segundo a autora citada acima, essa progressão pode realizar-se com atividades formulativas em que o produtor introduz no texto recorrências de diversos tipos, tais como “reiteração de itens lexicais, paralelismos, paráfrases, recorrência de elementos fonológicos, de tempos verbais etc.” (Koch, 2006, p. 121).

Entretanto, a progressão de um texto também está atrelada fortemente à coerência, que “diz respeito ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual vêm a constituir, na mente dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos” (Koch, 1997, p. 41). Desse modo, como afirma Koch (2009),

a relação da coesão com a coerência existe porque a coerência é estabelecida a partir da sequência linguística que constitui o texto, isto é, os elementos da superfície linguística é que servem de pistas, de ponto de partida para o estabelecimento da coerência. A coesão ajuda a estabelecer a coerência na interpretação dos textos, porque surge como uma manifestação superficial da coerência no processo de produção desses mesmos textos [...] (Koch, 2009, p. 49).

Passemos, então, ao conceito de referenciação, ou seja, “as diversas formas de introdução, no texto, de novas entidades ou referentes” (Koch; Elias, 2008, p. 123). A referenciação, como defende Koch (2003, p. 79), “constitui uma atividade discursiva, pressuposto esse que implica uma visão não-referencial da língua e da linguagem”. Por isso, adota-se, atualmente, referenciação e não mais referência, pois o primeiro termo abarca a construção e a reconstrução no interior do discurso, a visão de mundo e as crenças individuais (cf. Koch; Elias, 2008).

A progressão referencial ocorre quando os referentes são reativados ou introduzem outros referentes e diz respeito aos procedimentos linguísticos por meio dos quais se estabelecem, entre os segmentos do texto (enunciados, partes de enunciados, parágrafos e sequências maiores do texto), diversos tipos de relações

FLP20(2)

semânticas e/ou pragmáticas, à medida que se faz o texto progredir (Koch; Elias, 2016, p. 100).

Durante a construção de um texto, Koch (2003) apresenta os seguintes princípios de referenciação: ativação, reativação e de-ativação. Na ativação, o referente, que ainda não foi mencionado, é introduzido. Na reativação, um referente já presente no texto é novamente ativado e, na de-ativação, esse referente é desativado, pois outro foi introduzido.

Esse tipo de progressão, segundo a linguista, é realizado com recorrência de termos e pode ocorrer com as seguintes estratégias: uso de pronomes ou elipses, uso de expressões nominais definidas e uso de expressões nominais indefinidas. A primeira estratégia, uso de pronomes ou elipses, envolve “as formas gramaticais que exercem a ‘função pronome’ (pronomes propriamente ditos, numerais, advérbios pronominais)” (Ibid., p. 85-86). Na segunda estratégia, ou seja, no uso de expressões nominais definidas, “as formas linguísticas são constituídas, minimamente, de um determinante (artigo definido ou pronome demonstrativo), seguido de nome” (Ibid., p. 86-87). No uso de expressões nominais indefinidas, terceira estratégia, “a função é anafórica (e não, como é mais característico, de introdução de novos referentes)” (Ibid., p. 88). Koch (2014) afirma que, além de garantir a progressão referencial, tais estratégias garantem a orientação dos argumentos do texto e, também, o sentido.

As formas nominais referenciais assumem muitas funções em textos. Koch e Elias (2016) elencam cinco funções: categorizar e recategorizar o referente; apresentar e reapresentar o referente à medida que o texto avança; resumir ou encapsular porções textuais dando-lhes um rótulo; marcar o parágrafo; e orientar argumentativamente num dado sentido. Em nossa análise, demarcaremos essas cinco funções.

FLP20(2)

4 A METODOLOGIA DA PESQUISA-AÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO PROCESSUAL DE ASPECTOS TEXTUAIS

A metodologia adotada para a realização da pesquisa foi ancorada na pesquisa-ação, que tem como representantes, por exemplo, Thiollent (1996) e Tripp (2005). Esse método pode ser utilizado por diferentes campos de atuação, segundo Tripp (2005), tais como administração, agricultura, educação e saúde. Na área educacional, “a pesquisa-ação é uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos” (Tripp, 2005, p. 445).

Thiollent (1996) acrescenta que tal metodologia possibilita a interação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa. Segundo o autor, um dos objetivos dessa modalidade de pesquisa é oferecer aos sujeitos envolvidos subsídios para a transformação de sua realidade, pois amplia a compreensão sobre características, potencialidades ou necessidades existentes no meio. Como favorece maior clareza sobre peculiaridades envolvendo processo e resultados, permite que o investimento em avanços tenha maior probabilidade de sucesso. De acordo com o teórico, a pesquisa-ação

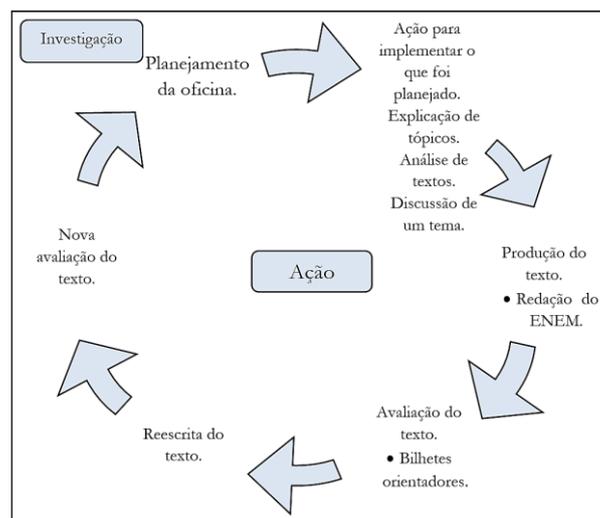
é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da

situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 1996, p. 14).

Tripp (2005, p. 447) ainda afirma que esse método “é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática”. Cabe-nos salientar, conforme destaca o referido autor, que a pesquisa-ação tem grande distinção da pesquisa científica tradicional, pois, ao mesmo tempo em que altera o que é pesquisado, é limitada pela ética da prática e pelo contexto investigado. Assim, essa metodologia “requer ação tanto nas áreas da prática quanto da pesquisa, de modo que, em maior ou menor medida, terá características tanto da prática rotineira quanto da pesquisa científica” (Tripp, op. cit.).

4.1 O planejamento das oficinas de produção de texto

O planejamento das oficinas, seguindo a metodologia da pesquisa-ação, está apoiado tanto no ciclo desse método quanto no ciclo da investigação-ação. Desse modo, apresentaremos, neste item, o ciclo adaptado na realização das oficinas de produção textual. Essa adaptação envolveu, por exemplo, investigação inicial nos textos dos voluntários, seleção dos materiais didáticos, avaliação das produções, reescritas e novas produções textuais. Em primeiro lugar, demonstramos esse ciclo, através do diagrama na Figura 1.



Fonte: Tripp (2005, p. 446). Adaptado.

Figura 1 - Ciclo das oficinas de produção textual.

Para podermos desenvolver os objetivos da pesquisa, iniciamos as oficinas com a investigação diagnóstica nos textos dos alunos. Solicitamos que produzissem um texto dissertativo-argumentativo sobre determinado tema. Avaliamos tais produções e, a partir disso, planejamos a segunda oficina. O aporte teórico para preparar o material didático sustentou-se na Linguística Textual.

Nessa segunda oficina, houve a explicação de tópicos relacionados às dificuldades percebidas a partir da produção diagnóstica e da discussão de um tema que seria o foco da produção textual de tal oficina. Solicitamos, então, que os alunos

produzissem um texto dissertativo-argumentativo, nos moldes da redação do ENEM. Encerrada a oficina, avaliamos essas produções, com base nos critérios do ENEM, e produzimos bilhetes orientadores³ sobre aspectos textuais relevantes. Além disso, planejamos tópicos que iríamos explicar na próxima oficina.

Na oficina seguinte, em primeiro lugar, entregamos as produções com os bilhetes orientadores. Depois, explicamos determinados conteúdos, relacionados ao que havíamos avaliado nas produções. Por último, solicitamos que os alunos reescrevessem seus textos.

Então, realizamos uma nova avaliação dos textos, a partir da reescrita, para verificarmos o progresso alcançado. Diante dessa segunda avaliação, planejamos uma nova oficina, em que outros tópicos seriam explicados e discutidos e uma nova produção, com outro tema, seria solicitada. Assim, repetimos o ciclo das oficinas, ilustrado na Figura 1.

5 ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA PROGRESSÃO REFERENCIAL EM DISSERTAÇÕES ARGUMENTATIVAS

Antes de partirmos para a análise do corpus, é necessário que detalhemos os critérios específicos para o levantamento e para a avaliação do desenvolvimento da progressão textual nos textos. O quadro a seguir ilustra isso.

FLP20(2)

Quadro 1- Critérios para análise do corpus da dissertação.

Primeira etapa	<i>Critérios de avaliação do ENEM⁴</i>	<p><i>Competência 1</i> - Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa.</p> <p><i>Competência 2</i> - Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.</p> <p><i>Competência 3</i> - Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.</p> <p><i>Competência 4</i> - Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.</p> <p><i>Competência 5</i> - Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.</p>
Segunda etapa	<i>Progressão textual</i>	<p><i>Progressão referencial</i></p> <p><i>Progressão temática</i></p> <p><i>Progressão tópica</i></p>

³ O bilhete orientador, como destaca Fuzer (2012), é uma das formas que os professores de Língua Portuguesa encontram para dialogar com os textos dos alunos e com os próprios alunos. Além disso, como aponta Ruiz (2001, p. 63), “os ‘bilhetes’, em geral, têm duas funções básicas: falar acerca da tarefa de revisão pelo aluno ou falar, metadiscursivamente, acerca da própria tarefa de correção pelo professor”.

⁴ Critérios de avaliação retirados de Brasil (2013): *A redação do Enem 2013: guia do participante*.

Os textos serão analisados em duas etapas. Em primeiro lugar, trataremos das cinco competências exigidas no ENEM. Em segundo, analisaremos a progressão textual, com foco na progressão referencial.

1	Educação de Qualidade
2	
3	
4	Antigamente era muito comum encontrar pes-
5	soas analfabetas, sem histórico escolar e com pouco co-
6	nhecimento. Hoje apesar de toda evolução, principalmente
7	tecnológica, existem pessoas analfabetas e sem escolaridade,
8	ou seja, a educação não desfrutou de muitos avanços.
9	Por isso, tem sido um desafio a sociedade, reverter essa
10	situação:
11	Um ótimo ajuste nas escolas, seria a implantação
12	de recursos tecnológicos visando uma melhor qualidade
13	para a educação, que embora seja um assunto
14	bastante olvidado, está sendo cada vez mais aborda-
15	do pelos políticos e pelos próprios estudantes. As taxas de
16	ensino fundamental e superior incompletas, sem contar
17	as longe dos anos, porém os alunos tem demonstrado
18	desinteresse em estudar.
19	Alguns professores tentam tomar iniciativas, fazendo ati-
20	vidades dinâmicas e diferenciadas, mas surge um efeito
21	muito fugaz pois quando os alunos voltam a sala de
22	aula não obrigados a olhar para o quadro e copiar o
23	que estiver escrito.
24	O ideal seria que as escolas evoluíssem juntamente com
25	as outras coisas, para assim, propiciar um melhor ensino
26	aos estudantes. Lembramos com os mesmos e elaborar pro-
27	jetos que ajudem a atenuar os problemas.

Figura 2 - Primeira produção textual
Primeiro texto produzido pelo sujeito de pesquisa, na oficina 02.

Inicialmente, destacamos que o texto apresenta a estrutura de uma dissertação argumentativa, ou seja, possui introdução, desenvolvimento e conclusão. Além disso, está de acordo com a competência 1 – domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa. Alguns exemplos disso são: concordância verbal (l. 6 – *existem pessoas*, l.18 – *professores tentam tomar iniciativas*) e translineação (l. 4-5 – *conhecimento*, l. 18-19 – *atividades*, l. 25-26 – *projetos*). No entanto, existem algumas exceções: problemas de pontuação (l. 5 – *Hoje apesar de toda a evolução*, l. 8 – *tem sido um desafio a sociedade, reverter essa situação*, l. 10 – *Um ótimo ajuste nas escolas, seria a implantação*) e de acentuação (l. 11 – *tecnológicos*, l. 14 – *políticos*, l. 16 – *tem*), por exemplo.

Em relação à competência 2, o tema proposto foi *A educação como veículo de mudança na sociedade*; porém essa produção textual tem outro viés: os avanços na educação. Na introdução (l. 3-9), a tese defendida é a de que a educação não desfrutou de avanços e o argumento sinalizado é o de que tem sido um desafio para a sociedade superar essa situação. No primeiro parágrafo do desenvolvimento (l. 10-17), há a sugestão para melhoria nas escolas e, também, uma crítica ao descaso dos políticos e desinteresse dos estudantes com a educação. No segundo parágrafo do desenvolvimento (l. 18-22), as iniciativas dos docentes para melhorar esse quadro são ressaltadas. A conclusão (l. 23-26) sugere que as escolas devam evoluir assim como “as outras coisas” e aponta duas soluções: a conversa com os alunos e a elaboração de projetos.

Além da fuga do tema, o texto possui outras fragilidades, relacionadas às competências 3 e 4, tais como sugestão de solução para o problema antes mesmo de desenvolvê-lo (l. 10-14 – *Um ótimo ajuste nas escolas, seria a implantação de recursos tecnológicos visando uma melhor qualidade para a educação, que embora seja um assunto bastante abordado, está cada vez mais escanteado pelos políticos e pelos próprios estudantes.*); argumentação baseada no senso comum, sem argumento de autoridade ou provas concretas, por exemplo (l. 16-17 – *os alunos tem demonstrado desinteresse em estudar.*); exemplificação baseada em uma situação subjetiva e parágrafo contraditório (l. 18-22 – *Alguns professores tentam tomar iniciativas, fazendo atividades dinâmicas e diferenciadas, mas surte um efeito muito fugaz pois quando os alunos voltam a sala de aula são obrigados a olhar para o quadro e copiar o que estiver escrito.*), pois afirma que os professores investem em atividades dinâmicas e, em seguida, destaca que os alunos perdem o interesse nas aulas por terem que copiar conteúdos do quadro; e oração incompleta (l. 25-26 – *Conversar com os mesmos e elaborar projetos que ajudem a arrecadar dinheiro.*), que prejudica o desenvolvimento da competência 5. O parágrafo contraditório fere a terceira metarregra proposta por Charolles (1978): a metarregra de não contradição, pois introduz um elemento semântico que contradiz o conteúdo posto.

Depois de descrevermos e apontarmos os problemas do texto, passamos, então, a analisar o desenvolvimento da progressão textual. Atentaremos para a progressão referencial. Na introdução, há o uso de *ou seja* (l. 7), que funciona como introdutor de uma paráfrase (l. 7 – *a educação não desfrutou de muitos avanços*); *Por isso* (l. 8) e l. 8-9 – *essa situação*, que resumem/encapsulam, respectivamente, l. 7 – *a educação não desfrutou de muitos avanços* e l. 5-6 – *Hoje apesar de toda a evolução, principalmente tecnológica, existem pessoas analfabetas e sem escolaridade*. Os dois parágrafos de desenvolvimento são construídos sem a utilização de formas nominais referenciais. Na conclusão, *os mesmos* (l. 25) reapresenta o referente *estudantes* (l. 25).

Cumpre-nos destacar que os outros alunos participantes das oficinas encontraram barreiras iguais ou maiores ao escrever sobre esse tema. Essas dificuldades se devem, possivelmente, à falta de investimento na escrita dos discentes, pois, como foi relatado para a professora/pesquisadora, os alunos haviam produzido apenas uma dissertação no ano.

Então, ao destacarmos tais dificuldades percebidas nesse texto, pretendemos demonstrar que o ensino da produção textual é extremamente importante. É somente com o exercício de produzir textos que as dificuldades são percebidas e os textos passam a ser cada vez mais qualificados.

FLP20(2)

1	Educação e Responsabilidade no Trânsito
2	Hoje em dia ser educado no trânsito é quase que
3	um desafio, os brasileiros geralmente não pensam nas
4	consequências que isso pode trazer. O número de
5	tragédias no trânsito é enorme e cresce cada vez mais.
6	O problema que enfrentamos pode ser devido a laços fami-
7	liares e a falta de paciência ao dirigir.
8	Muitos vezes os pais não ensinam valores aos filhos
9	enquanto são pequenos e isso cria adultos irresponsáveis,
10	o que vai acabar afetando a educação no trânsito.
11	Amor, carinho, respeito e educação é imprescindível para a
12	criação de um ser humano, para não ser alguém
13	com falta de ética no futuro.
14	Além disso, há também a falta de paciência que
15	ocorre devido a motivos pessoais de cada um ou da
16	própria personalidade. Outro fator é a combinação
17	de álcool e trânsito que é crime e ocasiona a maior
18	parte de mortes no trânsito.
19	Com isso, percebemos que a educação no trânsi-
20	to é fundamental, mas para isso é necessário abordar
21	esse assunto em sala de aula para a formação de
22	adultos capacitados. Assim como é necessário a punição a
23	quem não cumpre com a lei. Ser responsável e
24	dar valor a vida é indispensável.
25	

Figura 3 - Terceira Produção Textual
Terceiro texto produzido pelo sujeito de pesquisa, na oficina 06.

FLP20(2)

A terceira produção textual, quanto à competência 1, apresenta bom domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e de escolha de registro, com alguns desvios gramaticais e de convenções da escrita. Novamente, problemas de acentuação (l. 7 – *a*, l. 20 – *necessário*), de concordância verbal (l. 11 – *Amor, carinho, respeito e educação é imprescindível*), de pontuação (l. 2 – *Hoje em dia ser educado*) e de redundância (l. 15 – *motivos pessoais de cada um*) são exemplos desses desvios.

A proposta de produção desse texto está baseada no tema *O impasse da educação no trânsito no Brasil*. O texto segue a estrutura da dissertação-argumentativa. Na introdução (l. 2-7), há a apresentação do tema e da tese (l. 2-4 – *Hoje em dia ser educado no trânsito é quase que um desafio, os brasileiros geralmente não pensam nas consequências que isso pode trazer*), e a delimitação dos argumentos que serão defendidos no desenvolvimento (l. 6-7 – *O problema que enfrentamos pode ser devido a laços familiares e a falta de paciência ao dirigir*).

Esses dois argumentos são defendidos, respectivamente, no primeiro (l. 8-13) e no segundo (l. 14-18) parágrafos do desenvolvimento. A argumentação está baseada apenas nos conhecimentos prévios do sujeito de pesquisa, não apresentando dados, estatísticas ou informações concretas que comprovem o que é afirmado.

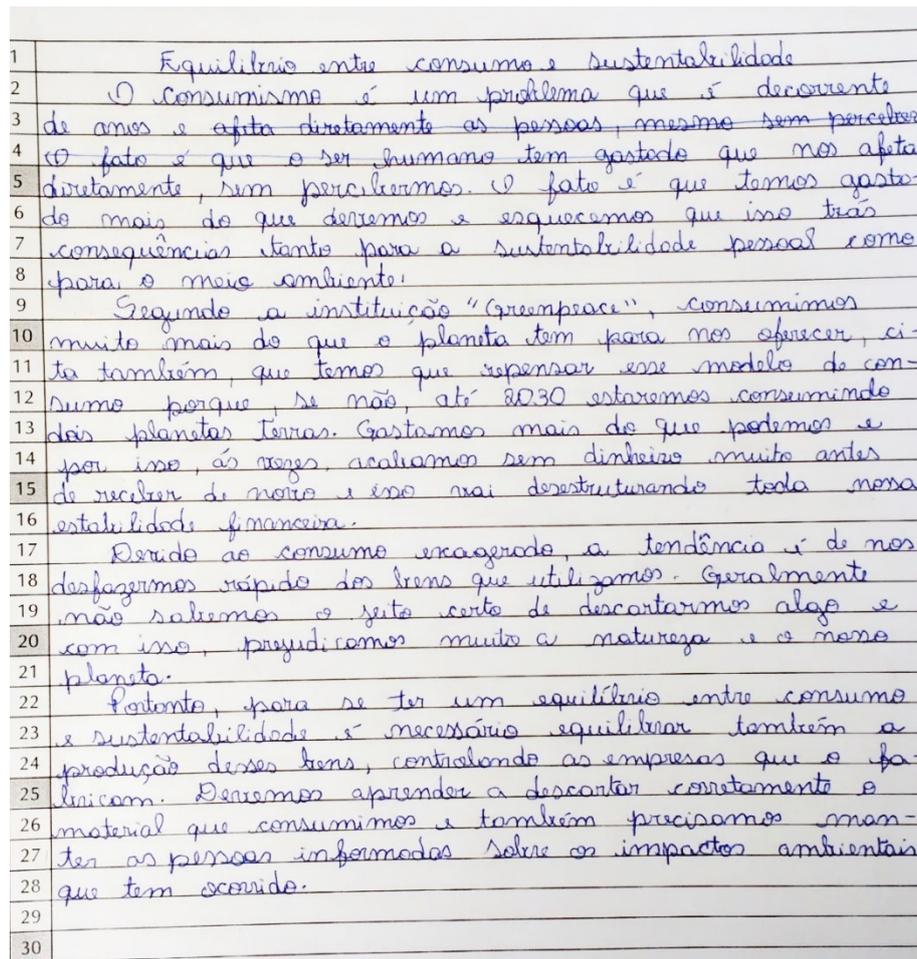
Esse problema afeta, também, a avaliação no que diz respeito à competência 3, pois não há comprovação do que é defendido. Além disso, as propostas de intervenção, presentes na conclusão (l. 20-23 – *é necessário abordar esse assunto em sala de aula para a formação de adultos capacitados. Assim como é necessário a punição a quem não cumpre*

com a lei) não estão relacionadas ao restante do texto, ou seja, a coerência está prejudicada. Desse modo, a competência 5 é atendida, mas a competência 3 é afetada.

Quanto à competência 4, ou seja, a estruturação textual, o texto possui alguns conectores, que contribuem para a articulação de ideias (l. 4 – *isso* retoma l. 2-3 – *ser educado no trânsito é quase que um desafio*; l. 6 – *o problema* remete a l. 4-5 – *O número de tragédias no trânsito é enorme e cresce cada vez mais*; l. 9 – *isso* retoma l. 8-9 – *os pais não ensinam valores aos filhos enquanto são pequenos*; l. 14 – *Além disso*, que retoma o parágrafo anterior (l. 8-13) para acrescentar outro argumento; l. 19 – *Com isso*, que retoma o que foi exposto no texto e indica conclusão de ideias; l. 20 – *para isso* retoma l. 19-20 *a educação no trânsito é fundamental*; e l. 22 *Assim como*, que acrescenta a segunda proposta de intervenção).

Dessa forma, quanto à análise da progressão textual, percebemos que o texto progride com o auxílio dessas expressões. A progressão referencial está presente em vários trechos. Novamente, a reapresentação do referente à medida que o texto avança é um dos casos mais comuns (l. 4 e l. 9 – *isso* reapresenta, respectivamente, l. 2-3 – *ser educado no trânsito é quase que um desafio* e l. 8-9 – *os pais não ensinam valores aos filhos enquanto são pequenos*). Outra expressão nominal que merece atenção é *O problema* (l. 6), que, além de encapsular *O número de tragédias no trânsito é enorme e cresce cada vez mais* (l. 4-5), orienta argumentativamente o leitor com a opinião negativa em relação ao crescimento do número de tragédias no trânsito. O encapsulamento de uma porção textual é perceptível, também, em *Outro fator* (l. 16), que encapsula *a falta de paciência* (l. 14), e, ao mesmo tempo, possibilita a apresentação do segundo argumento do parágrafo. Ademais, a organização do texto ocorre pelo uso de articuladores textuais: l. 14 – *Além disso*; l.19 – *Com isso*; e l. 22 – *Assim como*.

FLP20(2)



FLP20(2)

Figura 4 - Quinta produção textual
 Quinto texto produzido pelo sujeito de pesquisa, na oficina 10.

No último texto que compõe o corpus de nossa análise, quanto à competência 1, há bom domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e de escolha de registro, com alguns desvios gramaticais e de convenções da escrita. Tais desvios são relativos à grafia (l. 6 – *trás*); acentuação (l. 1 – *Equilíbrio* e l. 14 – *ás*); pontuação (l. 22-23 – *para se ter um equilíbrio entre consumo e sustentabilidade é necessário*); e concordância nominal (l. 24 – *o*). Devemos salientar que alguns desses desvios podem sinalizar desatenção ou falta de revisão textual, visto que é perceptível, por exemplo, que *equilíbrio* (l. 22) foi acentuado corretamente e que a vírgula foi empregada para demarcar o deslocamento do adjunto adverbial em *Segundo a instituição 'Greenpeace'*, (l. 9), o que não acontece no caso de falta desse emprego da vírgula no exemplo de pontuação, citado acima.

A proposta de redação foi atendida, o que compreende a competência 2. O tema solicitado foi *O desequilíbrio entre consumo e sustentabilidade*. Na introdução (l. 2-8), o tema é apresentado (l. 2-5 – *O consumismo é um problema que é decorrente de anos e que nos afeta diretamente, sem percebermos*). A tese é demarcada em (l. 5-8 – *O fato é que temos gastado mais do que devemos e esquecemos que isso trás consequências tanto para a sustentabilidade pessoal como para o meio ambiente*). Nesse trecho, encontramos também a sinalização dos dois argumentos que serão defendidos: problemas para a sustentabilidade e para o meio ambiente.

O primeiro parágrafo do desenvolvimento (l. 9-16) traz informações sobre o consumo excessivo da população, com a citação da fonte Greenpeace. Entretanto, o parágrafo que começa informativo, termina com a exposição de um conhecimento de mundo do autor e de forma narrativa (l. 13-16 – *às vezes, acabamos sem dinheiro muito antes de receber de novo e isso vai desestruturando toda nossa estabilidade financeira*). Esse relato não é característico de uma dissertação argumentativa e afeta a avaliação de parte da competência 2.

O segundo parágrafo do desenvolvimento (l. 17-21) afirma que o consumo exagerado traz prejuízos à natureza. Contudo, a argumentação baseia-se apenas nos conhecimentos prévios do autor do texto, novamente. Dessa forma, quanto à competência 3, notamos que houve um avanço na construção da argumentação com a citação da fonte Greenpeace, mas o restante do desenvolvimento seguiu o senso comum.

A conclusão (l. 22-28), além de retomar o tema (l. 22-23 – *para se ter um equilíbrio entre consumo e sustentabilidade*), apresenta propostas de intervenção para o problema muito significativas: equilíbrio da produção dos bens, controle das empresas fabricantes, descarte correto de bens e informação sobre os impactos ambientais. Assim, quanto à competência 5, há boa elaboração da proposta de intervenção, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.

A competência 4 relativa a esse texto obteve avanços, já que há demonstração de maior conhecimento de mecanismos linguísticos se compararmos com a quarta produção. Há o emprego, por exemplo, de encadeadores textuais que orientam a argumentação (l. 7 – *tanto ... como*, l. 9 – *Segundo*, l. 22 – *Portanto*). Ademais, indicam referência os seguintes vocábulos: (l. 6 e 15 – *isso*, l. 11 – *esse*, l. 14 – *por isso*, l. 20 – *com isso*, l. 24 – *desses*, l. 24 – *o*). Indicaremos os referentes desses termos com o seguinte quadro:

Quadro 2 - A progressão referencial na quinta produção textual.

<i>Linha</i>	<i>Termo que refere</i>	<i>Referente</i>	<i>Função da forma nominal referencial</i>
6	isso	Temos gastado mais do que devemos (l. 5-6)	Resumo de porção textual
11	esse modelo de consumo	Consumimos muito mais do que o planeta tem para nos oferecer (l. 9-10)	Resumo de porção textual, dando-lhe um rótulo
14	por isso	Gastamos mais do que podemos (l. 13)	Resumo de porção textual
15	isso	Acabamos sem dinheiro muito antes de receber de novo (l. 14)	Resumo de porção textual
20	isso	Não sabemos o jeito certo de descartarmos algo (l. 19)	Resumo de porção textual
24	desses	Dos bens que utilizamos (l. 18)	Resumo de porção textual
24	o	Desses bens	Reapresentação do referente

FLP20(2)

Como observamos no quadro 2, a progressão referencial ocorre com o emprego das funções das formas nominais referenciais resumo de porção textual (com ou sem rótulo) e a reapresentação do referente.

Dessa forma, sobre a progressão referencial, houve o uso de: introdutores de paráfrase e de expressões nominais referenciais que resumem, encapsulam e, até mesmo, orientam argumentativamente. Novamente, o avanço na argumentação certamente propiciaria maior variedade de expressões nominais referenciais, o que qualificaria a progressão referencial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos analisar o processo de qualificação da produção textual escrita, especificamente a partir das marcas linguísticas que envolvem a progressão textual, mais especificamente a progressão referencial. Ao final deste texto, dois pontos podem ser destacados, que envolvem tanto questões de ordem interacional quanto textual.

O primeiro ponto está relacionado à contribuição da pesquisa-ação tanto na formação discente quanto na formação docente. Notamos que a troca de conhecimentos entre professor-aluno e aluno-aluno foi benéfica para a compreensão do que estava sendo trabalhado nas oficinas de produção de texto. Além disso, a interação entre os alunos no momento de produção foi extremamente válida para o compartilhamento de conhecimentos linguístico-textuais.

O segundo ponto diz respeito ao estudo da progressão textual, já que os discentes voluntários da pesquisa não conheciam e não haviam estudado tal estratégia de construção de texto. Assim, como acompanhamos a produção dos discentes, o desenvolvimento da escrita quanto a esse tópico foi qualificado. Os discentes participantes da pesquisa possuíam grandes dificuldades para escrever. Essas dificuldades atrelavam-se a vários âmbitos: pouco conhecimento do tema solicitado na proposta de redação; pouco conhecimento da estrutura de uma dissertação argumentativa, do reconhecimento do tema e dos argumentos, por exemplo; dificuldade para planejar a argumentação, com recorrente uso de conhecimentos prévios e emprego de senso comum; e dificuldades para encadear ideias/argumentos.

Diante disso, confirmamos a hipótese de nossa pesquisa. Ao analisarmos a progressão em textos escritos, procuramos, de certa maneira, entender o processo maior, mais amplo, que envolve a produção interacional do texto e os arranjos locais e concretos da escrituralidade. Tentamos mostrar que produzir um texto, portanto, envolve questões de várias ordens, que se conectam de maneira indissociável às questões sociointeracionais, as quais, por seu turno, são configuradas pela ordem textual instaurada.

REFERÊNCIAS

Bakhtin MM. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 16.^a ed. São Paulo: Hucitec; 2014.

_____. *Para uma filosofia do ato*. Trad. Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza (tradução não revisada, exclusiva para uso didático e acadêmico) da edição americana *Toward a Philosophy of the Act*. Austin: University of Texas Press; 1993.

- _____. Estética da criação verbal. Trad. Maria Hermentina Galvão G. Pereira. 2.^a ed. São Paulo: Martins Fontes; 1997.
- Beaugrande R, Dressler W. Introduction to Text Linguistic. London: Longman; 1983.
- Bentes AC, Ramos P, Alves Filho F. Enfrentando desafios no campo dos estudos do texto. In: Bentes AC, Leite MQ. Linguística de texto e análise da conversação: panoramas das pesquisas no Brasil; 2010. p. 389-428.
- Brasil. A redação do Enem 2013: guia do participante. Brasília; 2013.
- Charolles M. Coherence as a principle and text interpretation of discourse. Amsterdam: Mouton Publishers; 1978.
- Fuzer C. Bilhete orientador como instrumento de interação no processo ensino-aprendizagem de produção textual. Letras (UFSM). jan./jun. 2012;22(44):213-245.
- Groos PT. A qualificação da progressão textual em oficinas de produção de texto [dissertação]. Santa Maria: Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria; 2017.
- Koch IV. A inter-ação pela linguagem. 10.^a ed. São Paulo: Contexto; 2006.
- _____. As tramas do texto. 2.^a ed. São Paulo: Contexto; 2014.
- _____. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez; 2003; 2006.
- _____. Introdução à Linguística textual: trajetória e grandes temas. 2.^a ed. São Paulo; 2015.
- _____. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Contexto; 1997.
- _____; Elias VM. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto; 2006; 2008.
- _____. Escrever e argumentar. São Paulo: Contexto; 2016.
- Micarello HALS, Magalhães TG. Letramento, linguagem e escola. Bakhtiniana. ago./dez. 2014;9(2):150-163.
- Perrenoud P. A prática reflexiva no ofício do professor: profissionalização e razão pedagógicas. Porto Alegre: Artmed Editora; 2002.
- Ruiz EMSD. Como se corrige redação na escola. Campinas: Mercado das Letras; 2001.
- Thiollent M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez; 1996.
- Tripp D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa. 2005;31(3):443-466.
- Vygotsky LS. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes; 1984.
- _____. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes; 1991.

FLP20(2)

Grammatica philosophica: a um passo da forma

Grammatica philosophica: on the verge of form

Clóvis Luiz Alonso Júnior*
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo: Longe de apresentar a validade do pensamento filosófico aplicado ao desenvolvimento do pensamento gramatical, pretendo aqui esboçar a apresentação de teoria que venho esforçando-me para construir e que se pauta por modo inescapavelmente filosófico de olhar para o objeto Língua. Proponho que esse objeto seja constituído, no conjunto de seu tecido lexical e morfossintático, por metáforas de cunho físico-espacial, por sua vez resultantes de procedimento mimético que a Língua, (sempre) em formação, tenha realizado e venha realizando sobre o espaço físico, desdobrando-se as metáforas — como lhes é próprio — em cadeias abstrativas. Postulo que a tradição filosófico-gramatical se tenha aproximado — e apenas aproximado — da possível verdade que aí venho pretendendo formular: essa tradição teria estado a um passo do que denomino semântica da estrutura, a um passo da forma.

Palavras-chave: Gramática filosófica. Morfossintaxe. Metáfora.

Abstract: Far from introducing the validity of the philosophical thought applied to the development of the grammatical thinking, I intend to sketch an introduction to a theory that I have been developing, one that looks at Language as an object with an inescapably philosophical approach. My understanding is that this object is built, in its set of lexical and morphosyntactic formation, by physical-spatial metaphors. These are the outcome of mimetic procedures that Language, (always) in formation, has done and has been doing on the physical space, where metaphors unfold — as it is inherent to them — into abstractive chains. I state that the philosophical-grammatical tradition has come close — and only this — to the possible truth that I have been trying to assert: this tradition would have been on the verge of what I call semantics of structure, on the verge of form.

Keywords: Philosophical Grammar. Morphosyntax. Metaphor.

FLP20(2)

1 ESTRUTURA: DA MATÉRIA À FORMA

A historiografia linguística reconhece a existência daquilo que denomina programas de investigação (Swiggers, 2004), sistemas conceituais norteados pelos parâmetros “visão”, “incidência” e “técnica” relativamente à abordagem do objeto, que é a linguagem. Ao pé do Programa Sociocultural — caracterizador da Sociolinguística —, do Programa Descritivista — de que é exemplo o Estruturalismo —, do Programa de Projeção — exemplificado pela Semântica Formal e pela Linguística Computacional —, interessa-me, não apenas aqui, o Programa de Correspondência, assim chamado porque pressupõe, segundo o parâmetro “visão”, *correspondência* entre os elementos do tripé “língua, pensamento, realidade”, incidindo no que ali são

* Doutorando do Programa de Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil; alonso.junior@usp.br

relações entre estruturas morfossintáticas e conteúdos ou processos mentais, em atendimento ao parâmetro “incidência”, e acionando como “técnica” o estabelecimento de classes lógico-semânticas e de correlações entre processos mentais e regras gramaticais, de que proponho que advenha certa semantização das construções.

A abordagens linguísticas características do Programa de Correspondência já se impingiu frequentemente a objeção de que imiscuir critérios semântico-cognitivos em análise formal faz pagar o preço da inconveniência teórico-metodológica representada, em tese, pelo pressuposto da incompatibilidade entre critérios semânticos e critérios formais, que, por natureza, não se recobririam mutuamente, de que se segue que análises que privilegiem uns sejam inconsistentes quanto aos outros. Aqui se replica, na defesa daquelas abordagens, que o problema está não na mistura de critérios — afinal, Língua é “forma e conteúdo” —, mas na esquizofrenia que se vê entre eles, efeito colateral de um problema bem maior: a limitação que a tradição linguístico-filológica fez constituir na leitura do que seja “sentido” e na leitura do que seja “forma”. O que afirmo aqui, quanto à leitura da forma, é que seja tradicionalmente empreendida ou em defesa do primado teórico da função, categoria inescapavelmente semantizada — consideradas as abordagens em que a parêntese “forma e função” se poderia apresentar como “função e forma”, entretanto não “semântica *da forma*”, como pretendo —, ou com base no pressuposto do insulamento analítico da forma e das construções relativamente ao conteúdo, que equivale ao sentido, um sentido *aplicado* à forma e às construções, de fora para dentro do ambiente propriamente linguístico: *um sentido*, entre outros possíveis, construído pelo discurso. É precisamente quanto ao discurso que essa leitura é isenta de equívoco, mas, para *aquém* da camada discursiva, é, segundo o que proponho aqui, carente de validade ontológica, fenômeno para o qual sugiro emprestar o epíteto epistemológico de “desleitura da forma”.

FLP20(2)

As atribuições de sentido, ad hoc empreendidas pelos atores do discurso, em função das necessidades e dos interesses do contexto discursivo, são acolhidas pela forma e pelas construções, não por obra de arbitrário acaso, mas exatamente porque há nestas algo com que semanticamente se coadunam aquelas, segundo a proposta que me tenho empenhado para formular: certa observação arqueologicamente especulativa da forma e das construções permite que se lhes proponha determinada *ontogênese metaforicamente inspirada* pela percepção do espaço físico e do movimento aí realizado, então mimetizado na confecção da Língua, depois encetando-se desdobramento metafórico rumo à abstratização, na esteira das injunções discursivas, que se historicizam.

É bem longínquo, na tradição, o reconhecimento da mimese que, no ato da formulação da Língua, se realiza sobre o movimento espacial, de que advém parte da própria metalinguagem gramatical, que abriga expressões como ‘adjunto’ ou ‘complemento’ ‘adverbial de lugar de onde’ ou ‘para onde’, o que há de ter sido sugerido já pela semântica imediata de certos contextos frasais como ‘*venho de Paris*’ ou ‘*vou a Roma*’, em que a presença de verbos de movimento e de topônimos patenteia que se trata de vir de um lugar ou de ir a um lugar explicitamente nomeado, não cabendo dúvida quanto a tratar-se de movimento. A percepção não obteve, porém, a mesma sorte em construções como ‘*o pobre morreu de fome*’, em que **a fome é o lugar de onde** procedeu a morte, não menos do que Paris é o lugar de onde procede a vinda, haja

vista a utilização da mesma, assim mal chamada, “preposição”¹, ‘de’, que opera o movimento de *lugar de onde*, como mimese do movimento físico-espacial, na *confeção sintático-metáforica da Língua*, o mesmo se tendo dado na construção de formas como ‘proceder’ e ‘advir’ — presentes poucas linhas acima neste texto —, em que os prefixos, preposições gramaticalizadas², ‘pro-’³ e ‘ad-’, operam, respectivamente, o mesmo movimento de *lugar de onde* realizado em ‘*venho de Paris*’ e em ‘*o pobre morreu de fome*’ e o mesmo movimento de *lugar para onde* realizado em ‘*vou a Roma*’, o que faz dizer que a “preposição” ‘a’ (< *ad*), de ‘*vou a Roma*’, é rigorosamente a mesma entidade ontogênica que é o “prefixo” ‘ad-’ (> ‘a’), de ‘advir’, razão de aqui se tratarem as formas também como construções, inspiradas, em primeira instância, pela metáfora do espaço. Ora, a mesma ideia de *a(d)*-proximação que está na construção ‘*vou a(d) Roma*’ está nas formas ‘advir’ [de variante herdada, ‘avir’, com especializações semânticas, mantenedoras, entretanto, da mesma ideia de *a(d)*-proximação⁴] e ‘aceder’ (< *accedere* < *adcedere*⁵ < *ad*

FLP20(2)

¹ A “preposição” — ou, menos mal chamada, *interposição*, ou, melhor, *elemento indicador do (tipo de) movimento* ou simplesmente *mimese do movimento*, gradação nomenclatória que aqui proponho — mimetiza as realizações de deslocamento e, então, as realizações dos quatro movimentos que balizam as relações do homem com o mundo: o movimento de *lugar de onde*, o movimento de *lugar para onde*, o movimento de *lugar por onde* e o movimento de *lugar onde* — não-movimento —. É marca da espacialidade — já que antigo advérbio —, portanto *entidade significativa*, não apenas elemento que se “prepõe” na formalização do sintagma.

² Nem por isso semanticamente esvaziadas.

³ Muito arqueologicamente, ‘prō’ veicula a ideia de passagem (vejam-se o étimo **per*, arcaico **peri*, e os desdobramentos ‘prō’, ‘prae’, ‘prīmus’, ‘prior’), incluídas as ideias de chegada, de adiantamento, de movimento *para*, mas a assim chamada “regência” com *ab*-lativo atesta a fixação da ideia de movimento *de*, **ponto de partida da passagem**: “[...] **prō**, [sic, em negrito a vírgula] *prep.* de *abl.*, *adv.* e *pref.* **1.** *Prep.*: [sic, em itálico os dois-pontos] *a*) diante de, defronte de, em presença de (*com a ideia acessória de alguma coisa que está da parte de trás* [grifos meus]); *b*) no alto de, sôbre, do alto de; *c*) por, a favor de (em opos. a *contra*) [sic, em itálico o parêntese], por amor de, no interesse de; *d*) por causa de (em vez de *ob*) [sic, em itálico o parêntese]; [sic, em itálico o ponto-e-vírgula] *e*) em vez de, em lugar de; *f*) por, como *habere pro certo* ‘ter como certo’ [sic, fechamento de parêntese não aberto]; *g*) à maneira de, a título de, à laia de; *h*) pelo preço de, por; *i*) segundo, conforme, em proporção com, proporcionalmente a, consoante, em virtude de, em atenção a; *j*) durante, em, por. **2.** *Adv.* *Só ocorre nas loc.*: [sic, em itálico os dois-pontos] *pro* *quam* ou *proquam*, *pro* *ut* ou *prou* e *proinde*. **3.** **prō-**, [sic, em negrito a vírgula] **prō-** ou **prōd-**, [sic, em negrito a vírgula] *pref.* Designa: *a*) posição fronteira, *movimento* [grifo meu] para diante; *b*) protecção, defesa; *c*) acção de tornar público, de dar publicidade; *d*) anterioridade; *e*) descendência; *f*) substituição. | | *pro castris*: [sic, em itálico os dois-pontos] defronte do acampamento [...] **Obs.:** [...] **o abl. regido por pro é um verdadeiro ablativo** [negrito meu] e não um locativo, pois *pro castris* significa ‘diante do acampamento, mas *para quem parte* do mesmo acampamento’ [grifo meu] [...]” (Torriinha, 1945).

⁴ Veja-se como de fato se trata de *especializações* semânticas, que mantêm, pois, segundo o que proponho, a ideia de *a(d)*-proximação, inscrita na “preposição” ‘a’ (< *ad*), que sintomaticamente comparece nas formas representativas dos “diversos sentidos” da variante (herdada) ‘avir’: ‘*a(d)*paziguar’ (< *ad pacificare*) [‘fazer *a(d)*proximar-se a paz, trazê-la’]; ‘*a(d)*justar-se’ [‘fazer *a(d)*proximar-se o ajuste, providenciá-lo’], ‘*a(d)*comodar-se’ [‘fazer *a(d)*proximar-se a acomodação, constituí-la’].

⁵ *adcedere* (latim arcaico-clássico) > *accedere* (latim clássico) [forma ainda proparoxítona] por completa assimilação consonantal regressiva > *accedere* (latim vulgar) [forma já paroxítona] por hiperbibasmo do tipo diastólico > *aceder* (português) por apócope e por simplificação da consoante geminada — geminação resultante da assimilação —, apenas graficamente mantida a geminação em textos antigos: notem-se os fenômenos não mais do que plásticos da mudança linguística, acompanhados por mudança semântica em especializações de sentido [‘*a(d)*nuir’, ‘*a(d)*quiescer’, ‘*a(d)*cresce(nta)r’], que (veja-se a nota logo anterior) mantêm a primeira metáfora da ideia de *a(d)*proximação, própria do movimento de *lugar para onde*, uma vez que, nas ideias de anuência/aquiescência e de acréscimo/acrescimento/acrescentamento, há atitude aproximativa, ora na chave discursiva da harmonização, capaz de aproximar opostos, ora na da soma, capaz de aproximar elementos isolados;

cedere), bem como a mesma ideia de *se*-paração, afastamento, origem que está nas construções ‘*venho de Paris*’ e ‘*o pobre morreu de fome*’ está na forma ‘proceder’ — também na forma ‘provir’ —; ademais, *a ideia primeva e concretiva* de lugar do qual procede um fenômeno como a vinda, ou como a morte, *discursivamente acolhe a ideia secundária e abstrativa* de causa: o lugar pode ser Paris não mais do que pode ser a fome, que, então, é causa, porque *a causa é o lugar de onde* procede a consequência, motivação da expressão do ‘adjunto adverbial de causa’ (outrora entendido, e denominado, como ‘complemento circunstancial’ de causa, dado que o advérbio é a expressão de toda e qualquer circunstância) em *ab*-lativo, caso da *ab*-lação, da *se*-paração, em Latim, e, em Grego, genitivo (inexistente ali o caso ablativo), caso da gênese, portanto igualmente da *se*-paração, do afastamento, da origem, do movimento de *lugar de onde*. Aqui se propugna, então, leitura segundo a qual a ontogênese metafórica das construções e da forma lhes confere uma semântica primeva acorde com a metáfora originária, que, de inicial inspiração físico-concreta, se desdobra em figuração abstrato-espiritual, acolhendo, assim, as especificações discursivas — advindas da mesma metáfora —, sem se desprover do traço denotativo inicial. Configura-se, pois, uma semântica *da forma*, uma *semântica da Sintaxe*.

FLP20(2)

[...] é na estrutura das “formas da intuição” que primeiramente se manifestam o tipo e a orientação da síntese espiritual que opera na linguagem, e é somente por intermédio destas [sic] formas, somente através [sic] da veiculação das intuições de *espaço*, tempo e número que a linguagem pode realizar a sua função essencialmente lógica: a de transformar impressões em representações.

Este [sic] *entrelaçamento da expressão sensível e [da expressão] espiritual na linguagem evidencia-se sobretudo na intuição do espaço*. O papel decisivo da intuição espacial ressalta com a máxima nitidez justamente nas expressões mais gerais que a linguagem cria para designar processos espirituais. Até mesmo nas línguas altamente desenvolvidas encontramos esta [sic] *reprodução “metafórica” de determinações espirituais através [sic] de representações espaciais*. [...] (Cassirer, 2001, p. 208.) (grifos meus).

O procedimento especulativo que está na raiz desta pretensão de leitura talvez encontrasse lugar, uma vez plenificado, no Programa de Correspondência, em que se enquadram as gramáticas filosóficas, cujo espírito, se não pressupõe efetivamente para mim a semânticidade das construções, parece reconhecer o espelhamento, metafórico, do mundo sobre a Língua⁷, mas de fato não parece alimentar-se claramente da ideia

observe-se a “regência” dos verbos equivalentes ‘anuir’, ‘aquiescer’, ‘acresce(nta)r’ com a “preposição” ‘a(d)’, operadora daquele movimento

⁶ Raiz indo-europeia **se*, que indicia justamente a ideia de *se*-paração

⁷ Veja-se a ideia de “iconicidade”, emblemática do parâmetro “visão” do Programa de Correspondência, presente nas gramáticas filosóficas:

Em lingüística, *iconicidade* é definida [sic] como a correlação natural entre forma e função, entre o código lingüístico (expressão) e seu *designatum* (conteúdo). Os lingüistas funcionais defendem a idéia de que a estrutura da língua reflete, de algum modo, a estrutura da experiência. Como a linguagem é uma faculdade humana, a suposição geral é que a estrutura lingüística revela as propriedades da conceitualização humana do mundo ou as propriedades da mente humana.

As discussões em torno da motivação entre expressão e conteúdo na língua remontam à Antigüidade clássica, com a famosa polêmica que dividiu os filósofos gregos em convencionalistas e naturalistas. Enquanto os primeiros defendiam que tudo na língua

abstratíssima de *estrutura*⁸, quiçá por estar, como todo o peso da tradição, baseado na leitura da forma em profundo comprometimento no que aqui venho delineando como o que se poderia chamar “semântica discursiva”, aquela situada para além da “semântica da forma”. Por outro lado, o perfil “intelectual” dos discursos linguísticos que se pretendem representantes de configurada filiação propriamente linguístico-teórica, centralizados em abordagem marcadamente intrassistêmica, distancia-se da — se não rechaça a — ideia do espelhamento, fundamentando-se na dicotomia entre “a realidade” e “o sistema”, sistema-estrutura. Ao que bem parece, o preço do maduro contorno da ideia de estrutura linguística foi o descolamento conceitual entre o mundo e o sistema que o descreve, então vistos um como realidade ontológica descrita e o outro como abstração descritora epistemologicamente apartada, a assegurar seu terreno. Ora, o que presumo aqui é não a preconização da exigência de distinção clara entre mundo e representação de mundo — porque já não se prescinde dessa distinção —, mas o vislumbre da semanticidade das estruturas: estruturas que se prestam, elas mesmas, à discursivização do mundo e que, *como estruturas*, são plenas de semântica, uma semântica *já aí inscrita*, uma semântica **da estrutura**, uma semântica *da metáfora que representa a mimetização do mundo* empreendida na formulação da Língua, uma semântica da abstração mimética.

FLP20(2)

2 O ESPÍRITO FILOSÓFICO

Exemplo do viés “discursivista” da tradição gramatical, empenhado em certa descrição dos modos como a Língua se presta a “materializar” — linguisticamente — as intenções discursivo-vivenciais do mundo, a *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa, ou Princípios da Grammatica Geral applicados á nossa linguagem*, de Jerônimo Soares Barbosa, publicada em 1822, nominalmente filiada à tradição da gramática racionalista, não se distancia, entretanto, de determinada limitação filosófica segundo o que pretendo aqui. O enfoque naquilo que constitui a própria teleologia da Língua, que é a urdidura discursiva, é, pois, enfoque legítimo, porquanto imprescindível, em função da exigência da formulação de um construto discursivo ancilar à existência, o que torna sofisticado o enfoque — propriamente linguístico — na relação entre aquela exigência e seu atendimento linguístico-formal, ou seja, a satisfação da demanda discursiva em material linguístico, que se dá exatamente pela formalização de ideia em língua. Mesmo, porém, enfocada naquela relação, e não exclusivamente na abstração da discursividade, a apreciação de Soares Barbosa está ainda a um passo do que pretendo aqui: é abordagem finamente descritiva da Língua, sem jamais se pôr a prenciar o que seria, por exemplo, o longínquo Estruturalismo, uma vez que

era convencional, mero resultado do costume e da tradição, os naturalistas afirmavam que as palavras eram, de fato, apropriadas por natureza às coisas que elas significavam. Essas especulações filosóficas têm seus desdobramentos no debate posterior entre anomalistas e analogistas acerca da (ir)regularidade da estrutura linguística. (Cunha, Martelotta e Oliveira, 2003, p. 29-30; grifos dos autores).

⁸ “A noção de sistema deve-se a Saussure. De acordo com Benveniste (1976) [Benveniste E. *Problemas de Linguística Geral*. (Veja-se, aqui, em Referências, Benveniste E, 1991.)], a novidade da doutrina saussuriana reside exatamente na visão de língua como sistema, que prevê uma prioridade do todo em relação aos elementos que o compõem. O termo *sistema* mais tarde foi substituído pelo termo *estrutura*: uma vez aceita a visão de que *a língua constitui um sistema* — um conjunto cujos elementos agrupam-se [sic] num todo organizado —, cumpre analisar-lhe a estrutura. [...]” (Cunha, Martelotta e Oliveira, 2003, p. 17; grifos dos autores).

desconhece a técnica binarista e frequentemente se estende em considerações lucubratórias, mas, nessas considerações, algo parece faltar, algo que há de ser precisamente aquilo que faria enxergar a semântica das construções.

Todo o mesmo se diga quanto aos *Principes Généraux de Grammaire pour toutes les langues, avec leur application particulière à la langue française*, publicados em 1798, por Étienne Bonnot de Condillac, cuja formulação do título encontra eco na de Soares Barbosa (1822), indiciando-se clara representatividade da Gramática Geral.

Em geral se data o aparecimento de considerações gerais (gramática filosófica, gramática especulativa, gramática universal, gramática geral, gramática racional etc.) sobre a estrutura das línguas ou a. com a gramática especulativa medieval (ca. 1300 [...]), ou b. com a gramática geral de Port-Royal (1660). A questão está longe de ser simples₁, porque se propuseram igualmente os seguintes pontos de partida: c. os dois primeiros tratados do *Organon* aristotélicos [...]; d. o aparecimento de tratados gramaticais englobando várias línguas; certos autores se esforçam mesmo em ligar a generalidade à comunidade original de uma família linguística [...]; e. o trabalho das gramáticas latinas para adaptar a gramática grega à língua [...] e e'. a gramatização dos vernáculos, em particular exóticos (Carvalho Buescu, 1983) [Carvalho Buescu, M. L. *O estudo das línguas exóticas no século XVI*. Lisboa: Biblioteca Breve, Ministério da Educação, 1983.]; f. a renovação da gramática latina no século XVI [...]; g. enfim, certos intérpretes, não sem argumentos em consideração a seu papel medieval, chegaram a considerar a *Ars minor* de Donato como fazendo [sic] a função de uma espécie de gramática geral [...] (Auroux, 1992, p. 85-86).

FLP20(2)

Os vários e coerentes modos de nomear as “considerações gerais sobre a estrutura das línguas” (Auroux, 1992, p. 85) denotam a “generalidade” — que “certos autores se esforçam mesmo em ligar [...] à comunidade original de uma família linguística” (idem) — por meio das expressões *Gramática Geral* e *Gramática Universal*, bem como indiciam, mediante as expressões *Gramática Especulativa* e *Gramática Filosófica*, o caráter especulativo-filosófico, associado, pois, àquela generalidade, restando espaço de intersecção para a expressão *Gramática Racional*, que faz pensar não em seu contrário — uma vez que não se haveria de cogitar uma “gramática irracional”, conquanto haja muito de irracionalidade em certas abordagens⁹ —, mas justamente na racionalidade que caracteriza determinada generalidade, na busca de padrões partilhados que, racionalmente, no âmbito teórico, unifiquem objetos análogos¹⁰.

Analogia exemplar se encontra na comparação entre as maneiras como Soares Barbosa (1822) e Condillac (1798) versam sobre o elemento que proponho como

⁹ “[...] systema informe e minucioso de exemplos e regras, fundadas mais sobre analogias apparentes, que sobre a razão [...]” (Soares Barbosa, 1822, p. X).

¹⁰ “[...] se o espirito se adianta a indagar e descobrir nas leis físicas do som e do movimento dos corpos organicos o mecanismo da formação da Linguagem; [recorrente, no texto, de pontuação conforme com a época, o uso de ponto-e-vírgula por vírgula] e nas leis psicológicas as primeiras causas e razões dos procedimentos uniformes, que todas as Línguas seguem na analyse e enunciação do pensamento; então o systema, que daqui resulta, não he ja huma Grammatica puramente practica, mas scientifica e philosophica.” (Soares Barbosa, 1822, p. IX; grifo meu);

“[...] [...] as mais [línguas que não “a Língua propria”, não a língua materna] [...] tem os mesmos *principios geraes*, e *não se differença senão nas fórmas accidentaes que cada huma escolheo para indicar as mesmas ideias e fazer dellas* [das formas acidentais] *as mesmas combinações* [...]” (Soares Barbosa, 1822, p. XIII; grifos meus).

indiciador ou propriamente operador do movimento mimético-espacial-metafórico realizado pela Língua, a assim dita “preposição”, que, para Condillac (apud Auroux, 1992, p. 106), é indicativa de *relações*:

[...] “Não é preciso senão substantivos para nomear todos os objetos de que podemos falar: só é preciso adjetivos para exprimir todas as qualidades; só é preciso *preposições para indicar* as suas *relações* [...]” (grifo meu),

maneira universalizante de definir categorias gramaticais, associando-as totalizantemente a categorias do mundo — “todos os objetos de que podemos falar”, “todas as qualidades” —, espírito segundo o qual o perfazimento da totalidade assegura a possibilidade de atendimento à razão, traço a que nada falta de filosófico quanto a considerações gerais presentes nas obras em questão:

A Grammatica [...], que não he outra couza, segundo temos visto, senão a *Arte, que ensina a pronunciar, escrever, e falar correctamente qualquer Língua* (grifo do autor), tem naturalmente duas partes principaes; huma *Mechanica* (grifo do autor), que considera as palavras como meros vocabulos e sons articulados, ja pronunciados, ja escriptos, e como taes sujeitos ás leis *physicas* dos corpos sonoros, e do movimento; outra *Logica* (grifo do autor), que considera as palavras, não ja como vocabulos, mas como *signaes artificiaes* das ideas e suas *relações*, e como taes sujeitos ás *leis psychologicas, que nossa alma segue no exercicio das suas operações e formação de seus pensamentos: as quaes leis sendo as mesmas em todos os homens de qualquer nação que sejam ou fossem; devem necessariamente comunicar ás Línguas, pelas ques [sic] se desenvolvem e exprimem estas operações, os mesmos principios e regras geraes, que as dirigem.* (grifo meu) [...] (Soares Barbosa, 1822, p. VIII-IX),

[...] a Grammatica foi sempre reputada como huma parte da Logica pela intima *connexão, que as operações do nosso espirito tem com os signaes, que as exprimem* (grifo meu). E esta he a razão, porque os antigos Philosophos, e os Stoicos principalmente se fazião cargo della nos seus tractados de Philosophia, como Protagoras, Platão, Aristoteles, Theodectes, Diogenes, Chrysippo, Palemon, e outros, sobre os quaes se póde ver Laercio nas suas vidas¹¹, e Quintiliano Inst. Ora. [Instituições Oratórias] I, 6. (Soares Barbosa, 1822, p. X),

concepção em que ressaltam o pressuposto filosófico-racionalista da universalidade — “[...] as quaes leis sendo as mesmas em todos os homens de qualquer nação que sejam ou fossem [...]” — e o preceito especulativo-gramatical da iconicidade — “leis” que “devem necessariamente comunicar ás Línguas, pelas ques [sic] se desenvolvem e exprimem [...] [as] operações [da alma], os mesmos principios e regras geraes, que as dirigem”; “intima connexão, que as operações do nosso espirito tem com os signaes, que as exprimem” —. É na análise de objetos específicos, como a “preposição”, que, entretanto, Soares Barbosa (1822) dá espaço a que se verifique o que, para mim, representa a limitação — filosófica — quanto ao passo que pretendo e, em proveito próprio, reclamo como mote elucidativo da proposição do movimento mimético realizado sobre o espaço físico, a bem da constituição da semântica *das construções* linguísticas, primeva na estrutura, porque aí inscrita.

¹¹ *Vida dos filósofos illustres*, obra biográfica do historiador antigo Diógenes Laércio (parcialmente homônimo do filósofo cínico Diógenes de Sinope, aqui citado), fonte do Estoicismo.

Soares Barbosa (1822, p. 314-315), ao tecer tipologia da preposição, emblema o que talvez seja o espírito racionalista aplicado ao gênero “gramática”, respeitada a estrutura já então convencionalizada para esse gênero em associação com a especulação sobre a natureza dos objetos:

Nossos Grammaticos contão na Lingua Portugueza até quarenta preposições, que pela sua ordem alphabetica são as seguintes, *A, Abaixo, A' cerca, Acima, Afora, Além, Ante, Antes, Apoz, A' quem, Arroda, Aoredor, Até, Atraz, Com, Contra, Conforme, De, Debaixo, Decima, Defronte, Detraz, Dentro, Depois, Diante, Desde, Em, Entre, Excepto, Juncto, Longe, Perto, Para, Per, Perante, Por, Segundo, Sem, Sob, e Sobre*. A palavra *Cerca*, que João de Barros conta como preposição, e *Fóra, Póç, Traç*, de que também usão nossos Escriptores, são as mesmas que *A' cerca, Afora, Apoz, Atraz*.

De todas estas quarenta palavras so dezeseis são preposições sem duvida alguma, a saber: *A, Ante, Apoz, Até, Com, Contra, De, Desde, Em, Entre, Para, Per, Por, Sem, Sob, Sobre*. As mais todas ou são nomes, ou adverbios, e como taes devem ser tiradas da posse injusta, em que as puzerão nossos Grammaticos.

São nomes substantivos servindo de complementos ás preposições que os precedem, quer separadas, quer incorporadas na mesma palavra, as seguintes: *A baixo, De baixo, A cima, De cima, A' cerca, De frente, A' roda, Ao redor*: porque todas estas palavras se achão empregadas pelos nossos Classicos, e no uso actual da Lingua como substantivos sem preposição alguma; e com ella ficão sendo o mesmo que erão sem differença alguma mais do que servirem de complementos á preposição, bem como os mais nomes. Se fossem preposições, mal podião ser complementos d'ellas; porque huma preposição nunca pôde ser complemento d'outra [...],

FLP20(2)

embora se deva explicitar o caráter adverbial das locuções sobre as quais incide a ressalva, tendo-se mesmo de negar-lhes o estatuto de preposição; aqui são conjuntos nucleados em substantivo e adverbializados por meio da translação¹², fenômeno, expresso em linguagem estruturalista, segundo o qual um conjunto de palavras funciona como determinada classe sem que haja no conjunto nenhuma palavra dessa classe, “mágica” processada exatamente pelo desempenho da “preposição”, que assim interpreto: sobre o nome substantivo, representação da “coisa”, atua a preposição, realizando relativamente a ele, em caráter metafórico, o movimento — espacial — quer de separação, quer de aproximação, quer de perambulação, quer de estagnação — que é não-movimento, movimento *ex opposito* —; a circunstancialidade constituída pelo movimento é o que, por sua vez, constitui a adverbialidade, ou seja, trata-se da estagnação expressa por um nome substantivo posta em movimento e, assim, circunstancializada:

‘abaixo’, ‘debaixo’, ‘acima’, ‘decima’ (grafia antiga),
sendo ‘a baixo’, ‘de baixo’, ‘a cima’, ‘de cima’,
são “para o baixo”, “do baixo”, “para a cima” (“para o cimo”), “da cima” (“do cimo”), ou seja,
“para tal lugar (físico ou virtual) [nome substantivo], que é o baixo”,
movimento de *lugar para onde*,
“de tal lugar (físico ou virtual) [nome substantivo], que é o baixo”,
movimento de *lugar de onde*,

¹² Sobre translação, veja-se o capítulo *Translação de primeiro grau*, de Carone (1988).

“para tal lugar (físico ou virtual) [nome substantivo], que é o alto”,
 movimento de *lugar para onde*,
 “de tal lugar (físico ou virtual) [nome substantivo], que é o alto”,
 movimento de *lugar de onde*,

formas-construções (e suas respectivas “explicações”, aqui em aspas duplas) *cujas semânticas* proponho que mentalmente se abarque construindo-se a imagem de um frame que represente o baixo ou o cimo relativamente ao qual se realiza movimento de *lugar de onde* ou movimento de *lugar para onde*, movimento que, metaforicamente, se desdobra na formalização das estruturas:

1. ‘debaixo de’,

em que o ‘de-’ prefixal sofreu gramaticalização — para mim, jamais em esvaziamento total —, muito provável motivação da união gráfica, fenômeno (gramatical) e convenção (meramente gráfica) que não obliteram a lembrança do movimento de *lugar de onde*, e o ‘de’ prepositivo opera plenamente esse movimento, de modo que a formalização de expressão como

‘nuvens que estão debaixo do céu’,

em que discursivamente se designam nuvens que estão no céu, precisamente na “parte baixa” do céu, na parte do *baixo* do céu, é, metaforicamente, motivada pela mimese de dois movimentos:

- um movimento de *lugar de onde* realizado **por uma parte**¹³ (que pode ser identificada como um ponto, um lugar) **a partir de** o *baixo* do céu [‘o baixo’, nome substantivo], e essa parte, que metaforicamente partiu do baixo do céu (em movimento de *lugar de onde*), representa, como ponto de chegada, o *lugar onde* as nuvens estão, resolução da metáfora de movimento:

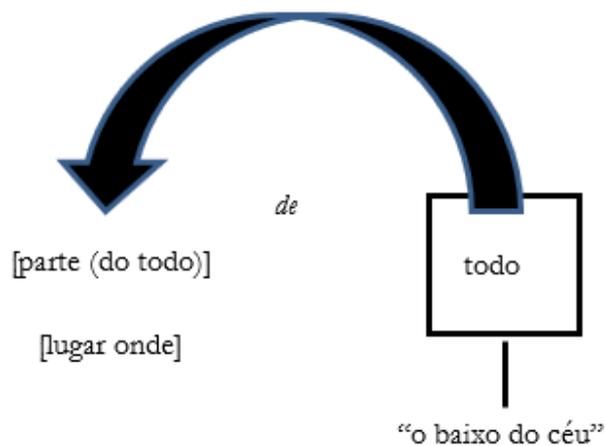


Figura 1.

¹³ Veja-se o movimento *partitivo*, próprio do *lugar de onde*.

- outro movimento de *lugar de onde* realizado *pelo baixo* [‘o baixo’, nome substantivo] **a partir de** o céu :

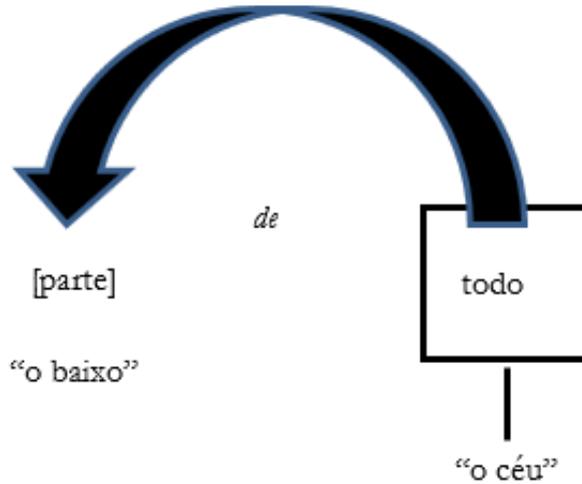


Figura 2.

movimentos imageticamente operados por ‘de’, que conduz **do baixo do céu** “a parte” e **do céu** o baixo, em metáforas segundo as quais uma parte se separa do baixo e o baixo se separa do céu, ou seja, de todo o frame “baixo” se separa uma parte, inominada porque elíptica, resultante no *lugar onde* as nuvens estão, e de todo o frame “céu” se separa, destaca-se, deriva outra parte, identificada como “o baixo”, “o baixo do céu”, interpretação que assim *ex-plivo* arqueologicamente:

FLP20(2)

nuvens
(que)¹⁴
estão em lugar
↓
que *partiu de* “o baixo”
↓
que *partiu de* “o céu”

2. ‘de cima de’,

em que, sem gramaticalização, se realizam também dois movimentos de *lugar de onde*, desdobrando-se na formalização de expressão como

‘saiam de cima da grama’,

injunção na qual se ordena que os interlocutores realizem movimento de *lugar de onde* **a partir de** a cima da grama, o alto da grama, formalizada a expressão ‘cima da grama’ com base na imagem de movimento de *lugar de onde* ora realizado *pela cima* [‘a cima’, nome substantivo, ‘o cimo’, ‘o alto’] **a partir de** a grama, ambos os movimentos de *lugar de onde* operados por ‘de’:

¹⁴ Veja-se Alonso Júnior (2002).

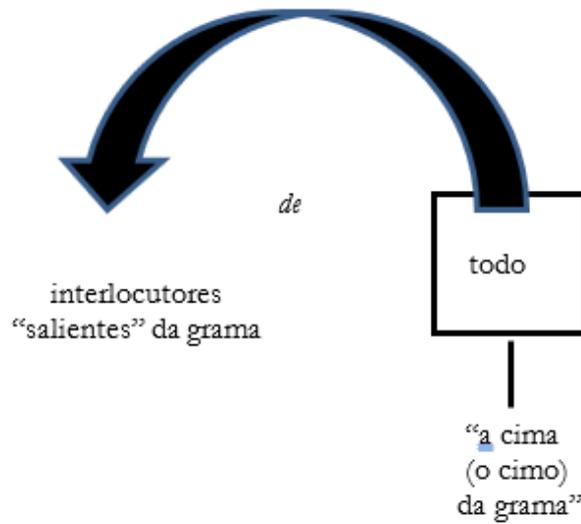


Figura 3.

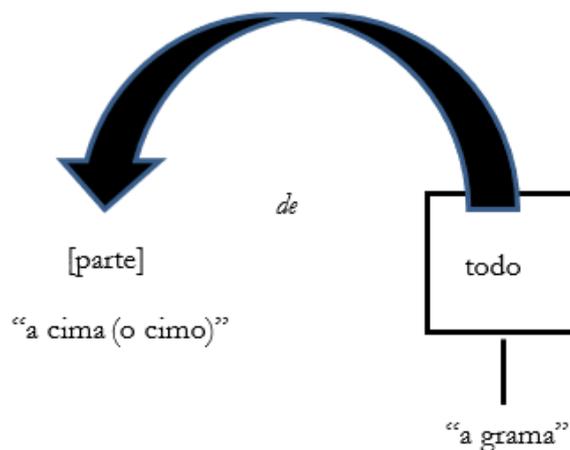


Figura 4.

de “a cima” saiam
 ↓
 que *partiu de* “a grama”

veja-se que a semântica do verbo ‘sair’ já contém a ideia de movimento de *lugar de onde*, o que escusa esforço para que se visualize esse movimento pragmaticamente realizável a partir da cima da grama, mas não há correspondência pragmática ao esforço arqueológico necessário para formar a imagem mental do metafórico movimento de *lugar de onde* realizado *pela cima a partir da grama*, metáfora segundo a qual a *parte* da grama que é correspondente à cima se separa da grama, destaca-se da grama;

3. ‘abaixo de’,

em que, não obstante a ocorrência de gramaticalização, se mantém a imagem do movimento de aproximação ao baixo, movimento de *lugar para onde*, operado pela

FLP20(2)

“preposição” ‘a’ (*ad*), aqui “mudada” para “prefixo”, ‘a-’, resultado da gramaticalização — jamais esvaziamento total —, ao passo que a “preposição” ‘de’ opera movimento de *lugar de onde*, conjunto de que se desdobra, por exemplo, a formalização da expressão

‘abaixo de crítica’,

na qual discursivamente se quer dizer que algo seja tão ruim que é como se estivesse em lugar mais baixo do que o âmbito de alcance de toda e qualquer crítica, em patamar tão baixo — metáfora, socialmente partilhada, para a ideia de má qualidade — que mesmo a crítica mais rebaixada não alcança; a expressão é resultado formal da imagem por meio da qual, em movimento de *lugar para onde*, se fez ir tal objeto *para o baixo* de toda e qualquer crítica, e se determina o baixo como “baixo da crítica”, mediante a imagem segundo a qual se realiza movimento de separação entre “crítica” e “baixo”, movimento de *lugar de onde* realizado *pele baixo, a partir do frame* “crítica”, sendo o baixo como que uma *parte* da crítica, a separar-se dela por operação metafórica empreendida por ‘de’:

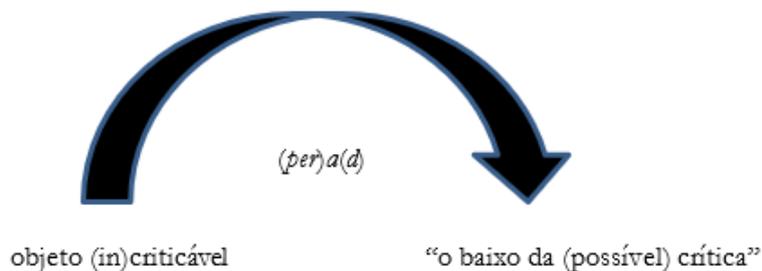


Figura 5.

FLP20(2)

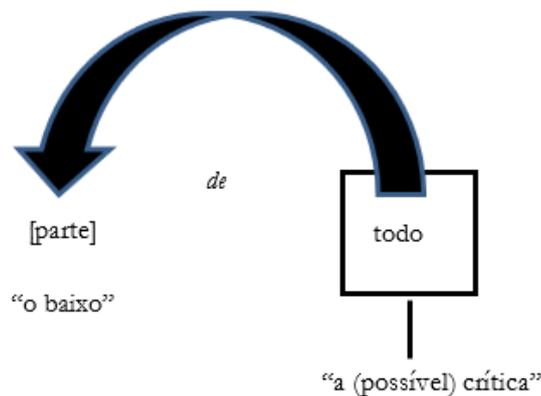
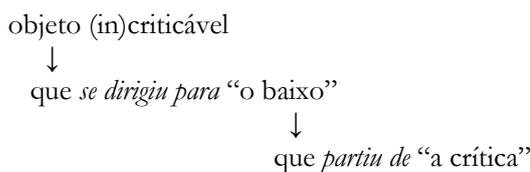


Figura 6.



4. ‘acima de’,

em que também se mantém a imagem do movimento de *lugar para onde*, operado pela “preposição” ‘a’ (*ad*), na mesma “mudança” para “prefixo”, ‘a-’, resultado da mesma gramaticalização, movimento de aproximação à cima, ao cimo, ao alto, enquanto a “preposição” ‘de’ opera movimento de *lugar de onde*, desdobrando-se o conjunto na formalização da expressão

‘acima de toda e qualquer suspeita’,

lexia por meio da qual se pretende dizer que algo esteja situado em ponto superior ao alcance de toda e qualquer suspeita, em ponto alto — metáfora, partilhada, para a ideia de boa qualidade —, inalcançável para toda e qualquer suspeita, imagem em que, metaforicamente, ao frame “suspeita” se associa como que uma parte, correspondente à cima, ao cimo, “o cimo da suspeita”, “o cimo de toda e qualquer suspeita”, *parte* que, por meio do movimento de *lugar de onde*, se destaca da suspeita, que é o todo:

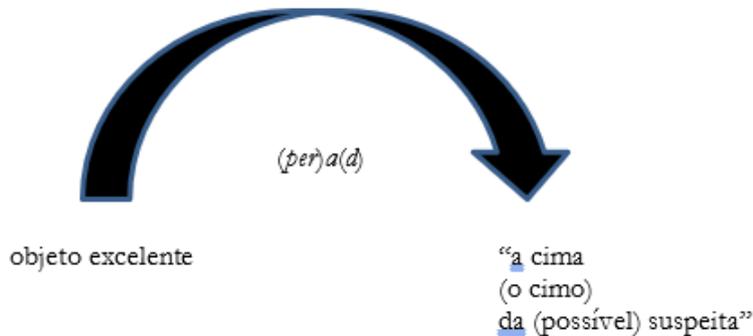


Figura 7.

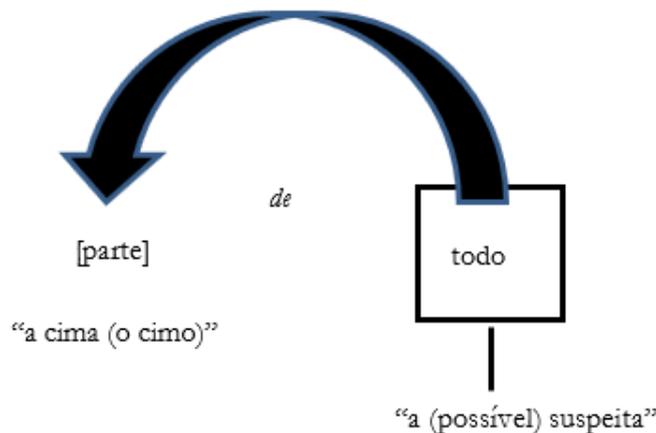
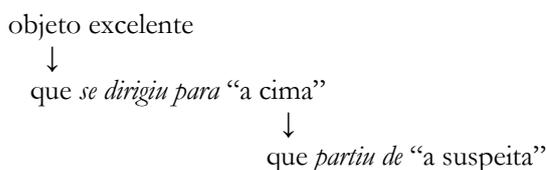


Figura 8.



note-se que proponho como processo de formação da estrutura e da expressão a ideia de que se enviou o objeto excelente *para* o cimo — então ele está no cimo, discursivamente não bem uma parte da suspeita, mas um ponto superior a ela, *acima* dela, *a que se chega indo-se para cima* — e esse cimo é *parte* que *metaforicamente* se destacou da suspeita.

Com espírito descritivo-analítico — uma vez que, de fato, não se trata de descrição realizada com fim em si mesma — e forte pendor interpretativo, inescapavelmente filosófico, Soares Barbosa (1822), ao pretender ter “explicada [...] a natureza da preposição” (p. 313), formula a ressalva de que “a preposição [...] não indica senão huma unica idea” (p. 311), enumerando-lhe consequências icônicas:

[...] e esta [ideia] [é] geral e simplicissima, qual he a relação de complemento, em que hum objecto está para com outro; a qual relação he hum mero aspecto, e huma vista momentanea, com que nosso espirito considera huma idea em respeito a outra. Daqui vem

1.º Que o mecanismo¹⁵ da Linguagem imitando com os vocabulos, quando lhe he possível, a natureza das ideas (grifo meu), não podia deixar de escolher para representar esta relação simplicissima se não palavras curtas e monosyllabas, chamadas *Particulas* (grifo do autor), como escolheu¹⁶ em todas as *Linguas* (grifo meu). Porisso qualquer palavra polysyllaba, que se queira introduzir na Grammatica, como preposição, se faz suspeita pela sua mesma extensão.

2.º Que toda preposição¹⁷ sempre he huma palavra indeclinavel e invariavel, simples e não composta, primitiva e não derivada. Porque a declinação, composição, e derivação dos vocabulos não se faz senão para concentrar em huma palavra com sua idea principal outras accessorias; o que não cabe na preposição, que, como vimos, exprime huma idea so, e esta simplicissima (p. 311).

— em que o empreendimento explicativo é, entretanto, condenado à tautologia que há em justificar que a concentração de ideias acessórias em uma palavra “não cabe na preposição” porque a preposição “exprime huma idea so” e porque é “simplicissima”¹⁸: ora, a concentração de ideias não cabe porque cabe exclusivamente em elemento referencial — expressão que, é bem verdade, seria anacrônico pretender atribuir a Soares Barbosa (1822) —, ao passo que a, assim chamada, preposição é elemento que opera como ligador, porque, segundo o que proponho aqui, aponta para relações espaciais, por via da metáfora do espaço físico —

¹⁵ Grafia fluante no texto, relativamente às grafias ‘*Mechanica*’ e ‘*mechanismo*’: “A Grammatica [...] tem naturalmente duas partes principaes; huma *Mechanica* (grifo do autor), que considera as palavras como meros vocabulos e sons articulados [...]” (Soares Barbosa, 1822, p. VIII); “[...] o espirito se adianta a indagar e descobrir nas leis *physicas* do som e do movimento dos corpos organicos o *mechanismo* da formação da Linguagem [...]” (Soares Barbosa, 1822, p. IX).

¹⁶ Grafia fluante no texto, relativamente à grafia ‘*escolheo*’: “[...] fórmãs *accidentaes* que cada huma [cada língua] escolheo para indicar as mesmas ideas [...]” (Soares Barbosa, 1822, p. XIII).

¹⁷ Veja-se, no item 3º da citação, a formulação “toda a relação tendo necessariamente dous termos” (grifo meu), articulação (‘toda a relação’) comum no Português europeu, todavia semanticamente injustificável, uma vez inespecífica a determinação.

¹⁸ A formulação “o que não cabe na preposição, que, como vimos, exprime huma idea so, e esta [é] simplicissima” faz da adjetiva explicativa e da aditiva coordenada a ela um conjunto inevitavelmente causal.

3.º Que exprimindo a preposição huma relação, e toda a relação¹⁹ tendo necessariamente dous termos pelo menos, ella requer por consequencia duas ideas para combinar, huma *Antecedente*, e outra *Consequente*; e requer outrosi estar no meio dellas segundo a ordem da construcção direita e *analytica*. Digo: *Segundo a ordem da construcção direita e analytica*, porque na invertida muitas vezes succede o contrario, ou por necessidade, quando os complementos das preposições são alguns dos demonstrativos²⁰, ou puros, ou conjunctivos, como: *D'isto se segue*, *D'o que se segue*: ou por elegancia, como: *De Coimbra a Lisboa vão tantas legoas*, quando a ordem seria: *Tantas legoas vão de Coimbra a Lisboa*, ficando as preposições *de* e *a* entre o verbo *vão*, e os seus respectivos complementos.

4.º Que, como a segunda idea sempre he complemento da primeira, segue-se, que esta he sempre incompleta. Ora huma idea póde ser incompleta de dous modos, ou por ser vaga e geral, e por consequencia susceptivel de determinação; ou por ser relativa, e demandar por consequencia hum termo, que complete sua relação. Daqui duas especies de complementos, huns *Determinativos*, e outros *Terminativos*. Quando digo: *O livro de Pedro*; a preposição *de* com o nome *Pedro* he hum complemento determinativo; por que [veja-se a grafia abaixo] determina, e restringe a significação geral e vaga da palavra *livro*. Porém se digo: *O filbo de Pedro*; o mesmo complemento ja he terminativo; porque [veja-se a grafia acima] serve de termo á significação relativa da palavra *Filbo*, que o requer. As palavras de significação relativa tambem o são de huma significação vaga, mas não ás avéssas.

Daqui se segue que a palavra, que serve de termo antecedente á preposição, devendo ter huma significação vaga e indeterminada, e não havendo outras desta natureza senão os nomes appellativos, e os adjectivos explicativos e restrictivos; estes so, e não outros, são os que podem ser antecedentes da preposição: bem entendido, que nesta conta entrão tambem os verbos adjectivos²¹ e os adverbios; porque aquelles levão consigo o adjectivo, e estes o substantivo appellativo. (Soares Barbosa, 1822, p. 311-312; grifos do autor),

FLP20(2)

análise em cujos itens terceiro e quarto se encontra descrição do funcionamento do elemento prepositivo pautada na natureza discursiva dos elementos lexicais do entorno e formulada em termos estritamente filosóficos:

“termo antecedente” = “idea incompleta”: “vaga, geral, indeterminada” [→ “**d**eterminação”]

+

“preposição”

+

“termo consequente” = “idea: complemento **d**eterminativo”;

“termo antecedente” = “idea incompleta”: “vaga, geral, indeterminada + relativa” [→ “**t**ermo (de relação)”]

+

“preposição”

+

“termo consequente” = “idea: complemento **t**erminativo”.

¹⁹ Articulação (‘toda a relação’) comum no Português europeu, todavia semanticamente injustificável, uma vez inespecífica a determinação; veja-se, no item 2º da citação, a formulação “*toda preposição* sempre he huma palavra indeclinavel e invariavel!” (grifo meu), inarticulada, o que reflete flutuação no uso.

²⁰ Em função, pois, do desempenho anafórico dos demonstrativos.

²¹ Oposição ao “verbo substantivo”, qualificação reservada ao verbo ‘ser’.

É com base nesses termos que Soares Barbosa (1822, p. 329) discorre densamente sobre a preposição ‘de’ e análogas:

Para o principio, *d’onde* começa qualquer movimento e acção, temos tres preposições, que são *De*, *Desde*, e *Por*, que tem a mesma força que as Latinas *De*, *A*, *Ab*, *Pro*, e *Propter*.

Mas a primeira e segunda são mais proprias para denotar²² hum principio physico, e a terceira hum principio moral; aquellas hum principio de origem, e esta hum principio como causa.

A preposição *De* ou tem hum antecedente de significação relativa, ou de significação vaga²³. No primeiro caso exprime hum complemento *Terminativo*, indicando o termo de hum principio, d’onde alguma couza ou vem, como: *Venbo de Lisboa*; ou provêm, como: *Nascer d’a terra*; ou começa, como: *De²⁴ hum cabo a outro*; ou he causada, como: *Vencido da dor*, *Morto de fome*.

No segundo caso exprime hum complemento *Restrictivo*, que limita a significação vaga e geral de seu antecedente, ou pelo seu possuidor, e autor, como: *Senhor d’o mundo*, *Pintura de Vasco*; ou pela sua materia, *Vaso de ouro*; ou pelo seu instrumento, *Obras de mão*; ou pelo seu modo, *Falou d’²⁵esta sorte*; ou pelas suas qualidades, *Homem de juízo*, &c. Todas as vezes que se encontrar esta preposição com seu complemento sem antecedente, he sempre huma expressão ou adverbial, ou elliptica, a que se deve entender hum nome appellativo, que lhe sirva de antecedente, como atraz deixamos mostrado (grifos do autor),

FLP20(2)

em que ‘de’ e ‘desde’ (‘des’ [*< de ex*] + ‘de’) se associam a “principio physico” e a “principio de origem”, e ‘por’ se associa a “principio moral” e a “hum principio como causa”, o que equivale a associar “principio de origem” a “principio physico” e “hum principio como causa” a “principio moral”, de um lado interassociar “physico” e “de origem”, do outro lado interassociar “moral” e “[...] como causa”, ou seja, dicotomiza-se o “principio” “*d’onde* começa qualquer movimento (e acção²⁶)” em “principio physico” e “principio moral”, associando-se à ideia concretiva a ideia de origem, denotadas por ‘de(-xde)’, e à ideia abstrativa a de causa, denotadas por ‘por’:

‘de(-xde)’: “principio physico” ↔ “principio de origem”;
‘por’: “principio moral” ↔ “hum principio como causa”.

Ora, a expressão sintomaticamente perifrástica “hum principio como causa”, de certa imprecisão ocasionada pela frouxa união entre os sintagmas — a rigor se teria algo como *um principio posto como causa* —, deixa entrever a possibilidade de que a ideia de causa não se aparte da ideia, *física*, de origem, haja vista a relativa falta de paralelismo entre a enunciação teórica que associa a “hum principio como causa” a preposição ‘por’, preferencialmente às outras, e a exemplificação de “termo de hum principio,

²² Auroux (1992, p. 106) atribui à escola de Port-Royal a oposição entre conotação e denotação — “*palavra conotativa vs palavra denotativa*” (grifos do autor).

²³ Somente vaga; não vaga + relativa.

²⁴ Preposição em itálico no texto transcrito, diferentemente da maioria das outras ocorrências.

²⁵ Preposição em itálico no texto transcrito, diferentemente da maioria das outras ocorrências.

²⁶ “Toda a acção he hum movimento ou real, ou virtual [...]” (Soares Barbosa, 1822, p. 328).

d’onde alguma couza [...] he *causada*” (grifo meu) justamente por meio dos sintagmas “*Vencido da dor*” e “*Morto de fome*” (negritos meus), formalizados com a preposição ‘de’, associada a “princípio físico”. Na indicação do

termo de hum princípio, d’onde alguma couza ou vem, como: *Venbo de Lisboa*; ou provêm, como: *Nascer d’a terra*; ou começa, como: *De hum cabo a outro*; ou he causada, como: *Vencido da dor, Morto de fome*,

nota-se uma escala ascendente do mais propriamente físico para o metaforizado, apoiada nos verbos ‘vir’, ‘provir’, ‘começar’ e ‘ser causado’, metalinguagem por meio da qual se procura traduzir o tipo discursivo da relação expressa por ‘de’, instrumento linguístico que perfaz a escala discursiva sem, entretanto, depor a inspiração primeva de *movimento físico-espacial* de *lugar de onde*, gradativamente metaforizado: Lisboa é o *lugar de onde* se vem não mais do que a terra, o cabo, a dor e a fome, porquanto nascer — da terra — é ‘vir ao mundo’, lexia não casualmente cristalizada, assim como o cabo — “*hum cabo*”, não o “*outro*” — é o lugar primeiro de onde vem a série de cabos, a dor é o lugar de onde vem a sucumbência, e a fome é, de fato, o lugar de onde vem a morte, leitura que identicamente estendo à expressão discursiva de

hum complemento *Restrictivo*, que limita a significação vaga e geral de seu antecedente, ou pelo seu possuidor, e autor, como: *Senhor d’o mundo, Pintura de Vasco*; ou pela sua materia, *Vaso de ouro*; ou pelo seu instrumento, *Obras de mão*; ou pelo seu modo, *Falou d’esta sorte*; ou pelas suas qualidades, *Homem de juízo*,

em que do frame “mundo” se *ex-trai* um elemento, que, entre infinitos outros, pode ser o elemento “senhor”, assim como do frame “Vasco” se *de-riva* um elemento, que pode ser o elemento “pintura”, não menos do que do frame representado por todo o ouro existente se retira, em metafórico movimento de *lugar de onde*, um elemento possível, que é “vaso”, bem como, muito metaforicamente, de todo o frame “mão” se concebe a extração de um item, então visto como “um item daquele frame”, “um item *dele*”, que é o item “obras”, discursivamente aquilo que se *obra, opera*, com a mão, ‘trabalhos manuais’, não mais do que do frame “sorte”, “maneira”, “modo”, migra um então componente, que é o “falar”, então “falar de tal maneira”, “falar de tal modo”, como que “falar a *partir* de tal maneira”, “falar *de(-xde)* tal modo”, e do frame “juízo”, de ideia tão abstrata quanto a ideia do frame anterior, se destaca o elemento “homem”, um homem advindo daquele frame, daquele quadro contenedor, daquele *lugar*, que é o “juízo”, portanto um homem assim caracterizado, assim qualificado pelo frame de que provém. Sem contradição, o “possuidor” discursivo em “*Senhor d’o mundo*” é elemento que representa parte do frame “mundo”, parte que pertence a esse frame, porque metaforicamente dele advém; o “autor” discursivo em “*Pintura de Vasco*”, o gerador da obra, é metaforicamente o *lugar de onde* ela saiu: perceba-se que o que proponho como *semântica da estrutura* acolhe as especificações discursivas, exatamente porque a necessidade de formalizar essas especificações há de ter buscado a estrutura que lhes conviesse, aquela com *cuja semântica* — a *semântica da estrutura* — se coadunasse a semântica *discursiva* das especificações.

A um passo da forma aqui buscada está a tradição filosófica — verdadeiramente bem representada, por exemplo, por Soares Barbosa (1822) —, *scilicet*, densa nas reflexões sobre Língua, sobretudo porque perscrutadora da natureza dos elementos linguísticos e das relações que se dão entre eles. É certamente caudatária dessa tradição

FLP20(2)

minha pressuposição da existência de iconicidade, preconizada pelo Programa de Correspondência e postulada na chave de que haja relações entre estruturas morfossintáticas e conteúdos ou processos mentais, os quais identifico como *percepções*, mas também é caudatária dessa mesma tradição a indagação aqui esboçada, a busca — como tal — do que lhe falta: uma configuração segura da semântica daquela forma, da forma construída, das próprias construções, inspiradas pela atuação da metáfora, fenômeno de que resulta a estrutura como que anímica, porque semântica, aqui pretendida.

Tal pretensão se assume como esboço da formulação de uma teoria, e isso exige particular diálogo com a tradição filosófica, dado o viés claramente metafísico do que venho procurando formular. Ora, a Gramática Filosófica é nominal representante daquela tradição; é bem-sucedida para a própria teleologia, mas, ao representar a tradição, também representa certa insuficiência que é forçoso demonstrar: o que falta é a percepção da mimese do movimento físico-espacial (mimese, portanto, do próprio espaço físico do mundo) *na e para a confecção metafórica da Língua* — do tecido lexical, das construções morfossintáticas —, o que proponho como larga vereda para a consideração da semântica *da estrutura*, de uma Sintaxe que significa.

REFERÊNCIAS

- Alonso Júnior CL. Reflexões sobre o pronome relativo e a oração “adjetiva” em latim e português [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2002.
- Aulete C. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Delta; 1958.
- Auroux S. A revolução tecnológica da gramatização. Eni Puccinelli Orlandi, tradutora. Campinas: UNICAMP; 1992. Reimpressão: 2001. (Coleção Repertórios.)
- Barbosa JS. Grammatica philosophica da lingua portugueza, ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias; 1822.
- Benveniste E. Problemas de lingüística geral. Maria da Gloria Novak e Maria Luísa Neri, tradutoras. Campinas: Pontes; 1991.
- Carone FB. Morfossintaxe. 2.^a ed. São Paulo: Ática; 1988.
- Cassirer E. A filosofia das formas simbólicas: a linguagem. São Paulo: Martins Fontes; 2001. (Coleção Tópicos.)
- Condillac EB. Principes généraux de grammaire pour toutes les langues, avec leur application particulière à la langue française. Paris: A. J. Ducour; 1798.
- Cunha MAF, Martelotta ME, Oliveira MR, organizadores. Lingüística funcional: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A; 2003.
- Fernandes F. Dicionário de verbos e regimes. 6.^a ed. Rio de Janeiro / Pôrto Alegre / São Paulo: Livraria do Globo; 1947.
- Gaffiot F. Dictionnaire illustré latin-français. Paris: Hachette; 1970.
- Houaiss A. Dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 2001.

FLP20(2)

Saraiva FRS. Novissimo diccionario latino-portuguez. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Garnier, Paris: Mellier, Lisboa: Bertrand; s. d.

Swiggers P. Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística: nuevas aportaciones a la historiografía lingüística. Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL. La Laguna (Tenerife), 22-5 oct. 2003. Corrales Zumbado C, Dorta Luis J et al, editores. Madrid: Arco Libros; 2005[2004], p. 113-45.

Torrinha F. Dicionário latino-português. 3.^a ed. Porto: Marânus; 1945.

FLP20(2)

Papiamentu: crioulo de base espanhola?

Papiamentu: a Spanish-base creole?

Shirley Freitas*

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, S. Fr^{co}. do Conde, BA, Brasil

Manuele Bandeira**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, S. Fr^{co}. do Conde, BA, Brasil

Gabriel Antunes de Araujo***

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Resumo: Sendo a origem do papiamentu ainda um assunto controverso entre os estudiosos, o objetivo deste artigo é discutir a possível gênese espanhola da língua caribenha (cf. Maduro, 1965; Rona, 1970; Munteanu, 1999, entre outros), contribuindo para as discussões acerca de sua origem e de sua língua lexificadora. A partir da análise, observa-se que a hipótese de um crioulo espanhol apresenta diversos pontos controversos. No âmbito mais geral, não há crioulos de base espanhola na região atlântica em virtude das próprias características da colonização. Especificamente no que tange ao papiamentu, também há pontos questionáveis, como o papel atribuído aos indígenas e a continuidade no uso do espanhol na ilha caribenha. No âmbito linguístico, observa-se que os itens de procedência portuguesa fazem parte do léxico funcional e são bastante antigos na língua, o que mostra que não é possível atribuir à influência portuguesa uma importância menor. Em síntese, conclui-se que, ainda que o espanhol tenha influenciado a formação do papiamentu (defendendo-se uma base luso-espanhola para a língua), não é possível considerar que a língua caribenha derivou do espanhol, sendo necessário considerar outros elementos para explicar a gênese e o desenvolvimento da língua.

Palavras-chave: Papiamentu. Origem espanhola. Papel dos indígenas. Uso contínuo do espanhol. Itens lexicais e funcionais.

Abstract: As the origin of Papiamentu is still a controversial subject among scholars, the aim of this article is to discuss a possible Spanish genesis of this Caribbean language (see Maduro, 1965; Rona, 1970; Munteanu, 1999, among others), contributing to discussions about its origin and its lexifier language. From the analysis, it is observed that the hypothesis of a Spanish Creole has several controversial points. In the more general context, there are no Spanish-based creoles in the Atlantic region because of the very characteristics of its colonization. Specifically as regards Papiamentu, there are also questionable points, such as the role attributed to natives and the continuity in the use of

* Professora adjunta do setor de Linguística, Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, BA, Brasil; shirleyfreitas@gmail.com

** Professora adjunta do setor de Linguística, Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, BA, Brasil; manuele28@gmail.com

*** Professor livre-docente do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil; g.antunes@usp.br

Spanish on the Caribbean Island. In the linguistic context, the items of Portuguese origin are part of the functional lexicon and are quite old in the language, which shows that it is not possible to attribute a minor importance to the influence of Portuguese. In summary, it is concluded that, although Spanish has influenced the formation of Papiamentu (defending an Portuguese-Spanish basis for the language), it is not possible to consider that this Caribbean language derived from Spanish. Other elements are necessary to explain the genesis and development of this language.

Keywords: Papiamentu. Spanish origin. Role of natives. Continuous use of Spanish. Lexical and functional items.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo discutir a possível base espanhola do papiamentu, lançando luzes não apenas sobre a questão da origem da língua caribenha, mas também sobre a definição de sua base lexificadora¹.

O papiamentu é uma língua crioula falada na região do Caribe e na Holanda. Este estudo concentra-se na variedade falada em Curaçao, onde vivem cerca de três quartos dos falantes dessa língua, aproximadamente 150 mil pessoas (CBS, 2012, p. 2). No que concerne à gênese e ao desenvolvimento do papiamentu, não há concordância entre os estudiosos, havendo, pelo menos, quatro hipóteses. De acordo com Maduro (1965, 1966a, 1966b, 1966c), Rona (1970) e Munteanu (1996), o papiamentu seria um crioulo de base espanhola², tendo sido seus elementos portugueses introduzidos mais tarde por judeus sefarditas. Já Lenz (1928) e Martinus (1996, 2007) consideram o papiamentu como resultado da relexificação de um crioulo ou protocrioulo afroportuguês falado por escravos africanos. Goodman (1996[1987]) e Smith (1999), por seu turno, advogam que o papiamentu seria um crioulo de base portuguesa, surgido a partir de um 'dialecto' judeo-português da comunidade sefardita e de seus escravos. Por fim, Jacobs (2009a, 2009b, 2012a) defende que o papiamentu teria se originado a partir do crioulo falado na ilha de Santiago, situada no arquipélago de Cabo Verde, sendo mais tarde levado para Curaçao.

A partir das hipóteses, é possível perceber que o papiamentu seguramente teria uma base luso-espanhola (portuguesa ou espanhola). Contudo, definir a língua lexificadora do papiamentu ainda é um assunto controverso, havendo defensores das duas posições. Maduro (1966a, 1966b, 1966c), por exemplo, defende uma base espanhola para o papiamentu. Goodman (1996[1987], p. 544-554) e Smith (1999, p. 273-295), por sua vez, advogam um crioulo inicial de base portuguesa. Adicionalmente, Kouwenberg e Muysken (1995, p. 205) afirmam que o léxico mais antigo do papiamentu teria uma forma portuguesa, sendo o contato posterior e extensivo com o espanhol o responsável por obscurecer essa contribuição inicial.

¹ Esse texto se beneficiou de comentários de um revisor anônimo, que chamou atenção para a importância de apontar uma hipótese alternativa para explicar a gênese e o desenvolvimento do papiamentu, trazendo, assim, maiores contribuições para a discussão. Agradecemos ao revisor, deixando claro ainda que quaisquer erros e inadequações são de nossa inteira responsabilidade.

² Neste estudo, o termo 'base' se refere à língua lexificadora, isto é, aquela que forneceu a maior parte do léxico do papiamentu.

Birmingham (1970, p. 143), por seu turno, aponta que a principal dificuldade em determinar se o papiamentu deriva do português ou do espanhol diz respeito ao fato de essas duas línguas em geral apresentarem aspectos morfológicos coincidentes. Já Lipski (2008, p. 547) considera que a influência atual do espanhol no papiamentu dificulta (ou mesmo impede) uma investigação completa sobre a fonte dos elementos portugueses na língua caribenha. Dentro desse debate, o posicionamento de Grant (2008a, p. 47-61; 2008b, p. 73-84) ocupa uma espécie de meio-termo. O autor não toma partido na discussão acerca da base lexical do papiamentu – português ou espanhol – advogando uma convergência de diferentes cenários.

O estudo encontra-se organizado da seguinte forma: a seção 2 apresenta os aspectos basilares das hipóteses que defendem o papiamentu como sendo um crioulo espanhol; já a seção 3 analisa essas hipóteses, apontando seus pontos positivos e negativos; na seção 4, apresenta-se brevemente uma proposta alternativa para explicar a gênese e o desenvolvimento do papiamentu; por fim, na seção 5, aparecem as considerações finais do estudo.

2 HIPÓTESES DE QUE O PAPIAMENTU SERIA UM CRIOULO ESPANHOL: PRESSUPOSTOS GERAIS

As hipóteses que sugerem uma origem espanhola para o papiamentu têm como seus principais defensores Maduro (1965, 1966a, 1966b, 1966c), Rona (1970), Ferrol (1982) e Munteanu (1996). Uma das evidências apontadas pelos autores para advogar uma origem espanhola para o papiamentu seria o caráter hispanicizado de seu léxico. Outro aspecto geralmente mencionado para fortalecer essa hipótese são os registros de que havia constantes serviços de missionários religiosos hispanofalantes em Curaçao desde meados do século XVII (Araujo, 2011, p. 9-11; Jacobs, 2012a, p. 21, 334-335). Talvez essa presença do espanhol na ilha seja ainda mais antiga, uma vez que Araujo (2011, p. 9) aponta que, em 1531, mais de cem anos antes da ocupação holandesa, missionários espanhóis haviam fundado uma diocese próxima das ilhas de Aruba, Bonaire e Curaçao, a qual foi transferida para Caracas em 1638.

A despeito de algumas pequenas nuances diferentes, as hipóteses que advogam uma base espanhola compartilham a premissa de que o papiamentu se formou a partir da criouliização do espanhol em uma região do Caribe, possivelmente em Curaçao e Aruba. Para essa corrente, o papiamentu não seria uma língua importada originária de um protocrioulo português trazido da África Ocidental pelos escravos, mas uma língua autóctone, formada no próprio Caribe com base no espanhol falado desde os primórdios da ocupação espanhola (Rona, 1970, p. 2, 8). De acordo com Ferrol (1982, p. 85), os (reduzidos) elementos portugueses encontrados no papiamentu poderiam ser atribuídos à influência dos judeus sefarditas (e seus escravos), que começam a chegar a Curaçao a partir de 1651.

A assunção de que o papiamentu seria um descendente direto do espanhol se apoia em dois pressupostos. Em primeiro lugar, atribui-se um importante papel aos indígenas na formação do papiamentu. Eles teriam fornecido a base sobre a qual o papiamentu se desenvolveu, uma vez que, juntamente com os colonizadores espanhóis, eram falantes de alguma variedade de espanhol – possivelmente transmitida entre falantes de L2 e com alto grau de reestruturação (Lucchesi e Baxter

2009, p. 101-107) –, herdada dos primeiros contatos com os hispânicos³. Considerando essa participação dos indígenas, os defensores de uma origem espanhola se opõem à ideia de que, após a tomada de Curaçao pelos holandeses em 1634, o elemento indígena era pouco representativo na ilha e, por conseguinte, não participou ativamente da configuração linguística do papiamentu. Munteanu (1996, p. 85) defende a presença do elemento indígena em Curaçao mesmo após a ocupação holandesa, afirmando que a não menção a esse segmento em documentos de fins do século XVII não quer dizer necessariamente que ele não existia mais na ilha; já Grant (2008b, p. 88) aponta que a permanência de índios depois da ocupação holandesa seria justificada pelos seus conhecimentos sobre a criação de gado, aspecto valorizado pelos colonizadores⁴. Van Buurt (2009, p. 57-59) também afirma que, apesar de os registros apontarem que, com a conquista holandesa, todos os espanhóis e a maior parte dos indígenas foram deportados para a costa venezuelana, isso não significa o fim categórico da presença indígena em Curaçao. Segundo o autor, embora o número de índios caquetíos tenha diminuído na ilha, eles não foram totalmente banidos, com a permanência de alguns povoamentos. Assim, não se pode desconsiderar o contato entre os índios e outros segmentos sociais (como colonizadores europeus e escravos) e inclusive a influência indígena na formação do papiamentu. Jacobs (2012b, p. 2) também afirma que alguns índios continuaram a viver em Curaçao depois da conquista holandesa. Fouse (2002, p. 126) – com base em Brada (1951, p. 9) – menciona que, contrário à política inicial de enviar os indígenas curaçolenhos para a ilha de Hispaniola, a partir de 1520, Juan de Ampués, então governador de Curaçao, permitiu o retorno dos índios para a ilha caribenha. Esse posicionamento dos defensores da base espanhola do papiamentu se coaduna àquele adotado por Luna e Faraclas (2012, p. 88, tradução nossa) com relação à participação do elemento indígena na formação das línguas crioulas:

A evidência histórica contradiz premissas comumente defendidas sobre o extermínio das populações indígenas durante os cem primeiros anos de colonização, sobre a ausência de contato entre as populações indígenas e aquelas de descendência europeia e africana, sobre o total isolamento e marginalização dos povos indígenas, bem como sobre sua ausência de resistência à invasão. Contrário aos discursos predominantes entre os crioulistas, os povos indígenas não estavam apenas presentes em ‘ilhas críticas’ em ‘períodos críticos’, mas também tinham contato extensivo e íntimo tanto com as populações de origem africana quanto europeia⁵.

³ Segundo Domingos (1974, p. 6), durante a ocupação espanhola, os indígenas que viviam em Curaçao falavam caquetío (língua da família arauaque); já em 1634, os holandeses que chegaram à ilha caribenha encontraram índios falantes de espanhol.

⁴ Acerca da presença do elemento indígena em Curaçao, Maurer (1998, p. 186) menciona que os índios que viviam em Curaçao depois da conquista holandesa não eram necessariamente os mesmos que lá estavam quando os espanhóis chegaram. Segundo o autor, esses indígenas pós-1634 possivelmente pertenciam a etnias que guerreavam com os espanhóis.

⁵ Citação original: “Historical evidence contradicts commonly held assumptions about the extermination of Indigenous populations within the first hundred years of colonization, about the lack of contact between Indigenous populations and populations of European descent and African descent, about the total isolation and marginalization of Indigenous populations, as well as about their lack of resistance to invasion. Contrary to prevailing discourses among creolists, Indigenous peoples were not only present on ‘critical islands’ at ‘critical periods’ but also had extensive and intimate contact with both African descended and European descended populations.”

Além do papel desempenhado pelos indígenas, outro ponto basilar para as hipóteses defensoras da origem espanhola é o de que o espanhol era falado em Curaçao desde 1499, quando os espanhóis chegaram à ilha. Mesmo com o início da colonização holandesa, o uso do espanhol perdurou na ilha (com maior ou menor intensidade) entre os diversos segmentos, o que permitiu que a língua hispânica influenciasse o papiamentu desde os seus primórdios (Rona, 1970, p. 2; Ferrol, 1982, p. 24, 85). Segundo Munteanu (1996, p. 86-87, 225), alguns fatos podem ser destacados como prova dessa presença do espanhol no período de formação do papiamentu e da não interrupção no seu uso no decorrer do tempo, tais como: (i) os casamentos entre pessoas pertencentes a diferentes grupos, como protestantes e católicos (libertos ou sul-americanos); (ii) as relações comerciais e culturais mantidas entre Curaçao e os países hispanofalantes circunvizinhos desde o período do comércio escravo; (iii) o trabalho de evangelização realizado pelos missionários católicos espanhóis; (iv) a presença no papiamentu de traços linguísticos característicos do espanhol que não podem ser explicados por uma re-hispanicização posterior, isto é, pela influência do espanhol falado no continente americano, sobretudo na Venezuela e na Colômbia; (v) a existência de pares de palavras sinônimas, sendo um dos membros proveniente do espanhol e o outro do holandês.

No que tange a esses pares de palavras sinônimas, no *Woordenlijst der in de landstaal van Curaçao meest gebruikelijke woorden met Zamenspraken* ('Glossário com as palavras mais utilizadas no vernáculo de Curaçao e guia de conversação') (doravante *Woordenlijst*) (Frederiks e Putman, 2004[1859]), exemplar do papiamentu clássico (1825 a 1905), foram encontrados casos em que havia dois significantes diferentes (um oriundo do holandês e o outro do português ou do espanhol) remetendo a um mesmo significado⁶:

FLP20(2)

- (1) a. **ADER ader, ardu** (< holandês *ader*) e
BÉNA bena, vena (< espanhol *vena*) 'veia';
- b. **SMAAK smak** (< holandês *smaak*) e
GOESTO gustu (< espanhol *gustu*) 'sabor, paladar, gosto';
- c. **BEDAAR bedar, bedaru** (< holandês *bedaren*) e
KALMÁ kalma (< português/espanhol (*a*)*calmar*) 'acalmar, tranquilizar, aliviar, sossegar';
- d. **STRAAF straf** (< holandês *strafen*) e
KASTIGA kastigá (< português/espanhol *castigar*) 'castigar, punir';
- e. **SNOEI snui** (< holandês *snoeien*) e
KORTA kòrta (< português/ espanhol *cortar*) 'cortar, retalhar, podar, reduzir';
- f. **SPRENKEL sprengu** (< holandês *sprenkelen*) e
MOEHA muha (< espanhol *mojar*) 'borrifar, respingar, molhar'.

Observa-se que, nesses casos, tanto os vocábulos provenientes do holandês quanto os oriundos de uma língua ibero-românica ainda são usados na variedade moderna. Feito isso, na seção seguinte, passa-se à discussão das hipóteses que

⁶ A possibilidade de um mesmo significado poder ser veiculado por dois vocábulos de étimos diferentes (holandês e português/espanhol) também é apontada por Lenz (1928, p. 213, 251, 256-257). Os exemplos são apresentados da seguinte forma: os vocábulos aparecem na forma em que eram grafados no *Woordenlijst* e em negrito e caixa alta seguidos das suas formas modernas na grafia atual em negrito. Após as formas gráficas na sincronia pretérita e na atual, segue-se a glosa em português.

defendem uma origem espanhola para o papiamentu, discutindo seus aspectos sócio-históricos e linguísticos.

3 DISCUSSÃO DAS HIPÓTESES DO PAPIAMENTU COMO UM CRIOULO ESPANHOL

Dentro dos estudos sobre o papiamentu, em geral, as hipóteses que advogam uma origem espanhola são pouco aceitas por carecerem de embasamento histórico e demográfico. Araujo (2011, p. 17) aponta que alguns autores – a exemplo de McWhorter (1995) – rechaçam tais hipóteses por considerarem que, em virtude de estarem limitados pelo Tratado de Tordesilhas, os espanhóis não criaram condições sócio-históricas para o surgimento de línguas crioulas no Atlântico ibérico. De acordo com McWhorter (1995, p. 227-228), a partir de uma perspectiva sócio-histórica e comparativa, é possível concluir que os supostos crioulos espanhóis (o papiamentu de Curaçao, Aruba e Bonaire, o crioulo espanhol das Filipinas e o palenquero da Colômbia) na verdade têm sua origem relacionada a um crioulo de base portuguesa, que mais tarde foi relexificado em direção ao espanhol. No caso específico do papiamentu, o autor aponta alguns aspectos que sustentam essa afirmação: (i) o espanhol só passou a fazer parte da sociedade curaçolense (após os anos iniciais de ocupação) num período posterior à formação do papiamentu, quando judeus falantes de espanhol migraram da Holanda para a ilha caribenha e se tornaram a maior parte da população branca; (ii) os itens de étimo português fazem parte do vocabulário básico do papiamentu. Em uma perspectiva mais geral, McWhorter (1995, p. 237-240) apresenta três razões para o não desenvolvimento de crioulos de base espanhola na região atlântica. Em primeiro lugar, as colônias espanholas inicialmente se dedicavam a cultivos que envolviam uma pequena quantidade de mão-de-obra, passando ao regime açucareiro de larga escala apenas a partir do século XIX. Nessas colônias com baixo número de escravos, a língua-alvo (do colonizador) estava mais acessível para a população dominada, que difundiria esse modelo linguístico para os escravos recém-chegados. Além disso, a hegemonia anterior do português em regiões posteriormente ocupadas pelos espanhóis (como as Filipinas e a Colômbia) impediram a pidginização do espanhol; o que ocorreu foi a relexificação gradual pelo espanhol de um crioulo inicial de base portuguesa. Tal processo foi facilitado pelas grandes similaridades (decorrentes da proximidade genética) existentes entre as duas línguas ibero-românicas. Por fim, os espanhóis não estabeleceram entrepostos na costa ocidental africana, o que não permitiu o surgimento de um pidgin de base espanhola (para fins comerciais), que poderia ser mais tarde levado para as colônias por meio dos escravos. Esse cenário se deu em virtude das condições econômicas mais escassas da Espanha (em comparação com outras metrópoles), de sua política financeira isolacionista e da baixa demanda por mão-de-obra escrava (sobretudo para suas colônias). Segundo McWhorter (1995, p. 238), dentre esses três aspectos, a causa principal da ausência de crioulos de base espanhola estaria no desinteresse por parte da metrópole em desenvolver um sistema de produção agroindustrial em larga escala em suas colônias. A argumentação do autor pode ser resumida da seguinte maneira:

Em síntese, o desinteresse espanhol em estabelecer economias de *plantation* de larga escala atrasou a expansão da produção de açúcar em suas colônias, eliminou o ímpeto para estabelecer um comércio de escravos privado na África e encorajou encontros em territórios onde outros poderes tinham estabelecido hegemonia linguística sobre

populações subordinadas antes da chegada dos espanhóis. Como resultado, nenhum pidgin de base puramente espanhola resistiu em qualquer lugar no globo⁷ (McWhorter, 1995, p. 239, tradução nossa).

Segundo McWhorter (1995, p. 239-240), seu posicionamento teria o mérito de conseguir explicar a ausência dos crioulos de base espanhola sem precisar supor que os colonizadores espanhóis eram mais dóceis no tratamento dos povos conquistados (beirando a igualdade) ou que outrora houve um crioulo de base espanhola profundamente difundido nas colônias e posteriormente extinto.

Acerca da não existência de crioulos de base espanhola na América Latina, Mufwene (2001, p. 63) adota um argumento similar ao de McWhorter (1995) e aponta que, de acordo com Chaudenson (1992), esse cenário poderia ser explicado pelas diferenças de duração da fase das sociedades de propriedade (*homestead societies*). Durante essa fase inicial, que precede o sistema de *plantation*, o número de escravos africanos era pequeno, sendo suplantado, no decorrer dos anos, por escravos nascidos na colônia. Uma vez que, nas colônias espanholas da América Latina, a fase das sociedades de propriedade durou bastante tempo (o que se refletiu em um número maior de escravos nativos, sendo limitada a influência dos africanos recém-chegados na configuração de uma nova língua) e, durante esse período, os missionários espanhóis se dedicavam majoritariamente à cristianização dos escravos e ao ensino do espanhol, a reestruturação dessa língua ibérica não ocorreu vinculada a critérios raciais, não permitindo a configuração de uma língua crioula.

Além desse aspecto mais geral, há ainda outros pontos discutíveis nas hipóteses que advogam uma base espanhola para o papiamentu. Primeiramente, pode-se apontar que, embora os espanhóis tenham chegado a Curaçao em 1499, ocupando-a de fato entre os anos de 1521 e 1634, eles nunca se empenharam realmente em colonizar e desenvolver a ilha, já que a consideravam de pouco valor utilitário em virtude da ausência de metais preciosos e até mesmo de água potável. Assim sendo, o número de espanhóis na ilha era ínfimo para que sua língua pudesse servir de modelo para a formação do papiamentu. Quando os holandeses chegaram em 1634, poucos espanhóis estavam em Curaçao; eles tiveram que sair da ilha (muitos, voluntariamente) e deixaram para trás somente cerca de 75 indígenas (Martinus, 1996, p. 3-4). Segundo Jacobs (2012a, p. 25, 28-29), o fato de os espanhóis terem deixado Curaçao quando os holandeses ocuparam a ilha mostra que é improvável que tenha havido uma continuidade linguística entre o período anterior e posterior a 1634, como considerado pelas hipóteses que sugerem uma origem espanhola. Munteanu (1996, p. 118, 130), por exemplo, afirma que, quando os holandeses ocuparam Curaçao, o uso do espanhol não cessou completamente (pelo menos parte da população indígena que permaneceu na ilha falava algum tipo de espanhol) e, assim, essa língua pôde influenciar o papiamentu desde seus primórdios. Grant (2008b, p. 88) também advoga que a colonização holandesa não significou uma ruptura com o espanhol; para ele, os índios falavam uma forma de espanhol reestruturado ou um espanhol aprendido como segunda língua, que se difundiu na ilha nos anos subsequentes. Dados históricos mostram que os holandeses não

⁷ Citação original: “In summary, the Spanish disinterest in establishing large-scale plantation economies delayed the expansion of sugar production in its colonies, eliminated the impetus to establish a private slave trade in Africa, and encouraged encounters in territories where other powers had established linguistic hegemony over subordinated populations before their arrival. As a result, no purely Spanish-based pidgin has endured anywhere on the globe.”

permitiram tal continuidade: não só os poucos espanhóis, como também a maior parte dos indígenas foram deportados para o continente americano, sobretudo para a costa da Venezuela (restando na ilha, conforme mencionado, apenas cerca de 75 deles). Não há registro de contato entre essa pequena parcela de indígenas e os novos habitantes da ilha e, mesmo que tal contato tenha ocorrido, o número de arauacanos (indígenas que viviam em Curaçao quando os holandeses chegaram) era muito pequeno para que pudesse influenciar a formação do papiamentu por meio da transferência de um pidgin indígena-espanhol (supostamente a base da qual o papiamentu teria derivado) para os holandeses, que, mais tarde, seria passado por eles para seus escravos – Birmingham (1970, p. 135) também apresenta esse argumento. Ademais, não há evidência de que os espanhóis e os índios arauacanos falavam um pidgin ou crioulo de base espanhola, nem que os arauacanos falavam uma forma de espanhol dos séculos XV e XVI (Jacobs, 2009b, p. 15). No âmbito linguístico, Quint (2000, p. 184-185) aponta um argumento contra essa continuidade linguística – a saber, o comportamento do fonema /ʃ/, que apresenta um percurso evolutivo bastante diferente do espanhol, aproximando-se do caminho seguido pelo português. A partir da discussão Quint (2000, p. 184-185) e de Jacobs (2009b, p. 15-17), nota-se que, até o século XVII, o espanhol ainda tinha /ʃ/, como em [mu'ʃer] ‘mulher’ e [bi'aʃe] ‘viagem’, contudo as formas que se mantiveram no papiamentu foram [mu'he] e ['bjaha]. Por outro lado, palavras de provável procedência portuguesa (a exemplo de **desha** ‘deixar’, **pishiporko** ‘peixe porco’ e **mishi** ‘mexer’) e mesmo outras em que não é possível determinar com certeza se o étimo é português ou espanhol (como **dushi** ‘doce’, **shushi** ‘sujo’) também apresentam o /ʃ/, o que é um indicativo de que tal fonema estava desde os primórdios do papiamentu, quando havia a influência do português.

FLP20(2)

Jacobs (2012a, p. 334-335) discute ainda a questão dos serviços de missionários religiosos falantes de espanhol em Curaçao, fato muitas vezes considerado pelos defensores de uma origem espanhola como prova de que havia uma variedade de espanhol na ilha que poderia ter servido como base para a formação do papiamentu. Para o autor, apesar de haver registros de que realmente padres católicos provenientes da Venezuela foram para Curaçao no fim do século XVII com o objetivo de cristianizar escravos, as relações entre esses padres falantes de espanhol e os escravos curaçolinhos em períodos mais antigos não estão documentadas detalhadamente. Assim, não seria possível garantir uma grande influência do espanhol das missões religiosas nos alicerces do papiamentu, podendo-se presumir, contudo, que essas missões foram importantes num período posterior à formação da língua, contribuindo para seu processo de relexificação e subsequente caráter hispanicizado. Ademais, caso o espanhol tivesse um papel na configuração inicial do papiamentu, isso teria sido documentado pelos espanhóis, pois o clero certamente faria gramáticas e dicionários para ensinar a língua que estava se formando. Para Araujo (2011, p. 206-208, 220-221), o espanhol foi importante pelo menos no final do século XVIII e começo do XIX. Nessa época, muitos padres católicos holandeses empregavam uma ortografia hispanicizante, o que revela que o espanhol tinha alguma influência em Curaçao. Sobre a questão de o espanhol servir como modelo para a formação do papiamentu, Martinus (1996, p. 30, tradução nossa) também se mostra descrente, já que

[...] é muito difícil descobrir um *input* fonte para o espanhol nas Antilhas Holandesas durante o período da ocupação espanhola: pouquíssimos

espanhóis habitavam as ilhas durante esse período que nem mesmo um pidgin espanhol-indígena pode ser hipotetizado, quanto menos um do qual todo o reino castelhano participava⁸.

Outro ponto problemático, mencionado por Martinus (1996, p. 19, 22), é que as hipóteses que defendem uma base espanhola para o papiamentu não têm um modelo explícito de aquisição da linguagem. O autor aponta que Emilio Teza (1864 apud Martinus, 1996, p. 19), por exemplo, afirma apenas que a fonte principal para a aquisição da linguagem era o ambiente das casas-grandes dos donos de escravos, de onde sairia o modelo de língua a ser aprendido pelos cativos. Esse cenário pressupõe uma certa frequência de uso do espanhol, com os escravos tendo acesso a essa língua-alvo, o que é bastante improvável (considerando que não houve continuidade no uso do espanhol após a ocupação holandesa). Em Rona (1971 apud Martinus, 1996, p. 22), por seu turno, também não fica claro de quem os habitantes de Curaçao aprenderam o espanhol, nem como se deu tal aprendizado: não fica definido se o léxico espanhol gradualmente foi começando a fazer parte da gramática das línguas africanas ou se a gramática dessas línguas foi aos poucos sendo incorporada ao espanhol falado como segunda língua pelos escravos. O autor também desconsidera a heterogeneidade linguística presente no segmento escravo. Ademais, não se sabe quem eram esses aprendizes de espanhol como segunda língua, já que havia poucos (praticamente nenhum) escravos em Curaçao quando a ilha esteve sob o domínio espanhol e os indígenas foram expulsos em massa quando os espanhóis chegaram (sendo enviados para a ilha Hispaniola), havendo, assim, poucos índios quando, em 1634, os holandeses tomaram a ilha *de facto*. O próprio Rona (1970, p. 8, tradução nossa) deixa claro que não vai discutir questões relacionadas ao aprendizado:

Em uma palavra, entendemos por papiamentu uma língua criada mediante a aplicação da gramática africana da costa da Guiné a um léxico espanhol do Caribe. Não é necessário decidir o que aconteceu primeiro, se o léxico penetrou paulatinamente na língua dos africanos, ou se a gramática africana penetrou paulatinamente no espanhol que os africanos intentavam falar. A questão é bizantina, já que, em nossa opinião, o papiamentu não é nem uma coisa, nem outra, senão algo completamente antilhano, confluência de ambas as coisas⁹.

No âmbito linguístico, Jacobs (2012a, p. 27-28) questiona como as hipóteses que sugerem uma origem espanhola explicam o fato de os elementos de procedência portuguesa estarem presentes nos estratos mais profundos do vocabulário básico do papiamentu. Jacobs (2012a, p. 83-141) mostra que há uma predominância de palavras funcionais derivadas do português no papiamentu, como se observa em (2) (exemplos retirados de Jacobs, 2012a, p. 258; PT – português; ESP – espanhol):

⁸ Citação original: “[...] it is very difficult to discover an input source for Spanish in the Netherlands Antilles in the Spanish period: So few Spaniards inhabited the islands during that time that not even a Spanish-Indian pidgin can be hypothesized, let alone one in which the whole Castilian kingdom took part.”

⁹ Citação original: “En una palabra, entendemos por papiamentu una lengua creada mediante la aplicación de la gramática africana de la costa de Guinea, a un léxico español del Caribe. No es necesario decidir cuál fue primero, si el léxico penetró paulatinamente en la lengua de los africanos, o si la gramática africana penetró paulatinamente en el español que los africanos intentaban hablar. La cuestión es bizantina, ya que, a nuestro juicio, el papiamentu no es ni una cosa, ni otra, sino algo completamente antillano, confluencia de ambas.”

- (2) a. **nos** 1ª pessoa do plural (< PT *nos*, ≠ ESP *nosotros*)¹⁰
 b. **mes** ‘mesmo’ (< PT *mesmo*, ≠ ESP *mismo*)
 c. **na** ‘em’ (< PT *na* (*en* + *a*), ≠ ESP *en* + *lá*)
 d. **te** ‘até’ (< PT *até*, ≠ ESP *hasta*)
 e. **for di** ‘fora, desde’ (< PT *fora de*, ≠ ESP *fuera de*)
 f. **ken** ‘quem’ (< PT *quem*, ≠ ESP *quien*)
 g. **unda** ‘onde’ (< PT *onde*, ≠ ESP *donde*)
 h. **-mentu** sufixo formador de nomes a partir de verbos (< PT *-mento*, ≠ ESP *-miento*)

Tais palavras pertencem às camadas mais conservadoras da gramática da língua, sendo mais estáveis que os itens pertencentes ao léxico, e, assim, menos suscetíveis a sofrerem mudanças no decorrer do tempo e serem substituídas (Thomason e Kaufmann, 1988, p. 14; Matras, 2009, p. 153-165). Se o papiamentu fosse um crioulo de base espanhola, o cenário seria outro: no âmbito das palavras gramaticais, haveria mais itens de origem espanhola. Assim sendo, para Jacobs (2012a, p. 319-327), o caráter mais hispanicizado do papiamentu moderno se deveria não a uma origem espanhola, mas a um maciço processo de relexificação ocorrido aproximadamente entre meados do século XVII e o XVIII. Para sustentar a assertiva de que o processo ocorrido no papiamentu foi uma relexificação maciça (e não um cenário de empréstimo pesado), Jacobs (2012a, p. 323) apresenta duas evidências. Em primeiro lugar, o processo de substituição de palavras oriundas do português no papiamentu por itens derivados do espanhol não se restringiu a alguns itens do vocabulário de conteúdo ou certas preposições, advérbios e conjunções pouco usados; ao contrário, ele atingiu palavras do vocábulo básico da língua. Esse cenário aparece nos casos de relexificação, não se verificando, contudo, quando se tem empréstimo lexical (que, geralmente, afeta domínios específicos do vocabulário da língua, podendo não aparecer na comunicação mais geral). Como exemplos, citam-se algumas palavras de uso comum em papiamentu retiradas da lista Swadesh¹¹ com 100 vocábulos, todas de provável étimo espanhol (exemplos retirados de Jacobs, 2012a, p. 324):

- (3) a. **hòmber** ‘homem’ (< ESP *hombre*, ≠ PT *homem*)
 b. **muhé** ‘mulher’ (< ESP *mujer*, ≠ PT *mulher*)
 c. **persona** ‘pessoa, ser humano’ (< ESP *persona*, ≠ PT *pessoa*)
 d. **palu** ‘1. árvore, 2. pau, madeira’ (< ESP *palo*, ≠ PT *pau*)
 e. **kueru, piel** ‘pele’ (< ESP *cuero, piel*, ≠ PT *couro, pele*)
 f. **sanger** ‘sangue’ (< ESP *sangre*, ≠ PT *sangue*)
 g. **wesu** ‘osso’ (< ESP *hueso*, ≠ PT *osso*)
 h. **strea** ‘estrela’ (< ESP *estrella*, ≠ PT *estrela*)
 i. **pieda** ~ **piedra** ‘pedra’ (< ESP *piedra*, ≠ PT *pedra*)
 j. **kayente** ‘quente’ (< ESP *caliente*, ≠ PT *quentè*)

¹⁰ Neste artigo, os dados do papiamentu aparecem em sua grafia oficial atual e em negrito. Já as palavras do português (PT) e do espanhol (ESP) são grafadas em itálico, seguindo a grafia oficial das duas línguas.

¹¹ A Lista Swadesh reúne itens lexicais do vocabulário básico para diversas línguas do mundo, permitindo, a partir da comparação dos dados, estabelecer as similaridades – e consequentemente as relações genéticas – entre as diversas línguas.

Além disso, em papiamentu, a troca por itens de étimo espanhol ocorreu de forma abrupta, aproximadamente em 100 anos, entre 1600 e 1700 (Jacobs, 2012a, p. 325)¹². Esse caráter rápido, com o processo em geral não durando mais que algumas décadas, caracteriza a relexificação e não o empréstimo, que costuma ocorrer em um intervalo de tempo maior. Apesar de considerar que as mudanças mais antigas do papiamentu em direção ao espanhol são explicadas pelo processo de relexificação, Jacobs (2012a, p. 326; seguindo Holm, 1988, p. 315) salienta que tal posicionamento não implica desconsiderar a ocorrência de casos de empréstimo espanhol em um período pós-formativo. Assim, para ele, as mudanças do papiamentu em direção ao espanhol seriam de dois tipos: (i) relexificação inicial/primeira; (ii) empréstimo regular posterior. Seguindo uma postura similar, Quint (2000, p. 185) aponta que o papiamentu trata os empréstimos provenientes do espanhol de forma diferente a depender se eles são antigos ou recentes. Segundo o autor, de forma geral, os itens lexicais que entraram recentemente sofrem menos modificações do que os de introdução antiga. Essa afirmação, contudo, deve ser revista, uma vez que a adaptação de empréstimos do espanhol no papiamentu moderno (Bandeira, Araujo & Freitas, 2015, p. 169-172) revela a ocorrência de diversos processos como: (i) ensurdecimento – **kon.ta.bi.li.da[t]** ‘contabilidade’ (< ESP *contabilida[d]*); (ii) palatalização – **vota[j]on** ‘votação’ (< ESP *vota[sj]ón*); (iii) assimilação – **[o]utomashon** ‘automatização’ (< ESP *[a]utomatización*); (iv) aférese – **[Ø]probechá** ‘lucrar’ (< ESP *[a]provechar*); (v) síncope – **entrenamentu** ‘treinamento’ (< ESP *entrenam[ɲ]ento*); (vi) apócope – **ahorá[Ø]** ‘poupar’ (< ESP *ahora[r]*) / **bateadó[Ø]** ‘batedor’ (< ESP *bateado[r]*). Esses exemplos mostram que não é possível falar em poucas adaptações devido a algumas razões. O primeiro motivo se deve ao próprio processo de empréstimo no qual, de acordo com Paradis (1996), os falantes de língua materna (L1) tendem a interpretar a estrutura de segunda língua ou estrangeira (L2) conforme a estrutura de L1. Por essa razão, os falantes de L1 frequentemente descartam, das palavras incorporadas via empréstimo, informações, contidas em L2, percebidas como redundantes ou proibidas do ponto de vista de L1. Na trajetória de L2 (nesse caso, português e espanhol) até L1 (o papiamentu) ocorre uma série de modificações, uma vez que são línguas diferentes com fonologias diversas. Ademais, o falante não analisa a sua própria fala, buscando distinguir o que é empréstimo do que não é. Por conseguinte, se a palavra circula na língua, tal uso significa que o item é possível. Além disso, não ficou claro o que seria “pouca ou muita adaptação” nos termos de Quint (2000, p. 185), posto que o autor não apresenta o critério usado para a afirmação quantitativa de mudança.

Adicionalmente, é necessário considerar também que à medida que o bilinguismo papiamentu-espanhol aumenta, as pessoas tendem a introduzir na língua caribenha empréstimos espanhóis mais hispanicizados. Esse tratamento diferencial dos empréstimos espanhóis (distinguindo os recentes dos antigos) indica que o papiamentu provavelmente vem tomando palavras emprestadas do espanhol há bastante tempo, havendo um incremento da hispanicização da língua no decorrer dos anos.

¹² Ainda que caracterize o processo de relexificação e o situe temporalmente, Jacobs (2012a, p. 319-335) não explica de forma clara o que engatilhou essa mudança, nem apresenta evidências de que essas palavras antes eram do português. Assim, é possível considerar que a presença dos sefarditas (e seus escravos) em Curaçao pode ter sido o fator que desencadeou a mudança, uma vez que muitos falavam também espanhol.

Especificamente com relação às discussões de Maduro, observa-se que o autor, ao considerar o espanhol como a língua lexificadora do papiamentu, diminui a influência do português. Esse posicionamento é seguido também por outros autores. Segundo Ferrol (1982, p. 27), o aporte português no papiamentu seria tão pequeno (sendo, assim, a maior parte do seu vocabulário procedente do espanhol) que a discussão sobre a base lexical da língua caribenha já estaria encerrada há muito tempo se não fossem as similaridades entre o papiamentu e outras línguas crioulas. Quint (2000, p. 120) e Grant (2008a, p. 51-52, 64-66) também advogam que haveria muito mais palavras de procedência espanhola do que portuguesa no papiamentu. Sustentando seu ponto de vista, Quint (2000, p. 119-120) analisa os possíveis étimos do vocabulário básico do papiamentu, apresentando os seguintes números: (i) português: 6%; (ii) português ou espanhol: 44%; (iii) espanhol: 40%; (iv) outras línguas românicas: 2%; (v) holandês: 8%. A partir dessas cifras, observa-se que os itens derivados do espanhol no papiamentu correspondem a 84% do total, dos quais 40% não poderiam ter um étimo compartilhado com o português. Grant (2008a, p. 51-52, 64-66), por seu turno, considera que os vocábulos de étimo português formariam uma espécie de 'lista fechada', com um pequeno número de itens pertencentes sobretudo ao vocabulário básico e introduzidos na língua há muitos anos, não havendo a entrada maciça de novos elementos nos últimos tempos. Ademais, segundo o autor, algumas dessas palavras de procedência portuguesa também estariam presentes em variedades do espanhol antilhano (como empréstimos antigos do português ou como resquícios do espanhol dos séculos XV e XVI), que poderia ter fornecido os itens para o papiamentu. Em outra obra, Grant (2008b, p. 81) aponta ainda que o fato de o espanhol e o português do século XVII serem mais próximos do que as duas línguas são hoje tem sido um aspecto negligenciado pelos estudos, o que leva a atribuir étimos portugueses quando formas arcaicas do espanhol também seriam possíveis. Munteanu (1996, p. 123) também defende uma posição similar, afirmando que quase todas as transformações fonéticas consideradas como prova de uma origem portuguesa seriam também encontradas no espanhol peninsular do século XVI e no espanhol falado pelos colonizadores e pelos sefarditas e seus escravos.

De maneira geral, observa-se que, a despeito de possuir méritos, a análise de Maduro termina cometendo muitos dos erros metodológicos e teóricos apontados por Rona (1970, p. 3-4), a saber: (i) considerar que a comprovação de uma etimologia portuguesa ou espanhola para determinados vocábulos do papiamentu (ou seja, os étimos por si só) acabaria com a dúvida sobre a origem (portuguesa ou espanhola) da língua; (ii) comparar os vocábulos do papiamentu com o espanhol acadêmico e atual, e não com o espanhol popular e falado na época em que o papiamentu foi formado; (iii) basear as comparações na grafia, que, em espanhol, não se baseia em critérios totalmente fonológicos; (iv) desconsiderar as diversas vias pelas quais palavras podem ter entrado no papiamentu, associando a questão linguística a fatores sócio-históricos; (v) utilizar vocábulos que são usados em todo o Caribe, inclusive palavras indígenas; (vi) assumir que o papiamentu não teria regras de mudança interna, desconsiderando que as palavras atuais do papiamentu não coincidem necessariamente com a forma que elas tinham ao entrarem na língua.

Freitas, Bandeira e Araujo (2014, p. 438-443) fazem uma análise das palavras de 'étimo ibérico' (sobretudo português, espanhol e galego) presentes nas obras de Maduro e mostram que o aporte português no papiamentu é muito maior do que

defendido pelo autor caribenho. No que tange à base lexical do papiamentu, dada a dificuldade, muitas vezes, em determinar se um vocábulo provém do português ou do espanhol, é possível defender que o papiamentu teria uma base luso-espanhola. O termo ‘luso-espanhol’ se refere ao português e ao espanhol, não considerando o galego e o catalão, também falados na região da Península Ibérica. Assim, com o termo ‘base luso-espanhola’, assume-se que o espanhol e/ou o português foram as línguas lexificadoras do papiamentu, isto é, as que forneceram a maior parte do seu léxico.

4 A GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DO PAPIAMENTU: A CONVERGÊNCIA DE HIPÓTESES

Com base nas seções precedentes, é possível concluir que o papiamentu não é um crioulo de base espanhola. A partir de uma discussão pormenorizada em Freitas (2016) – na qual se apresentam farta argumentação e dados linguísticos e sócio-históricos para sustentar seu posicionamento –, observa-se que a gênese e o desenvolvimento do papiamentu não podem ser explicados tendo o espanhol como ponto de partida (ainda que essa língua românica venha exercendo influências na língua caribenha desde os seus primórdios). Assim, após a leitura e discussão das hipóteses apontadas na seção 1 no que tange a seus aspectos linguísticos e históricos, observa-se que duas delas apresentam argumentos e fatos evidenciáveis: a relação do papiamentu com o kabuverdianu, sobretudo a variedade falada na ilha de Santiago e o papel dos judeus sefarditas e seus escravos. Escolher apenas uma dessas hipóteses não seria apropriado, uma vez que nenhuma das duas sozinha consegue explicar satisfatoriamente as condições envolvidas no surgimento do papiamentu, fornecendo um retrato parcial. Diante disso, é necessário falar então em uma *convergência de hipóteses*, seguindo uma abordagem similar àquela defendida por Faraclas et al. (2014) ao estudar a formação dos crioulos atlânticos de forma geral. Esses autores advogam a necessidade de se considerar um cenário plurilíngue e pluricultural, atribuindo importância a uma multiplicidade de fatores, como as línguas africanas e europeias presentes na região e os universais linguísticos. Assim sendo, diferentes segmentos sociais influenciaram a configuração dos crioulos, devendo ser considerada a atuação conjunta desses grupos para que se tenha uma compreensão global do processo que deu ensejo às línguas crioulas.

Essa abordagem multifacetada permite explicar o cenário da gênese e do desenvolvimento do papiamentu a partir de uma confluência de fatores: o kabuverdianu de Santiago, o ‘dialeto’ português dos judeus sefarditas e seus escravos, as línguas africanas, o espanhol, o holandês. Independentemente do nível maior ou menor de influência, todos esses elementos contribuíram para formar a língua caribenha.

A Figura 1 ilustra o cenário da convergência de hipóteses:

FLP20(2)

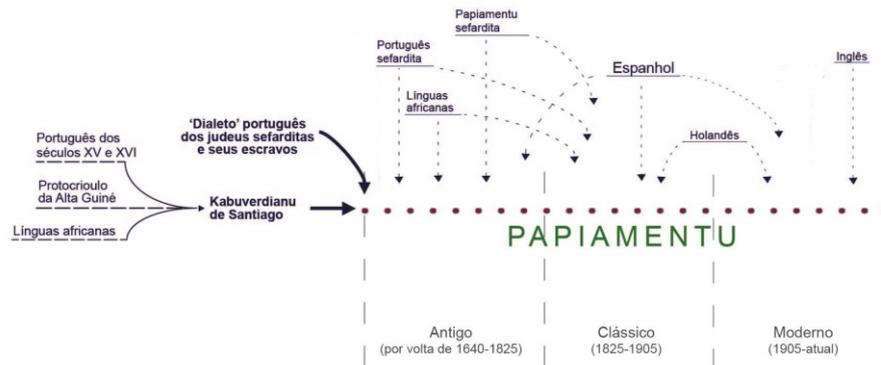


Figura 1 – Convergência de hipóteses (Freitas, 2016, p. 223).

A partir do kabuverdianu de Santiago e do português falado pelos judeus sefarditas e seus escravos, o papiamentu começou a se formar por volta de meados do século XVII. Ao lado do português, desde os seus primórdios, o papiamentu recebe influências do espanhol, possuindo, desse modo, uma base luso-espanhola. Esse papel do espanhol é indicado na figura por meio de setas pontilhadas nos três períodos da língua: antigo, clássico e moderno¹³, mostrando que, até os dias atuais, a influência do espanhol se faz presente. Além da participação do kabuverdianu de Santiago, do português falado pelos judeus sefarditas e seus escravos e do espanhol, outras línguas também forneceram elementos para o papiamentu nos seus diferentes períodos (o que é indicado pelas linhas pontilhadas): (i) no papiamentu antigo e no papiamentu clássico, línguas africanas, o português sefardita e o papiamentu sefardita influenciaram a língua caribenha; (ii) no papiamentu moderno, por seu turno, observa-se uma atuação mais forte do holandês e do inglês no que tange ao fornecimento de vocábulos para o papiamentu.

FLP20(2)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito à gênese e ao desenvolvimento do papiamentu, em virtude do exposto, é possível perceber que a defesa de uma origem espanhola para o papiamentu apresenta diversos aspectos controversos. Em uma perspectiva geral, essa hipótese é vista com descrédito pelos estudiosos por não estar assentada em bases históricas e demográficas sólidas. McWhorter (1995), por exemplo, menciona que não se desenvolveram crioulos de base espanhola na região atlântica sobretudo pelo fato de os espanhóis não terem implantado um sistema de *plantation* em suas colônias, cenário que apresenta muitas das condições necessárias para a criouliização. No que tange especificamente ao papiamentu, a hipótese de que essa língua seria um crioulo espanhol atribui um papel de destaque aos indígenas e considera que houve uma continuidade linguística no uso do espanhol desde os primeiros habitantes de

¹³ Essa periodização foi estabelecida por Araujo (2011), considerando marcos miliários das línguas, e compreende três fases: (i) *papiamentu antigo/pré-literário*: poucos registros escritos; (ii) *papiamentu clássico*: de 1825 (ano em que ocorreu a publicação do primeiro material conhecido em papiamentu: *Declaracion corticu di catecismo pa uso di catholica di Curacao pa M. J. Niewindt, prefecto apostolico di Mision di Curacao* (Breve declaração do catecismo para uso dos católicos de Curaçao, por M. J. Niewindt, prefeito apostólico da Missão de Curaçao), marcando o início de uma grafia coesa para a língua) a 1905; (iii) *papiamentu moderno*: de 1905 (quando foi publicado o poema *A tardi*, escrito por Joseph Sickman Corsen) aos dias atuais.

Curaçao até a chegada dos holandeses. Esses argumentos podem ser desconstruídos a partir dos registros que mostram que os índios foram retirados em massa da ilha caribenha, não constituindo um segmento que pudesse garantir a formação e difusão de um crioulo de base espanhola; o mesmo se aplicaria aos espanhóis, que não permaneceram na ilha após a chegada dos holandeses. Ademais, a hipótese de que o papiamentu seria um crioulo espanhol também não possui um modelo explícito de aquisição da linguagem, tampouco fornece uma explicação para a presença de elementos portugueses nas camadas mais basilares (e, portanto, mais antigas) do papiamentu.

Com relação às línguas lexificadoras do papiamentu, defende-se que a língua caribenha possui uma base luso-espanhola, sendo tanto o português quanto o espanhol os principais fornecedores do seu léxico. O aporte português deve datar de um período mais antigo (fazendo parte de estruturas basilares), enquanto o espanhol manteve sua influência até os dias atuais.

Em suma, demonstra-se que, a despeito de o espanhol influenciar a formação do papiamentu, não pode ser considerado sua única fonte, sendo necessário ter em mente outros aspectos para explicar de forma adequada a gênese e o desenvolvimento do papiamentu. Assim sendo, o cenário de uma convergência de hipóteses, considerando a atuação conjunta de falantes de kabuverdianu e de judeus sefarditas e seus escravos (os quais eram falantes de português e do papiamentu sefardita) é mais apropriado para explicar o surgimento da língua caribenha.

REFERÊNCIAS

- Araujo GA. Três textos em papiamentu clássico [tese de livre-docência]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2011.
- Bandeira M, Araujo GA, Freitas S. A presença do espanhol no papiamentu: uma análise sincrônica. *Todas as letras Z*. 2015;17(2):163-175.
- Birmingham Jr JC. The Papiamentu language of Curaçao [tese]. Charlottesville: Faculdade de Filosofia, Universidade da Virgínia; 1970.
- Central Bureau of Statistics (CBS). First results census 2011 – Curaçao [internet]. 2012. [citado 14 out. 2012]. Disponível em: http://www.cbs.cw/cbs/themes/Census%202001/Publications/Census%202001-2012102_3105057.pdf.
- Domingos R. Attitude and language choice in a multilingual society: urban Curaçao. Claremont: Universidade de Claremont; 1974.
- Faraclas N, et al. Creoles and acts of identity: convergence and multiple voicing in the Atlantic Creoles. *PAPIA*. 2014;24(1):173-198.
- Ferrol O. La cuestion del origen y de la formacion del papiamento. Curaçao: Universidad de las Antillas Neerlandesas; 1982.
- Fouse GC. The story of Papiamentu: a study in slavery and language. Lanham/New York/Oxford: University Press of America; 2002.
- Frederiks BT, Putman JJ. Woordenlijst der in de landstaal van Curaçao meest gebruikelijke woorden met Zamenspraken. Fac-símile. Bloemendaal/Curaçao: Stichting Libri Antilliani/Fundashon pa Planifikashon di Idioma; 2004[1859].

- Freitas S. A origem do papiamentu: evidências para uma convergência de hipóteses. *PAPIA*. 2016;26(2):121-235.
- Freitas S, Bandeira M, Araujo GA. A adaptação de palavras do português para o papiamentu. *Filologia e Linguística Portuguesa*. 2014;16(2):433-455.
- Goodman M. The Portuguese element in the American creoles. In: Holm J, Michaelis S, editores. *Contact languages. Critical concepts in language studies*. Vol. 3. Londres e Nova York: Routledge; 1996[1987]. p. 538-586.
- Grant AP. The Portuguese elements in Papiamentu. In: Faraclas N, Severing R, Weijer C, editores. *Linguistic studies on Papiamentu*. Curaçao: Fundashon pa Planifikashon di Idioma; 2008a. p. 47-71.
- Grant AP. A constructivist approach to the early history of Papiamentu. In: Faraclas N, Severing R, Weijer C, editores. *Linguistic studies on Papiamentu*. Curaçao: Fundashon pa Planifikashon di Idioma; 2008b. p. 73-112.
- Jacobs B. The Upper Guinea origins of Papiamentu: linguistic and historical evidence. *Diachronica*. 2009a;26(3):319-379.
- Jacobs B. The origins of Old Portuguese features in Papiamentu. In: Faraclas N, et al., editores. *Leeward voices: fresh perspectives on Papiamentu and the literatures and cultures of the ABC Islands*. Vol. 1. Curaçao: FPI/UNA; 2009b. p. 11-38.
- Jacobs B. *Origins of a creole: the history of Papiamentu and its African ties*. Col. Language contact and bilingualism. New York: Walter de Gruyter; 2012a.
- Jacobs B. Linguistic evidence and historiography: the selection of slaves on Curaçao, 1650-1700. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*. 2012b;3:1-19.
- Kouwenberg S & Muysken P. Papiamentu. In: Arends J, Muysken P, Smith N, editores. *Pidgins and creoles: an introduction*. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company; 1995. p. 205-218.
- Lenz R. *El Papiamentu: la lengua criolla de Curazao*. Santiago de Chile: Balcells & Cia; 1928.
- Lipski JM. Spanish-based Creoles in the Caribbean. In: Kouwenberg S, Singler JV, editores. *The handbook of pidgin and creole studies*. Oxford: Wiley-Blackwell; 2008. p. 543-564.
- Lucchesi D, Baxter A. A transmissão linguística irregular. In: Lucchesi D, Baxter A, Ribeiro I, organizadores. *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA; 2009. p. 101-124.
- Luna MVB, Faraclas N. Indigenous peoples and the emergence of the Caribbean Creoles. In: Faraclas N, editor. *Agency and the emergence of Creole languages: the role of women, renegades, and people of African and indigenous descent in the emergence of the colonial era Creoles*. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company; 2012. p. 81-110.
- Maduro AJ. *Papiamentu: origen i formacion*. Willemstad: Edição do autor; 1965.
- Maduro AJ. *Procedencia di palabranan papiamentu i otro anotacionnan I (Letter A te M)*. Willemstad: Edição do autor; 1966a.
- Maduro AJ. *Procedencia di palabranan papiamentu i otro anotacionnan II (Letter N te Z)*. Willemstad: Edição do autor; 1966b.
- Maduro AJ. *Vocabulario pa un estudio comparativo*. In: Maduro AJ. *Procedencia di palabranan papiamentu i otro anotacionnan II (Letter N te Z)*. Willemstad: Edição do autor; 1966c. p. 59-72.

- Martinus F. The kiss of a slave: Papiamentu's West African connections. [tese]. Amsterdã: Universidade de Amsterdã; 1996.
- Martinus F. Djuku kaiman 'sklabitut a kaba': orígen i evolushon di papiamentu ku guene. Curaçao: Kas di Kultura Kòrsou; 2007.
- Matras Y. Language contact. Cambridge: Cambridge University Press; 2009. p. 146-165.
- Maurer P. El papiamentu de Curazao. In: Perl M, Schwegler A, editores. América negra: panorámica actual de los estudios lingüísticos sobre variedades hispanas, portuguesas y criollas. Frankfurt/Madrid: Vervuert/Editora Iberoamericana; 1998. p. 139-217.
- Mcworther J. The scarcity of Spanish-based creoles explained. *Language in society*. 1995;24:213-244.
- Mufwene SS. The founder principle in the development of creoles. In: Mufwene SS. Ecology of language evolution. Cambridge: Cambridge University Press; 2001. p. 25-80.
- Munteanu D. El papiamentu, lengua criolla hispánica. Madrid: Gredos; 1996.
- Paradis C. The inadequacy of filters and faithfulness in loanword adaptation. In: Durand J, Las B, organizadores. Current trends in phonology. Salford: University of Salford Publications; 1996.
- Quint N. Le CapVerdien: origines et devenir d'une langue métisse. Paris: L'Harmattan; 2000.
- Rona JP. Elementos españoles y elementos portugueses en el papiamentu. Programa de Promé Simposyo Internashonal di Papyamentu. Curaçao, Willemstad; 1970.
- Smith N. Pernambuco to Surinam 1654-65? The Jewish slave controversy. In: Huber M, Parkvall M, editores. Spreading the word: the issue of diffusion among Atlantic Creoles. London: University of Westminster Press; 1999. p. 251-298.
- Thomason SG, Kaufman T. Language contact, creolization, and genetic linguistics. Berkeley/Los Angeles/Oxford: University of California Press; 1988.
- Van Buurt G. Caquetío Indians on Curaçao during colonial times and Caquetío words in the Papiamentu language. In: Faraclas N, et al., editores. Leeward voices: fresh perspectives on Papiamentu and the literatures and cultures of the ABC Islands. Vol. 1. Curaçao: FPI/UNA; 2009. p. 57-82.

